

RODRIGO ISMAEL FRANCISCO MAIA

**CRISE DA ESQUERDA COMUNISTA:
POLÍTICAS DO PCI E DO PCP SOBRE A UNIÃO EUROPEIA**

FFC-UNESP/Marília

2015



RODRIGO ISMAEL FRANCISCO MAIA

**CRISE DA ESQUERDA COMUNISTA:
POLÍTICAS DO PCI E DO PCP SOBRE A UNIÃO EUROPEIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: *Determinações do mundo do trabalho.*

Bolsista: CAPES

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio.

Marília

2015

Maia, Rodrigo Ismael Francisco.

M217c Crise da esquerda comunista: políticas do PCI e do PCP sobre a União Europeia / Rodrigo Ismael Francisco Maia. – Marília, 2015.
200 f. ; 30 cm.

Orientador: Marcos Tadeu Del Roio.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

Bibliografia: f. 188-200

1

1. Partido Comunista Italiano. 2. Partido Comunista Português. 3. União Europeia. 4. Europa – Integração econômica. 5. Europa – Política e governo. I. Título.

CDD

321.12

MAIA, RODRIGO I. F.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio (orientador)

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC-UNESP

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC-UNESP

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

Departamento de História da Universidade de São Paulo - USP

SUPLENTE

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo

Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC-UNESP

Prof. Dr. José Luís Bendicho Beired

Departamento de História da FCL-UNESP

Marília

2015

“O limite da emancipação política aparece logo no fato de que o Estado pode libertar-se de uma barreira sem que o homem esteja realmente livre dela, [no fato de] que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre”

Karl Marx, *Para A Questão Judaica*.

“Toda revolução dissolve a velha sociedade; nesse sentido é social. Toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política. A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução”

Karl Marx, *Glosas Críticas Marginais*.

Este trabalho foi realizado com auxílio da bolsa CAPES.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de compreender as relações entre o Partido Comunista Italiano (PCI) e o Partido Comunista Português (PCP) a respeito do processo de integração europeu que culminou na União Europeia (EU), destacando a conexão entre a política interna e externa nas estratégias dos partidos. Na Itália e em Portugal, a instauração do regime democrático fazia parte da estratégia dos dois PCs, os quais possuíam amplas bases nas classes trabalhadoras. O estancamento das auto-organizações das classes trabalhadoras e o fim dos processos de efervescência social levaram à normalidade democrática e à internacionalização das economias, liberalizando-as. O PCI, promovendo sua particular via italiana ao socialismo, colaborou com a formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), o PCP que inicialmente a recusava, passou a tomá-la como fonte de benefícios em defesa da democracia. O desenvolvimento social da CEE foi desigual e combinado, no qual os países passaram a fazer parte do mercado comum ao mesmo tempo em que a fragmentação assolava o mundo do trabalho. O isolamento foi uma primeira derrota dos dois PCs nos governos nacionais, e a outra foi a impossibilidade de avançar com a estratégia de reformas rumo ao socialismo. À falência prática e ideológica se somou a política no limiar da efetivação da UE e diante da crise terminal da esquerda comunista internacional, quando o PCI decidiu pelo desmanche e o PCP pelo prosseguimento ortodoxo.

Palavras-chave: Partido Comunista Italiano; Partido Comunista Português; União Europeia; estratégia e tática.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the relationships between the Italian Communist Party (PCI) and the Portuguese Communist Party (PCP) about the European integration process which culminated in the EU, highlighting the connection between domestic and foreign policy in strategies of the parties. In Italy and Portugal, the establishment of the democratic system was part of the strategy of the two PCs, which had broad-based in the working class. The stagnation of the self-organization of the working classes and the end of social unrest processes have led to democratic normality and the internationalization of economies, liberalizing them. The PCI, promoting their particular Italian via to socialism, collaborated with the formation of the European Economic Community (EEC), the PCP that initially refused, began to take it as a source of benefits in defense of democracy. The EEC's social development was uneven and combined, in which countries became part of the common market at the same time the fragmentation ravaged the world of work. The isolation was a first defeat of the two PCs in national governments, and the other was the impossibility to move forward with the strategy of reforms toward socialism. To the practical and ideological failure was joined the politics at the threshold of execution of the EU, in front of the terminal crisis of the international communist left, when the PCI decided for dismantle and the PCP to the orthodox continuation.

Key-words: Italian Communist Party; Portuguese Communist Party; European Union; strategy and tactics.

RIASSUNTO

Questa dissertazione ha lo scopo di capire le relazioni tra il Partito Comunista Italiano (PCI) e il Partito Comunista Portoghese (PCP) rispetto al processo di integrazione europea che si è concluso con l'Unione Europea (UE), rilevando la connessione fra politica interna e estera nelle strategie dei partiti. In Italia e Portogallo, lo stabilimento della democrazia faceva parte della strategia dei due PC, i quali avevano ampie basi nelle classi lavoratrici. La tenuta della auto-organizzazione delle classi lavoratrici e la fine dei processi di agitazione sociale portarono alla normalità democratica e alla internazionalizzazione economica, liberale. Il PCI, promuovendo la sua particolare via italiana al socialismo, ha collaborato con la formazione della Comunità Economica Europea (CEE), il PCP che inizialmente la rifiutava, ha iniziato a prenderla come fonte di benefici in difesa della democrazia. Lo sviluppo sociale della CEE è stato disuguale e combinato, grazie al quale i paesi sono diventati parte del mercato comune mentre la frammentazione devastava il mondo del lavoro. L'isolamento è stata una prima sconfitta per i due PC nei governi nazionali, e un'altra è stata la impossibilità di andare avanti con la strategia delle riforme in direzione al socialismo. Al fallimento pratico e ideologico si è aggiunto quello politico al momento della conclusione della UE e della crisi finale della sinistra comunista internazionale, quando il PCI ha deciso per lo scioglimento e il PCP per la continuità ortodossa.

Parole-chiave: Partito Comunista Italiano; Partito Comunista Portoghese; Unione europea; strategia e tattica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	
Da Svolta di Salerno à Escolha Democrática.....	15
Estratégia e Tática do Governo de Unidade Nacional.....	25
Democracia e Socialismo.....	33
O PCP na Revolução Democrática.....	48
O Poder nos Governos Provisórios.....	58
Estabilização da Revolução e Alternativa Democrática.....	66
CAPÍTULO 2	
Relações Europeias Desiguais e Combinadas.....	81
Cooperação para a Livre Concorrência.....	91
Duas Expressões da Mesma Estratégia do PCI.....	103
A Democracia como Fim Estratégico.....	109
PCP: com o Socialismo, Pela Democracia.....	122
A Fragilidade da Democracia na Integração.....	130
CAPÍTULO 3	
A Esquerda Comunista Diante do Abismo: Saltar ou Resistir?.....	137
Falência das Alternativas e Derrota Geral.....	138
A Volta Para a Casa e o Processo de Morte.....	147
A via Italiana ao Capitalismo.....	154
Anti-democracia Europeia em Portugal.....	162
O Desmanche Comunista na Restauração burguesa.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
BIBLIOGRAFIA.....	188

INTRODUÇÃO

O 25 de abril é uma data importante na Itália e em Portugal, significou a liberação da Itália do regime fascista e da ocupação nazista, significou a derrubada da ditadura fascista em Portugal. Tanto o Partido Comunista Italiano (PCI), como o Partido Comunista Português (PCP) foram importantes e ativos agentes das classes trabalhadoras de seus respectivos países. A esquerda comunista, que aqui é reduzida à figura de dois partidos, passou por experiências difíceis que colocaram à prova suas estratégias. Na guerra de posição travada no espaço da Comunidade Econômica Europeia (CEE), o PCI e o PCP tiveram ações distintas e resultados ainda mais diferentes. A proposta aqui é refletir sobre a dinâmica dos dois partidos no âmbito da processualidade formativa do espaço europeu. Por conseguinte, as principais figuras políticas da esquerda comunista de Itália e Portugal deverão ser destaques no estudo, bem como os principais fatos do complexo contexto da Guerra Fria serão tomados com sua devida importância. Mas, embora exista grande dificuldade no processo de juntar peças da história das classes trabalhadoras e suas organizações, este é um ato necessário.

Do ponto de vista histórico, é preciso reconhecer que a história aqui reunida é fragmentada e não pode ser uma indicação total do que realmente ocorreu; no entanto, é uma leitura de fatos históricos que pretende ser uma contribuição para o debate. Gramsci indicou que a história dos grupos subalternos é desagregada, mas suas ações possuem muito valor ao se colocarem no combate às iniciativas dominantes (GRAMSCI, 1975).

Gramsci também escreveu a respeito dos critérios de método para uma compreensão do espírito de cisão, num caminho que vai do levantamento histórico da formação dos grupos subalternos, a busca pela autonomia em relação aos inimigos até a unificação das classes subalternas quando se tornam Estado. A construção das organizações próprias, com caráter autônomo e combativo, foi não só objetivo teórico de Gramsci, como também foi seu objeto prático. A práxis revolucionária, muito mais do que um artifício de estudo, tem seu valor vincado nas diversas transformações causadas nas esferas sociais; e entende a perspectiva liberal, individual como sua antagônica. Ainda que sua forma e diversos de seus conteúdos sofram alterações, sejam abandonados, ou se mantenham os mesmos, a práxis organizada coletivamente em torno da estratégia socialista merece a atenção e o respeito quando tomada como objeto de estudos.

Nesse sentido, não deve existir um procedimento metodológico de estudos *a priori*, os objetos aqui tomados, em suas variadas formas, são complexos e estão em constantes alterações. Também estamos livres das perspectivas subjetivas que enxergam a realidade como algo impossível. Sem a pretensão de contar estrelas no céu, tomamos os Partidos, movimentos e

instituições aqui estudados como criações sociais, ontológicas.

Não por acaso se deu a escolha da CEE como o ente de oposição da atuação da esquerda comunista envolta no PCI e PCP, afinal, o ponto de vista do marxismo não despreza em nada nenhum fator relevante da constituição do ser social, sobretudo considera em essência os pressupostos econômicos da vida. Nossa investigação é datada, pois nem todos os agentes possuem hoje as mesmas formas de poucas décadas passadas, outros já não existem. Mas, em todos os casos, as querelas relegadas às classes trabalhadoras permanecem latentes, carentes de crítica e de superação. Não é pequeno o suporte teórico que podemos ter para desenvolver um estudo sobre o tema da esquerda comunista e para propor alguma reflexão. Contudo, ainda que diversas áreas dos estudos das ciências políticas façam apropriações dos conceitos elaborados pela militância comunista, nosso interesse é manter o rigor desses conceitos a partir de uma interpretação que seja, em si, passível de análise crítica e, portanto, de uma apropriação contextualizada. Mas que vá para além, visando o (fim do) movimento da criação destruidora e da apropriação privada.

A crítica já não é um fim em si, mas apenas um meio; a indignação é o seu modo essencial de sentimento, e a denúncia a sua principal tarefa. Trata-se de pintar a pressão sufocante que as diferentes esferas sociais empregam umas sobre as outras, o mau humor universal, mas passivo, a estreiteza de espírito complacente, mas que se ilude a si própria; tudo isso incorporado num sistema de governo que vive pela conservação da insignificância e que é a própria insignificância no governo (MARX, 2005: 147).

Nesse sentido, a contribuição deste estudo pode se dar especialmente nas questões relativas ao trabalho, que tudo cria, mas que ao ser constituinte das relações sociais capitalistas se torna trabalho morto no capital, este, como o antípoda da relação capital-trabalho. Portanto, partimos de uma orientação que é também ideológica e que permite a crítica interna, que deve observar a constituição própria da zona integrada, o seu sistema democrático liberal em sua variante imperialista, o funcionamento partidário, etc., de modo a extrair à luz suas contradições no mundo do trabalho. Esclarecendo que, no mundo do trabalho, o trabalho não é o fim, mas é uma parcela do capital, é o que cria valor e que permite, nas relações sociais capitalistas, que esse valor se estime sem barreiras externas.

Precisamos ainda dizer de onde partimos. PCI e PCP possuem muito em comum, mas precisamos iniciar por suas histórias relativamente diferentes, *particulares*. A desagregação da história das classes trabalhadoras não pode servir como uma justificação para uma busca de fontes desconexas ou para afirmar uma preguiça teórica, mas partimos da desagregação na confecção da história das classes trabalhadoras tomando os saltos históricos como momentos determinantes. Nos

dois casos aqui tratados o momento ulterior à II Guerra Mundial é determinante como virada histórica, como metodologicamente indicou Lênin, mas partimos de instantes distintos para, depois, lograr as perspectivas das políticas da esquerda comunista sobre um mesmo objeto, a CEE. Certamente consideramos as diversas experiências revolucionárias vividas como lições para as gerações que se sucederam e como sendo particulares em seu íntimo, pois não podem ser confrontadas em sua complexidade com algum outro exemplo histórico.

O presente estudo nasceu de uma vontade de compreender um aspecto da totalidade da crise do movimento comunista. A circunscrição dos estudos sobre o papel do Partido Comunista Italiano e do Português no âmbito da construção da União Europeia parecia ser um caminho para compreender um determinado aspecto de um conjunto de relações muito complexo. Se pensados separadamente, PCI, PCP e a hoje conhecida UE, pode ser que não seja fácil encontrar elementos que expressem uma mútua relação. Contudo, as transformações sociais ocorridas de modo contraditório, no sentido da suprassunção, são fatores a serem compreendidos e, nesse estudo, a inter-relação entre partidos, instituições do Estado, ideologia, entre outros, não aparecem distantes, ao contrário, perpassam tempos e espaços simultâneos.

Buscamos elencar alguns dos principais momentos do pós-guerra no que tange à vida do PCI, indo da Svolta di Salerno até a construção e firmação de uma via italiana ao socialismo, compreensão que não apenas descolava o PCI do mundo soviético, mas também era uma leitura nova da realidade italiana. Nessa primeira parte do trabalho indicamos quais seriam as contradições desse processo, chegando à compreensão de que ainda que a democracia tenha se firmado na Itália com apoio dos comunistas, os governos não foram construídos pelas classes trabalhadoras, mas sim pelos governos coligados às burguesias nacional e internacional. Esse processo teria resultado em uma primeira derrota, que chamamos de *derrota prática*, isto é, uma derrota que isolou os comunistas a nível nacional e internacional e que fez ascender a oposição.

As transformações em Portugal parecem ter sido mais intensas, visto que a derrubada da ditadura se deu pela via revolucionária. Nesse sentido, partimos não do pós-guerra, mas do momento em que o país viveu as mais profundas transformações antes de aderir expressamente ao campo das democracias europeias. Justamente é a Revolução dos Cravos, de 1974, que irá colocar Portugal mais próximo da Comunidade Europeia, embora o caráter inicial da revolução tenha profundas marcas socialistas. O PCP teria um papel crucial, sendo parte ativa na organização das classes trabalhadoras, parte importante nos Governos, como também parte do processo que frenou a revolução e estabilizou a democracia com os partidos no governo, em detrimento das classes trabalhadoras. “A emancipação política é, simultaneamente, a dissolução da velha sociedade sobre que repousa o sistema de Estado alienado do povo, o poder do soberano. A revolução política é a

revolução da sociedade civil” (MARX, 2009: 68).

A ideia de derrota prática também resulta como uma possível leitura, não um molde que enquadra relações concretas existentes, mas o fato é que o PCP também foi isolado e marginalizado dos governos, não assegurando, tal como o PCI não assegurou, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção na via ao socialismo.

Mas asseguraram o desenvolvimento democrático de seus países, e nesse ponto suas estratégias e revoluções democráticas foi vitoriosa. Estaríamos então ainda dentro de um processo revolucionário? A prática é um fundamento da teoria, e o desenvolvimento concreto dos acontecimentos que podem indicar qual é a situação. Nesse sentido, as teorizações, as ambições estratégicas, são fundamentais para a *práxis* revolucionária.

A desintegração prática e teórica do movimento comunista internacional teve consequências diretas para o movimento organizado das classes trabalhadoras. Certamente os PCs não permaneceram inertes às transformações no mundo do trabalho, e assumiram posições diversas e também souberam inovar. Uma das inovações foi a política eurocomunista, uma clara rejeição ao stalinismo, mas sobretudo às formas organizativas de partido. Mas houve também quem rejeitou a inovação, e com radicalidade persiste no marxismo-leninismo, ainda que sem as degenerações e os absurdos praticados dentro do regime soviético.

Mas tanto a inovação como a persistência levaram os dois PCs à derrota ideológica, à impossibilidade de reverter o isolamento. Continuaram, mesmo assim, como oposição, como ponto de referência para as classes trabalhadoras. Não se trata de um mal menor, pois continuaram a ser partidos que ainda promoviam ao menos a propaganda anti-capitalista.

A atuação do PCI e do PCP no cenário europeu não podia se dar sem a aceitação de que a realidade democrática e a forma política defendida por eles incluía a presença de outros partidos, de outras forças políticas organizadas. O modelo único de partido e o socialismo num só país eram expressões da mesma coisa, e os resultados da estratégia soviética foram a restauração burguesa, ao invés da transição socialista.

A derrota da revolução bolchevique não se deu com a desintegração da URSS, mas essa última foi um aporte enorme para o conjunto da crise do movimento comunista. Foi uma derrota política de proporções históricas, que se verifica na prática.

A partir dessa discussão e das definições dadas, ampliamos a questão das derrotas dos comunistas para o momento da constituição da UE: não apenas os partidos em si, mas o movimento comunista sofreu as consequências da *práxis* intencional da burguesia europeia e de seus representantes, a social-democracia em especial. A Comunidade econômica Europeia, que depois veio a ser União Europeia, significou a transformação de uma estrutura sócio-econômica, na qual o

liberalismo democrático foi a forma política, sem que o domínio deixasse de ser de classe, da burguesia.

Da revolução à superação gradual do capitalismo: as estratégias dos PCs e as complexas viragens táticas foram operadas ao longo do período da integração europeia, e se transformaram. As táticas são mais flexíveis, mas as estratégias devem significar os objetivos para um período (CLAUSEWITZ, 1979; VÁSQUEZ, 2003; TROTSKY, 2007).

CAPÍTULO 1

Da Svolta di Salerno à Escolha Democrática

O Partido Comunista da Itália¹ nasceu a partir da cisão com o reformismo dos socialistas. Fundado por Amadeo Bordiga, em associação com grupos de tendências distintas dentro do Partido Socialista Italiano (PSI), o PCI foi ícone da resistência contra o fascismo, foi o maior Partido Comunista do ocidente nos anos da Guerra Fria, representando aproximadamente 30% do eleitorado italiano – o que já seria grande argumento para justificar as milhares de elaborações que existem sobre o PCI –, mas não basta. O Partido fundado por Gramsci, o qual foi referência e instrumento de educação para dezenas de gerações de militantes, passou por transformações profundas antes de, qualitativamente, nascer algo novo de seu seio. Mas ainda que as gerações do presente carreguem o peso deixado pelas do passado, no PCI se processaram radicais guinadas políticas para o desvencilhamento com as heranças.

O partido nasceu da cisão e do espírito revolucionário da militância oriunda das experiências do *Biennio Rosso* (1919-1920), adotando o comunismo em seu nome e o socialismo em sua estratégia revolucionária que, diga-se sem demoras, desde sua concepção inicial sofreu com as contradições decisivas da relação estabelecida com a União Soviética e a inserção nacional (DEL ROIO, 2005).

A primazia do espaço produtivo da fábrica para a formulação de uma nova política para o país era o eixo central da atuação do novo partido e foi também o sustentáculo nos anos em que a clandestinidade foi imposta, garantindo uma fortalecida base que o acompanharia por toda sua existência. A relevância desta constatação para a particularidade da Itália pode ser encontrada na diferenciação entre o norte e o sul do país, pois a cisão do grupo comunista teve seu mote inicial no apoio da classe trabalhadora do norte, de caráter industrial. Foi súbita a manifestação da necessidade de uma aliança entre as classes trabalhadoras em todo o país, pois apenas com os trabalhadores no poder é que poderia ser resolvida a contenda *Meridional* com respeito às diferenças culturais e às particularidades econômicas, de modo que o atraso de uma região poderia ser superado em consonância com o avanço de outra, isto é, através da aliança entre operários e camponeses (GRAMSCI, 2004).

Gramsci acreditava que o partido era pequeno para combater sozinho seus inimigos de

¹ O Partido Comunista da Itália (PcdI) teve seu nome mudado para Partido Comunista Italiano (PCI) em 1943, após o esfacelamento da III Internacional – daqui em diante designaremos apenas como PCI.

classe, mas era forte o suficiente para ser um exemplo de organização para a revolução. Revolução não é entendida aqui apenas como ato violento da tomada do poder.

A essência de uma revolução é determinada pelas contradições fundamentais que ela vem resolver; pelas tarefas sociais que deve cumprir e pela classe que possui os meios de produção e exerce o poder. Só assim se pode falar de revoluções burguesas, democrático-burguesas, de libertação nacional, e socialistas (VÁSQUEZ, 2007: 381).

Sem dúvida o PCI foi um resultado das contradições do desenvolvimento capitalista na Itália, bem como teve a Revolução Russa como fator determinante para a cisão com os socialistas reformistas e com o esquerdismo. Mas o PCI não nasceu sozinho. Quase ao mesmo tempo, a Itália monárquica ganhava uma força desconhecida que transformaria as relações de classe no país, bem como faria da Itália um novo Império. Uma força que de início não permitia uma caracterização precisa do que era, do que representava, do que poderia fazer; uma dificuldade para decifrar o que era o movimento fascista perpassava o PCI e toda a esquerda comunista e socialista. Em poucos anos o movimento fascista daria à Itália um ditador e um regime político que expressaria a profunda violência por parte da burguesia imperialista; como no escrito de Gramsci (2004):

Os *Fasci di combattimento* nasceram, logo depois da guerra, com o caráter pequeno-burguês das várias associações de ex-combatentes que surgiram naquela época. Por seu caráter de oposição aberta ao movimento socialista, resultante em partes da herança das lutas entre o Partido Socialista e as associações que defendiam a intervenção da Itália na guerra, os *Fasci* obtiveram o apoio dos capitalistas e das autoridades. Sua formação, que coincide com a necessidade imposta aos latifundiários de formar uma guarda branca contra o crescente domínio das organizações operárias, permitiu que o sistema de bandos criados e armados pelos latifundiários assumisse a mesma etiqueta dos *Fasci*, aos quais foi conferida, com o desenrolar dos acontecimentos, a mesma característica de guarda branca do capitalismo contra os órgãos de classe do proletariado (GRAMSCI, 2004: 80).

A partir do contexto de ascenso do fascismo, com iminente guerra internacional, foi dada aos comunistas italianos a tarefa de se reagruparem com outras forças para combater o fascismo e a burguesia em todos os sentidos, política que ficou expressa na fórmula da *frente única*, concebida desde a União Soviética como a estratégia para a defesa e combate na Itália. Ainda que a estratégia da revolução socialista estivesse clara enquanto perspectiva e obscura enquanto prática, o combate contra o fascismo se tornou um problema a ser resolvido de imediato, pela própria sobrevivência do partido e de toda a esquerda na política nacional.

O elo entre o nacional e o internacional era essencial. Primeiramente, do ponto de vista da particularidade nacional, a unidade das classes trabalhadoras dispersas entre o Norte e o Sul era um fator essencial para qualquer luta contrária ao Estado, à burguesia e ao fascismo. Uma unidade necessária pelo fato de que a massa de camponeses concentrada no Sul estava em perpétua fermentação, mas eram incapazes de dar respostas políticas organizadas às suas necessidades e aspirações, daí a necessidade das experiências e contribuições dos operários do Norte para a resolução da questão Meridional (GRAMSCI, 2004: 423).

Em segundo lugar, a libertação da Itália do jugo burguês e da dominação fascista – ambos apoiados no tradicionalismo secular e nas contradições econômicas e culturais entre norte e sul – teria que se dar numa luta internacional, de unidade das classes trabalhadoras num nível que transcendesse o nacional. A burguesia italiana se serviu do fascismo para destruir a organização dos operários e para bloquear a influência e a expansão ideológica da Revolução Russa, mas a força fascista se desenvolveu fortemente, adquiriu autonomia, saiu do controle da burguesia e andou com forças próprias submetendo seu próprio movimento; tudo isso apenas entre os anos de 1921 e 1926, quando então já era uma força consolidada (DEL ROIO: 2005, 146).

Região	Comunistas (%)	Extrema direita (%)
Norte	5,9	21,5
Centro	7,1	36
Sul	1,2	13,1
Total	4,6	21,2

Tabela 1: Votos dos comunistas e da extrema direita na Itália em 1921

Fonte: Sidney TARROW, 1972: 122.

Importante notar que enquanto persiste a legalidade no regime controlado pelo Estado burguês, as eleições podem proporcionar uma experiência política frutífera para o movimento das classes trabalhadoras. Todavia, a presença dos comunistas nas massas do Sul não se expressava em votos. No período subsequente os fascistas conquistariam a maioria nas eleições parlamentares, e junto disso estava combinada a luta violenta contra a esquerda, especialmente a comunista. À crise do movimento operário, como já exposto, se somava o avanço do fascismo em todas as regiões, não sendo simplesmente um problema a mais para os comunistas, mas se tornando o principal problema à sobrevivência do partido e para a luta revolucionária em Itália. Ainda que os socialistas conseguissem o apoio eleitoral das massas trabalhadoras, sua atuação não impedia o crescimento das forças da extrema direita, favorecidas pela conjuntura favorável após a crise dos anos 1921-1922.

O contexto de uma crise mais geral do pós I Guerra foi favorável para que os fascistas se associassem aos burgueses industriais e agrários italianos, assumindo o papel de agir restabelecendo a disciplina nas fábricas, destruindo os sindicatos independentes, prolongando as horas de trabalho, reprimindo greves e unificando a burguesia em torno de um crescimento imperialista. Numa das poucas intervenções de Gramsci no parlamento, como deputado, respondia diretamente à Mussolini:

Mas este não é um fenômeno puramente italiano, embora tenha sido na Itália, por causa da maior debilidade do capitalismo entre nós, que ele conheceu seu maior desenvolvimento: é um fenômeno europeu e mundial, de extrema importância para compreender a crise geral do pós-guerra, tanto no domínio da atividade prática quanto no domínio das ideias e da cultura. A eleição de Hindenburg na Alemanha, a vitória dos conservadores na Inglaterra, com a liquidação dos respectivos partidos liberal-democráticos, são o equivalente do movimento fascista italiano (GRAMSCI, 2004: 300).

O PCI, que há pouco tempo havia saído da cisão com os socialistas, recebia da Internacional Comunista a missão de rever a cisão e buscar realizar com o PSI as alianças estabelecidas na fórmula da frente-única, chegando a indicar a necessidade de fusão das duas forças; mas as grandes divergências dentro do Partido permitiram apenas uma combinação das lutas em âmbito sindical, direcionadas para a politização e disputa das bases sindicais, sem que isso significasse uma firmação de acordos entre as direções políticas. O reforço das organizações de base foi a tática dos comunistas italianos nesse momento, pois eram os instrumentos representativos da classe trabalhadora principalmente no norte e também o elo da educação entre o partido e as massas: a palavra de ordem dos Comitês Operários e Camponeses, os *Conselhos*, sintetizava os objetivos da ação dos comunistas nos espaços de política e cultura das classes trabalhadoras, iniciando no norte e objetivando o sul.

O Partido Comunista da Itália nasceu quase ao mesmo tempo que o fascismo. Mas as mesmas condições de refluxo revolucionário que faziam o fascismo subir ao poder entravavam o desenvolvimento do Partido Comunista. (...). Segundo as informações dos amigos italianos, exceto Gramsci, o Partido Comunista nem mesmo admitia a possibilidade da tomada do poder pelos fascistas. Não se deve esquecer, contudo, que o fascismo italiano foi então um fenômeno novo que estava ainda em vias de se formar: seria difícil, mesmo a um partido mais experiente, definir seus traços específicos (TROTSKY, 1979: 193).

Poucos anos depois, o nazismo chegava ao poder na Alemanha num cenário ainda mais complexo e intenso da luta de classes, e os comunistas passaram a ter que se organizar clandestinamente ou mesmo se transferirem para outros países, como se sucedeu com o Congresso

do PCI realizado em Lyon, na França. Até esse período, parte da militância acreditava que o momento era revolucionário, como expressado por Gramsci e Trotsky. Contudo, a experiência e a política dos comunistas italianos e soviéticos não foi o suficiente para que a militância comunista germânica angariasse maioria nas classes trabalhadoras e desenvolvesse um intenso combate político e ideológico contra o ascenso nazista. As organizações comunistas foram profundamente afetadas, sofreram terríveis baixas. A política de alianças não conseguiu barrar o ascenso fascista e o desmantelamento geral das classes trabalhadoras – estas que acabaram por aderir em massa ao movimento reacionário sem encontrar solução para a miséria capitalista que sempre lhes foi imposta. Aliás, a região sul da Itália, o *mezzogiorno* saiu da II Guerra destruído, e a presença da monarquia no sul favoreceu os velhos grupos dominantes impedindo o desenvolvimento autônomo das classes trabalhadoras na luta que era basicamente reivindicativa por terras incultas, assim como bloqueou a ampliação das lutas para a exigência da reforma agrária e da aliança com os trabalhadores do norte que estavam na luta pela liberação antifascista (BARBAGALLO, 1982).

As forças políticas italianas estiveram em constante contradição entre os momentos de alianças e os de oposições. O PCI foi uma das forças que mais enfrentou problemas com a divisão social e geográfica do país, um partido que em toda sua história operou com dificuldades de associação, mudando táticas para a manutenção de algum equilíbrio e de alguma identidade almejada, que não poderia acontecer sem a integração do PCI no cenário mundial dos Partidos Comunistas, o que significava contribuir com a Internacional Comunista de maneira ativa, isto é, tomando parte na construção e efetivação das táticas e estratégia da revolução. A *bolchevização* pode ser vista como uma das medidas para a constituição do partido em si e para si, isto é, como constituição particular da totalidade comunista.

The abrupt zig-zags of Stalin's policies at home and abroad, from appeasement to all-out war on the kulaks, from class conciliationism to ultra-leftism in the Third International, were the logical expression of this centrist character of his regime, subject to complex and contradictory class pressures on it. The decisive court of these pressures, however, was international, not national (...). Within the URSS, the Stalinist bureaucracy played a contradictory role – defending itself *simultaneously* against the world bourgeoisie, which sought to wipe out all the gains of the October Revolution and restore capitalism in Russia. In this sense, it continued to act as a “centrist” force. Outside the URSS, by contrast, the Stalinized Comintern had ceased to play any anti-capitalist role, as its debacle in Germany had now irrevocably proved. Hence 'the Stalinist apparatus could completely squander its meaning as an international

revolutionary force, and yet preserve part of its progressive meaning as the gate-keeper of the social conquests of the proletarian revolution' (ANDERSON, 1983: 51).

A manutenção da particularidade comunista baseada numa identidade própria e inserida no complexo internacional foi uma tarefa contraditória que Palmiro Togliatti desempenhou, em sentido oposto ao da burocracia soviética que representava um estrato social, ao mesmo tempo em que administrava um Estado operário degenerado. O dirigente dos comunistas italianos acompanhou de perto as contendas no íntimo do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), não aderindo à Oposição de Esquerda que se formou contra a profetizada burocratização das estruturas partidárias e do Estado na URSS, buscando manter o PCI em sintonia com a formação que emergiu nos anos 1920.

Nesse sentido é que ocorreram as diversas transformações das políticas de alianças dos comunistas durante o período de liberação da Itália do fascismo: 1) O PCI formou alianças de resistência com os *massimalistas* do PSI e com o grupo Justiça e Liberdade, mas após a chegada das forças imperialistas (principalmente dos Estados Unidos) e com a viragem da posição do Rei Vitor Emanuel III sobre os fascistas, o PCI passa a mediar as tensões entre o governo monárquico e os setores antifascistas; 2) o PCI viu surgir o forte movimento operário no norte que tomou não apenas os nazifascistas como inimigos, mas também a burguesia italiana, conformando conselhos e tomando o poder em diversas localidades por vários dias, independentemente da direção central do partido.

Em 1941, a URSS entrou na guerra e o PCI firmou aliança com os socialistas e o grupo Justiça e liberdade na luta antifascista que rapidamente se estendeu e tomou força na classe operária do norte, sendo que no ano de 1943 o movimento grevista dos operários de Turim se tornou um dos principais obstáculos à continuidade do regime de guerra, dificuldade que se ampliou com as lutas operárias em Milão e Gênova, caracterizando uma acentuação da politização da classe trabalhadora a respeito dos danos ocasionados pela política do fascismo e a absorção ideológica de aspectos positivos da vitória que Stálin havia imposto aos nazistas em Stalingrado e em outras frentes de batalha. Com as greves e, principalmente, com a guerra, a economia do país entrou num acentuado declínio econômico expressado pelo aumento dos preços e falências, forçando a burguesia a se deslocar da direção de Mussolini e a elaborar um plano contrário à possibilidade de uma possível e previsível saída revolucionária para crise do regime.

Em meio ao litígio interno é que desembarcaram as tropas inglesas e estadunidenses na Sicília para forçar o recuo nazifascista – iniciando um dos períodos mais complexos das lutas operárias italianas, evidenciado pela conformação dos *Conselhos* no norte durante a luta partigiana,

pela prisão do líder fascista, pela fuga do Rei para o sul (Brindisi – 1943) e pela recombinação das forças políticas mais expressivas que visavam pôr uma solução à crise de guerra (SPRIANO, 1975).

Após a prisão de Mussolini, iniciou o repressivo governo do militar Pietro Badoglio com a missão de relançar a economia liberal no país, com apoio das tropas aliadas após o armistício com Inglaterra e Estados Unidos; e a formação de um novo governo com a volta da liderança do Rei, embora a monarquia ainda apoiasse parcialmente a ocupação alemã. Roma tinha sido abandonada pelo Rei e pelo governo enquanto ocorriam bombardeios aéreos das tropas aliadas que avançavam rumo ao Norte em duas perspectivas: liberar a Itália da ocupação nazista e salvaguardar a transição sem revolução. O caminho da derrota da reação do nazifascismo na Itália indicava ao mesmo tempo a vitória da frente capitalista de matiz liberal na Europa ocidental, algo decisivo para o momento, pois a frente de combate no Leste, formada com apoio da URSS, era momentânea e expressaria suas contradições sistêmicas, já que a vitória na Europa oriental, ou o Leste, não estava assegurada pelas forças aliadas do capitalismo, mas sim pelo Exército Vermelho. Desse modo, as batalhas de liberação da Itália se tornaram também batalhas contra o ascenso do movimento operário.

O chamado à reconciliação nacional foi o disparador da política de renovação e reorganização do PCI para se reinserir na vida política nacional e traduzir para a particularidade italiana a estratégia socialista que era catalisada na zona soviética. Entre o momento em que se inicia a recomposição da política italiana do Estado liberal e a atuação do PCI nessa reconstrução, bruscas e velozes transformações ocorreriam no partido. Orientado por Togliatti, o PCI passava a agir para se tornar uma *força nacional* fazendo parte da unidade antifascista junto das outras forças expressivas, como os socialistas do PSI e a Democracia Cristã (DC), na reorganização das classes trabalhadoras com a conformação de novos mecanismos econômicos e políticos.

Contudo, o chamado à reconciliação nacional se deu num país dividido em classes e frações de classes com ideologias incompatíveis e o PCI, como um partido que possuía o socialismo em sua estratégia, não seria capaz de agradar a totalidade, mas entendia que era preciso mudar o clima de conflitos abertos no país impulsionando a reorganização no sentido da democracia para evitar o colapso social, contando com as experiências e o fortalecimento oriundos da clandestinidade e contando também com o apoio externo, temporário e parcial da URSS e da Frente popular na França (AGOSTI, 1999).

Contudo, essa é já uma conclusão, devemos antes passar a alguns aspectos mais específicos. A reorganização interna do Partido começa com a elaboração da tática do *Partido Novo* para a legitimação dos comunistas como força nacional na unidade antifascista; tática inserida na estratégia de fortalecimento da democracia através da utilização de todos os seus espaços (AGOSTI, 1999).

A postura do PCI de impulsionar a democracia como primeiro ato pode agora ser interpretada de diversas formas, entre elas pode ser vista como uma ação que deu um novo fôlego ao regime capitalista e à sua estabilidade relativa, sendo uma mudança contraditória na estratégia do Partido num momento decisivo e de mudanças velozes em que a forma política do Estado italiano não estava inserta por si só, mas contava com a possibilidade de transformação das bases econômicas, elemento contraditório pelo fato dos comunistas refutarem a participação no governo do militar Badoglio (GUERRA, 2005:14).

Sobretudo significou uma mudança em relação às perspectivas de tomada do poder através da ação revolucionária, porém, contraditória em alguns termos, pois a União Soviética foi a primeira a reconhecer a legitimidade do governo capitalista instaurado, dando ao PCI não apenas a legitimidade da linha política de defesa da democracia, como também a oportunidade de adequação à estratégia socialista da revolução em etapas, consolidada desde 1928, no VI Congresso do Komintern. Mas ao mesmo tempo a perspectiva do PCI passava pela ideia da consolidação de uma paz mundial abstrata, que antes do fim da guerra indicava que seria assegurada pelos EUA, nas palavras do dirigente Togliatti, em 1942:

Gli Stati Uniti sono oggi per noi un grande popolo, che lavora e combatte affinché il mondo non sia trasformato dai tedeschi e dal fascismo in una sola galera, ma diventi una grande famiglia di nazioni libere ed eguali (TOGLIATTI, 1979: 275).

As mudanças nas táticas e na estratégia do PCI deveriam, por necessidade – como caminho para a realização da vontade – estar sintonizadas com as lutas desenvolvidas pelas bases das classes trabalhadoras que, por suas características, necessitavam de tempo para a adaptação ao *novo*. Com sacrifício do passado é que o PCI construiu o novo. No Norte do país a classe operária desenvolveu uma forte resistência contra os nazifascistas e contra os burgueses, organizando a resistência armada contra o Governo fantoche dos nazistas e greves gerais nas fábricas contra os patrões, dando continuidade às lutas desenvolvidas desde os tempos da direção política de Gramsci – caracterizando uma continuidade da estratégia revolucionária desenvolvida pelo partido com as classes trabalhadoras. Se o movimento operário do norte impôs uma dura batalha aos nazistas e aos burgueses, não foi sem organização e sem entendimento de quem eram os inimigos e quem eram os aliados, afinal, “não existe práxis revolucionária sem consciência de classe e sem organização política” (VÁZQUEZ, 2007: 309).

“Ações armadas e greves insurrecionais, libertaram todas as grandes cidades e a maior parte do território antes da chegada das tropas aliadas” (CLAUDIN, 1986: 378). As lutas travadas pelas Brigadas estavam associadas ao Comitato di Liberazione Nazionale (CLN) que contava com

diversos partidos da frente antifascista na Alta Itália (CLNAI), sendo o organismo base de uma nova vida democrática e o gérmen para a fundação de um novo Estado. Uma das mais importantes das Brigate Partigiane era a “d'Assalto Garibaldi”, dirigida pelos comunistas, contando com as figuras de Pietro Secchia e Luigi Longo. O CLNAI foi o responsável, junto das brigadas, aliados e outras forças, pela fomentação de greves gerais, pela liberação de guerra e expulsão dos nazistas em várias partes do norte, como em Milano, Genova, La Spezia, Torino, Padova, Verona, Modena, Bologna, etc. (SPRIANO, 1975: 520-543).

Antes que os Aliados chegassem às regiões de Torino, Milano e Genova, o movimento de trabalhadores, conformados em diversos exércitos guerrilheiros, resistiram durante o inverno de 1944-1945, auxiliados pelos combatentes socialistas e comunistas, e impuseram a greve geral no Norte através de um poder paralelo ao dos nazifascistas e da Monarquia (CLAUDIN, 1986). Nos anos de clandestinidade, a militância comunista desenvolveu os trabalhos junto das classes trabalhadoras e, nesse momento, colocavam-se em verdadeira luta aberta defendendo desde a abdicação do Rei até a instauração de uma Assembleia Constituinte. No cenário internacional as potências Aliadas se reorganizavam para impor a derrota ao nazismo, entre elas a URSS, que contrariava objetivamente o movimento de trabalhadores e militantes no Norte ao reconhecer a mudança de governo na Itália e restabelecer relações diplomáticas² (SPRIANO, 1975).

No âmbito nacional nenhum governo poderia deixar de considerar a presença do CLN, especialmente no Norte, visto a força militar e política que tinha essa organização, impulsionada pelos partidos de esquerda. A conciliação veio através da negociação com os partidos sobre o papel do CLN, resultando no Protocolo de Roma, o qual submetia as Brigadas ao comando militar do Estado transformando-as em corpo militar regular do Estado com subcomando ao cargo de dirigentes dos partidos, como Luigi Longo do PCI, Sandro Pertini do PSI, Enrico Mattei da DC, etc. (SPRIANO, 1975).

O Protocolo foi possível após a aceitação do PCI de compor o segundo governo de Bonomi, junto dos liberais e a DC. O papel do PCI foi o de controlar o descontentamento das massas, impedindo o desenvolvimento de um poder paralelo e trazendo para a órbita do Estado o poder dos movimentos descontentes (CLAUDIN, 1986).

Importante notar que em muitas zonas o CLN tinha a capacidade de organização radical do movimento operário, de mulheres e jovens, além das brigadas, mas a possibilidade de cisão do movimento que se dava pelas discordâncias nas direções políticas entre os principais partidos levou o PCI e o PSI à escolha da unidade política³.

² Vale notar que na fronteira ao leste havia o exército revolucionário da Iugoslávia que também vivia a pressão desde a URSS para o estabelecimento de um governo em consonância com a orientação geral do *esforço de guerra*.

³ Embora as conclusões de Paolo SPRIANO não sejam as mesmas, podem ser encontradas pistas desse contexto e

Mais tarde, o Rei abdicou em favor de seu filho, tendo reconhecimento do novo governo também por parte das potências Aliadas capitalistas; os Aliados passaram a controlar as zonas insurretas; as Brigadas e o CLN passaram à órbita do novo governo que surgiu como espectro de parte das vontades internacionais e nacionais, principalmente das forças democristianas e liberais que eram contrárias ao alargamento do papel do CLN. Nesse ínterim, Stálin, Churchill e Roosevelt apareciam como figuras decisivas na escolha do futuro da região do Mediterrâneo (CLAUDIN, 1986).

Contando com a presença de Togliatti, que desde 1943 se fazia presente na Itália, a orientação para o PCI passou a ser a mesma que recebiam todas as forças da frente antifascista: auxiliar no estabelecimento da nova ordem no país, privilegiando as ações não violentas como medida para assegurar a unidade nacional. Contudo, o debate sobre a aceitação do governo Badoglio e a recepção das orientações vindas de Moscou eram fatores que existiam nos debates interno e de nenhum modo foram consensos no partido, embora o centralismo democrático tenha prevalecido como método. Como sugere GUERRA (2005), algumas diferenças internas eram muito importantes, como a posição de algumas lideranças de Napoli, que viam na tomada revolucionária do poder a saída para o fascismo, que chegaram aos limites da cisão antes de aderir às formulações do Comitê Central.

Os partidos da resistência antifascista aceitavam a saída dada pelo governo através de Badoglio, com o sacrifício de fazer todo o movimento de lutas – que se desenvolvia sem o controle direto das direções centrais da esquerda mais reconhecida (PSI e PCI) – baixar as armas e se dispersar, deixando o controle temporário do Norte para as tropas Aliadas, tendo garantida a convocatória de um referendun sobre “monarquia ou república” após a guerra (GUERRA, 2005: 15). A ação do PCI foi reconhecida como um verdadeiro sacrifício à nação e Togliatti se tornou a principal figura do PCI nessa escolha contraditória/necessária para o *esforço de guerra*; constituindo a dinâmica de mudanças políticas conhecida como *Svolta di Salerno*.

L'essenziale è che le forze democratiche antifasciste escano del regno dele parle e delle polemiche, ed entrino a bandiere spiegate sul terreno dell'azione, del lavoro quotidiano e della lotta per organizzare lo sforzo di guerra di tutta la nazione (TOGLIATTI, 1979: 547).

A Svolta significou também uma transformação qualitativa do Partido que passou a ser de massas logo no fim da guerra e não perdeu seu núcleo dirigente do período anterior. Estava posto, dentro do núcleo dirigente comunista, a discussão sobre a diferença entre a democracia burguesa e a democracia popular, elemento que seria aprofundado na estratégia e nas táticas do PCI nos anos

desse caminho seguido pela esquerda (SPRIANO, 1975: 526).

seguintes. Outros debates giravam em torno da necessidade de colocar o PCI no centro da luta antifascista e da reorganização da unidade nacional, assim como também se discutia as terminologias do momento, como a ideia de democracia progressiva, ou democracia avançada, que caracterizavam a orientação de massas do novo governo (SPRIANO, 1975: 323; GUERRA, 2005: 17 – 21).

Ademais, como consta no *Diário* de Georgi Dimitrov, representante do Comintern e depois dirigente comunista na Bulgária – livro estudado por GUERRA (2005) –, importantes foram as declarações de Togliatti sobre os acontecimentos que constituíram a *Svolta*. Em especial, figura a atenção à unidade nacional e à não-violência (no interno das forças políticas nacionais) como medida para colocar o PCI no centro das atenções da política de união nacional. Contudo, o novo governo não penderia para o lado soviético em sua política externa, mesmo com o reconhecimento tácito recebido de Stálin, mas seria uma força a mais na conformação do bloco democrático liberal impulsionado pelos EUA. Certamente falar de democracia para uma geração que apenas havia saído do fascismo não era tarefa fácil e, para adentrar no diálogo aberto, Togliatti passou a insistir na unidade das forças democráticas para a estabilidade nacional, tal como discutido na Conferência de Moscou e exposta na “Dichiarazione sull'Italia”⁴, encontrando aceitação no Partido.

Estratégia e Tática do Governo de Unidade Nacional

“Non il soviet ma il parlamento era la scelta che la classe operaia italiana doveva compiere. E, grazie al Pci, l'ha compiuta, fino in fondo”.

BERLINGUER, entrevista de 1976 ao jornal *Repubblica*.

A tática de formação de um *governo de unidade nacional* requerida por Togliatti (PCI), Pietro Nenni (PSI), entre outros dirigentes, visava dar continuidade à política de liberação contra a ocupação nazista e o governo de Saló⁵, mas ao mesmo tempo a configuração social do país indicava uma evidente fragmentação entre população e governo – o que facilitava a política de ocupação imperialista desempenhada pelos EUA. Contudo, num primeiro momento, a *Svolta* di Salerno não significou um passo atrás na estratégia do Partido, mas sim um passo avante, visto que a unidade nacional seria a primeira ação para a constituição de um Estado livre do fascismo e baseado na

⁴ TOGLIATTI, 1979: 525.

⁵ Importante foi a oscilação entre os comunistas da posição a adotar sobre a abdicação do Rei (GUERRA, 2005).

democracia como aspecto formal, evitando a ruptura extrema que se avistava com uma possível guerra civil.

Em sentido geral, da universalidade do movimento de guerra e de desenvolvimento da política socialista, a escolha do PCI correspondia, portanto, àquela da URSS de formar uma coalizão com as forças aliadas. O PCI não impulsionou o movimento revolucionário do Norte em aliança com o do Sul, apreendendo outra perspectiva de desenvolvimento da estratégia da *revolução socialista*; no momento de viragem política na Itália, o movimento de esquerda que se desenvolveu no norte abandonou as armas. Assim, os operários e militantes renderam suas armas aos aliados não levando adiante a organização de tipo soviético que se desenvolveu em diversas zonas.

A consciência da oposição irreconciliável entre os interesses da classe trabalhadora e do regime político e social existente, isto é, a consciência de classe que se desenvolve e deriva necessariamente do problema da organização, encontrou nos pilares da democracia seus limites na Itália, pois esta forma política aparecia como criação inovadora para o desenvolvimento da sociabilidade. No caso italiano, os *conselhos* deixaram de existir como meio para a emancipação das classes trabalhadoras antes que suas energias fossem esgotadas, emergindo a democracia como a forma de organização social adequada ao momento, ainda que persistisse um clima de lutas com greves gerais. Algumas semelhanças podem ser encontradas com a atuação dos comunistas em França, pois em 1941 existia a perspectiva de luta dupla, contra o fascismo e o imperialismo, e com a constituição da política de unidade nacional o Partido Comunista se alinha à política soviética (GUERRA,2005: 81).

A reorganização da Itália com a Svolta di Salerno fez parte da reorganização geral da Europa, e por isso foi uma contribuição com o estabelecimento das democracias liberais.

No Norte da Itália, assim como no Centro e no Sul, as velhas estruturas do Estado foram restauradas, o CLN foi dissolvido alguns anos depois e o PCI dava como acertada sua transformação tática em sintonia com a estratégia soviética (AGOSTI, 1999). Em geral, os partidos antifascistas cresceram muito nesse período: o PCI passou de 400 mil membros em abril de 1945, para 1 milhão e 700 mil em dezembro do mesmo ano; os socialistas ficaram com 800 mil; além dos partidos, a recém-criada Confederazione Generale del Lavoro possuía mais de 5 milhões de filiados.

A relação política dos comunistas soviéticos com o mundo ocidental também se ampliou desde os acordos de Yalta, quando os países da URSS passam a fazer parte das Nações Unidas. O fio condutor da política de Leste a Oeste foi o estabelecimento de *governos pacíficos* para a reconstrução dos países destruídos.

Já no debate interno os termos eram outros. Se de um lado os EUA edificaram um plano de intervenção nos países da Europa do Oeste, houve também a organização por parte da URSS que

resguardava os do Leste.

Em dezembro de 1947, o dirigente soviético Andrei Zhdanov anunciava, numa conferência aos PCs reunidos na Polônia, que um mundo novo se abria com a derrota dos fascistas, com a desestabilização do mundo imperialista, com o essencial papel da URSS na guerra e que, portanto, a luta entre os mundos capitalista e socialista estava agora “em favor do socialismo” com o afastamento de diversos países da órbita imperialista. Na mesma visão: 1) os EUA sairiam potencializados da guerra e estariam prontos para subjugar não apenas os países neutros e as antigas colônias, mas também para impor sua ordem aos antigos aliados imperialistas; 2) para os países aderentes ao campo soviético o novo tipo de Estado, a República Popular, seria a base do desenvolvimento socialista.

Dois campos estariam em disputa então: o *Imperialista anti-democrático* e o *Anti-imperialista democrático* – tal era a formulação soviética sobre a nova época que se abria após a guerra (ZHDANOV, 1947). Estaria o mundo dividido a partir das principais áreas de dominação em Washington e Moscou. O que marcava a distinção entre dois mundos não era *o que* se produzia em cada área, mas *como* se produzia (MARX, 1996).

Diferente era a situação dos comunistas dentro dos países capitalistas. Escreveu Togliatti que o Parlamento teria uma dupla acepção: ao mesmo tempo em que seria expressão da livre escolha popular, seria também o órgão direto do Estado e atuaria sob as leis deste.

Contudo, o Parlamento que antes servia para a edificação da sociedade capitalista, poderia agora servir para a “transformação socialista da sociedade” (TOGLIATTI, 1979: 284- 286⁶). Mas Ercoli, pseudônimo de Togliatti, também entendia que a atuação no Parlamento não se daria sem luta contra os projetos de leis efetivados nos governos. Togliatti se referia especificamente à lei idealizada e implementada por De Gasperi, líder da Democrazia Cristiana, DC e um dos principais nomes da *integração europeia*, que visava limitar o acesso de organizações com menor número de votos eleitorais (a “legge-truffa”), eliminando, portanto, a oposição.

Novamente os comunistas conseguiram reverter o projeto do governo através da organização de greves gerais, que foram notadamente de caráter político e impuseram a proporcionalidade para a representação parlamentar (TOGLIATTI, 1977: 286).

Os comunistas também tiveram a importante missão de organizar suas bases para o Referendum à Monarquia ou à República. Em junho de 1946, com 54,27% dos votos, a República é aprovada contra os significantes 45,73% favoráveis à Monarquia⁷.

Em meio ao empenho na elaboração da nova Constituição da Itália, libertada sob o governo

⁶ TOGLIATTI, P. Parliament and the Struggle for Socialism. *Marxism Today*, 1977, pp 284-7. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/togliatti/1956/togliatti-parliament.htm>>. Acesso: 28/11/2014.

⁷ Dados sobre as eleições na Itália estão disponíveis em: www.elezionistorico.interno.it/index.php

de unidade nacional, as duas principais forças da esquerda e do movimento operário italiano tinham alguns acordos. PSI e PCI “paiono assetarsi su due punti: socializzazione della grande industria monopolistica e riforma agraria, ma le genericità sono molte anche qui e non solo nell'Italia liberata bensí al Nord” (SPRIANO, 1975: 501).

Contudo, a vontade não se fez realidade e a propriedade privada monopolística não foi confiscada. Vale notar que a estrutura do Estado havia mudado pouco, a propriedade privada não foi questionada do ponto de vista de sua funcionalidade social, contribuindo em alguma medida para que os projetos de caráter socialista se tornassem letras mortas. Além disso, outro confronto se dava com a DC, que aparecia como o partido da ordem em política interna e externa e que era principalmente dirigida pelo anti-comunista De Gasperi, Ministro degli Esteri (SPRIANO, 1975: 503).

The role of this country should consist of friendly aid in the drafting of a European program and of later support of such a program so far as it maybe practical for us to do so. The program should be a joint one, agreed to by a number, if not all, European nations (MARSHALL PLAN, 1947: 3).

Organizada a forma política do governo no país, restava ainda avançar na política internacional. Num dos lados da pirâmide de forças internacionais, o anúncio da intervenção dos EUA na economia europeia através do *Plano Marshall*, durante o governo Harry Trumann, colocava diretamente as forças comunistas ocidentais dentro do bojo ideológico da política de *containment* e aproximava passo a passo os governos europeus-ocidentais à geografia-política dos EUA, tendo como base de sustentação e coesão a democracia, a prosperidade econômica e comercial e a paz. Assim, o Plano Marshall pode ser considerado como um impulso à integração europeia e também como um impulso à oposição à URSS.

O Plano Marshall e a criação da OTAN, respectivamente em 1947 e 1949. Tanto o lançamento do Plano Marshall como a instauração da OTAN devem ser vistos como representantes do abandono das concepções isolacionistas tradicionais da política externa norte-americana, estabelecendo um elo direto de ligação entre os Estados Unidos e seus aliados europeus, investindo em parcerias de fato (PECEQUILO, 2005: 151).

Além disso, o assentamento do domínio dos EUA empurrava para um segundo plano o histórico papel do Reino Unido na Europa, o qual passa a relutar a construção de uma integração europeia em seus moldes liberais – o que não significava necessariamente uma contradição irreduzível do capitalismo, mas uma manifestação da política imperialista de disputa cada vez mais acirrada entre as grandes economias (LÊNIN, 1974).

A aceitação do auxílio para o *restart* econômico abriu um grande debate nas forças da

esquerda, dos partidos aos sindicatos: centrais sindicais de vários países decidiram não apenas aceitar, mas contribuir na implementação das propostas do Plano através da criação de um comitê sindical internacional⁸ para assessorar os governos, abrindo caminho ao *New Deal* Europeu.

Após os sucessivos impasses nas negociações entre Reino Unido, França e União Soviética a respeito do auxílio vindo dos EUA, com a rejeição do avanço norte-americano por parte da URSS⁹, foi criada a OCDE (Organização Europeia de Cooperação Econômica), em 1948, para gerir o Plano Marshall.

Na Itália, a maioria sindical na CGIL (Confederazione Generale Italiana del Lavoro) preferia não aderir e não intervir no Plano Marshall, alegando que era uma questão de governo. Porém, uma parte do movimento aderiu ao Comitê na qualidade de representação italiana, almejando sucesso na proposta política de melhoria das condições de vida e de emprego para as classes trabalhadoras.

O movimento sindical restava dividido na Itália, como nos demais países europeus¹⁰. Das oposições a respeito das políticas contraditórias internas e internacionais, o resultado foi que da CGIL nasceram a FIL (Federazione Italiana del Lavoro) e a LCGIL (Libera Confederazione Generale Italiana del Lavoro) que mais tarde se unificariam e dariam vida à CISL (Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori).

Se antes, o Partido d'Azione, ou mesmo o PSI e o PCI, tinham projetos de mudanças radicais na sociedade italiana, em 1948, a CGIL conduzia quase que de modo isolado políticas radicais como greves e ocupações de fábricas e de terras, contra o desemprego e pela reforma agrária, caracterizando uma nova política sindical que na Itália significava uma oposição aos projetos europeizantes que traziam como consequência, por exemplo, um fluxo migratório sentido sul – norte. Isto se dava devido ao alto nível de concentração e centralização das forças produtivas no norte, graças ao impulso dado aos monopólios nacionais e estrangeiros por meio das instituições comunitárias que nasciam nesse momento, transformando as condições e regras do trabalho na Europa em sentido tecnicizante.

Nel marzo 1950 al teatro romano delle Quattro Fontane il segretario generale Giuseppe Di Vittorio, comunista, aveva lanciato il Piano del Lavoro, fondato sulla piena utilizzazione delle risorse nazionali, la riforma agraria, la nazionalizzazione dell'energia elettrica. Questa via era vista come l'unica possibilità di porre rimedio alla disoccupazione ed all'emigrazione di massa, ed affrontare la tradizionale arretratezza del sistema produttivo italiano, ponendo un freno alla soffocante presenza dei monopoli (VINCI, 2002: 8).

⁸ Criado em 1948, com o nome de Trade Union Advisory Committee - TUAC.

⁹ A política da “cortina de ferro” já havia sido proclamada meses antes pelas vozes das forças capitalistas, quando a partir das transformações do poder político em Praga se definia as linhas ocidentais e orientais da Europa.

¹⁰ Na França, a cisão no movimento sindical tinha levado à criação da Force Ouvriere em 1947.

Porém a posição da CGIL sobre a integração a deixava cada vez mais no isolamento diante das outras centrais sindicais, sendo que num segundo momento, após crises em 1955¹¹ e também durante 1956, as posições sobre o socialismo e as políticas nacionais passaram por uma revisão e pelo sucessivo distanciamento da CGIL do PCI; e a CGIL passaria a sustentar criticamente as inovações e contradições no mundo do trabalho (VINCI, 2002: 4; PCI, 1981: 53).

Assim, queremos indicar que o advento do Plano Marshall não significava apenas uma escolha de posição em âmbito internacional, um acordo supranacional entre Estados, mas ia além, trazia mudanças práticas e ideológicas no campo produtivo da vida social na Itália.

A estabilidade democrática estava garantida de cima a baixo através da força e do consenso. E o governo de unidade nacional encontrou seus limites nas três principais forças localizadas à esquerda italiana, que organizaram a conciliação em torno da democracia e se dissiparam em poucos anos. Comunistas e socialistas viam os democratas cristãos romperem a aliança e se reaproximarem dos partidos burgueses, ao mesmo tempo em que, no cenário internacional, assentavam-se as bases da Guerra Fria.

Mas o que levou o PCI a insistir em participar no governo? O próprio PCI responde:

Bisognava prima di tutto salvaguardare i beni fondamentali dell'indipendenza nazionale e delle libertà democratiche, come condizione per andare avanti sul piano della democrazia e delle riforme sociale. Per questa ragione, il PCI volle continuare com una politica di unità nazionale di tutte le forze democratiche (PCI, 1981: 51).

O PSI era nesse momento o aliado dos comunistas, como observado no início deste capítulo, mesmo possuindo bases fragmentadas e uma orientação ideológica nova que não o prendia às tradições teórico-práticas do marxismo revolucionário.

Diferente era a situação do PCI, que estava cada vez mais pressionado a respeito do seu posicionamento em relação à URSS, tanto pelo movimento operário – que se organizava em torno de direitos em tempos de reconstrução social – como também pelas organizações que compunha e pela militância em geral.

No ano de 1947, ocorreu outra virada na política do PCI com a ruptura do governo de unidade nacional: o primeiro ministro De Gasperi viajou aos EUA para negociar a ajuda do Plano Marshall, e ali sofreu pressões para que a esquerda deixasse o governo como contrapartida ao auxílio (DEL ROIO, 1986). Além disso, no mesmo ano ocorreu uma reunião de partidos comunistas europeus com a URSS, na qual ficou claro que não era objetivo da URSS reconstruir uma *Internacional* como partido mundial da revolução, mas sim atribuir específicas tarefas aos partidos

¹¹ Crise na qual a CGIL perde a maioria na direção sindical na FIAT, a qual desencadeia também uma transformação no PCI.

européus como: defender as zonas de influência conquistadas com a II Guerra e controlar os dois principais PCs da Europa ocidental, o italiano e o francês.

PCI e PCF eram os dois partidos mais amplos, com diversas posições internas e com maior capacidade de sair da órbita soviética dadas as condições nacionais.

Os delegados do Partido Comunista da Iugoslávia presentes na reunião dos PCs acusaram o PCI e o PCF de não terem iniciado um movimento revolucionário; o PCI se encontrou na defensiva. Ao final da reunião foi criado o *Cominform*, como forma de coordenar “as trocas de experiências” entre os partidos. Togliatti publicizou o que seria a nova perspectiva, que mais tarde receberia o nome de *via italiana ao socialismo*. O importante se dava na diferenciação implícita entre Estado e governo, isto é, a democracia como via italiana do socialismo ou via ao socialismo (VACCA, 1997).

O *Novo partido* começou a ser preenchido por novos conteúdos – considerados como um mal necessário por Togliatti –, mas a necessidade de apreensão de uma política particular e a persistência na luta constitucional foram razões para transformações no partido.

No Congresso de 1948, a militância e os dirigentes decidiram por voltar aos moldes leninistas de “partido de quadros”, pelo fomento da formação “marxista leninista” e pela continuidade do centralismo democrático como forma organizativa interna. O partido foi reorganizado tendo como partes constitutivas as células, locais, e um grupo dirigente centralizado (AGOSTI, 1999).

Nacionalmente o PCI formou uma “frente democrática popular” com o PSI, mas não alcançou votos suficientes para ascender ao governo. Desde então o PCI teria reduzida sua parte direta na participação nos governos até sua extinção, ficando sempre com algumas pastas e alguns papéis que não eram secundários, mas que sempre estavam submetidos ao programa do partido no governo.

Entre invernos e verões, um partido que teve destaque nos governos e na representatividade geral foi a Democracia Cristã (DC). E no processo de democratização da Itália é preciso ter em conta a significativa presença dos interesses de classe norte-americanos na mesma¹², que eram orquestrados pelos dirigentes políticos do Estado, políticos da DC em grande parte¹³, desde décadas passadas. Desde 1918, após a Svolta causada pela batalha de Caporetto durante a I Guerra, os EUA agiram como aliados e passaram a ter uma grande influência na constituição de uma sociedade italiana de massas (MELOGRANI, 2014).

A DC, partido formulado e construído logo após a II Guerra, teve diversos membros que

¹² Como exemplo, podemos observar as visitas de presidentes e vice-presidentes dos EUA à Itália em 1943, 1957, 1959, 1963, 1967, 1969, 1975, 1980, 1982, 1989, 1994, 2001, 2005, 2007 e 2009.

¹³ A DC presidiu a Itália entre 1962-1964, 1971-1978, 1985-1999; dos 11 presidentes desde 1948, 5 foram membros da DC. Dados das eleições disponíveis em: <<http://elezionistorico.interno.it/>>. Acesso em 15/12/2014.

colaboraram com a ideia de uma Europa comunitária e livre do comunismo (como Alcide De Gasperi) e encontrou um país propício para sua estratégia interclassista: a Itália já havia fixado o Concordato com o Vaticano, reconhecendo a autoridade territorial e política do Papa que, como escreveu GRAMSCI: “Il concordato è dunque il riconoscimento esplicito di una doppia sovranità in uno stesso territorio statale” (1974: 78). Gramsci foi além e atentou para o fato de que a ausência de uma organização cultural baseada num plano centralizado era o fermento para fazer crescer a tendência de dominação católica nas classes inferiores, que encontravam na religião uma forma de carreira profissional.

Assim, a ausência do conteúdo e da forma laica na Itália permitiram à DC ser um dos principais elos entre o Estado italiano e a política dominante nos países pertencentes ao bloco capitalista, transformando-se num partido nacional apoiado pela igreja e pelo Estado (ALLUM, 1997).

Ainda que algumas definições ressignifiquem a DC como um partido *catch-all*¹⁴, também é significativo notar que a hierarquia do *Boss system* a nível nacional correspondia a uma política centrista que sustentava a luta contra o bolchevismo soviético, em tempos quais, a propaganda anticomunista ocorria também dentro dos cultos religiosos (ALLUM, 1997)¹⁵. Sistema em que a hierarquia interna do partido funcionava como um consórcio de máquinas políticas provinciais, um sistema clientelista de filiação e de participação nos cargos dirigentes do partido e na esfera pública do Estado (ALLUM, 1974). A unidade dos católicos contra o “soviete ateu” favoreceu a disseminação da DC nos anos 1950 e 1960, coincidindo temporalmente com o *boom* econômico em alguns países europeus, cimentando a presença da DC como partido hegemônico e em oposição aos comunistas. Tratava-se dos anos de Guerra Fria, e em 1948 a DC já havia rompido com a unidade nacional para fazer consonância com a burguesia (AGOSTI, 1999).

Mesmo já sendo abertamente um partido católico e burguês, sobretudo baseado em relações *clientelistas*, o PCI assumia a posição de não aprofundar a questão religiosa, visto que, dentro da correlação de forças da época para um lugar significativo na política, a margem de manobra dos comunistas era menor e incapaz de fornecer uma ideia imediata de democracia *operária* às classes trabalhadoras, dado o desconhecimento da perspectiva de superação qualitativa da *democracia liberal burguesa*. Apesar de passar por um progressivo isolamento devido a forte influência da luta anticomunista levada a cabo pelos EUA¹⁶ diretamente na Itália, o PCI conseguiu garantir seu espaço nos governos e, internacionalmente, recebeu um impulso dos movimentos que se desenvolviam para

¹⁴ Baseados nas classificações de Maurice Duverger. *I Partiti Politici*. Edizioni di Comunità, Milano: 1975.

¹⁵ Em 1949, a política anticomunista se exacerbou quando o Santo Ofício decretou a excomunhão daqueles que professavam a doutrina do comunismo material e anticristianismo.

¹⁶ Através da política reacionária que ficou conhecida como Macartismo.

além do campo soviético – como a revolução na China e na Iugoslávia – que iriam repercutir nas formulações da estratégia socialista do PCI dos próximos anos (SPRIANO, 1975).

Desse período emergiram as reflexões do VIII Congresso, de 1956.

Anche per il movimento dei lavoratori si imponeva la necessità di ricercare una via di sviluppo rivoluzionario che fosse aderente alle condizioni economico-sociali del paese, alla sua complessa strutturazione in classi e ceti, alla sua storia e tradizione politica, alla sua cultura. Era il tema di una *via italiana al socialismo*, già porto da Palmiro Togliatti nel suo intervento alla Conferenza nazionale di organizzazione di Firenze del 1947 (PCI, 1985: 57).

As experiências de revolução chinesa e iugoslava contribuíram para a construção de uma perspectiva de socialismo na Itália ao escolherem estratégias diferentes dos modelos de revolução soviéticos¹⁷, abrindo caminho para a fundamentação de uma autonomia internacional atenta às particularidades do país, que eram de respeito com os acordos de Yalta, o Protocolo de Roma e a união nacional (CLAUDIN, 1986).

Ainda com Togliatti na direção política do partido, e como Ministro da Justiça, a leitura do PCI era de que nos anos seguintes a defesa da democracia seria o elo entre o movimento operário e a luta pelo socialismo. De todo modo, o PCI “não permitia uma solução socialista para a crise do capitalismo italiano” (CLAUDIN, 1986: 381). A democracia como elemento formal do e no Estado deveria ser garantida e defendida a partir dos elementos da Constituição então formada, assim como, aprofundada como forma de desenvolvimento de uma relação entre Estado e movimento operário que, historicamente, no país, eram estranhos entre si e contrários à concepção revolucionária de que “O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade” (MARX, 2010: 59).

Democracia e Socialismo

Embora a Constituição não fosse socialista e essa luta fosse apenas uma tática provisória, a partir do *VIII Congresso*, que se desenvolveu em Roma, a luta por democracia seria parte da luta pelo socialismo. Vale notar também que o jornal do PCI, o *L'Unità*, era um instrumento fundamental de inserção do partido na sociedade italiana, não apenas com o jornal em si, mas com a

¹⁷ Como nos debates da Internacional sobre a revolução para os países industrializados, semicolônias e colônias.

realização de inúmeras festas anuais em cada seção do partido¹⁸ (TORTORELLA, 1998).

Cada vez mais a consolidação da democracia ganhava um espaço analítico, conceitual e estratégico, todavia, em detrimento da política revolucionária para além do Estado. Se “a questão decisiva” na luta pelo socialismo é a questão do “poder político”, então, a busca por reformas sociais, a conquista da maioria, o contato e a colaboração com outras forças sociais e políticas significavam agora uma possibilidade de conquista do progresso econômico e da efetividade do regime democrático garantidos pela Constituição, sem a necessidade de “uma luta armada”, pois existiam “novas possibilidades de organização”, “novas formas de passagem/construção ao/do socialismo”, uma “renovação democrática e socialista” (PCI, 1981).

Outros fatores internacionais contribuíram para o fortalecimento das concepções do *reformismo* no VIII Congresso do PCI, como a independência do Vietnã, Laos, Camboja, Índia, que derrotaram algumas das frentes da política colonialista europeia. Assim, a política de *coexistência pacífica* em marcha desde a URSS reverberava na política interna do PCI com a aceitação do livre confronto de diferentes ideologias. O fato é que os soviéticos não tinham condições de dar à guerra contra o nazismo uma saída revolucionária: a destruição da democracia proletária, o afastamento das classes trabalhadoras da vida política, eram aspectos da política interna do stalinismo, o que reverberava na externa (CLAUDIN, 1986). A mutação não era apenas ideológica, era imediatamente prática, pois dentro da concepção marxiana:

O comunismo distingui-se de todos os movimentos anteriores porque revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e intercâmbio precedentes e porque pela primeira vez aborda conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-se de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados (MARX, 2007: 67).

Através da democracia os indivíduos podem se associar, e é válido ter em vista que o peso e a importância da propaganda – a respeito da diferença entre democracia e comunismo –, impulsionada pelos países ocidentais de democracia liberal, fez com que diferentes classes aderissem à construção de democracias e também pressionassem as organizações ideologicamente ligadas ao bloco soviético, a mudarem ou acrescentarem elementos aos seus programas. Para o PCI, isto significou a plena adoção da defesa da paz e da independência nacional, num movimento de renúncia à luta armada e às intervenções ocidental e oriental, por parte dos EUA e URSS, respectivamente (PCI, 1985: 59).

No plano militar também ocorreram transformações, como a adesão da Itália ao Pacto

¹⁸ As edições do L'Unità são atualmente organizadas pelo próprio jornal e estão disponíveis online: <http://archivio.unita.it/>

Atlântico, que constituiu a NATO (North Atlantic Treaty Organization) em abril de 1949 - que expressava para a Itália e para o conjunto de forças em disputa (ocidente e oriente comunista) uma escolha essencial no plano estratégico. Além de Itália e Estados Unidos da América, foram fundadores da NATO: Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islandia, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos (Holanda), Reino Unido, posteriormente aderiram: Turquia, Grécia e a República Federativa da Alemanha (PAPA, 2006: 102).

Poucos anos depois, Grécia e Turquia também aderiram à NATO. As atividades da NATO, bem como da recém fundada Organização das Nações Unidas (ONU), foram decisivas em alguns conflitos internacionais do pós II Guerra, como na autorização dada pela ONU ao uso da força para “ajudar” a Coreia do Sul contra a do Norte, na Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953 (FOCARELLI, 2010: 294). A intervenção da ONU na Coreia está no quadro de políticas anti-comunistas¹⁹ que estava espalhado por todo o mundo ocidental, nas democracias-liberais, e significava uma intervenção fora do centro estratégico da NATO, que era a proteção da Europa contra a URSS. Em diversos momentos os conflitos regionais seriam expressão do contraditório impasse internacional que resvalava na contenda EUA *versus* URSS.

No âmbito regional europeu a possibilidade de conflito no mundo do trabalho como desestabilização da paz mostrava a necessidade de controle da produção industrial na fronteira franco-germânica, região que foi palco e motivo de muitos conflitos regionais. Alguns elementos estavam presentes na estabilização da Europa ocidental nesse momento: o desenvolvimento econômico dos países da Europa central, a estabilização e integração da Europa na economia internacional como terceira força, a aliança entre Reino Unido e França e aceitação da influência da URSS em Polônia, Hungria e Tchecoslováquia (HALLER, 2008: 59).

A instalação de uma gerência internacional para planejamento e controle da produção²⁰ do carvão e do aço da região que compreendia a República Federal da Alemanha (RFA), Itália, França e o BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) estava dentro da expectativa iniciada no Plano Marshall, isto é, manutenção da paz e formação de uma base econômica comum no desenvolvimento do capitalismo na Europa (CECA TEATRY, 1951). A criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) envolveu a Itália desde o princípio, visto a importância do fluxo migratório de mão-de-obra, a grande indústria do norte do país e o papel ativo durante a II Guerra. Instituição que teve os então reconhecidos propulsores da economia francesa no governo de Charles De Gaulle, os políticos Jean Monet e Robert Schuman, como destaques na empreitada de

¹⁹ Nesse momento o presidente dos USA é Harry Truman, governo que ficou conhecido pela deliberada política anti-comunista expressa na “Doutrina Truman”.

²⁰ A teorização de Harry BRAVERMAN a respeito do Trabalho e do Capital Monopolista é bastante apropriada para a compreensão do desenvolvimento das chamadas Comunidades Europeias, embora ele não trate do tema diretamente. (BRAVERMAN, 1981).

coordenar os diferentes interesses das classes dominantes da então chamada Europa dos Seis.

É interessante notar o caráter da aliança entre os países membros da CECA, que vai para além dos limites-liberdades econômicas, é também político e militar; a CECA era uma organização gerida por uma alta autoridade supranacional, mas não por fora dos interesses dos grandes grupos industriais dos países envolvidos. A RFA passava ainda mais para o mundo das determinações sociais do lado ocidental e o fortalecimento da Aliança Atlântica, NATO, se aprofundava com a entrada do Reino da Grécia e da República da Turquia, em 1952. Em âmbito europeu a CECA foi um dos passos dados pelos Estados europeus na paz interna, ao mesmo tempo em que a NATO era o centro estratégico de defesa militar contra a URSS.

Através da CECA, a liberação dos mercados produtivos e de consumo da Itália esteve associada a expansão produtiva dos anos de recuperação, garantindo um rápido e contínuo crescimento da economia no norte. Além de ser a primeira forma oficial da futura União Europeia (UE) com um poder supranacional e órgão jurídico, a CECA estabelecia uma nova forma de relação imperialista entre os países aderentes garantido a liberdade de comércio e redução de tarifas, favorecendo a expansão dos grandes negócios, e ao que reguarda à classe operária, estava assegurado em sentido formal o melhoramento das condições de trabalho e de vida (CECA TEATRY, 1951)

O *welfare* foi um elemento essencial na guerra ideológica que trazia as classes trabalhadoras para o campo da defesa do capitalismo como o melhor sistema na garantia das liberdades e da qualidade de vida. Mas o *welfare* é fruto da intensificação e especialização do trabalho na Europa, com desenvolvimento tecnológico, qualificação da mão de obra e uma maior fiscalização, o que permitiu não apenas a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras.

Para os comunistas italianos, a CECA era inicialmente mais uma investida do grande monopólio que afetava a estratégia da independência nacional ao estipular a supranacionalidade da Instituição. A reestruturação produtiva foi central no desenrolar da CECA, que no caso italiano significou a redução do desemprego e investimento nas forças de produção industrial.

De fato, o Tratado de Paris, de 1951, que instituiu a CECA e uma *alta autoridade* supranacional para geri-la, foi um passo decisivo na conformação de um primeiro grupo de países unidos em torno da cooperação econômica que pode ser vista como uma cooperação que visava reduzir algumas mercadorias à um denominador comum dentro dessa comunidade inicial de seis países, de modo a beneficiar especialmente as relações de paz e entre os grandes grupos financeiros da siderurgia franco-germânicas (PAPA, 2006).

Uma virada na direção política do movimento comunista internacional colegado ao espaço soviético se deu com a morte de Joseph Stálin, em 1953. Ainda nas linhas do VIII Congresso, para o

PCI a morte de Stálin significou a perda de uma liderança firme, de um “chefe genial” no cenário internacional. Os aportes de Stálin ao movimento comunista foram imensuráveis, especialmente do ponto de vista da negatividade política das consequências teóricas e práticas para o movimento (ANDERSON: 1983)²¹.

Em 1956, se tornava pública a crise da direção soviética após a apresentação das atrocidades cometidas pelo poder dirigente da URSS. A partir da intervenção de Nikita Krushchev no XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) em fevereiro de 1956 ficaram ainda mais conhecidas algumas posições internas a respeito do culto à personalidade que havia dentro do Partido soviético, sendo um incremento na crise do socialismo do lado oriental. Desde então iniciou uma profunda crise no movimento internacional no sentido da realização de revisões críticas sobre as posições seguidas pelos diversos partidos a partir das orientações do alto escalão soviético – os processos de desestalinização – e a renovação se dava com o alinhamento às novas linhas da política soviética implementada por Krushchev (REZENDE, 2010).

Prosseguia de outra forma a continuidade ou a transformação das conquistas da Revolução de Outubro de 1917, afinal, o desenvolvimento da Rússia não estava dissociado do desenvolvimento internacional (ocidente) (TROTSKY, 2007).

Com a mudança de direção na Rússia todo o movimento comunista passava a um novo momento e o PCI aprofundava sua nova fórmula política. O desenvolvimento econômico italiano do pós-guerra garantiu um avanço das condições de vida da maioria da população, especialmente da classe operária do Norte, ainda que a questão Meridional não estivesse resolvida; o que era interpretado pelo PCI como o desenvolvimento democrático segundo sua estratégia rumo ao socialismo. A contenda do Mezzogiorno permanecia irresoluta. No começo dos anos 1950, a impetuosa industrialização setentrional impulsionada pelo Mercado Comum Europeu arrasava a classe trabalhadora do sul; a situação começou a se modificar de modo mais profundo a partir da segunda metade dessa década, quando as empresas estatais são obrigadas a direcionar 60% das novas plantas no Mezzogiorno, que tinha apenas 22% da ocupação total da indústria nacional (BARBAGALLO, 1980: 81).

Assim, a presença do capital internacional monopolista, a presença de uma forte burguesia interna desenvolvida rapidamente com a reconstrução e expansão do capital, a presença de partidos burgueses de massa nos governos (DC) foram os elementos combatidos, visto que por outro lado a situação econômica significou um avanço nas condições de vida das massas – um ponto positivo aos comunistas, visto que ainda detinham grande influência e legitimidade política nas massas. O

²¹ As considerações de Perry ANDERSON a respeito das análises de Trotsky sobre o stalinismo são pertinentes para um balanço crítico do ainda vivo debate sobre o que “foi” o stalinismo.

problema persistia então no âmbito da política, isto é, em como avançar rumo ao “programa máximo”, rumo ao socialismo, sendo que internacionalmente e nacionalmente a propaganda anti-comunista adquiria ainda mais argumentos após 1956.

Desse modo, a posição do PCI foi novamente defensiva, indicando que os comunistas italianos seguiam uma linha própria. Togliatti pronunciou que as denúncias a respeito do stalinismo eram superficiais e espetaculares, acentuando a existência e persistência de um caráter personalista da burocracia soviética. De fato, era de interesse que o debate sobre stalinismo não superasse os limites do debate interno e também não colocasse a imagem do PCI em perigo no que diz respeito a sua identidade como partido comunista, porém a visibilidade do problema tornou o debate aberto em todos os níveis. A estrutura política do movimento comunista tinha mudado e era essa a conclusão que o PCI tirava dos profundos debates realizados nos meses subsequentes, de modo que o “modelo” soviético não era mais obrigatório (PCI, 1981: 57).

O sistema socialista deixava de ser monocêntrico e mostrava sua complexidade policêntrica e heterogênea: a via pacífica (*coexistência pacífica* entre ocidente e oriente, quer dizer, entre os países que tinham adotado o regime capitalista e os do bloco socialista) e a pluralidade de ideias se faziam mais presentes na política dos partidos – um fenômeno que não riguarda apenas ao PCI, mas atinge grande parte da esquerda comunista (REZENDE, 2010: 36)

No bojo da estratégia da revolução em etapas, a revolução burguesa na Itália não era tarefa para os comunistas, visto que o país estava dentro da esfera das economias mais desenvolvidas do capitalismo, mas persistia ainda por alguns anos a luta de defesa das liberdades democráticas que sempre estavam ameaçadas através de reformas a partir do Estado e dos governos de *centro-esquerda*, isto é, o próximo passo na construção do socialismo seria o aprofundamento da democracia, que em senso estrito significava a chegada das classes trabalhadoras ao poder político através de suas organizações por vias democráticas (PCI, 1981: 65), mais uma vez:

La lotta per la pace, per la coesistenza pacifica, è quindi uno degli obiettivi fondamentali che l'VIII Congresso del PCI pone di fronte a tutto il popolo italiano. In questa lotta assume pieno rilievo il valore della solidarietà internazionale nel mondo operario, tra le forze democratiche e tra i popoli che lottano per la propria indipendenza. Ma deve essere affermato con vigore il carattere originale che assume la lotta rivoluzionaria in ogni paese. La necessità che ogni movimento e partito sia pienamente autonomo (PCI, 1981: 59).

A promoção do comunitarismo em nível europeu e a possibilidade de isolamento como consequência do anticomunismo (consequências do macartismo e da política da DC) são alguns dos motivos que levam o PCI a uma abertura e à realização de alianças nos governos de centro-

esquerda: o PSI já havia sofrido algumas cisões e buscou reverter a debilidade através de uma aproximação com a DC que, por sua vez necessitava renovar sua base política e pela primeira vez, em 1963, o PSI chega ao governo com as lideranças de Aldo MORO e Pietro NENNI (DEL ROIO, 1986: 40).

O formado governo de centro-esquerda, composto por DC, PSI, PRI e PSDI, estava baseado num programa de reformas sociais dentro da ordem capitalista constitucional e de busca do pleno emprego com o fortalecimento da participação do Estado italiano na economia, o qual foi possível, por exemplo, com a nacionalização da indústria elétrica (AGOSTI, 1999); politicamente parte determinante das forças internas da DC persistia nas ações de isolamento do PCI, contribuindo com a política anti-comunista protagonizada pelo PSI e fomentando a divisão entre comunistas e socialistas no país.

Mais tarde, no *X Congresso*, o PCI é que passará indireta e momentaneamente à órbita *centro-esquerda* com a política de não se fechar em si, de preservação da unidade do movimento operário e de rompimento de barreiras que historicamente continham as lutas sociais e políticas. Luigi LONGO, então principal dirigente do Partido após a morte de Togliatti em 1964, declarava no XI Congresso que a política de centro-esquerda na Itália havia falido (PCI, 1981: 67). Ainda que baseados em posições ideológicas e culturais distintas, o PCI passava a declarar a necessidade de afinar os aspectos políticos comuns com as lideranças católicas, visto que em boa parte eram direções que expressavam os anseios das classes trabalhadoras. O redimensionamento do PCI a partir do X Congresso pode ser visto como uma movimentação tática fundamental para as experiências futuras, ao buscar uma reaproximação com o governo e com os partidos no governo num momento em que o crescimento econômico-social não tinha uma estampa de liderança comunista.

A caracterização do próprio PCI a respeito da aproximação com os católicos não recebia o nome de *reformismo*, mas sim de *luta revolucionária pelas reformas*: a diferença estaria na conexão entre o programa mínimo e o programa máximo que existia no PCI, pois era central a ascensão das classes trabalhadoras ao poder e o PCI via que se não fosse operado um salto de qualidade, o Estado italiano continuaria a ser um Estado burguês cada vez mais distante da ideia de república fundada no trabalho como elemento central da sociedade italiana (PCI, 1981: 65). Ainda que saudada como uma *manobra tática*, a combatividade dos comunistas também permanecia até então entre a força e o consenso, mas cada vez mais a elaboração teórica e prática do partido trocava estrada e passava a caminhar pela *via* do consenso – uma via tão curvilínea e incerta como a da revolução. A perspectiva de transformação do país não se dava com a possibilidade do processo estar sob direção das classes trabalhadoras.

A conexão entre a estratégia e a tática é fundamental para a vida de uma organização, e o caso dos comunistas italianos é bastante complexo. Se o objetivo central do PCI ainda era o socialismo como momento de desenvolvimento social mais avançado, diversas atitudes tomadas pelo partido indicavam que seriam árduos os esforços requeridos para alcançar esse objetivo. A reaproximação com o governo e a aproximação com a DC são duas táticas numa manobra que tinha em vista a estratégia socialista. Uma vitória tática não significa necessariamente um passo a mais na estratégia²². No caso do PCI, ainda que a associação com governos e com os partidos lhe desse uma vantagem de manobra, as mudanças sociais dentro da Itália e na zona ocidental eram conduzidas pelas forças capitalistas: os partidos e as burguesias organizados nas instituições. A estratégia das alianças estava em movimento, em movimento constitutivo e ainda estava longe de representar uma substituição da estratégia socialista.

Mas acima da realidade italiana e com a cooperação de forças italianas estava em processo a criação do mercado comum europeu dentro da *Comunidade Econômica Europeia* (CEE) e também da Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom). Em 1957, foi assinado o *Tratado de Roma* que dava criação a CEE e Euratom. Iniciava um processo de aprofundamento da redução à um denominador comum todas as mercadorias, e em especial a *força de trabalho* europeia, isto é, a liberalização dos mercados e fronteiras para a livre circulação de capitais fez com que a mão-de-obra de cada país se tornasse uma *mercadoria* disponível às burguesias europeias com relativa paridade do *valor de troca* a partir da busca de equilíbrio entre as economias nacionais (MARX, 1996).

Uma das novidades do Tratado de Roma foi o estabelecimento da gestão das organizações que nasciam a partir de *Conselhos* de ministros dos Estados envolvidos, isto é, assumia o aspecto intergovernamental como a principal forma de inter-relação dos Estados, diferente do caráter supranacional da CECA (THORTENSEN, 1992).

Anos antes alguns Estados europeus haviam tentado a criação de um espaço de defesa próprio, a Comunidade Europeia de Defesa (CED), que por seu turno não se efetivou²³. A hegemonia política na nascente CEE além de não ser garantida pelos PCs europeus, que realmente estavam longe dos governos, era ao mesmo tempo liberal e democrática-burguesa, e a continuidade das políticas econômicas se restringiram justamente às questões que não envolviam diretamente o aspecto estratégico-militar, visto que a NATO já garantia a presença militar na Europa capitalista. Com o Tratado de Roma estaria regulada a lealdade na concorrência e o desenvolvimento

²² Em outro nível vale pensar no caso da Guerra do Vietnã, bem como o da Guerra entre Israel e Egito em 1973, nos quais as potências capitalistas EUA e Israel não saíram vitoriosos mesmo vencendo um maior número de batalhas (Luttwak, 2015)

²³ Nesse momento estava em curso a Guerra no Vietnã e a cisão na China.

harmonioso dentro da união aduaneira (CECA, 1951).

Mas onde há igualdade não há lucro (MARX, 1996). As relações não se passam de modo puro, pois a circulação ou o intercâmbio de mercadorias por si só não produz valor, e é nesse sentido que a força de trabalho é repensada como fonte de *valor* no sistema europeu. Todavia, a anarquia na divisão social do trabalho prevalece no sistema europeu, um aspecto fundamental para a existência da concorrência que, por sua vez, favorece os grandes grupos financeiros com as regras que impede a existência dos pequenos produtores.

A interdependência associada antagonicamente com a concorrência seriam possíveis justamente se houvesse uma combinação de forças políticas também antagônicas. Como analisou Braverman (1981), a vida social se tornava mais dependente da indústria de alimentos, das mudanças de costumes, da urbanização, de uma vida social canalizada pelo mercado: os indivíduos se atomizavam em relações de produção, compra, venda e consumo, tendo o Estado como agente que fazia *locupletar* a classe capitalista ao liberar e garantir a expansão do capital monopolista que, por sua vez: 1) gerava um excedente que não podia absorver, 2) estava permanentemente mobilizado para a guerra e 3) gerava miséria e insegurança na estrutura social (BRAVERMAN, 1981).

A base da expansão até a crise dos anos 1970 estava baseada no fordismo, tendo surtos de expansões internacionais especialmente em indústrias tecnológicas que foram amadurecidas nos tempos de guerra e se portavam aos mercados extra-europeus. A qualificação da produção europeia permitiu o crescimento de vários países dentro da economia capitalista, com uma maior organização do *trabalho útil* na *divisão social do trabalho* (MARX, 1996).

Como resulta das análises de David HARVEY (1994) a derrota dos movimentos das classes trabalhadoras foi essencial para que fosse assegurado o controle social a partir do Estado, sendo que mesmo com os desenvolvimentos econômicos desiguais estivesse garantida a formação de *mercados de massa globais*. Não apenas os PCs estavam longe dos governos, com exceção do PCI, como as organizações de base eram neutralizadas através da cooptação ou da coerção.

Num país em que a sociedade se renovava com grande velocidade, o PCI também sentia os efeitos de um novo momento e internamente surgiam ideias e ações para o combate ao capital. No *XI Congresso* o Partido sai dividido a respeito da prática política, com as linhas de Giorgio Amendola e Pietro Ingrao. Uma a direita, outra a esquerda. Amendola entendia que se deveria estabelecer alianças com a classe operária e outras forças políticas com a finalidade de uma reforma estrutural do Estado e a criação de novas formas de controle democrático, na qual a participação na construção de uma Europa unida deveria estar o PCI; Ingrao se mostrava preocupado com o sucesso da política neocapitalista (CEE) e, para combatê-la, indicava que só a classe operária unida e

independente no terreno das lutas de massas poderia ser o núcleo de um novo bloco social capaz de combater o reformismo do governo de centro-esquerda. Quantitativamente, as propostas de Ingrao tinham a minoria do Partido, mas foram fortes o suficiente para lançar divisões internas que foram duradouras (AGOSTI, 1999).

Na política soviética, os comunistas italianos já estavam deslocados da influência do PCUS e emitiam opiniões próprias, como a respeito da substituição de Krushchev e sobre o posicionamento político diante da *distensão*, como também buscavam diálogos diretos com a China, embora sem resultados imediatos. Foram anos de grandes acontecimentos com grandes consequências. A revolução cultural chinesa, o maio francês, greves e ocupações no movimento operário e estudantil, são alguns dos acontecimentos marcantes. No PCI, as consequências foram grandes: os conflitos internacionais contribuíram para um giro das massas à esquerda, sustentando um crescimento eleitoral do PCI em mais de 800 mil votos e a eleição do jovem dirigente Enrico Berlinguer como deputado.

Foi também um momento de discordância internacional no movimento comunista. As tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia com a finalidade de salvaguardar o regime que corria perigo com a direção do PC do país, e o PCI se posicionou publicamente contrário à intervenção militar, resgatando a política de autonomia e independência dos países e dos Partidos diante das realidades nacionais como conteúdo para a crítica à ação soviética.

O fim dos anos 1960 foi repleto de movimentos políticos, conhecidos em Itália como *outono quente*. Segundo análises, como a de José Luiz DEL ROIO (1986) e de Tobias ABSE (1996), o movimento nas Universidades foi o catalisador do movimento nas fábricas: houveram ocupações em diversas cidades, como Pisa, Bologna, Cagliari e Camerino e generalizações para Trento, Milão, Gênova, Turim, Veneza, Pádua e outras. Os problemas universitários iam desde o aumento de vagas sem estrutura compatível, até a inexistência de empregos para os formados, indicando uma profunda conexão do sistema produtivo italiano e também do movimento político de resistência. O Norte presenciou uma rebelião dos trabalhadores da indústria, rebelião que abalou o poder durante uma década, pois as exigências muitas vezes versavam mais sobre o controle do processo do que sobre os salários. No Vêneto e em Turim houveram fortes rebeliões, como nas fábricas da Fiat e Pirelli (em que o processo seletivo de funcionários era organizado conjuntamente entre a burguesia, o clero e a polícia).

Em 1969, 20 milhões de italianos aderiram a uma greve que forçou mudanças no sistema de aposentadorias. A organização foi avançada com a criação de um sistema de delegados e conselhos, o que possibilitou diversas conquistas. Em , as revoltas levaram o governo a criar um Statuto dei Diritti dei Lavoratori, fazendo com que muitas das conquistas de greves e mobilizações se

tornassem direitos constitucionais.

Além dos espaços de diálogos das principais forças políticas partidárias, diversos movimentos explosivos indicavam que não apenas na esfera da política estatal se desenvolviam as reformas, como nos anos de 1948 com greve geral semi-insurreccional, em 1967 e 1968 com mobilizações estudantis e principalmente entre 1968 e 1970 com as históricas rebeliões de trabalhadores nas indústrias do norte, nas quais entre os revoltosos, estavam os trabalhadores da Fiat, da Montedison, Pirelli, Mirafiori: o chamado segundo *biennio rosso*, que havia criado novas formas de atuação das classes trabalhadoras, do movimento estudantil e do movimento democrático em geral, sendo que a lição tomada pelo PCI era de que junto do nascimento de diversos organismos de democracia de base, como conselhos de fábricas, regiões e bairros, deveria ocorrer uma aceitação pelos movimentos protagonistas de 1968-70 a respeito da “centralidade do Parlamento” (LIGUORI, 2009: 23-24).

Além de conquistas organizativas nos locais de trabalho e estudo, o movimento de trabalhadores do segundo biennio conseguiu a aprovação do *Statuto dei Diritti dei Lavoratori*, assegurando direitos importantes vigentes até hoje e que, até hoje, colocam problemas para os governos que buscam promover as reformas necessárias para a adequação à estrutura europeia de liberalização das políticas reguladoras do mercado e da mão-de-obra. A potência das lutas travadas nesse momento fez com que as classes trabalhadoras do país se beneficiassem do crescimento econômico impulsionado pela forte industrialização e pelo aumento do consumo, não sendo apenas mérito das reformas aprovadas em parlamento.

Mas porque não surgiu um partido forte e revolucionário a partir dos eventos de 68 na Itália? Com as fortes lutas que impulsionaram os anos do chamado segundo biennio rosso, o PCI aumentou o número de seus filiados e nasceu uma esquerda para além do PCI, mas sem uma força eleitoral que colocasse em risco seu espaço. Nas eleições de 1968, o PCI passou dos 25,3% para 26,9% (PCI, 1981: 70). A forma pela qual a estratégia comunista se combinava nesse momento com as táticas é uma explicação para o fato do PCI continuar a ser o mais destacado partido da esquerda, com orientação socialista, sem que isso significasse imediatamente um posicionamento combativo direto contra o Estado: o PCI não havia previsto a força dos movimentos e inicialmente realizou combates contra o extremismo que existia no movimento de operários, de professores e estudantes que, ao não ser catalizado, mais tarde se dividiria entre o pacifismo e a formação de diversas correntes pequenas que não optariam pela via de existência parlamentar. De fato, foi um movimento levado desde o início pelos movimentos de bases, como os sindicatos, pequenas organizações, autonomismos, etc., e não pelas estruturas do alto, mas contra essas e sobretudo contra o patronato, num momento em que também o Estado estava sendo contestado (TRENTIN, 1999).

Desse modo, se a via italiana para o socialismo era exclusiva, nacional, pacífica e progressiva, a pluralidade de forças nos governos não seria um fator contraditório, mas sim o movimento de radicalidade extrema que se espalhava em Itália – o qual deveria ser superado através do aprofundamento da representação dos interesses das classes trabalhadoras e dos extratos médios nos organismos de poder, nos quais o PCI era a principal das forças de esquerda.

A luta política se deu de outra forma, com continuidades e inovações em relação ao passado; por exemplo: no mesmo 1968, o PCI apoiou com veemência a atitude dos comunistas da Tchecoslováquia que através da autocritica decidem pela execução do *novo curso* na política interna e rejeição da continuidade com o stalinismo, isto é, o distanciamento com a URSS, o que equivaleria para o PCI à adoção de uma política nacional, particular, de via ao socialismo, ao passo que realizava a crítica ao centralismo burocrático e louvava a participação dos trabalhadores na direção do Estado. Meses depois das mudanças operadas internamente, as tropas do Pacto de Varsávia ocupavam a então Tchecoslováquia colocando um fim à Primavera de Praga, o que levou o PCI a condenar a política soviética e a reivindicar o respeito à *independência nacional*. Um fator novo foi a indisposição aberta e declarada contra a URSS (PCI, 1981: 71).

As reformas em andamento na Tchecoslováquia estavam em consonância com o que o PCI buscava promover na Itália. A invasão das tropas do Pacto de Varsávia em Praga foram sentidas pelo PCI como uma chance e uma necessidade de sair dos desígnios soviéticos e assumir uma jornada deslocada da URSS. De fato, a democratização reformista pretendida na Tchecoslováquia e a pretendida pelo PCI não podiam ser desenvolvidas dentro do espaço soviético, e a saída do PCI foi passar da *recusa a aceitação* clara da proposta política de uma *comunidade europeia* baseada na *cooperação* com o campo do *ocidente*. Além disso a invasão soviética reafirmava o autoritarismo e a falta de liberdade para os partidos reformistas e também para os revolucionários.

Uma forte conotação democrática avançava em todos os movimentos, desde USA, Europa, América Latina, atingindo as organizações, desde as mais rígidas às mais maleáveis. Ademais, dos movimentos do segundo biennio as lutas por direitos foi a herança criada e deixada e que potencializou a ideia e a prática social do *indivíduo* na ótica do Estado e da pessoa. Expressão desse movimento foi o referendun sobre a revogação do divórcio, o qual não foi aprovado com 59,26% - vale notar que nesse momento a DC sob a direção de Amintore Fanfani se posiciona favorável a revogação do divórcio, enquanto que o PC optava claramente pela outra alternativa. Outros fatores impeliam o PCI à renovação, como a implantação das *regiões*, a introdução do divórcio, e a instituição do Estatuto dos trabalhadores (TORTORELLA, 1998).

A renovação democrática em curso inspirava o PCI a não ser uma *alternativa de esquerda*, mas uma *alternativa democrática* através da perspectiva da colaboração ampla, desde as forças

católicas, passando pelas democráticas e, certamente, algumas de inspiração socialista e comunista (BERLINGUER, 2015: 49).

A democracia progressiva, avançada, como valor universal era discutida não apenas pelo PCI, mas também no Brasil pelo PCB, como na França pelo PCF na direção de George Marchais, em Espanha, etc. Para a integração dos respectivos países na nova Europa, o casamento entre Mercado Comum e democracia avançada era basilar no programa comum da esquerda, o eurocomunismo – com exceção do PCP que vivia um outro momento mas acompanhava de perto as conversações entre PCE, PCF e PCI. De conjunto estava ressuscitada a via europeia para o socialismo, sem os elementos de ditadura do proletariado, revolução, comunismo, de modo a tranquilizar a opinião pública. O PCF também desenvolveu sua variante francesa de socialismo.

Diante das mobilizações de 1968, a atenção do PCI estava voltada para as organizações estudantis, embora essa não fosse uma política de consenso no partido, pois havia os que defendiam - contrariamente ao secretário geral Luigi LONGO - que a luta deveria ser de duas frentes, e não uma luta nacional levada pelo partido (AGOSTI, 1999). As contradições internas levaram a ala esquerda do partido a fundar um jornal, *Il Manifesto*, para publicar as próprias opiniões, inclusive contra a ideia de “democracia avançada” para atrair os extratos médios, optando por dar centralidade à insubordinação dos trabalhadores. Contava com as lideranças de Lucio Mgri, Rossana Rossanda, Luigi Pintor, Aldo Natoli, entre outros (ABSE, 1996).

Diante do fato, O Comitê Central do PCI decidiu pela expulsão do grupo Manifesto, em 1969, já estando Berlinguer na direção do Partido. Assim, o PCI excluiu de seu interior a única força que reagia positivamente aos movimentos de transformação (ABSE, 1996: 72).

Dois fatos contrastantes emergiram desse momento. O primeiro foi o nascimento de uma extrema esquerda organizada, com os grupos *Il Manifesto*, *Avanguardia Operaia* e *Lotta Continua*, além de uma grande efervescência ideológica nas massas independentes; o segundo fato foi que embora o PCI tenha conseguido realizar uma atuação muito importante nas revoltas e protestos após perceber sua magnitude já ao fim do processo, não conseguiu converter essa energia em força ativa para a realização da estratégia – não alterando quadro político a partir dos movimentos, o PCI garantiu os importantes postos que possuía no Parlamento, tanto nas eleições de 1968 como em 1970. Foi a extrema direita (MSI) que conseguiu capitalizar boa parte do eleitorado insatisfeito com os governos, passando de 5,8% para 10,7% em 1970, bem como a DC compreendeu o contexto e passou mais à direita hegemonizando a política institucional com o fim do governo de unidade nacional (ABSE, 1996). A partir daí a política italiana, ao que riguarda a estratégia do PCI, mudaria substancialmente.

Buscamos indicar que apesar da existência de uma conjunção de fatores, a configuração das

forças políticas não mudaram ainda que tenham encerrado um momento na Itália. A continuidade da correlação de forças políticas desde a *Svolta di Salerno* relegou ao PCI um papel de oposição importante, mas aquém de seus objetivos. Além disso, diante da impossibilidade de um ataque direto pela esquerda comunista de conjunto contra as forças conservadoras (sejam as democráticas, como as católicas), da parcela hegemônica por Amendola e Longo (vice-secretário que em poucos anos assumiria o cargo de secretário) é que saiu o apoio à candidatura da DC à presidência italiana (Giuseppe Saragat). Nesse período o PSI sofre uma reorganização com a junção do PSDI, adotando a sigla PSU, que pouco tempo mais tarde voltaria a mesma divisão e continuaria como PSI.

Internamente ficava mais evidente a existência de diferentes visões no PCI, o que fomentaria a contínua redefinição política de táticas e conceitual, como as transformações sobre a ideia de revolução (desde Gramsci como processo ou com Togliatti como reforma das estruturas), a criticidade sobre a sociedade, o nível de abertura de alianças e a questão das reformas que ganharia cada vez mais espaço no vocabulário e na prática política: o déficit teórico já estava em curso (LIGUORI, 2009).

O fim do boom de crescimento econômico europeu e a política de pacificação entre USA e URSS indicavam que era um momento de mudança da natureza política internacional e o risco de maximizar a luta por direitos *em si*, era o de minimizar a luta de classes, *para si*.

De modo a dar uma primeira caracterização desse processo, inacabada por ser ainda um início, nos baseamos numa carta de Gramsci à Togliatti em que debatia as contradições internas do Partido e sua atuação diante do PSI, em maio de 1923:

Mas, se continuarmos a assumir as atitudes formalistas que temos assumido até agora (observe que isso vale para mim, para você, para Bruno, para Umberto, mas não para Amadeo), obteremos a finalidade oposta àquela que desejamos: a oposição se tornará de fato a representante do Partido e nós permaneceremos marginalizados, sofreremos uma derrota prática, talvez irremediável e que será inelutavelmente o início da nossa desagregação como grupo e de nossa derrota ideológica e política (GRAMSCI, 2004: 132).

O PCI deu enormes contribuições para o processo de democratização da Itália, mas a participação/continuidade no governo de unidade não foi assegurada pelas urnas, visto que a escolha pela democracia, como consequência, implicava a aceitação das eleições como decisão geral. Porém, a aceitação da democracia e o subsequente dispêndio de forças para a edificação dessa forma política a partir do Estado em consenso com as diferentes classes sociais, não significava diretamente que a estratégia de construção do socialismo seria realizada. O PCI reconheceu, mais

tarde, que a participação nos governos de unidade nacional tinha produzido uma desaceleração do partido, uma perda nas relações diretas e contínuas com as massas que derivaram do burocratismo e do oportunismo no Partido (BERLINGUER, 2013: 146).

Enfim, uma primeira consideração a ser feita a respeito da atuação política mais geral do PCI, baseada no programa de democracia que foi elaborado para a Itália é a indicação de uma primeira derrota dentro de uma conceituação feita por Gramsci nos textos compilados em *Escritos Políticos*²⁴, que é a *derrota prática* do movimento, isto é, o *isolamento e marginalização do grupo dirigente consolidado e substituído no governo pela oposição* (GRAMSCI, 1978: 99 – 211).

O PCI já não permanecia no âmbito conceitual da tradição marxista e também não aderira às políticas soviéticas, embora houvesse aproximações em diversos aspectos, como na *via pacífica* estabelecida tanto no âmbito das relações internacionais como no nacional, sendo que a via pacífica em si já era uma nova leitura da teoria marxista a qual, por sua vez, assinalava a tomada revolucionária do poder pelas classes trabalhadoras, mas ia além, pois a possibilidade de realização do comunismo, com o socialismo como um momento de transição revolucionária exigia que as classes trabalhadoras se colocassem contra o Estado, na medida em que era um Estado burguês (MARX, 2008). “Somente no socialismo pode um povo filosófico encontrar a sua práxis correspondente e, portanto, somente no proletariado o elemento ativo da sua libertação” (MARX, 2010: 70).

Saída da guerra, o elemento predominante da sociedade italiana era o capitalismo e verificava-se que o PCI atuou para se colocar no poder como representante das classes trabalhadoras, mas diferia da compreensão e atuação tal como concebida na estratégia marxista quando realizava o reforço das estruturas do Estado democrático liberal ao invés de impulsionar sua destruição, isto é, ao invés de buscar a revolução socialista.

Assim, ao mesmo tempo que as forças dos governos defendiam constantemente os interesses do Estado, as lutas por parte das classes trabalhadoras deveriam ser permanentes também, com a perspectiva de adquirir vitórias e conquistas sucessivas nas batalhas (MARX, 2008: 203). Todavia, a revolução por etapas ainda predominava no PCI, na qual a democracia seria o primeiro elemento a ser assegurado e avançado. A democracia nacional estava em vigência, a estabilidade era relativa mas assegurada pelo Estado; aos comunistas italianos restava formular novas análises e ações para dar continuidade ao projeto da *via italiana ao socialismo*, diante da presença crescente dos partidos burgueses no governo e da ativa participação da Itália na construção da Comunidade Europeia. Nesse momento a primeira derrota foi prática.

²⁴ GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. vol. IV. Universidade Livre, Lisboa: 1978. As referências sobre a derrota prática, ideológica podem ser vistas em diversas análises contidas nos *Escritos Políticos* e em outros textos, como nos *Cadernos do Cárcere*.

Esses foram défices duma mentalité com fontes mais profundas do que o Marxismo do partido, um sentido clássico de valores intelectuais que, com todas as suas limitações, era à sua própria maneira raramente menos que honroso e muitas vezes admirável. Houve outro lado e um lado mais danoso para o mesmo idealismo, contudo, específico do Comunismo italiano e pelo qual carregava uma responsabilidade política consciente. Foi um reflexo estratégico que nunca realmente se alterou da Libertação em diante e cujas pós convulsões continuam hoje. Quando Togliatti voltou de Moscovo para Salerno na Primavera de 1944, deixou bem claro ao seu partido que não podia haver nenhuma tentativa de fazer uma revolução socialista na Itália logo a seguir à expulsão da Wehrmacht, já previsível. A Resistência no Norte, na qual o PCI desempenhava um papel principal, podia complementar mas não substituir os exércitos anglo americanos no Sul como força principal para expulsar os Alemães do país e o Alto Comando Aliado é que ditaria as regras uma vez a paz restaurada. Depois de vinte anos de repressão e exílio, a tarefa do PCI era construir um partido de massas e desempenhar um papel central numa assembleia eleita para pôr a Itália numa nova base democrática (ANDERSON, 2010: 7).

A derrota prática, que mais tarde veremos que no PCI se aprofundou em seus elementos ideológicos e políticos, foi consequência da estratégia adotada e das demais táticas de construção da democracia na Itália, uma política que teve resultados ambíguos, pois inicialmente acimentou o plano da democracia em detrimento do fascismo, mas não evitou que a burguesia italiana absorvesse o Estado *para si*. Nesta interpretação, como derrota prática teve efeito sobre outros aspectos, o político, o ideológico, o social (GRAMSCI, 1984: 58).

O PCP na Revolução Democrática

A Itália e Portugal dos anos 1970 possuíam realidades muito diversas e descompassadas se observadas do ponto de vista do desenvolvimento das forças capitalistas europeias. Alguns saltos ontológicos foram dados no processo revolucionário que tomou o pequeno Portugal. Por isso, é importante observar como se desenvolveu a atuação do PCP no âmbito nacional, um partido que se mantém ainda hoje rígido e ainda adota os conceitos do *marxismo-leninismo* mesmo quando grande

parte da esquerda comunista já não os utiliza.

O PCP nasceu do impulso da Revolução de Outubro e do desenvolvimento da classe e do movimento de trabalhadores num país com um baixo nível industrial, fundado em 1921, com a tarefa de ser o partido revolucionário. Diferentemente de parte dos PCs que nasceram da cisão, o PCP nasce da diferenciação política no movimento sindicalista e anarquista revolucionários dentro das classes trabalhadoras portuguesas. Desde cedo o PCP enfrentou a repressão, primeiramente da democracia burguesa, depois da ditadura (ABRANTES, 2009 ; PEREIRA, 1981).

Em Portugal, a *ditadura* nasceu entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, em 1933, mesmo ano em que Hitler chegou ao poder na Alemanha. Ao lado de Portugal, foi inaugurada na Espanha a feroz ditadura de Franco, em 1939. Na Itália, Mussolini já estava no poder desde 1922. Além de ser um momento em que diversos países passavam a viver sob domínios de caráter fascistas, Portugal era tipicamente um país em que as classes trabalhadoras eram miseráveis e a burguesia imperialista; possuía uma grande população que vivia abaixo da linha da pobreza nas cidades e principalmente no campo, num regime de trabalho que extrapolava os limites físicos e psicológicos da exploração capitalista. Um regime que atuava nas bases dos movimentos para assegurar sua existência através do consenso e da violência.

A base civil do fascismo lusitano abrangia vários grupos ideológicos de apoio, os quais combinavam muitas vezes funções de propaganda e organização da sociedade em apoio a Salazar com intimidações, perseguições, espionagens, agressões e tudo o que pudesse auxiliar o aparato repressivo (SECCO, 2004).

Além de precário, era um trabalho que criava riquezas para os monopólios das grandes famílias que são as mesmas famílias que ainda dominam o país e são conhecidas como a *família de famílias* através dos laços matrimoniais que asseguraram a continuidade da propriedade privada em um restrito círculo social que detém os monopólios dos bancos, indústrias e das propriedades dos campos. São grupos portugueses que hoje fazem parte da União Europeia, como os pertencentes aos Champalimaud, aos Pinto Magalhães, aos Espírito Santo, etc. (VARELA, 2011; ARCARY, 2004).

A realidade portuguesa dos anos 1970 exprimia o fato de que no regime de exploração capitalista “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão”, isto é, “o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria” (MARX, 2004).

Portugal vivia uma ditadura que era o último suspiro do fascismo da segunda Guerra, ditadura que era uma anacronia contrarrevolucionária europeia e mesmo um impedimento à integração do país na Europa econômica. Não apenas à integração supranacional, mas impedia o compartilhar dos valores do liberalismo europeu. Mas não só, pois a ditadura também era um

obstáculo ao desenvolvimento das forças democráticas, entre elas a força comunista na figura do PCP. Portugal era uma ditadura desde 1932, e durante décadas o país acompanhou o crescimento mundial de um modo desigual e combinado²⁵, industrializando diversos setores da economia, mas conservando o mundo agrário como o setor mais produtivo e ao mesmo tempo o mais precarizado da sociedade portuguesa.

Portugal fazia parte da Europa, geograficamente. Econômica, política e socialmente, o país ainda não estava inserido na dinâmica dos sistemas de democracia liberal. O fato da ditadura e do atraso social, corroborado pela exploração sobre outros povos, colocavam Portugal como um país diferente no âmbito do espaço europeu. Mas nem por isso deixava de ter o seu espaço. A presença do capital internacional em Portugal era grandiosa, notadamente o britânico e o holandês, e o país estava inserido numa complexa dinâmica de desenvolver suas forças produtivas através dos investimentos internacionais em sua economia e também com a realização de incursões exploratórias constantes nos países que viviam na condição de colônias.

Um pequeno país na Europa, mas com uma localização geoestratégica muito importante, e com uma história muito rica. Portugal, a duras custas, foi membro fundador da NATO, em 1949, tendo nas suas ilhas bases militares das forças que tinham a missão de garantir a defesa europeia contra a URSS (TEIXEIRA, 1995).

Não há consenso a respeito do caráter político-econômico do Portugal nos anos anteriores à Revolução que colocou termo à ditadura, porém duas vertentes nos são de interesse. A visão do PCP, que então ainda vivia na clandestinidade, era de que o país apresentaria aspectos de sub-desenvolvimento (CUNHAL, 1974: 15), e outra que via o país na rede de países imperialistas (VARELA, 2011). Uma própria análise do PCP parece contribuir com esse debate.

As relações comerciais com os países europeus economicamente mais desenvolvidos mostram o atraso da economia portuguesa e a situação de dependência. Em 1962, por cada tonelada importada da Inglaterra pagavam-se 7,7 contos; por cada tonelada que para lá se exportou receberam-se 3,6 contos. Por cada tonelada importada da Alemanha pagaram-se 11,7 contos; por cada tonelada que para lá se exportou receberam-se 3,6 contos. É precisamente o inverso do que sucede no comércio com as colônias: no mesmo ano pagaram-se 3,5 contos por cada tonelada importada e receberam 9,8 contos por cada tonelada exportada (CUNHAL, 1974: 14).

O desenvolvimento das forças produtivas na Europa no anos 1970 já havia atingido um patamar muito elevado em relação ao imediato pós-Guerra, e Portugal viveu transformações

²⁵ O conceito de desenvolvimento desigual e combinado é chave metodológica para o entendimento histórico de Portugal. Tal conceito é criado por Marx e desenvolvido por Leon Trotsky (2008).

políticas e econômicas muito mais velozes. As instituições europeias, como a CECA, a CEE e a Euratom passavam por mudanças, passando a serem mais integradas e com programas de desenvolvimento para os países com prazos a serem cumpridos, de modo a buscar uma homogeneidade econômica entre os países ricos e pobres.

Se a leitura do PCP é de que o país vivia na condição de subalternidade, ao mesmo tempo é possível indicar o caráter imperialista do país, tal como LÊNIN observava na dinâmica dos capitais europeus no início do século XX.

Se fosse possível dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (LÊNIN, 1974: 90).

A definição por si também é mais complexa, mas o excerto acima nos ajuda a continuar na caracterização de Portugal, pois, ainda hoje, mesmo após a revolução que transformou o país, em 1974, os históricos grupos político-econômicos do país continuam a reter grande parte do capital produtivo, sendo que eram também os que promoviam as empreitadas coloniais²⁶, que resultava em oposições nacionais e internacionais ao regime do Estado Novo. Aliás, o Estado Novo não era o único regime ditatorial europeu, pois em Espanha e Grécia os regimes de Franco e Papadopoulos seguiam o curso da repressão e dominação social através da violência Estatal.

Diferente da visão do PCP em vários aspectos, a outra perspectiva apresenta Portugal integrado no sistema de relações econômicas internacionais imperialistas e assinala o fato de que a crise de 1973, a maior recessão desde a II Guerra, tinha levado consigo as classes dominantes de Portugal, somando-se o fato de que as guerras coloniais já eram 40% das despesas do Estado. Com isso, a economia portuguesa entrou em profundo declínio, com queda da produção e aumento do desemprego, atingindo principalmente a jovem classe operária das regiões de Lisboa e de Porto. Além disso, as crises econômica e de guerra inviabilizaram o avanço das classes dominantes na guerra imperialista ultracolonial (VARELA, 2013).

O impacto da crise de 1973 reverberou também no processo de integração, de modo que para fortalecer a CEE e impulsionar uma maior competitividade capitalista, foi promovido um

²⁶ Portugal ainda é visto como um país governado por uma “família de famílias”, visto que há cerca de uma dezena de famílias que possuem grande parte do PIB nacional, fortunas oriundas do capital financeiro. Para mais detalhes, ver Raquel Varela (2011), Lincoln Secco (2004), Álvaro Cunhal (1994; 2013).

alargamento e aprofundamento da comunidade com a admissão do Reino Unido, a Dinamarca e a Irlanda no espaço CEE e mais tarde, em 1976, com a adesão da Áustria, Suécia e Finlândia.

Portugal, de fato, tinha uma contradição em seu aspecto econômico, uma dupla contradição: a exploração das colônias e a exportação (ARCARY, 2004). Era um país dependente da fórmula do capital, isto é, da transformação de mercadorias extraídas das colônias em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadorias (MARX, 1996).

A colonização era inseparável da vigilância das Forças Armadas. A exploração econômica não seria possível apenas pelas suas virtualidades intrínsecas, pelos lucros que acarretava, pelos empregos que pudesse criar, pelos rendimentos com que pudesse seduzir. Não. Acompanhava-se do trabalho compulsório, da desarticulação de tradições culturais e hábitos de vida sem as compensações reais e ilusórias que o capital ofereceria em circunstâncias em que sua lógica interna se pudesse fazer valer sem alimentar-se de modos de produção e formas de trabalho pré-capitalistas (SECCO, 2004: 75).

A lógica colonial portuguesa estava em consonância com os interesses do Estado e de oligopólios portugueses e europeus. Embora durante os anos 1960 a ONU tenha condenado o colonialismo luso, não era essa uma abominosa prática centenária que apenas Portugal havia, outros países europeus também possuíam colônias, e até hoje são vários os que possuem territórios sob domínio, ainda que com estatutos diversos. Vale lembrar que a França e outros países ainda possuem diversos alicerces construídos com a exploração colonialista. Ao mesmo tempo, se desenvolviam forças de resistência nos diversos países, algumas com influências de uma certa ideologia socialista, outras apenas pela independência nacional. O *sistema colonial* português mudou conforme a conjuntura internacional mudou; o sistema entrou em crise ao mesmo tempo em que entravam em crise os países capitalistas que Portugal mantinha relações mais estreitas.

Além disso, o sistema de opressões e pilhagens estava em decadência há tempos. Eram colônias que necessitavam receber investimentos estrangeiros, além do português, para servir de fontes de extração de mais-valia e riquezas para diversos grupos externos.

O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (LÊNIN, 2007: 14).

A força de Portugal como potência colonizadora datava de séculos, a experiência brasileira é um exemplo, e ainda no século XX as classes dominantes de Portugal junto do Estado sustentavam o regime de exploração colonial em Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e

Guiné.

Assim como no Brasil houve resistência de diversos tipos, desde as ações isoladas como as organizadas, em vários desses países foram organizados grupos de resistências, grupos políticos e militares, que em vários casos desempenharam guerras de guerrilhas contra a presença portuguesa, grupos como o FRELIMO, MPLA, FNLA, PAIGC. Para a Metrópole os custos econômicos e os danos políticos estavam gerando uma crise profunda nas forças armadas e no Estado, além de fazer crescer a oposição interna e externa frente à empreitada ultra-colonialista (ANDERSON, 1966).

A oposição ao regime ultra-colonial português vinha desde a esquerda, marcadamente a campanha desempenhada pelo PCP desde 1965 pela independência imediata e indolor das colônias, mas vinha também dos organismos internacionais dos Estados capitalistas, como a ONU, como também da parte dos Estados soviéticos. Portugal conseguiu ir longe no tempo com a acumulação capitalista nas colônias, porém foi incapaz de prosseguir diante das novas formas de acumulação imperialistas que passavam por inovações nas principais economias capitalistas. Do mesmo ponto de vista, as burguesias e o Estado fascista português não conseguiram sobreviver à competição. Mas, o aspecto político e militar da crise oriunda das guerras coloniais possuem um papel importante tanto quanto o da economia em frangalhos.

No próprio seio da ONU, nos anos 1960, foram muitos os debates sobre a independência dos países que ainda viviam sob regime colonial, nos quais o governo ditatorial português se opôs até mesmo a oferecer informações requeridas pelo organismo internacional, alegando não obrigatoriedade de fornecer informações do ponto de vista jurídico, levando a ONU a adotar medidas gerais e específicas contra o comportamento Luso. Desde então os organismos da ONU passariam a exercer mais pressão internacional pelo imediato fim das relações coloniais que Portugal mantinha (ALMADA, 2011).

Os anos 1970 possuem grandes alterações na conjuntura internacional. A crise política e produtiva no Oriente Médio com a guerra entre Egito e Israel, Síria e Arabia Saudita, afetou diretamente a burguesia portuguesa, pois com a crise foram alterados os valores de venda do petróleo pela então fundada Petroleum Exporting Countries – OPEC; os EUA transformavam o sistema Bretton Woods; a inflação crescia no sentido oposto ao do PIB no começo dessa década, atingindo cerca de 30%, em 1974, fator que se combinou com o substancial aumento do desemprego e do deficit público no país Luso (ABREU, 2005).

Outras mudanças ocorriam na política internacional da Guerra Fria, pois na chamada política da *détente* EUA e URSS assinaram os acordos SALT (Arms Limitation Talks), em 1972, durante os governos Richard Nixon e Leonid Brezhnev para a limitação das armas nucleares das duas superpotências. Poucos anos mais tarde, já em 1975, outro acordo traria a URSS para mais perto da

política implementada pela Comunidade Europeia e EUA, com o Tratado de Helsink, o qual garantia o reconhecimento da influência da URSS no Leste em troca da afirmação soviética da garantia de direitos humanos e não intervenção no espaço europeu (USA, 2011: 290-291).

Assim, ao mesmo tempo que em Portugal as classes trabalhadoras projetavam um poder que visava diretamente a igualdade, vale dizer que se levada às últimas consequências é a emancipação, o movimento mundial era outro, era de reformas no espaço soviético no sentido da aproximação com as forças capitalistas, e reformas nos países capitalistas para desenvolvimento de novas formas de acumulação: a intensificação da produção ocorria através do desenvolvimento e aperfeiçoamento das condições de produção (MARX, 1996).

Mas se há revolução, então há um conjunto diverso de forças em movimento. Envolver algumas das principais forças do processo revolucionário no movimento de construção e constituição da CEE seria fundamental para frear a perspectiva de ir adianta na revolução.

Tratar da revolução que colocou a possibilidade de uma transformação socialista da sociedade portuguesa é algo demasiado complexo, pois trata-se justamente de revolução, isto é, de diversas forças políticas em movimento. No centro dos movimentos que protagonizaram o processo de revolução estavam inseridos diversos interesses em comum entre as classes trabalhadoras e diversas forças políticas organizadas: 1) a ruptura com o regime ditatorial e instauração da democracia; 2) fim do ultra-colonialismo; 3) desenvolvimento econômico do país (ANTUNES, 1985: 48).

Nos diversos Congressos clandestinos que o PCP realizou antes do fim da ditadura os mesmos interesses aparecem. Há de se notar que o PCP conseguiu sustentar sua existência durante décadas dentro de um regime ditatorial que perseguiu, prendeu e assassinou militantes da esquerda – nada mais imediato para os comunistas que a ruptura com o regime ditatorial e instauração da democracia.

A ditadura fascista impôs aos trabalhadores formas brutais de exploração, sacrificou gerações de jovens em treze anos de guerras coloniais, forçou centenas de milhar de portugueses à emigração, agravou as discriminações das mulheres e dos jovens, a subalimentação de grande parte da população, o obscurantismo, o analfabetismo, a degradação moral da sociedade. Defendendo os interesses dos latifundiários e de outros grandes proprietários rurais, a ditadura fascista acelerou o processo de concentração da propriedade agrícola, acentuou o carácter obsoleto das estruturas agrárias, condenando a agricultura portuguesa ao atraso e à estagnação e os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores a uma vida de miséria e dificuldades (PCP, 1988).

Em 1965, o PCP havia definido o caráter da ditadura portuguesa como um regime “terrorista dos monopólios e dos latifúndios”, todas associados aos imperialismo. Assim, se o primeiro elemento seria a derrubada do regime, a proposição seguinte estava assentada na garantia da democracia e da soberania nacional. Em 1965, o VI Congresso estipulou o programa do PCP para a insurreição que ocorreria 9 anos mais tarde, mas já em 1957, no V Congresso, a “conquista da democracia e a melhoria das condições de vida do povo” eram bases do pensamento dos comunistas (CUNHAL, 2013: 38). Tal perspectiva pode ser de algum modo confrontada com aquela do PCI no pós Guerra, guardadas as enormes diferenças, afinal, nos dois casos os PCs agiram pela garantia da unidade nacional em busca da democracia.

Porém, também para o PCP não se tratava de qualquer democracia e não se tratava de qualquer caminho para atingi-la, o objetivo era a *revolução democrática nacional* como *etapa* da via ao socialismo, que elencaria 1) a liquidação do poder dos monopólios; 2) a reforma agrária; 3) a melhoria nas condições de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; 4) instrução e cultura democráticas; 5) libertação de Portugal do Imperialismo; 6) reconhecimento do direito à independência aos povos das colônias e 7) aderir à política de paz e amizade com todos os povos (CUNHAL, 2013: 39).

Antes da Revolução o PCP já possuía um programa revolucionário, algo que garantiu sua participação como uma das principais forças do processo. Processo que não se deu somente em 1974. A efervescência das e nas classes trabalhadoras ameaçava a existência do regime do Estado Novo representado por Salazar e depois por Marcello Caetano. Em diversos países o ano de 1968 foi significativo do ponto de vista político. Em Portugal, Salazar sofre um derrame cerebral, fato que não alterou significativamente a continuidade da política ditatorial, prosseguida por Marcello Caetano, embora tenha surtido alguma esperança de mudança em diversos setores. Diversos grupos se formaram para combater a violência social que advinha do Estado, o qual tinha como um dos braços armados a PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado); em círculos estudantis e militares foram formados grupos que, segundo o Estado Novo, eram terroristas e de orientação ideológica comunista, trotskista, maoísta ou mesmo anarquista. A ação dos grupos era realmente violenta mas contra um Estado fascista, e tinham a perspectiva da derrubada imediata do Estado Novo que, por sua vez, agia detendo e violentando centenas de militantes, como no ano de 1972 quando as manifestações do 1º de Maio foram proibidas diante das ameaças de radicalização dos movimentos²⁷.

No ano de 1973, o mesmo se repetiu, com forças da PSP (Polícia de Segurança Pública) esvaziando ruas e praças, conflitando contra os que resistiam, tendo como base o combate aos

²⁷ NOTA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR, Portugal, 30/04/1972 – jornal A Capital (CD25A).

grupos marxistas que chamavam para manifestações públicas²⁸. Tais manifestações de resistências eram convocadas por diversas organizações, desde o PCP, círculos estudantis, movimento de trabalhadores e também por outros grupos e partidos, como o Movimento da Esquerda Socialista, a Liga Comunista Internacionalista, o Movimento Popular Anti-colonial, o Movimento Democrático Português, etc.

No ano de 1974, antes do 25 de Abril, em diversas cidades movimentos organizados tomavam as ruas em manifestações que tinham diversos anseios afinados com aqueles do programa do PCP, como no famoso 1º de maio, afinal, eram reivindicações justas e necessárias e expressavam a realidade das classes trabalhadoras. Novamente as forças militares e policiais se posicionavam para conter os movimentos que se desenvolviam de norte a sul e ameaçavam a existência do Estado ditatorial. Mas com a cisão dentro do corpo militar com a consequente composição do *Movimento dos Capitães*, depois *Movimento das Forças Armadas* (MFA) e o apoio angariado por este nos diversos grupos da esquerda (socialistas e comunistas), a oposição ao regime deu um salto de qualidade que permitiu ao MFA ser parte fundamental da derrubada do regime do Estado Novo em *25 de abril de 1974* (VARELA, 2013: 190; CUNHAL, 1994).

O Movimento dos Capitães começa antes do 25 de abril, foi desenvolvido durante as guerras coloniais e trazia a unidade de diversos extratos das forças armadas contra a política do Estado. A produção teórica que saía das forças armadas também foi algo importante na consolidação de uma subjetividade antagonista ao Estado, expressiva foi a publicação do livro de António Spínola: *Portugal e o Futuro*, no ano de 1974, também realizavam congressos e debates, de modo que a questão corporativa foi transformada em questão política generalizada (CARVALHO, 2009: 54).

O movimento se fortaleceu quando os USA se recusam a armar ainda mais as forças portuguesas em troca do uso de ilhas portuguesas para fins da guerra do Yom Kippur, e a unidade entre os capitães que se limitava primeiramente aos aspectos militares, logo passou à esfera da política, à do governo e do Estado de Portugal, afinal, as guerras coloniais eram uma continuidade da política do imperialismo das classes dominantes de Portugal (OLIVEIRA, 2012: 25; CLAUSEWITZ, 1979; LÊNIN, 2008).

O poder português nas colônias passava por instabilidades que ameaçava o poder centenário que vinha desde o período de expansão de domínios, o qual foi fundamental para a edificação do Estado português. O movimento armado que começa em Angola e vai para Moçambique, Guiné-Bissau, foram o prenúncio da crise voraz pela qual deveria passar o regime ditatorial fascista de Salazar e Marcello Caetano. A combinação de persuasão e coerção já não ocorriam de modo a permitir que a extração de mais-valia fosse feita sem resistência violenta (MACHIARELLI, 1995;

²⁸ COMUNICADO DA P.S.P. de 13/10/1973. Jornal Diário de Lisboa (CD25A).

MARX, 1996).

O colonialismo português passou pelo mercantilismo e pela acumulação monopolista, e as colônias eram altamente lucrativas na extração, no comércio e na força-de-trabalho de baixo valor, mas a independência dos povos fomentou fortemente a organização de forças de resistência – que encontraram na metrópole apoio dos grupos de esquerda e também de setores militares.

Durante as jornadas de ação no processo revolucionário, milhares de manifestantes tomaram as ruas em diversas cidades, greves em diversos setores reforçaram a debilidade do Estado – o que não era um fato inédito, pois anos antes entre 1958 e 1962, houveram diversas ações de massas contra o regime. No lugar do estado fascista, foi formada a *Junta de Salvação Nacional* a qual nomeou António Spínola como o primeiro presidente, o qual era governador em uma das colônias, Guiné-Bissau, havia feito parte ativa do governo Salazar, mas que passou a se opor à continuidade da guerra que já duravam há 13 anos contra as colônias (OLIVEIRA, 2012: 4). O MFA não foi só parte do então formado *Conselho da Revolução*, para diversas análises foi a principal força político-militar nascida de uma fratura no Estado fascista para a derrubada do governo de modo organizado (CUNHAL, 1994; VARELA, 2013).

Outras forças planejavam a derrota de Salazar há tempos, entre elas o PCP, que em 1965 adotou a luta *violenta* em detrimento da *via pacífica* para a transformação do regime. O PCP ao decidir pela tática da luta armada para confrontar o regime ditatorial ia na contramão do movimento impulsionado desde a URSS, que estabelecia a via pacífica no contexto da *détente*. A adoção da estratégia da derrubada revolucionária do governo não fez com que o PCP se distanciasse da União Soviética, de fato, o PCP era e continuou sendo pró-soviético e “fatores endógenos e exógenos foram determinantes na política desse partido” (SECCO, 2004: 152).

Dadas as condições gerais do país, pode-se considerar que a derrubada não encontrou uma forte resistência, isto é, as forças democráticas e revolucionárias que emergiram como oposições às condições contraditórias do imperialismo português não sofreram uma forte oposição para tomar o poder (SECCO, 2004).

No processo revolucionário a *Aliança Povo-MFA* sob a liderança de Vasco Gonçalves foi uma das táticas centrais utilizada pelo PCP, afinal, um fator essencial unia as duas forças com a mesma tática e a mesma estratégia. O apoio do PCP ao MFA, inicialmente os Capitães de Abril, e depois um movimento com grandes nomes das forças armadas, como Ernesto Melo Antunes, Francisco Costa Gomes, Otelo Saraiva de Carvalho, António Spínola, entre outros, advém da necessidade de garantir o objetivo máximo da revolução, que era a *consolidação da democracia* na esfera do Estado, pois até o fim do mês de abril o apelo do PCP era para a auto-organização das massas que se mobilizaram quase que espontaneamente em muitas cidades e regiões pela derrubada

do regime. Para a estratégia e consolidação democrática, as PCP e MFA concordavam que não se deveria *saltar o poder*, mas sim ganhar posições.

Dois momentos podem ser distinguidos no método elaborado pelo PCP para a revolução. Um é o da tomada violenta do poder, o outro, após a tomada, é o da estabilidade democrática. Os levantes espontâneos, somados aos organizados, foram juntos grandes o suficiente para impossibilitar uma reação violenta do governo ditatorial fascista (VARELA, 2011).

O Poder nos Governos Provisórios

O MFA era a direção principal do *I Governo Provisório* instaurado depois da queda do regime fascista, composto por socialistas, comunistas, democratas, com os partidos: PS, PCP, PPD, MDP, como bases do Estado e do governo para a realização do controle social durante a transição. A situação de crise política e econômica, de revolta social, faziam com que as ações das classes trabalhadoras ultrapassassem muitas vezes as táticas e as políticas defendidas pelos partidos no governo, de modo que a defesa da *unidade do governo* foi feita por todas as forças democráticas que participavam do I Governo Provisório.

Através da ação vitoriosa do MFA, com apoio de outras forças e viabilizada pela conjuntura de revolta dentro e fora do país, o PCP conseguiu atingir rapidamente seu principal objetivo político: a *democracia*. Porém, foi o MFA a decidir a designação do poder, que ficou nas mãos do General Spínola (ARCARY, 2004).

Contudo, tratava-se ainda de definir que tipo de democracia seria e que tipo de participação as classes trabalhadoras teriam nesse processo que ainda estava sob poder das Forças Armadas e sofria com a possibilidade de contra-revolução. Assim, a *unidade nacional* para a manutenção do governo foi a necessidade que nasceu para os partidos no governo, que deveria ocorrer com a canalização dos movimentos para a colaboração com as reformas sociais reivindicadas e necessárias para a saída do país do cenário de crise (ANTUNES, 1985).

A definição de qual tipo de democracia aparecia em aberto, isto é, ainda era um elemento importante a ser disputado, mas no programa político do I Governo já aparecia a necessidade de intensificação das relações econômicas e políticas com a CEE, ou seja, a possibilidade de relações com a democracia liberal – o que não significava diretamente a escolha pela *democracia liberal burguesa*. Foi forte e vitoriosa em diversos sentidos a disputa travada pelo PCP, por outros partidos

da extrema esquerda e pelos movimentos autônomos das classes trabalhadoras pelo aprofundamento do caráter social da democracia. A expropriação da burguesia, a combinação entre a luta pela democracia e pela revolução socialista, são fatores essenciais para o sucesso das classes trabalhadoras na jornada de lutas pela *emancipação humana* (MARX, 2009).

No I Governo Provisório, se destacaram: o importante dirigente histórico dos comunistas portugueses, Álvaro Cunhal, no papel de ministro sem pasta, com Avelino Gonçalves como ministro do trabalho e com o líder do Partido Socialista Mário Soares nos Negócios Estrangeiros – ao passo que liberais e republicanos usavam a retórica socialista para fazer parte dos governos provisórios sucessivos, mas atuando em favor do capital (SECCO, 2004: 153).

A preocupação centra-se na formação de um governo pró-ocidental, na manutenção dos acordos da NATO e na aceitação da Comunidade Económica Europeia, e numa descolonização o mais indolor possível, bem como na contenção da agitação social (VARELA, 2011: 54).

Desde Yalta a partilha mundial estava combinada entre as principais potências da Guerra Fria e Portugal fazia parte do lado ocidental. Nesse momento que Portugal podia voltar sua face para a Europa. Se a Europa havia recebido o Plano Marshall como impulsionador do liberalismo, ainda faltava à Portugal sentir esse impulso liberal (SECCO, 2004; GIOIELLO, 2013).

Mas as condições do desenvolvimento europeu eram outras das que havia Portugal, e nos anos da revolução o aspecto *desigual e combinado* do desenvolvimento português era um problema para as forças interessadas no socialismo como para as interessadas na instauração da democracia liberal. Para o MFA, o descompasso entre Portugal e a Europa era algo a ser superado pelo governo em busca da estabilidade social, agindo em direção contrária da política de Salazar, que via a “originalidade” portuguesa ao continuar fora da OCDE e não dialogar diretamente com a CEE (SECCO, 2004: 191).

Voltar a face para Europa significava realizar reformas que eliminassem os aspectos da ditadura, de modo a liberar a concorrência e a institucionalizar as relações sociais na forma liberal democrática, e algumas medidas foram tomadas para a efetivação da revolução democrática e para a mudança das estruturas socioeconômicas: as ondas de greves que primeiramente colocaram a ditadura na defensiva, ainda ocorriam por fora do efetivo controle dos partidos e passaram a sofrer oposição do novo governo, pois desestabilizavam um governo que deveria deter o controle das produções mesmo que em caráter provisório. A contradição se deu entre a existência de assembleias populares, universidades ocupadas, comissões de fábricas e de camponeses, enfim, diversos organismos de autodeterminação das classes trabalhadoras contra o Governo. Não é incomum encontrar análises e relatos que indicam a existência de poderes locais das classes trabalhadoras,

mas sem que houvessem um grau de organização de nível nacional (VARELA, 2011).

A partir de junho de 1974 teriam sido muitos os apelos para que os trabalhadores continuassem alertas, mas que ao mesmo tempo respeitem as medidas adotadas pelo governo e confiem no MFA; havia ocupações e iniciativas de autogestão, mas o controle da produção acabava com o Estado pela via dos sindicatos hegemônicos pelos partidos no governo, principalmente o PS e o PCP. O apelo à participação constante das classes trabalhadoras no *processo democrático* era desenvolvido para que fosse feita oposição aos “sabotadores” que usavam do elemento greve com “leviandade”, com referência à extrema esquerda e à direita com laços com o antigo governo. Porém em alguns momentos o governo, bem como os partidos que o compunham, se posicionou contra greves, como com o caso dos correios CTT, da TAP, Lisnave, diversos jornais, etc. (VARELA, 2011: 64 -67 -71).

Fomentando o quadro de crise política, logo ao lado de Portugal as transformações políticas também ocorriam, em sentido qualitativo, com a morte do ditador espanhol Francisco Franco, em 1975, e a volta da monarquia. A transição espanhola ocorreu em sintonia com a pressão internacional e o movimento de integração dos países europeus. Nem à esquerda e nem à extrema direita, tal foi a posição da transição, que embora tenha incluído um partido Socialista no Parlamento nas primeiras eleições, seu caráter foi decididamente em favor das elites que assumiram a transição e que processualmente se ligavam à UE e aos EUA²⁹.

O Movimento Europeu estabelecia alguns requisitos para a integração dos países da Europa, tais como a existência de liberdades democráticas para a prática financeira e sindical, garantia dos direitos humanos, liberdade de expressão, existência de instituições representativas e democráticas; tais elementos eram indicativos do para onde deveriam ir Portugal e Espanha (SERRANO, 1999)

Os ministros da UE se pronunciaram algumas vezes pressionando a Espanha para a entrada na Comunidade Europeia, requerendo ao mesmo tempo as bases política, econômica e sociais para a adesão, que eram bases do bem estar organizado para uma *paz* temporária entre as classes sociais. A Espanha pré e pós-Franco buscou aproximações com os demais países da Europa, rompendo o certo isolamento e buscando ampliar horizontes políticos e comerciais. A integração europeia tinha um ritmo, ou os países estavam dentro ou estavam fora (SECCO, 2004: 181).

Os meses finais do ano de 1974 foram de duras transformações para as classes trabalhadoras no cenário da crise *estrutural* do capital, de 1973 (MÉSZÁROS, 2002). Houve o aumento do desemprego, despedimentos em massa com fuga de capitais e encerramento de indústrias; mas também foi tempo de aprendizado, isto é, de fortalecimento de experiências visto que o controle operário, a autogestão e a ocupação de muitos postos de trabalho foi resultado diante das políticas

²⁹ A Espanha tinha ficado de fora dos benefícios do Plano Marshall, concedidos pelos EUA.

de miséria jogadas pelos grandes grupos que existiam em Portugal. A formação de Comissões de trabalhadores e moradores foi essencial, além disso, passava a ser necessidade imediata a nacionalização dos principais setores, como os bancos, seguradoras, empresas dos grupos financeiros, setor de águas e energia, bem como era urgente o aprofundamento da reforma agrária.

No mesmo 1974 ocorreu a passagem ao II Governo Provisório com o general Vasco Gonçalves na presidência e a proposição de uma guinada econômica para retomada do crescimento via austeridade e aproximação com Europa, pois o fim do colonialismo em processo obrigava o país luso a buscar outras fontes (VARELA, 2011: 89).

Vasco Gonçalves foi o primeiro ministro em quatro governos provisórios, governando sempre como representante do MFA, o qual tinha a efetivação da democracia política como *programa máximo* a ser atingido, e diversos elementos de um programa *mínimo* que eram assimilados também pelos comunistas. A agudização da luta de classes foi o fator marcante do processo revolucionário, quando ocorriam as reformas do regime: nacionalizações, expropriações, criação de novas leis, etc. (GONÇALVES, 2004).

Logo no início do II Governo as negociações pela descolonização iriam fomentar divisões dentro do MFA e no governo, conseqüentemente, pois uma importante força como o PCP era favorável à autodeterminação dos povos das colônias. O MFA era composto em parte por setores das forças armadas que estavam empenhados na transição à democracia, mas que não tinham o fim da colonização como pauta em comum, pois a perda abrupta de colônias agravaria o déficit estrutural da economia portuguesa (SECCO, 2004: 147).

Nessa fase inicial de divisões a potencialidade de unidade dos governos se abalou e o MFA se enfraqueceu (ANTUNES, 1985: 50). A debilidade do MFA portava o PCP a uma situação difícil, pois o momento ainda era revolucionário, as classes trabalhadoras exigiam melhores condições de vida e em muitos casos radicalizavam as exigências a um nível para além do que a democracia liberal podia oferecer, sendo uma contradição em partes com a estratégia do PCP de estabilizar a democracia como passo ao socialismo. Em partes, porque a possibilidade de um *salto qualitativo* na revolução parecia ser possível, se fosse fomentado com as classes trabalhadoras na direção desse processo.

O distanciamento entre os interesses e necessidades das classes trabalhadoras e os do governo aumentavam ao ponto de se tornarem antagônicos. Os discursos de liberdade e democracia muitas vezes se contrapunham aos anseios de revoltas das classes trabalhadoras e as greves econômicas podiam significar uma oposição direta ao governo, visto que com a revolução estavam em andamento diversas demandas programáticas da *Junta de Salvação Nacional*, como as expropriações e estatizações, o que transformava o Estado no proprietário direto de muitos meios de

produção e o responsável pela incrementação da produção, visto que o objetivo era o desenvolvimento das forças produtivas.

De fato, o desenvolvimento técnico e a melhoria das condições de produção eram fatores fundamentais para a economia portuguesa, pois eram aspectos centrais que permitiriam uma produção com um custo menor do que a média social europeia. Mas a contradição portuguesa não se dava apenas com a produção, mas também com o seu mercado, que era restrito. O barateamento do custo de vida poderia se dar com o aumento da força produtiva no país, mas tanto a inferioridade das forças produtivas existentes como a dificuldade na organização do trabalho coletivo eram ainda obstáculos que faziam parte do conjunto de necessidades sociais para um avanço produtivo que desse autonomia às classes trabalhadoras (MARX, 1996).

Constava ainda no *programa* do MFA a liberdade de organização, a constituição e a formação de um governo civil por eleições, uma política econômica anti-monopolista para desenvolvimento das classes trabalhadoras. Em política externa era clara a intenção de *cooperação e paz*, respeitando os tratados internacionais em vigor (MFA, 1974).

O MFA organizou sua política tendo a unidade do governo como premissa para a condução de Portugal à paz interna e externa através da centralidade do *Conselho da Revolução*, e no ano de 1975 estabeleceu os elementos da *Aliança Povo-MFA*: a participação ativa e revolucionária da população como poder popular, a defesa da revolução contra as forças reacionárias e a superação da crise com *batalhas de produção* foram os elementos levantados como programa imediato (MFA, 1975).

A lógica da aliança era reforçar o poder do governo, centralmente do MFA, tendo as classes trabalhadoras como base objetiva e subjetiva. Concretamente, os partidos no governo e as centrais sindicais, como a Intersindical Nacional, foram fundamentais na organização de manifestações de apoio ao Governo Provisório como ocorreu durante o 1º de Maio de 1975. Mas, as contradições entre os interesses das classes trabalhadoras e dos governos provisórios se dariam em diversos momentos, como durante os processos de nacionalizações:

As nacionalizações tinham sido feitas pelos trabalhadores e institucionalizadas pelo Conselho da Revolução. A frente governativa procurou no entanto atribuí-las ao Conselho da Revolução, enfraquecendo por arrasto a confiança dos trabalhadores nas suas vitórias (VARELA, 2011: 46).

O programa de governo do MFA era a estabilidade social e o desenvolvimento econômico. Da parte do PCP o dilema ainda estava na centralização das bases nas classes trabalhadoras de modo a assegurar a hegemonia nos sindicatos e demais organizações, garantindo uma política de crescimento eficaz das bases socioeconômicas a partir de sua atuação no Ministério do Trabalho. O

dilema se passava no desenvolvimento da subjetividade das classes trabalhadoras no processo de consciência de classe, na possibilidade de constituição das classes trabalhadoras em *classe para-si* (MARX, 2007).

O novo governo provisório não conseguiu mudar substancialmente as condições das classes trabalhadoras ainda que tenha sido sustentado por um programa amplo e democrático. Assim, o aprofundamento das contradições se deu com a criação da *Lei da Greve*, ainda em 1974, que previa o impedimento da ocupação dos postos de trabalho durante as greves, o impedimento de greves de solidariedade, impedimento de greves por pessoal militar e também de trabalhadores de setores estratégicos. As medidas anti-greves adotadas ainda enquanto o PCP ocupava o Ministério do Trabalho significavam, na visão do PCP, uma ação contra a extrema-esquerda que fomentava as ações nas classes trabalhadoras contra o Governo Provisório, do qual os comunistas do PCP faziam parte (CUNHAL, 1974).

Nesse momento o PCP era o maior partido do país e havia realizado seu primeiro Congresso, o VII, então na legalidade, tendo concluído que não existiam condições para uma revolução burguesa no país e que a reação levaria o país ao caos ou à ditadura, tal como no Chile com Augusto Pinochet depois de Salvador Allende. O PCP também havia estabelecido a busca de alianças com todos os setores democráticos interessados em reforçar o Estado democrático: foi um momento em que a auto-organização das classes trabalhadoras foi absorvida pela centralização a partir do Estado e pelo protagonismo das organizações partidárias em detrimento do movimento das classes trabalhadoras (VARELA, 2011).

Para o PCP o que estava posto era a efetivação da “*revolução democrática e nacional*”, sendo que após o VII Congresso estava aberta a “possibilidade de um desenvolvimento pacífico do processo revolucionário, podendo ser realizadas profundas reformas sociais no quadro da legalidade democrática e de acordo com a vontade expressa do povo português” (CUNHAL, 2013: 39 - 42).

Mas tal como na URSS menchevique, em Portugal a necessidade de um grande desenvolvimento socioeconômico trazia duras tarefas aos Governos Provisórios e a tensão entre as forças políticas seria aguda o suficiente para evitar o desenvolvimento socialista através de uma revolução que colocasse as classes trabalhadoras no poder, isto é, o equilíbrio de poder seria a saída, ao invés da prevalência de uma posição que tomasse o poder pela força. Se na Rússia foi possível uma revolução dentro da revolução e um posterior desenvolvimento dentro de um Estado operário degenerado, em Portugal a realidade de um duplo poder e de um aprofundamento da revolução pareciam cada vez mais distantes, mas a contraditoriedade do processo também era grande (TROTSKY, 1977).

São interessantes as lições do caso russo:

The *dynamic* of its regime was equally contradictory: on the one hand, the very development it had promoted at breakneck pace within the URSS was rapidly increasing the economic and cultural potential of the Soviet working class, its capacity to rise up against it; while on the other hand its own parasitism was increasingly an impediment to further industrial progress. However spectacular the accomplishment of the Five-Year Plans, Trotsky warned, they still left *social productivity of labour* far behind that of Western capitalism, in a gap that would never be closed until a shift to *qualitative* growth was achieved, which bureaucratic misrule precisely blocked (ANDERSON, 1983: 53).

Ainda que uma *revolução de outubro* não fosse descartada e em nenhum momento o PCP deixou de citar a perspectiva luminosa do socialismo e do comunismo, a prática que estava em curso era a estabilização da revolução dentro da democracia burguesa em consonância com os regimes europeus já dentro da CEE e em clara oposição ideológica e socioeconômica à URSS que, por sua vez, estava cada vez mais próxima do capitalismo. Não serviria às classes trabalhadoras, do mesmo modo que na URSS, desenvolver um Estado burocrático degenerado, e o PCP possuía o *marxismo leninismo* como orientação estratégica.

Tal como na Itália existiam e existem diferenças regionais no desenvolvimento do capitalismo, em Portugal havia também um descompasso produtivo, pois enquanto no centro-norte prevalecia a pequena propriedade com trabalhadores assalariados no campo, no sul era a grande propriedade e a indústria que predominavam: “dada a grande diferenciação regional quanto à divisão da propriedade, pode dizer-se que em Portugal se impõe a realização não de uma Reforma Agrária, mas de duas reformas agrárias, uma nas zonas de grande propriedade, outra nas zonas de pequena propriedade” (CUNHAL, 1974: 41).

As condições de vida das classes trabalhadoras mudaram com o processo revolucionário, com a conquista de direitos, aumentos salariais, liberdades de organização, legalização dos contratos coletivos, reforma agrária, nacionalizações, etc., resultado sim das conquistas das lutas travadas nas cidades e nos campos, muito além de concessões dadas pelos governos. Ainda no período da ditadura as classes trabalhadoras de modo organizado e também independente aprenderam a protagonizar diversas lutas de enfrentamento contra o regime, em formas de manifestações, protestos e greves³⁰, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Para os

³⁰ Parte da coleta de informações que utilizamos aqui sobre acontecimentos e fatos se deu com o apoio essencial dos trabalhadores do CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL (CD25A), em Coimbra e da Fondazione Antonio Gramsci, de Roma. Diferentemente dos documentos existentes na Fondazione Gramsci, os arquivos do PCP no CD25A são de livre acesso.

novos governos se tratava de colocar em termos formais quais seriam as novas regras no *mundo do trabalho* e da produção, se tratava de liquidar as antigas estruturas socioeconômicas.

A liquidação dos monopólios com as nacionalizações e a liquidação dos latifúndios com a reforma agrária, não só constituíram reformas econômicas e sociais de alcance histórico como constituíram medidas indispensáveis da defesa das liberdades e da democracia política. Após o 25 de Abril de 1974, as sucessivas tentativas de grave limitação e mesmo liquidação das liberdades democráticas e da democracia política andaram sempre a par das tentativas de recuperação do poder econômico por parte dos grupos monopolistas e dos latifundiários, apoiados por forças políticas e militares participantes nos órgãos de soberania. (CUNHAL, 2013: 43 - 44).

Para além das transformações produtivas, a atuação dos comunistas, bem como também de vários outros setores, como o PS, visava assegurar “Um governo Provisório que instaure as liberdades democráticas e realize eleições livres para uma Assembleia Constituinte” (CUNHAL, 1974: 136).

Como ocorre em qualquer revolução, a reação oferece perigo ao novo poder durante algum período do processo, e era preciso que o MFA e os partidos assegurassem o poder ao menos em vias democráticas. E aí residiu o problema, pois a *guerra de posições* se deu entre os partidos (ARCARY, 2004). Através da elaboração e aprovação de uma *Constituição* as classes trabalhadoras teriam a possibilidade de consolidar suas posições políticas, embora no decorrer da história da Revolução dos Cravos os direitos das classes trabalhadoras não fossem mantidos em seus conteúdos e formas constitucionais por muito tempo.

No mês de Abril de 1975 se realizaram as eleições para Assembleia Constituinte, e a surpresa foi que os resultados do PCP indicavam que não existia uma ligação direta entre a legitimidade que o partido havia no processo da revolução e a que teve no âmbito eleitoral, pois o PS havia sido o mais votado com 37%, contra 12,5% do PCP (VARELA, 2011).

Portanto, de um modo contraditório prosseguia a efervescência das classes trabalhadoras nas principais cidades do país, bem como ainda nos países em processo de independência, mas o governo que pela via revolucionária havia ascendido ao poder, passava cada vez mais para a contenção social, e o PCP era parte desse governo. De fato, segundo a figura central que foi, Otelo Saraiva de Carvalho, o MFA havia um programa de revolução burguesa, muito mais do que socialista, ainda que em alguns momentos o processo da revolução dos Cravos tenha apontado para o socialismo (ARCARY, 2014: 73; CARVALHO, 2014: 3).

A proximidade entre o programa da revolução nacional e democrática do PCP e o do MFA

seria a base de continuidade da política dos comunistas de apoio ao MFA, visto que o espaço seria menor com a vitória do PS. O conteúdo da Constituição aprovada em 1976 se diferencia de todo o fluxo liberal pelo qual passava a Europa e atendia aos anseios dos partidos da esquerda, como o PCP e o PS num primeiro momento, colocando Portugal mais próximo à uma ideia de oriente do que de ocidente. De fato esse era um problema, pois a perspectiva europeia era de estabelecimento da democracia liberal para entrada na CEE, mas o impulso revolucionário levava o país à esquerda, ainda que internacionalmente não pudesse ser um regime amparado por outros.

Muitas das conquistas ainda existem e são resultados do momento da Revolução. Na Constituição da República Portuguesa, que data de 1976, constava que:

A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democrática, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras (PORTUGAL, 1976: 17).

Estabilização da Revolução e Alternativa Democrática

O PCP teve papel essencial para si e para a revolução, na medida em que se reorganizou como partido e se portou como força antagônica ao antigo regime no campo da esquerda. Iniciada a transformação política, O PCP passou a defender a rápida democratização política do regime atuando conjuntamente com o MFA, incentivando a volta dos partidos políticos, impulsionando parte das conquistas do 25 de Abril, como também propondo uma Assembleia Constituinte, numa aliança entre as vanguardas dos movimentos populares e os militares (SECCO, 2004), foi então que passo a passo o PCP passou a fazer parte do sistema de regras da democracia europeia e que a esquerda à esquerda do PCP perdeu a capacidade de mobilizações radicais (ANTUNES, 1988: 80).

De fato, textos dos dirigentes do PCP indicam que o Partido teve uma relevância no processo e pôde se reconstruir como força de esquerda no país justamente pela volta à democracia no Portugal.

O PCP existe para servir a classe operária, o povo e o País. No tempo do fascismo, como desde o 25 de Abril até hoje, as suas forças e energias, toda a actividade e dedicação dos seus militantes, são inteiramente

consagradas à causa da liberdade, da democracia, da independência nacional, da paz e do socialismo (CUNHAL, 1994: 419).

Seguindo em certa medida os caminhos internacionais do movimento comunista, quando chega a fazer parte do governo o PCP adotou a democracia como o âmbito necessário para a sua atuação em aliança com os outros partidos, embora de modo distinto, pois no caso do PSD e PS a política era social-democrata liberal com olhos às necessidades materiais, e o PCP priorizava primeiro a transformação cultural e subjetiva das classes, tal como o seu congênere italiano (SECCO, 2004: 196).

Contudo os portugueses se diferenciavam dos demais PCs europeus na medida que seguindo a tendência de atuação no âmbito da democracia como espaço progressivo para a construção do socialismo rejeitava a perspectiva *eurocomunista* de via ao socialismo através de reformas sociais, que não era propriamente o caminho para a revolução dentro da tradição marxista, mas uma nova fórmula política encontrada pelos partidos comunistas de alguns países da Europa. O campo do eurocomunismo era o espaço nacional, articulando as demandas sociais com a expansão das alianças para ampliação do papel do partido no Estado (BRAZ, 2006). Tal concepção estava bastante distante da ideia de que:

Toda revolução dissolve a velha sociedade; nesse sentido é social. Toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política. A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução (MARX, 2010: 78).

Nem a revolução e nem o eurocomunismo. Certamente o terreno da democracia é mais fértil para a atuação de um partido, do que a ditadura, embora a presença do MFA e do PCP nos governos não significasse a democracia liberal europeia que se efetivava pela via eleitoral (ANTUNES, 1988).

Mas, o debate histórico sobre o que é a democracia é fundamental, pois o espaço europeu estava cada vez mais organizado segundo as políticas das oligarquias financeiras e dos Estados mais fortes, que após a II Guerra encontram na forma-política da democracia liberal o terreno propício para o desenvolvimento de suas forças produtivas, inclusive em associação com partidos do âmbito da esquerda socialista e comunista³¹.

Primeiramente, o PCP passou por uma adequação conceitual ao retirar a *ditadura do proletariado* de sua estratégia. Nesse sentido foi possível que o PCP atuasse não apenas em nome de uma classe, a classe que por missão poderia libertar todas as outras da exploração capitalista, mas sim em nome de todas as classes interessadas na revolução democrática e nacional (CUNHAL,

³¹ Esse debate é desenvolvido por Gyorgy Lukács, no livro *Socialismo e Democratização*, lançado pela Editora da UFRJ em 2008.

2013: 62). Mas na defesa dos interesses *gerais* da sociedade portuguesa, o PS parecia já ter se destacado como o partido escolhido pelas classes.

Os comunistas do PCP interpretavam que havia uma confusão nas classes trabalhadoras, que defendiam objetivamente o PCP e subjetivamente o PS e PSD, isto é, apoiavam o PCP nas manifestações e ações, e o PS e PSD nas urnas (CUNHAL, 2013: 63). Antes da revolução bolchevique, apenas uma parcela das classes trabalhadoras seguiam o partido, sendo que a maioria seguia os mencheviques e os socialistas. Os bolcheviques conseguiram justamente transformar todo o apoio que os partidos recebiam em um apoio à intensificação da luta de classes, com os trabalhadores organizados ainda em soviets e com o partido contando com uma direção experimentada que não buscava estrangular a revolução.

Como vanguarda, o PCP conseguiu possuir e difundir aspirações estratégicas, mas o fato é que as aspirações do PCP eram limitadas, aquém da revolução socialista. Além disso, as necessidades das classes trabalhadoras não foram criadas pelo PCP, mas eram por ele transportadas à esfera do Estado.

A estrutura interna do PCP contribuía para a edificação de visões que aparentemente eram as mesmas das classes trabalhadoras, como a centralidade do Comitê Central e nele de alguns dirigentes, em especial Álvaro Cunhal, e da Direção, que ao longo dos anos de vida do partido na legalidade adquiriu estabilidade e uma longa continuidade. Resulta também que no PCP a harmonia entre os militantes prevaleceu, diferentemente de partidos como o PCI, onde a cisão se fez constante, sendo um fator que permitiu ao PCP se colocar como partido das classes, visto que conseguiu manter seus trabalhos nas classes trabalhadoras.

Mas existia a possibilidade das classes trabalhadoras transformarem o país, e essa possibilidade indicava a continuidade da revolução, mas sob a direção do proletariado, no sentido das decisões “da base para o topo” para implementar um novo tipo de regime, ainda inexistente na Europa (CARVALHO, 2014).

A revolução havia aberto o caminho tanto para a consolidação dos projetos que as classes trabalhadoras manifestavam em suas lutas, como também era a possibilidade para um novo tipo de acumulação e hegemonia dos grupos financeiros. Parecia que o projeto socialista se concretizaria, mas a coesão entre a direita da revolução, formada por PSD e CDS, foi maior do que entre a esquerda com o PS e o PCP (ANTUNES, 1988: 90).

Como indica Secco (2004), Portugal buscou a integração na Europa após a Revolução, e é competindo com e contra os partidos legalizados que o PCP conduziu as políticas “rumo” ao socialismo, “consolidando o processo revolucionário”.

O marxismo português ficou circunscrito, afinal, aos limites de uma leitura cientista, senão mesmo positivista. Mas, paradoxalmente, esta assinalável limitação teórica poderá ter-se tornado politicamente eficaz, pela possibilidade de existir com outras correntes positivistas de orientação republicana, robustecendo a estratégia frentista (PITA, 1994: 105).

Ainda que a defesa incondicional da democracia fosse feita pelo PCP, o partido se caracterizou por ser o mais dogmático dos PCs europeus, se diferenciando das políticas seguidas especialmente pelos comunistas italianos, franceses e espanhóis (SECCO, 2004: 124). Segundo PITA (1994), a adesão do PCP ao pensamento de Stálin data de muito antes da revolução de Abril, sendo característica fundamental da reorganização do Partido já durante os anos 1940, afinal, o suspiro do fascismo durou em Portugal até os anos 1970.

Mas com a continuidade da efervescência política, a estabilidade do recém regime democrático dependia ou da unidade entre as diferentes forças (PCP e PS, entre Cunhal e Mário Soares, por exemplo), ou da inserção dos partidos e demais organizações nas classes trabalhadoras, como os sindicatos e os conselhos. Em todo caso, embora contando com uma Constituição com aspectos formais ligados ao anseio de construção do socialismo e com uma instabilidade ainda prevalecendo, o PCP indicava que a estabilidade do regime seria o caminho, ou seja, “a construção de uma democracia rumo ao socialismo” (CUNHAL, 1994: 422).

Todavia, as outras forças políticas que se adequaram à forma política democrática conseguiram se sobrepor ao PCP no principal instrumento da legalidade das disputas políticas e da correlação de forças, as eleições. Assim, o PCP não aparece como a primeira força, mas a terceira, sendo superado pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular Democrático (PPD)³², em 1975. A partir daí, os comunistas irão atuar defendendo ainda mais a legalidade nacional, mas também abrandando o discurso revolucionário, já que o PS sequer utilizava tais ideias.

O PCP estava longe de ser aquele partido radical, que se preparava para a tomada do poder e a instalação de uma ditadura do proletariado no verão de 1975. Tratava-se de um partido em transição, ideologicamente circunscrito ao bolchevismo, forjado na militância clandestina e politicamente modificado pela irrupção das massas de proletários rurais do Alentejo na sua estrutura organizativa. Os resultados eleitorais lhe deixaram explícito que, sem uma aliança do proletariado com setores médios da sociedade portuguesa (classes médias e pequena burguesia), a revolução sofreria uma “viragem à direita” (SECCO, 2004: 142).

³² Futuro PSD – Partido Social-democrata.

No VII Congresso, de 1974, o PCP já tinha retirado a ideia de ditadura do proletariado de seu programa, com a justificativa de que o conceito trazia confusão à realidade portuguesa. A política seguida foi de não “excluir” nenhum partido que tivesse a democracia como objetivo, e manter uma “inabalável unidade”, inclusive com as proporções de militante oriundos de operários, mulheres, jovens e demais setores na composição do partido. A tarefa do Comitê Central do PCP passou a ser transformar o caráter de partido clandestino em partido de massas. Além disso, houve concentração de forças para a politização dos militantes³³ e o combate ao sectarismo, como indicou Cunhal em seu livro *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*.

Outras posições indicam também aspectos diferentes dos rumos seguidos pelo PCP diante das transformações das forças políticas do país. LOUÇÃ (1985) defende que o PCP, como força política do movimento revolucionário, estava vulnerável às pressões e acabou se adaptando à dinâmica que outras forças políticas buscavam implementar. Entre o risco do isolamento e a queda do processo revolucionário, o PCP se aproximou das políticas de compromisso, no sentido de compor os diversos governos que sucederam o processo e asseguravam algumas conquistas à classe trabalhadora:

Dentro da lógica da sua estratégia de “revolução democrática-nacional”, (...), não cabia qualquer processo de transformação global da sociedade, no sentido da abolição das relações capitalistas de produção, que subjazem ao Estado capitalista. Mas tampouco excluía a luta pela melhor relação de forças possível, alicerçando-se em instrumentos de poder de forma a consolidar posições (LOUÇÃ, 1985: 161).

O PCP, ligado à política internacional dos PCs dirigidos pelo PCUS, manteve em sua linha política e teórica muitos dos princípios do “marxismo-leninismo” como método para as explicações sociais. Mas os métodos de luta seriam os estabelecidos dentro do processo de estabilidade da democracia. Greves, manifestações, debates públicos, entre outros meios de organização e ação de trabalhadores não seriam mais impulsionados tendo em vista que a estabilidade do regime “não exigia” medidas do tipo. A luta contra os “anti-soviéticos” seria outro fator importante no rol de direções de ação do PCP, que em 1976, encontrou subsídio para seus objetivos com a estabilização democrática, pois durante a Conferência em Berlim, os PCs tomaram a “defesa da paz, da segurança e do progresso social” como programa de luta e cooperação internacional entre os partidos.

Outro fator foi o papel da reação, que atacando fisicamente o PCP, conseguiu impor aos comunistas o interesse de buscar a “normalidade constitucional”. Das diversas vertentes dentro do

³³ As elaborações concentradas no *Avante!* e no *O Militante* são fundamentais para a difusão das ideias políticas dos comunistas portugueses.

movimento comunista internacional, o PCP fazia parte da ortodoxa, uma vertente que via na URSS e no partido russo a direção do movimento, e era um movimento que tinha a cooperação internacional entre os sistemas sua chave de sobrevivência (CERVERA, 1976).

Para um dos líderes da revolução, Vasco Gonçalves, um dos problemas fundamentais da revolução foi o *espírito pequeno burguês* das massas e o medo de avançar rumo ao comunismo, o que deu espaço para a direita das Forças Armadas e os Partidos avançarem contra as conquistas das classes trabalhadoras (GONÇALVES, 2004).

Outra posição é defendida por FERREIRA, que vê na hegemonia institucional do processo revolucionário uma fraqueza, ao ter canalizado as forças das classes trabalhadoras para as lutas inter-partidárias e inter-militares (FERREIRA, 1985: 201). Raquel Varela também sustenta outra posição: o PCP deixou de sustentar as auto-organizações de trabalhadores já durante o processo revolucionário quando a efervescência das massas saiu do controle do partido ao atuarem contra os Governos Provisórios para garantirem mais conquistas (VARELA, 2011: 47).

Em âmbito externo, o PCP assumiu e defendeu o “Programa da Paz” que fora aprovado no XXIV Congresso do PCUS, num reconhecimento de que a paz europeia seria a paz mundial, em 1974 – no âmbito da *coexistência pacífica* entre capitalismo e socialismo e da continuidade da política de socialismo num só país (VARELA, 2011: 166). Assim, o PCP não buscava se afastar do movimento das classes trabalhadoras e de outros setores que estavam em luta, mas conduzia forças para a moderação das manifestações, greves e reivindicações para o estabelecimento de uma ordem que, ao seu ver, dependia de uma transformação qualitativa na produção e do apoio das massas aos objetivos do Governo Provisório. Como partido ortodoxo, o PCP ainda sustentava a estratégia da *revolução por etapas* e a primeira parada era a democracia.

Em um momento em que a URSS já apresentava seu cansaço e todos os problemas decorrentes da burocratização e degeneração do Estado operário, a propaganda do *socialismo* ainda surtia efeitos e motivava *parte* das massas de trabalhadores. As *Batalhas de Produção* foram a política do Governo para tentar o salto qualitativo na economia portuguesa. Diversos jornais noticiavam os sucessos dos dias a mais em que se trabalhava, que não apenas significavam *trabalho em si*, mas o trabalho na e pela construção do socialismo.

O papel dos sindicatos também foi decisivo na caminhada após a queda da ditadura, sendo que parte dos sindicatos tinham direções dos principais partidos no governo, como o PS e o PCP, e agiam como elo entre os governos e as classes trabalhadoras. Em 1975, o governo propôs a *unicidade sindical*, que era em substância diferente da unidade sindical. A unicidade sindical seria um artifício para o governo prosseguir com as reformas sociais ao mesmo tempo que poderia ter o controle direto das bases das classes trabalhadoras, transformando todos os sindicatos em uma

frente unitária com um programa igual. A proposta da unicidade repercutiu negativamente em vários círculos, principalmente no PS que já tinha Mário Soares como liderança definitiva, visto que a liberdade sindical havia sido conquistada apenas um ano e o novo projeto era rebatido pelas forças contrárias com o argumento de que se pretendia regressar à forma corporativa de sindicatos antes existente³⁴.

Se o PS e o PPD eram contrários a unicidade, diferente era a posição do PCP e do MDP/CDE, que tinha controle político da Intersindical e conclamava os trabalhadores a manifestarem apoio publicamente ao projeto. Em uma Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP, de 14 de Janeiro de 1975 (CD25A), se declarava que a unicidade seria um reforço da aliança Povo-MFA e da unidade da direção do movimento. Todavia, de uma outra perspectiva se tratava sim de um reforço da aliança, mas ia além ao ser uma tentativa de neutralizar o poder das comissões autônomas de trabalhadores e ao mesmo tempo passar a direção do movimento para uma central única, sob controle governamental. E foi assim feito.

Além da fissura que a proposta de unicidade sindical gerou, outros conflitos entre as principais forças políticas do governo aceleraram o processo revolucionário em direção ao estancamento. A passagem do PS para a oposição ao governo provisório (MFA e PCP), isto é, aderindo às políticas dos partidos de direita aprofundou a cisão no governo: a defesa de uma democracia cada vez mais similar a existente nas democracias liberais europeias distanciaria o PS do Governo Provisório e o levaria a se aliar a outras forças políticas e a obter aliados internacionais.

Uma parte das forças armadas também se destacaria conformando o *Grupo dos 9* em oposição ao projeto de continuidade da revolução, contando com apoio internacional, e mais tarde também do PS. Seria um momento em que diversos deslocamentos de bases ocorreriam para a promoção de uma política que indicasse a entrada na *normalidade* da democracia ocidental burguesa (CARVALHO, 2014).

Certamente a politização social havia chegado a um alto nível, e tanto o PCP como o PS aumentaram suas bases sociais. Além disso, o PS buscava alianças com a igreja, setores da classe média, realizando uma forte campanha anti-comunista em consonância com a política internacional anti-soviética. A aparente e momentânea unidade entre as políticas do PS e PCP se dava na contenção das reivindicações dos trabalhadores (VARELA, 2011).

O PS se transformava no articulador internacional da estabilidade democrática e dos laços com a Europa, ao mesmo tempo em que ganhava amplas bases em sindicatos e nas massas em geral, operando reformas internas com apoio da CEE e dos EUA (SECCO, 2004: 148). O PCP não podia desempenhar esse papel, pois Portugal fazia parte do campo ocidental desde Yalta. Foi então

³⁴ Como consta no *Jornal de Notícias*, de 14 de janeiro de 1975. disponível no CD25A.

em 1975 que o PS abandonava o então IV Governo Provisório e passava a realizar grandes manifestações contra o PCP e o MFA. Foi um momento em que grupos de direita também realizaram diversos ataques físicos, sendo que o PCP chegou a perder cerca de 10% de seus centros de trabalho.

No V Governo, o mais acéfalo de todos, estaria o MFA, o PCP e o MDP/CDE, com Vasco Gonçalves na presidência, um governo que iniciou com graves dificuldades para exercer sua função. A divisão entre PS e PCP se aprofundou nesse período, e enquanto o PCP buscava garantir a continuidade do Governo e o respeito pela autoridade do Estado, o PS conclamava as massas a reivindicar a queda do mesmo (ARCARY, 2004).

Nessa manifestação, ou nessa mobilização, estava a força da contra-revolução, duplamente espelhada na política do PS e do PCP: a organizada em torno de um projeto capitalista, militarmente inserido na NATO e economicamente na CEE, cuja direção era cada vez mais o PS e o seu carismático líder Mário Soares, mas também estava o resultado da política de contenção social que o PCP tinha vindo a levar a cabo desde 1974 e que espelhou na oposição sistemática às greves, na contenção salarial, na lei de greve, na unicidade sindical e na “batalha de produção”, uma política de traços bonapartistas que tentou estender-se também aos meios de comunicação social e às Forças Armadas, em particular na 5ª Divisão (VARELA, 2011: 275).

Nas eleições para Assembleia Constituinte o PS e o PPD já tinham ganhado respaldo eleitoral, o que lhes garantiu a possibilidade de se moverem com maior liberdade entre as forças no parlamento. Enquanto isso o PCP se encontrava dividido quanto a atitude a ser tomada, que poderia ser a de preparar uma revolução dentro da revolução com o apoio de outros pequenos partidos que já estavam organizados e radicalizados, ou também a de tomar o poder através dos meios burocráticos, isto é, poderia ser tal como os bolcheviques em 1917, ou como no golpe de Praga, em 1948. Por exemplo, o PRP, Partido Revolucionário do Proletariado, que havia organizado inclusive manifestações armadas com apoio de setores radicais das forças armadas (ARCARY, 2004: 87).

Para alguns militantes e estudiosos (Raquel VARELA, Francisco LOUÇÃ, Lincoln Secco) o PCP não quis tomar o poder, afinal, a estabilidade da democracia estava em seu programa – o que não significava a abolição da sociedade de classes. Diante da impossibilidade de continuidade do V Governo e da radicalização da política do PS e do Grupo dos 9 e aproximação com a direita, o PCP buscava não realizar enfrentamentos decisivos para preparar e garantir seu espaço no VI Governo através das negociações (LOUÇÃ, 1985: 156).

Após diversos ataques vindos das próprias direções da revolução, o movimento autônomo de trabalhadores portugueses começava a demonstrar seu desgaste, e as decisões sobre o futuro da

revolução passavam a estar cada vez mais circunscritas no parlamento. O MFA já havia dado uma saída militar ao problema da guerra colonial, e não estava mais disposto a ir avante na radicalização perpetrada por setores da esquerda do PCP e de outros partidos e movimentos (ARCARY, 2004: 72).

Nas condições da época imperialista, a revolução nacional-democrática só pode ser vitoriosa quando as relações sociais e políticas do país estejam maduras para levar o proletariado ao poder, como chefe das massas populares (TROTSKY, 2007: 182).

O novo governo, com Pinheiro Machado, era ainda visto pelo PCP como uma possibilidade de apostar no MFA. Com as crises e as divisões no MFA, as alianças interclassistas dos comunistas iriam se aprofundar ainda mais, e o distanciamento com as classes trabalhadoras se daria pelo fato do PCP não levar adiante a efervescência, compreendendo que as massas de trabalhadores radicalizavam de modo *irresponsável* em diversos momentos. A política de salvação dos governos adotada pelos comunistas os levariam a se distanciarem da esquerda radical e se aproximarem mais da política de democracia nacional tal como o PS também defendia, e o Governo estável seria o desfecho da revolução iniciada em abril de 1974.

O governo não conseguia colocar a disciplina no interno das forças armadas, e a dissolução do MFA arrastava o PCP como consequência do apoio que este dava àquele; a fissura no governo havia aberto a possibilidade de sobreposição de um duplo poder. Porém, embora a mobilização social fosse grande, o PCP buscou garantir a continuidade do MFA no Governo e de recomposição do Conselho da Revolução, porém as outras forças políticas agiam em outro sentido, deixando o PCP “com um pé dentro, o outro fora” do governo (LOUÇA, 1985).

O PS e PPD faziam propaganda da possibilidade de um golpe dos comunistas, tal como em Praga, e o PCP realizava diversas mobilizações de massas no fim de 1975 para “garantir as conquistas de Abril” e a democracia. O PS procurava colocar o PCP muito mais à esquerda do que o próprio PCP buscava ser.

Um *duplo poder* teria sido construído? Na visão do PCP determinadamente não, e a estabilidade democrática foi o objetivo do partido. Porém, os Comitês Operários de Base, em 1974, agiram contra os governos impulsionando greves e indicando o caráter inconciliável entre as empresas capitalistas e os interesses das classes trabalhadoras. No momento em que o país vivia em tensão permanente em 1974, como no caso da tentativa de golpe de direita em setembro, as classes trabalhadoras ainda com os ânimos aflorados impuseram uma derrota ao golpe. Posteriormente, em fevereiro de 1975, tornou a efervescência grevista e se multiplicaram os mecanismos de duplo poder; novamente em 1975, se radicalizou a reivindicação de controle operário, inclusive com

greves contra o governo (VARELA, 2013: 197).

Foram lutas intensas que se desenvolveram até novembro de 1975, quando se desenvolveu uma tentativa de *golpe contrarrevolucionário*, no qual o governo decidiu parar seu próprio funcionamento em oposição às classes trabalhadoras, abrindo caminho para outras ações que encerrariam o processo revolucionário. O anúncio de greve do governo foi possível graças a força que ia no sentido contrário ao da revolução, exercida pelo PS e o Grupo dos 9, pela divisão no interno do MFA e pelo o avanço de setores de direita das forças armadas, que juntos puderam ser maior e impedir que a pressão do PCP e MFA fosse efetiva em retornar aos períodos anteriores em que tinha relativa unidade nos Governos.

A reação do PCP foi denunciar a ação do governo como uma manobra a favor do grande capital, e conclamava todos à manifestação no dia 20 de novembro de 1975, a favor da *unidade revolucionária do MFA*³⁵. Contra a instauração de uma hipotética ditadura do proletariado, que nem o PCP e nem o MFA cogitavam, o processo da Revolução dos Cravos estancou em novembro de 1975, garantindo a via pacífica e plural à democracia liberal burguesa, mas com mudanças na conjuntura histórica da revolução (GONÇALVES, 2004).

A reação também ocorreu através de prisões, como a de figuras centrais da revolução, como Otelo Saraiva de Carvalho, com ataques aos partidos de esquerda, e com apoio internacional à social democracia e à direita em geral. Vasco Gonçalves já havia sido demitido poucos meses antes, bem como o V Governo, e agora em novembro seria a vez de Otelo Saraiva ser afastado do governo e detido (CARVALHO, 2014).

O complexo social que ia dos protestos, reivindicações, radicalizações de diversos setores das classes trabalhadoras, perda do controle social pelo PCP e MFA, até a suspensão dos trabalhos pelo governo, colocavam o conflito entre as classes trabalhadoras e Estado de forma aberta, pois ainda que os Governos tivessem realizado diversas reformas durante o processo revolucionário, a autogestão, a politização e a eferverscência social não diminuíram na mesma medida que os partidos no poder buscavam acalmar e frenar a radicalidade – isso só foi possível com o deslocamento de parte do governo à direita e com o papel da esquerda que estancou as forças do movimento.

No VI Governo Provisório o PCP já não conseguiu mais ser um partido determinante, e passou a atuar no espaço de oposição, sendo que o PS e o PPD tinham adquirido a maioria. O VI governo marcou uma qualitativa transformação no caráter da revolução. Foi um governo que ordenou a ocupação militar das emissoras de televisão e rádio; foi um governo que se declarou em greve diante das manifestações, revoltas, greves, declarando-se incapaz de governar em meio a

³⁵ Panfleto intitulado: *Todos à Belém às 15h*. Disponível no CD25A.

situação de radicalidade. Uma radicalidade que colocava a questão para todas as forças: avançar nas conquistas revolucionárias ou direcionar o desenvolvimento da situação rumo à democracia liberal?

Os comunistas do PCP não buscavam o assalto ao poder diante da crise aberta colocando uma dualidade de poderes a partir das classes trabalhadoras, mas sim buscavam uma conciliação com as forças políticas do novo governo. Porém, a situação ainda era de greves de trabalhadores, com diversos instrumentos de organização de classes exigindo nacionalizações, realizando ocupações de postos de trabalhos e casas, exigindo a igualdade de salários por trabalho, etc., a maioria organizadas em assembleias e plenários, mas sem uma unificação e organização a nível nacional - uma política que era exatamente oposta ao programa do PCP: contra a estratégia da revolução democrática nacional (VARELA, 2011: 339; 2013: 199). O PCP buscava reforçar o Estado.

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma força política (MARX, 2007: 76).

Transformar as instituições, dando-as um caráter democrática, e assegurar que tensões no âmbito dos militares não eclodissem em outras tentativas de golpe ocupavam parte dos interesses dos comunistas. Dentro das forças armadas o que se verificou foi o restabelecimento da hierarquia e a derrota da esquerda. No Estado foi a estabilização das instituições, com um Parlamento em funcionamento, eleições livres e com a garantia de direitos constitucionais aos cidadãos. No sentido democrático institucional defendido e teorizado por HUNTINGTON (1994), LINZ (1978). MEDHRURST (1984), sobretudo pelo PS.

Nesse momento, diferente de outros no qual o PCP agiu na defesa do processo revolucionário, o partido dos comunistas se sentiu ameaçado, sentiu ameaçada a aliança que compunha e o novo regime de Portugal. Ameaçado, a posição do PCP não foi de defender os trabalhadores no sentido de aprofundar as conquistas da revolução. O organismo mais direto que articulava as classes trabalhadoras a nível nacional era a Intersindical, hegemônica pelo PCP e, portanto, contrária aos movimentos de perspectiva revolucionária que iam para além da estratégia do partido.

Dadas as lutas desse momento final do ano de 1975, as classes trabalhadoras conseguiram assegurar diversos aspectos do bem estar social construído em Portugal. Mas com o custo de repressões e restrições de direitos. Contradições do processo que eram assistidas por todo o mundo, um mundo que vivia a crise do capitalismo e que vivia com PCs que na maioria estavam distantes da possibilidade de adotarem à via revolucionária como via ao socialismo.

Além disso, para Portugal a relação com a Europa não havia ainda mudado muito, pois o país seguia sendo dependente das relações comerciais com a CEE para sobreviver (SECCO, 2004: 146). O fato é que politicamente algo a mais foi acrescentando na relação com a CEE, pois o recém criado PS teve um crescimento expressivo nos meses do processo revolucionário, ao ponto de ser tornar um partido vinculado com os socialistas e com os social-democratas europeus, se tornando o partido articulador dos projetos europeus no país Luso. “Portugal tornou-se de fato, e muito rapidamente, uma democracia burguesa” (VARELA, 2011: 360).

A visão do PCP era de que a correlação de forças havia se alterado no âmbito do governo permitindo que a contra-revolução fosse adiante:

Para destruírem o regime democrático e as suas conquistas consagradas na Constituição, todos os outros grandes partidos se coligaram em sucessivos governos. Tentaram todas as coligações possíveis entre dois partidos: PS/CDS, CDS/PSD, PSD/PS. Desrespeitando a Constituição e a legalidade democrática, abusando do Poder, utilizando o arbítrio e a repressão, desencadearam constantes ofensivas. Tentaram novos golpes mortais contra o regime democrático (CUNHAL, 2013: 44).

Diante da contra-revolução que se instaurou, o PCP foi isolado dos governos e passou a se colocar como *alternativa democrática* para as massas. De fato, foram governos que não deram prosseguimento às realizações de caráter socialista, e se edificou a proposta de uma revolução democrática nacional dentro de uma normalidade constitucional como o caminho para o socialismo. Esse é um campo de grande debate, talvez ainda não esgotado, dentro do marxismo. Afinal, qual seria a melhor forma, ou ao menos, a forma de transição ao socialismo? As necessidades das classes trabalhadoras não foram sanadas dentro da ordem democrática, que na Europa significava praticamente a ordem burguesa. A crise que hoje se desdobra na zona euro reflete a processualidade das relações de classe, de lutas de classes, nas quais a hegemonia é burguesa. O processo revolucionário conseguiu derrubar o regime ditatorial, assentou bases sociais que melhoraram as condições de vida das classes trabalhadoras qualitativamente e quantitativamente. Mas, como indica Raquel VARELA:

Portugal não era um país atrasado que poderia ter um movimento de libertação nacionalista (“progressista” nas palavras do PCP) centrado nos militares, capaz de levar a cabo um projeto nacionalista, com relativa independência face aos países centrais. (...)Era um país geograficamente europeu, economicamente imperialista (ainda que semi-periférico face aos países centrais) e militarmente enquadrado na NATO. Portugal era um país

imperial face a África, com uma burguesia que tinha um projecto claro de ficar na órbita da NATO e da CEE e que soube envolver a maioria da pequena burguesia nesse projeto. Quando se encontraram para assinar a Acta Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, os líderes europeus e norte-americanos, em configuração com os soviéticos, estavam conscientes dos problemas da revolução portuguesa, mas entre esses problemas não estava o medo de que o PCP tomasse o poder, porque todos concordavam com a divisão feita em Ialta, que colocava Portugal no bloco militar da NATO (VARELA, 2011: 294).

O processo revolucionário foi a ponte para o país luso passar a absorver elementos desiguais e combinados do capitalismo europeu. Portugal passou por um processo que não foi só de adesão ao campo da CEE com os países Centrais da Europa e de manutenção de seu papel geoestratégico na NATO, como veremos mais adiante; o movimento de transformação política também ocorria bem ao lado, em Espanha, após décadas em regime ditatorial, a transição pactuada entre os militares e as classes dominantes restabelecia o governo com a direção da monarquia dentro da perspectiva democrática e liberal europeia, após a morte do ditador Franco³⁶.

O carácter da revolução portuguesa de 1974 foi alterado profundamente em pouco tempo, e a perspectiva da construção do socialismo não encontrou continuidade nem em Portugal, muito menos no âmbito soviético. A Revolução de 1974 havia retomado a perspectiva da construção revolucionária do socialismo, mas em pouco tempo as forças políticas da CEE tinham assegurado o domínio da burguesia no país, de modo a contribuir para a estabilidade democrática nos moldes liberais previstos nos diversos Tratados de construção da Europa que, desde 1972, estabeleciam acordos fundamentais entre Portugal e a Comunidade (BRUNEAU, 1982: 889).

Ainda que o último vestígio do fascismo tenha sido derrotado, a ordem internacional era a da Guerra Fria. Por isso, a inserção de Portugal nesta ordem dependia também das condições internas do regime formado após 1974. A derrocada do velho regime estava posta tanto por suas debilidades internas, como pelo esforço de entrada do país ao âmbito da democracia ocidental, como também pela insurgência iminente de setores das forças armadas e dos comunistas.

Ainda que o processo tenha tido um rápido desfecho e tenha sido estancado e derrotado na possibilidade de seu desenvolvimento socialista, o PCP foi vitorioso, foi consequente com a estratégia de alianças, com a conquistas de espaços e de influência. De acordo com o Programa do PCP de 1965, a vontade do Partido havia sido realizada, e podemos concluir que o PCP possuiu um

³⁶ Por sua vez, a base do regime franquista foi o “Nacional-Catolicismo” e o anticomunismo, criando um imaginário místico de uma “cruzada” dirigida pelo General Franco, que faria com que a Espanha resgatasse seu passado imperial de glória e poder, restituindo-a ao seu lugar de direito dentro da Europa (VELEDA, 2010: 10).

Programa político vitorioso *parcialmente*, visto que quase tudo do programado para a revolução democrática portuguesa havia sido conquistado: 1) derrubada da ditadura fascista 2) insurreição e levante nacional, popular e militar 3) conquista da democracia e melhoria das condições de vida do povo, 4) liquidação do poder dos monopólios, 5) a reforma agrária parcial; 6) instrução e cultura democráticas, 7) reconhecimento do direito à independência aos povos das colônias e 8) adesão à política de paz e amizade com todos os povos (CUNHAL, 2013: 38-39).

Porém, as derrotas foram ainda mais fortes que as vitórias. Foi a derrota da possibilidade de estabelecimento de novas formas de relações sociais. Mas a revolução tem sua lógica própria e exclusiva. A separação entre a direção da revolução e as classes trabalhadoras foi determinante, foi o espaço aberto para que com o golpe caísse a direção, sem que fosse possível uma resposta da base. “Um golpe liderado pelo PS, a nível civil, pelo Grupo dos Nove e pela direita militar e com o apoio da Igreja, bem como com a aceitação da não resistência ao golpe por parte do PCP” (VARELA, 2012: 421).

O PCP não conseguiu prosseguir nos governos até o ponto de realizar uma hipotética passagem ao socialismo, também não conseguiu sustentar fora do país os monopólios, que poucos anos depois voltaram a dominar a economia e a influenciar a política nacional e de entrada na CEE. A Constituição que havia assegurado as conquistas da revolução foi modificada diversas vezes para se adequar à nova ordem, e no espaço político o papel do PCP passou da participação nos governos à oposição, à uma pequena e significativa oposição.

Na visão favorável ao PS, isto é, dos promotores dos interesses do imperialismo europeu em Portugal, com o PCP fora dos governos o primeiro passo a caminho da CEE estava aberto. Os USA cooperavam com Portugal, Angola já havia demonstrado o mesmo sentido da cooperação e na Espanha a transição indicava a inserção ibérica de conjunto na CEE (MATEUS, 1996: 144).

A situação talvez tenha sido de muita luminosidade, impedindo a visão de qual porta seria a do socialismo. O PCP sublinha em seu programa a “perspectiva luminosa do socialismo e do comunismo” (CUNHAL, 2013: 42), atribuindo à revolução seu caráter pacífico, embora se reivindicue um partido influenciado pela experiência universal do movimento comunista e pelas experiências de Marx e Lênin. Enfim, o PCP foi um partido que seguiu e ainda segue o “Marxismo-Leninismo”, tal como passou a ser difundido e conhecido desde as elaborações teóricas de Stálin, postumamente sustentado por diversos partidos da órbita soviética e claramente coerente com a ordem mundial da não violência contra o capitalismo.

A participação da União Soviética nas Conferências de Paz de Helsinki, nos anos 1970, fez pleno coro com a perspectiva adotada pelo PCP após a tomada do poder, isto é, da revolução portuguesa que colocaria o país teoricamente nos trilhos da *cooperação internacional*, o que

significava, em prática, na órbita da CEE. Com o fim da revolução e a garantia da estabilidade política, a então Europa dos Seis poderia se estender ao sul, desde que outras reformas fossem operadas (SECCO, 2004: 197).

Assim, indicamos elementos que se coadunaram nos anos posteriores a Revolução dos Cravos, levando o PCP a ser uma das forças que não só promoveram a derrota do regime de Salazar, como também implementaram conjuntamente a estabilidade na forma da democracia que ainda perdura. Mas a vitória foi parcial.

Desse modo, a caminhada ao socialismo parece ainda prosseguir no programa do PCP, mas diante da frenagem da revolução e da passagem do período revolucionário à estabilidade democrática o PCP também acabou por sofrer uma *derrota prática*, tal como o PCI, no sentido do isolamento político com sua substituição pela oposição, e no sentido das reversões das conquistas da revolução foram consequência da política de sustentação dos Governos Provisórios dirigidos pelo MFA, ao passo que as outras forças que compunham os Governos passavam a articular a guinada do Portugal à Europa, isto é, à democracia liberal.

As classes trabalhadoras não foram impulsionadas a superarem seus limites organizativos, e as principais direções políticas, PCP e PS, não encaravam a política de alianças como uma possibilidade – por possuírem seus próprios limites históricos e grandes diferenças programáticas. Mesmo assim, uma aliança entre PS e PCP, segundo o programa dos dois partidos, não poderia ultrapassar os marcos da democracia burguesa como primeiro estágio da revolução. Indicamos apenas que a transição do momento revolucionário à alternativa democrática foi uma escolha que ao invés de prosseguir com a revolução, colocou as classes trabalhadoras e as organizações da esquerda comunista fora da possibilidade de agir dentro dos governos, pois não foram governos baseados na democracia de trabalhadores, mas sim democracia liberal e institucionalidade e, nesse sentido, se configurou uma importante derrota prática para o movimento comunista português e internacional.

CAPÍTULO 2

Relações Europeias Desiguais e Combinadas

Sem a presença da Itália e Portugal não seria possível a edificação de uma união política na Europa, pois a importância desses países vai além da presença geográfica: são culturalmente particulares, possuem uma interdependência econômica gigante com os países europeus, são vias de acesso à Europa. A transição entre regimes fascistas e a democracia ocorreu com a participação dos comunistas nos governos, ao menos no início, mas a derrota prática que foi expressão da ação das forças reacionárias e da estratégia de via ao socialismo, consagrou aos PCs de Itália e Portugal uma margem pequena de atuação na política governamental. Por outro lado, foram partidos que continuaram a possuir uma grande legitimidade nas classes trabalhadoras e continuaram a defender os direitos das classes trabalhadoras contra os ataques do Estado e da classe dominante de seus países. Mas qual a força que poderia ter um partido com ideologia comunista num momento em que o regime soviético era visto abstratamente como o principal inimigo mundial? Entre a força e o consenso, qual seria a melhor alternativa para um partido de estratégia socialista? Mais do que a escolha da democracia como etapa rumo ao socialismo, muitos PCs escolheram não prosseguir pela via revolucionária, pela tomada do poder (MAIA, 2015).

A esquerda comunista necessitava inovar diante das novidades que o contexto de mudanças impunha. A proposta de união, a CEE, era ambiciosa e para os partidos social-democratas que tomavam a dianteira desse processo em diversos países, o apoio dos comunistas era necessário, principalmente em Itália e Portugal, onde tinham maior peso político.

No espaço europeu enganosamente está posto que o *trabalho* fabril e a classe trabalhadora desapareceram e um novo momento emergiu com a globalização, um pós-mundo do trabalho. Sem encontrar barreiras externas que deem respostas organizadas à altura, a apropriação privada do trabalho, o antagonismo da relação capital-trabalho, está em constante processo metamórfico e na CEE teve particularidades marcantes nas expansões em [e para] diversos países logo depois da II Guerra, com alguns momentos mais acentuados, como ocorreu a partir do fim da União Soviética. As barreiras da apropriação privada foram destruídas inclusive em seus elementos jurídico-políticos com a liberalização das fronteiras para a apropriação privada dos “bens, pessoas e capitais”, sendo que o neoliberalismo ganhou a roupagem democrática em tempos em que o momento político de crise da esquerda comunista foi determinante para a revalorização do capital.

Nas relações internacionais a tensão aumentou com a crise capitalista do início dos anos

1970, com a crise dos euromísseis, com a ocupação do Afeganistão pela URSS, com golpes burguês-militar em diversos países da América Latina. O decreto do fim da convertibilidade do dólar em ouro feito pelo presidente dos EUA, Richard Nixon, e a crise do preço do petróleo afetaram fortemente Itália e o Portugal. Notadamente eram, e ainda são, dois países com forte dependência energética e a crise atingiu a produção industrial, afetando a sociedade em geral, gerando uma queda de 14% na produção industrial, afinal, segundo o ponto de vista marxista, o fator econômico se torna determinante nas relações sociais de produção no capitalismo. O período era conturbado e a autonomia dos movimentos em relação à influência soviética se tornava maior, inclusive com a ocorrência de movimentos contrários à imposição burocrática e violenta da URSS, como em Tchecoslováquia. Também contra o imperialismo norte-americano ocorreriam movimentos, como os contrários à guerra contra o Vietnam.

Para o entendimento da contenda entre URSS e EUA, é preciso ter em conta um fator decisivo, a Revolução bolchevique de 1917 na Rússia. O desgaste social promovido pela dominação Tzarista durante séculos, os conflitos permanentes contra outros países e a Guerra Mundial foram fatores essenciais para que na Rússia uma clara ideologia revolucionária marxista se difundisse em organizações políticas de acordo com a realidade russa (TROTSKY, 1977).

A negação às guerras e ao imperialismo foram necessidades claras para as massas de trabalhadores e pelo exército não só da Rússia, mas de diversos outros países dentro e fora da Europa, o que permitiu aos teóricos e militantes comunistas a compreensão de que as condições subjetivas para uma revolução mundial estavam dadas. A revolução foi internacional, vitoriosa a princípio, apesar das diversas tentativas de ser sufocada pelas forças imperialistas na maioria deles. O desequilíbrio de poder foi combinado pela guerra imperialista e pela oposição ao socialismo na Rússia, o que permitiu não apenas a revolução na Rússia, mas o contágio em outros centros europeus, principalmente na Alemanha, visto que o programa comunista era um programa que unificava as classes trabalhadoras.

In every socialist revolution, however and consequently in the socialist revolution in Russia which we began on october – the principal task of the proletariat, and of the poor peasants which it leads, is the positive or constructive work of setting up an extremely intricate and delicate system of new organizational relationships extending to the planned production of the goods required for the existence of tens of millions of people (LÊNIN, 1967: 646).

A partir de 1917 o que era teoria se verificou de modo mais profundo na prática das classes trabalhadoras russas e nos partidos da revolução, colocando para as classes dominantes capitalistas um problema internacional, pois o risco de contágio da Revolução Russa nas classes trabalhadoras

da Europa era enorme.

De imediato, houve a formação de diversos Partidos Comunistas em muitos países, sendo que em alguns casos a revolução se aproximou de tal maneira que a guerra civil ou alguma outra forma de conflito rebentou para evitar a tomada do poder da burguesia pelas mãos de trabalhadores.

Desse modo, de um ponto de vista metodológico, para compreender o cenário mundial das relações internacionais levamos em consideração as atuações e os interesses das diferentes classes da sociedade capitalista, não compreendendo que as ações dos Estados, exércitos, Partidos, são realizadas apenas por indivíduos, mas correspondem também às ideologias, aos anseios e interesses das classes. Nesse sentido, a Revolução na Rússia contagiou os comunistas na Itália e Alemanha, como já havia contagiado os franceses, chineses, como na Argentina, Brasil, Índia. A proliferação da perspectiva revolucionária colocava em evidência o problema da *sociedade de classes*, para além das guerras, do conflito internacional entre Estados, como se poderia imaginar numa simplificação das tensões entre URSS e EUA.

Ao mesmo tempo, era um problema com efeitos domésticos, isto é, o conflito de classes da sociedade capitalista se expressava internamente de acordo com cada *particularidade* nacional. Para os revolucionários comunistas da então conformada URSS o interesse era eliminar a burguesia e sua forma de dominação social; para as classes dominantes dos países capitalistas, tratava-se de empreender esforços quais fossem precisos para a manutenção das relações sociais.

Porém, em revolução não há nada puro e nada que não seja contraditório. A casta burocrática formada a partir do grupo dirigente da revolução estava interessada em estabelecer uma ordem internacional estável, na qual o regime soviético e o capitalismo pudessem coexistir, com o desenvolvimento pacífico do socialismo (TROTSKY, 2007).

Ainda que não seja a discussão central, os objetivos políticos mudaram no movimento comunista internacional ao longo de sua existência, como pode ser conferido nas diferenças entre a I, a II e a III Internacional Comunista; um exemplo de mudança foi a política da coexistência pacífica. Uma das formas pela qual se desenvolveu a política soviética está estreitamente conectada com esse fator, pois a noção contraditória de Império estava no centro da política desenvolvida pela URSS na articulação entre manutenção do espírito comunista e a sobrevivência do império socialista (PONS, 2008: 100).

A contenda URSS *versus* USA não foi um mero duelo, mas envolveu o mundo todo durante décadas no século XX, e o chamado breve século XX³⁷ teve suas extremidades apontadas justamente no começo e no fim da empreitada da implementação do projeto socialista. Diferente dos objetivos da revolução bolchevique, o projeto stalinista tinha como base a “separação

³⁷ Caracterização feita por Eric HOBSEBAWM, em *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

estratégica da URSS do sistema internacional no plano econômico, político, sociocultural”, sendo o eixo que conduzia a política do socialismo em um só país (PONS, 2008: 103).

O conflito, quase que inevitável, indicava as incompatíveis aspirações levadas pelos Estados e se de início o conflito principal estava designado na oposição “socialismo e liberalismo”, ao fim tanto um como o outro sofreram alterações ao longo do século; as ideologias, as guerras internacionais e civis, as eleições, a emergência de novas referências políticas, são alguns fatores que podem ajudar a observar as mudanças ocorridas (CARR, 2001). No campo do socialismo, no campo do projeto de implementação do socialismo através do Estado centralizado, a proclamação da unidade política e moral e o fim das divisões de classe representava uma sociedade soviética pacífica interna e externamente (PONS, 2008: 104). Ilustrativo é um fato consequente do conflito que se iniciou por volta de 1917, que prosseguiu após a II Guerra Mundial e que até a atualidade desperta sentimentos:

The United Kingdom, the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics shall possess supreme authority with respect to Germany. In the exercise of such authority they will take such steps, including the complete dismemberment of Germany as they deem requisite for future peace and security (YALTA DECLARATION, 1945: 4).

A condição da cidade de Berlim expressava a divisão do mundo em duas partes, o capitalismo e o “socialismo real”, expressava a criação de gerações “à sombra de batalhas nucleares globais” (HOBSBAWM, 2003).

Os acordos de Yalta e Potsdam firmaram os limites de cada uma das duas potências sobre as regiões do mundo, englobando desde as fronteiras ideológicas, como as estratégicas e energéticas. Mas os ataques com bombas atômicas no Japão logo após o encerramento das Conferências também eram uma demarcação do superior poder bélico dos USA, ainda que o poder em amplo sentido não fosse total, de tal monta que parte da Europa estava segmentada e tendencialmente passível de ser disputada pelos projetos de democracia liberal e o socialista. Com a separação das fronteiras pautadas em diferentes perspectivas sociais, portanto, a Europa Ocidental do pós II Guerra Mundial se tornou um lugar estratégico do capitalismo, ainda que destruído material e ideologicamente. E é nesse marco histórico que se fez a construção de uma integração na Europa Ocidental.

A Europa ocidental, situada no meio geográfico entre URSS e os USA, se lançou mais ainda ao ocidente aderindo às investidas de parcerias dos USA, definindo seu campo de atuação. Um mote para a integração foi a aceitação de uma mediação externa pelas partes, como medida para evitar conflitos, acomodando cisões e diferenças ainda que preservando relativas autonomias em âmbitos internos e internacionais. Um passo rumo à integração foi a aceitação do auxílio oferecido

pelos USA à reconstrução dos danos de guerra, o Plano Marshall (HAAS, 1961).

A presença dos USA na Europa possibilitou que inicialmente os problemas estratégicos fossem pensados diretamente pela potência representante do poder capitalista, de modo que o papel dos países da Europa ocidental era apenas o do seguidismo e submissão. Para a socialdemocracia europeia essa etapa de desenvolvimento de um europeísmo deveria estar associada à forma democrática dos USA e às relações de proteção que eram oferecidas na sombra da NATO (VIOLA, 2000).

Dos conflitos bélicos que tantos danos causaram à Europa e ao mundo, a aliança ocidental entre Europa e USA foi um fator decisivo para desequilibrar a contenda. A criação da NATO em 1949 supriria a fragilidade bélica momentânea da Europa ocidental, ao mesmo tempo em que aproximava ainda mais os países destruídos dos USA, numa clara ofensiva à URSS. Um ano antes, 1948, o Tratado de Bruxelas deu início à aliança entre alguns países, uma aliança da Europa Ocidental para a defesa militar mútua, porém ainda não abrangia todos os membros estratégicos. Os USA souberam aproveitar a redefinição de alianças para colocar seu projeto em prática.

No início, a integração teve fundamentos econômicos e militares, inclusive pela tentativa de criação de uma Comunidade Europeia de Defesa que não gerou resultados efetivos, visto que o campo da defesa e do ataque militar reguardava à NATO. Nesse sentido, a presença dos USA na integração europeia, em seu caráter conservador e liberal, é significativa; fazia parte das exigências dos USA a construção de um mercado livre (VIEZZI, 1980).

A Itália realizou sua adesão sob o governo De Gasperi, tendo na DC os promotores do discurso da unidade de países democráticos pela defesa comum contra a ameaça de um conflito armado. Era uma “expressão da solidariedade americana-europeia” com vistas à cooperação econômica, militar e civil – era esse um momento que Itália e França faziam acordos de liberação aduaneira junto e para além da *Europa dos 6*, num empenho de construção de alianças firmes para a sustentação da paz, mas sobretudo para a preparação militar defensiva (DE GASPERI, 1949).

O PCI foi uma das principais organizações políticas a refutar o Pacto, declarando seu caráter agressivo e sua ambição pela guerra (TOGLIATTI, 1949). A esquerda italiana procurou obstruir a entrada na NATO, mas sem sucesso. A Itália passou então a fazer parte do Pacto Atlântico, o qual estabelecia a unidade de todos os membros na defesa de cada um.

Portugal aderiu à NATO também em 1949, sendo um dos fundadores da aliança que tinha nos países do espaço democrático sua base. Mas uma base duvidosa e por nada clara, visto que os assim chamados países democráticos eram em muitos aspectos extremamente anti-democráticos. Portugal, em 1949, era um exemplo de ditadura fascista na aliança anti-soviética (ANDERSON, 1966; HOBSBAW, 2003). No momento de adesão de Portugal interessava mais aos países

imperialistas o caráter anti-soviético do que o democrático, assim foi também quando Turquia e Grécia se juntaram à NATO. Para o regime ditatorial português interessava assegurar ainda mais as ideias comunistas longe do seu território, sem ter que passar pela democratização e sem atender aos requisitos da ONU (TEIXEIRA, 1995).

A URSS, por sua vez, realizava o Pacto de Varsóvia, uma aliança militar para a defesa da zona soviética; uma resposta à ação norte-americana de atuação na Europa: se criava a zona de defesa militar e uma comunidade de cooperação econômica com os países da aliança soviética, a COMECON. A partir daí, o pós II Guerra assume um novo e pouco duradouro momento em que a dinâmica de correlação de forças indicava a iminência de uma nova guerra, já que o objetivo político de derrota do inimigo não havia sido atingido ainda por nenhum dos dois lados da contenda (HOBSBAWN, 2003).

A vontade de guerrear e a preparação para a guerra permaneceram em níveis elevados durante anos, fomentando investimentos gigantescos em desenvolvimento militar, propagandas e sabotagens. A possibilidade do conflito chegar a um nível desconhecido e devastador durou muito tempo, mas sem que uma das partes tomasse uma iniciativa direta³⁸.

O fim da Guerra Fria é teoricamente o período final do *breve século XX*, mas no início dos anos 1970 a contenda bipolar indicava mudanças fundamentais em seu conteúdo ideológico. Em 1972, os USA e a URSS assinam junto de países europeus o Tratado de Helsinque, para Cooperação pela paz após vários anos de guerra nuclear em deflagração – era um momento de *détente* das relações bipolares. O acordo previa o respeito pelas fronteiras, o esforço para preservação dos Direitos Humanos e a cooperação pela paz mundial, evidenciando uma aproximação diplomática entre USA e URSS – o que deve ser observado à luz das mudanças não só das relações internacionais, mas também das políticas internas: as mudanças na União Soviética foram também econômicas e sociais num sentido de aproximação ascendente com o Ocidente num momento em que se tornava evidente a derrota do bloco soviético e a restauração do capitalismo no Leste Europeu (DEL ROIO, 2008; MAIELLO, 2011).

A integração da política na forma de Estado-nação era um fato histórico na Europa, pois a desintegração sempre tinha sido o assunto dominante, pois a integração europeia pós-1945 estava teórica e abstratamente baseada na generalização da cooperação internacional pela paz e pela política comunitária entre os países causadores de conflitos. De um ponto de vista crítico mais europeísta, o mito da integração deveria estar assentado em três compromissos fundamentais: 1) igualdade nas trocas como aspecto para redução dos antagonismos; 2) acomodação das cisões e diferenças através da aceitação de mediação; 3) acomodação das bases com a perspectiva de

³⁸ Ver: CLAUSEWITZ, C. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979. p. 80-204-337-737.

melhoramento dos interesses comuns (HAAS, 1961: 367).

Por outro lado, como BIELER (2005) sustenta, as análises sobre a integração europeia tem sido dominadas pelas perspectivas neo-funcionalistas e intergovernamentalistas, nas quais há negação dos elementos históricos, como o caráter das relações sociais de produção, privilegiando uma separação entre Estados e economias (2005: 514).

De longe os compromissos baseados numa suposta existência de “interesses comuns” não são uma proposta que faz coro com um desenvolvimento social que signifique a *emancipação humana*, ao contrário, a aliança europeia é uma perspectiva que está circunscrita aos limites da democracia liberal adequada ao projeto empreendido desde a *Europa dos Seis*, isto é, o projeto nascido com a intervenção direta dos USA na reconstrução política, social e econômica de uma Europa destruída. O pós-Guerra deu aos USA a tarefa de substituir a Inglaterra no domínio da política e da economia mundial e a interferência ocorreu com o oferecimento dos auxílios, como dito no discurso que deu início ao Plano³⁹:

Long-standing commercial ties, private institutions, banks, insurance companies, and shipping companies disappeared through loss of capital, absorption through nationalization, or by simple destruction. In many countries, confidence in the local currency has been severely shaken. The breakdown of the business structure of Europe during the war was complete. Recovery has been seriously retarded by the fact that two years after the close of hostilities a peace settlement with Germany and Austria has not been agreed upon. But even given a more prompt solution of these difficult problems, the rehabilitation of the economic structure of Europe quite evidently will require a much longer time and greater effort than has been foreseen (MARSHALL PLAN, 1947: 1).

Nos USA o fordismo já havia criado uma sociedade industrial e a crise de 1929 havia sido solucionada com as políticas que levaram ao *welfare state*. Um *novo tipo humano* fora elaborado nas classes trabalhadoras em conexão com a racionalização da produção e destruição das organizações políticas e econômicas de trabalhadores; o fordismo americano foi a base produtiva do crescimento europeu (GRAMSCI, 1976).

De sua parte, a URSS não tinha condições econômicas para oferecer uma contraproposta à Europa, ainda que o conteúdo ideológico e político fosse o suficiente para desestabilizar as classes dominantes mobilizando as classes trabalhadoras europeias em várias ocasiões. De fato, a “ideologia cumpre um papel nos reajustes sociais” numa realidade em que a ordem social é dilacerada pelas contradições internas embora o discurso seja de “unidade orgânica” (MÉSZÁROS,

³⁹ O plano de intervenção dos USA na reconstrução europeia foi declarado pelo Secretário de Estado George C. Marshall, num discurso na Universidade de Harvard, Massachusetts, em junho de 1947.

2004). Na Itália, como também em Portugal, as forças de direita coligadas ao fascismo não deixaram de existir simplesmente pelo fato do fim da guerra ou da ditadura; foram forças derrubadas do poder, mas que continuaram a operar em outros níveis, longe de uma conciliação nacional. A proposta de uma unidade política, econômica e social entre os países europeus foi sempre carregada de elementos abstratos, quando não demagógicos.

O movimento contraditório da edificação da CEE pode ser visto no processo que fazia a produção familiar transitar para a produção industrial na base de um mercado mundial, ao passo que criava uma enorme reserva de força de trabalho que ficava a disposição das classes dominantes; o novo tipo humano que nascia para a produção capitalista desse momento era ainda mais fragmentado, especializado e inserido na dinâmica de proletarização que abriria um outro novo modelo produtivo (BRAVERMAN, 1981).

As experiências que marcaram os anos circundantes ao 1968 indicavam que a suposta estabilidade social se dava apenas e relativamente no plano da ideologia, pois a luta pela *hegemonia* e pela *unidade* era aberta e acirrada nesse momento, o que demonstrou que não existia unidade dos *interesses de classes*. A produção de massa que de um lado havia criado salários de monopólios, e de outro os lucros de monopólios, criava não apenas mercadorias padronizadas em excesso, como também expressava relações sociais alienadas, cujo fordismo era a forma sócio-econômica. O capitalismo, cujas características podem ser sintetizadas em sua orientação para o crescimento, exploração do trabalho vivo, controle do trabalho e constante dinâmica de inovação em busca do lucro, entraria em um período de mudanças profundas com a crise geral que o fordismo gerava à sociedade como um todo. A política da burguesia imperialista seria de reorganizar a produção, através do deslocamento temporal de capitais e do deslocamento espacial através da expansão geográfica – se tratava de um esgotamento das formas de lidar com a super acumulação (HARVEY, 1994).

Quando PCI passou a buscar uma nova fórmula política para atuar dentro da democracia liberal e quando o PCP se encontrava fora dos governos constitucionais após a revolução, as classes trabalhadoras também se encontravam num novo momento do seu desenvolvimento – o que AGOSTI chamou de “desafio da modernização” (1999). A incorporação do trabalho feminino, a ampliação do setor de escritórios e comércio, a informatização dos processos, etc., eram aspectos da ampliação do setor de serviços. O período posterior à crise de 1973 aporta para a construção das bases da *restauração* do capitalismo no Leste da Europa, o que significaria a emergência de novas relações sociais no mundo do trabalho. O escritório passou a se assemelhar à fábrica e o trabalhador de “colarinho branco” já não possuía mais privilégios (BRAVERMAN, 1981; MAIELLO, 2011).

Persistiu, sobretudo, a ontológica separação entre trabalho manual e intelectual, com a

depreciação em ambos: a produção racionalizada dividia o processo produtivo em sistemas parciais, com leis próprias, com isso o sujeito estava fragmentado de modo também racional e o trabalhador não havia percepção da totalidade produtiva – tudo isto funcionando em torno da *mercadoria*, categoria universal da sociabilidade capitalista (LUKÁCS, 2003).

Uma forte oposição à proposta política dos comunistas foi a absorção da política do *welfare state* bem-sucedida nos USA para execução nos países da Europa Ocidental, pois, de acordo com a perspectiva de HAAS, o assentamento das bases seria uma condição para a integração, isto é, a cooptação das classes trabalhadoras mediante melhorias na qualidade de vida, o que foi buscado através da instauração do bem-estar social pelos Estados na forma de providências, subsídios e funcionamento dos serviços públicos – silenciando a perspectiva revolucionária. O assentamento do *welfare state* europeu se deu em diferentes níveis nos países da Comunidade, indicando o caráter *desigual e combinado*⁴⁰ das economias, submetendo os Estados menores aos maiores e sobrepujando algumas correntes políticas específicas, inclusive dividindo partidos da esquerda (MAIA, 2015).

Já havia passado a época de ouro na Europa, onde o mercado tinha sido estendido ao consumo de massas, o turismo se tornado essencial em aspectos sociais e econômicos, a internacionalização de empresas e as pesquisas em desenvolvimentos davam uma cara nova ao capitalismo. Os partidos socialistas que tanto se disseminaram após a Guerra não só estavam enquadrados na lógica capitalista, como eram ideólogos do reformismo (HOBSBAWM, 2003).

A marca registrada da socialdemocracia no norte foi a edificação de *welfare state*, com pleno emprego e amplos serviços sociais. As formas e a abrangência destes serviços variavam de país para país, e os resultados raramente se deviam apenas à iniciativa socialdemocrata (ANDERSON, 1996: 10).

Ainda que seja um processo de absorção contraditória, isto é, desigual e combinado, as diversas políticas de reformas tiveram suas lideranças e foram adaptadas às realidades específicas que se tornavam cada vez mais parecidas em seus aspectos generalizantes no sentido da forma política. Ainda que as diferenças culturais fossem levadas em consideração, como a persistência na manutenção de valores nacionais, línguas, aspectos de alimentação, etc., outros elementos sociais foram homogenizados, como os jurídicos, os financeiros, os industriais.

A desintegração é o fator marcante na integração. A diferenciação entre os países europeus

⁴⁰ A perspectiva metodológica que é expressa na “lei do desenvolvimento combinado” está demonstrada na História da Revolução Russa, de Leon TROTSKY. Ver: TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa. A Queda do Tzarismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. “Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.” (TROTSKY, 1977:25).

não era apenas cultural, sobretudo também política e econômica, o que forçadamente foi conciliado num projeto único: abertura das fronteiras para livre circulação de *bens, pessoas e capitais*. Os tratados feitos ao longo do processo de aglomeração dos países da Europa Ocidental asseguraram proteção às pequenas e médias empresas, mas de nenhum modo são restrições aos monopólios ao simplesmente estabelecerem a uniformização e liberalização das transações, tarifas e normas: aspectos vantajosos aos grandes grupos econômicos.

O imperialismo como partilha do mundo entre os grandes monopólios ainda nos serve como uma interpretação da realidade europeia com consequências mundiais (LÊNIN, 2008). A formalização das ações sócio-econômicas no pós-II Guerra foi uma inovação nas relações capitalistas, pois retirou a irracionalidade das trocas econômicas; e é justamente o estabelecimento da liberdade do fracionamento econômico e da unidade política, isto é, da justiça da concorrência que autoriza sua transformação em monopólios.

A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos. Isto nada tem já que ver com a antiga livre concorrência entre padrões dispersos que se não conheciam e que produziam para um mercado ignorado. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também associações monopolistas gigantescas se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado, que estes grupos “partilham” entre si por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América - vão parar às mãos dos monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa (LÊNIN, 2008: 9).

O avanço da socialização da produção é um dos aspectos mais significativos da integração europeia. Na prática um avanço na política socio-econômica europeia foi o *The Single European Act*, Tratado assinado pelos doze países da CEE, em 1986, coordenando a cooperação política entre os dirigentes estatais na edificação plena de um mercado unitário, de uma Europa única⁴¹, que

⁴¹ Diz o Artigo 8º do THE SINGLE EUROPEAN ACT: “ARTICLE 8a The Community shall adopt measures with the aim of progressively establishing the internal market over a period expiring on 31 December 1992, in accordance

deveria ser finalizada em poucos anos. O *The Single European Act* criava as circunstâncias políticas para o aprofundamento da unidade europeia, ainda que não tenha criado propriamente um Estado Europeu, mas sim firmado um passo a mais no caminho da agregação macroeconômica, da eliminação das fronteiras, com vistas à colocação da Europa como corpo único no âmbito da competitividade internacional. Assim, após ter sido realizada a absoluta liberalização interna da concorrência, os países da integração se organizaram para impor uma concorrência internacional: “The Community’s aim shall be to strengthen the scientific and technological basis of European industry and to encourage it to become more competitive at international level” (SINGLE EUROPEAN ACT, 1986: 15).

Cooperação para a Livre Concorrência

Contudo, se a realidade é um claro-escuro de *verdade e engano* e se para um entendimento das relações é preciso aprofundar a análise sobre os fatos, não se limitando a superfície das coisas, pode-se entender que por trás do discurso da harmonia entre cooperação e competitividade há a luta de classes. De fato, “Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos” (LÊNIN, 2008: 42).

As análises da integração devem observar que prosseguem as competições entre os diferentes Estados em busca da acumulação capitalista (BIELER, 2005: 515). Cada Estado europeu ainda realiza a proteção de suas grandes empresas e grandes grupos, ao mesmo tempo que alguns Estados e grupos se sobressaem sobre os outros. Indica um artigo sobre Política Comercial Comum, do Tratado de Maastrich, de 1992:

The common commercial policy shall be based on uniform principles, particularly in regard to changes in tariff rates, the conclusion of tariff and trade agreements, the achievement of uniformity in measures of liberalization, export policy and measures to protect trade such as those to be taken in the event of dumping or subsidies (MAASTRICH TREATY, 1992: 27).

As regras se aplicam aos indivíduos de todas as classes sociais da então União Europeia. De

with the provisions of this Article and of Articles 8b, 8c, 28, 57(20), 59, 70(1), 84, 100a, and 100b and without prejudice to the other provisions of this Treaty. The internal market shall comprise an area without internal frontiers in which the free movement of goods, persons, services and capital is ensured in accordance with the provisions of this Treaty” (1986: 9).

modo geral, a integração dos diferentes países se assentou na ideia de política externa e de segurança comuns, na cooperação policial e judicial e na ampla ideia de comunidades europeias, que envolve desde aspectos de saúde e educação, até regulação do mercado único. Assim, uma ideia e sobretudo uma propaganda única da Europa que possui um duplo significado: tanto a europeização, como a deterioração das relações de trabalho (HYMAN, 2002).

A história da integração pode ser desmembrada nas transformações validadas através de diversos Tratados e acordos, mas também pode ser vista da perspectiva da história fragmentária das classes trabalhadoras, pois as políticas sociais e econômicas adotadas nos espaços de decisão dos Estados reverberaram em todas as classes. Desse modo, HALLER indica que, por exemplo, em diversos países as populações não puderam expressar aceitação/recusa sobre os tratados da integração na forma de referendos, algo defendido e publicizado pelos teóricos e políticos da democracia liberal, como ocorreu nos casos da Bélgica, Alemanha, Grécia, Itália e Portugal, países dominados por partidos de centro-direita.

From this point of view, the refusal to allow the citizens to decide themselves directly about the process of integration can be seen as a further example of the typical relation between political state authorities and citizens in Germany, which is characterized by a certain arrogance and patronizing among the former and subservience among the latter (HALLER, 2008: 17).

De fato, a integração não pode ser vista como uma unanimidade. Os dados estatísticos apenas ilustram algo qualitativamente mais complexo, afinal “Over the EU as a whole, the percentage of those who have a definite positive attitude is not much more than 50%” (2008: 255).

Ainda que entre 1986 e 1992, anos decisivos para o afinamento da política de integração que levam da Comunidade Econômica Europeia à União Europeia, houvesse maior aprovação da população, ainda assim não pode ser encontrado consenso na integração. Entre 1986 e 1992, as taxas que indicam a integração como “a good thing” estão entre 60% e 70%, dependendo do país (HALLER, 2008: 256).

Desde o início da busca da integração a presença da política dos comunistas foi um desafio para as classes dominantes, como no caso da Itália, onde o Partido Comunista reorganizado após décadas de atividades clandestinas apareceu como uma das principais forças vitoriosas sobre o fascismo e com grande prestígio social. O papel que a esquerda socialista desempenhou no processo de democratização é demasiado complexo, mas, em geral, os socialistas apresentavam um programa de democracia muito próximo do projeto visado pelos idealizadores da integração europeia, como Robert Schuman, Jean Monnet, Altiero Spinelli, Alcide de Gasperi, Paul-Henri Spaak, entre outros. E os comunistas tinham visões inicialmente contrárias, muitos permaneceram assim, e outros

aderiram e contribuíram no processo. Certamente o estabelecimento da democracia estava na dianteira da luta política tanto de socialistas, comunistas e democratas, contudo, o tipo de democracia concebido pelas diferentes classes sociais não dispunha do mesmo conteúdo.

Uma visão crítica é proposta por B. APPELDOORN (2003), pois reconhece as relações de poder, os interesses e as arbitrariedades nas forças em relação, isto é, o autor vê no conteúdo econômico do processo de integração a precondição para entender como a ordem surgiu e como se transformou. APPELDOORN não descarta a existência de uma perspectiva de interconexão entre os níveis supranacional, nacional e subnacional, mas dirige uma crítica às teorias da integração, propondo uma análise marxista para observação do contexto europeu, pois mesmo dentro da proposta de integração existem as divergências, como os limites na criação de um Estado Europeu supranacional, ao invés do aspecto intergovernamental (VIEZZI, 1980).

A visão proposta por HALLIDAY (1999) também assume uma postura crítica, pois entende que o marxismo pode possuir grande serventia para o entendimento e funcionamento das relações internacionais, um dos eixos desse entendimento que o marxismo oferece é justamente a compreensão crítica do que é o capitalismo, da implementação do capitalismo em todos os cantos do planeta de modo que prevalece o poder dominante da classe dominante. De modo mais geral, a análise de Andreas BIELER diz que:

Thus, the intensification of exploitation of labour in order to secure the continuation of capitalist accumulation is identified as the social purpose visible in the revival of European integration (BIELER, 2005: 515).

Um resgate das perspectivas críticas da integração é pertinente pois, já no século XIX havia entre os comunistas o debate da revolução na Europa. A conformação de organizações das classes trabalhadoras em diferentes países da Europa colocava em contato trabalhadores e indicava a unicidade das lutas de classes do ponto de vista prática e teórico, isto é, pela necessidade de unidade das classes trabalhadoras dos diferentes países e pela necessidade de que, para triunfar, a revolução deveria se dar a nível europeu (ENGELS, 1976: 185).

De fato, os movimentos de 1848 colocavam a unidade das classes trabalhadoras e das organizações como fator imprescindível para o desenvolvimento da revolução e para a realização dos interesses das classes trabalhadoras, para a efetiva emancipação humana (MARX, 2009).

Também desde o início do século XX, o debate sobre uma Europa unida se fazia no âmbito dos comunistas do Partido Operário Social-democrata Russo (POS DR), associando a política de uma Europa unida com a perspectiva da revolução socialista, já que a perspectiva de *Estados Unidos da Europa* indicava no início do século XX um combate às monarquias e uma oposição competitiva contra Japão e USA alimentando a desigualdade do desenvolvimento econômico e

político, “lei absoluta do capitalismo”⁴².

But, while the slogan of a republican United States of Europe – if accompanied by the revolutionary overthrow of the three most reactionary in Europe, headed by the Russian – is quite invulnerable as a political slogan, there still remains the highly important question of its economic content and significance. From the stand point of the economic conditions of imperialism – i.e., the export of capital and the division of the world by the “advanced” and “civilised” colonial power – a United States of Europe, under capitalism, is either impossible or reactionary (LÊNIN, 1967: 669).

Porém, a consigna de Estados Unidos da Europa passou a ser vista como limitada pelos comunistas, e deveria ser ampliada para *Estados Unidos do mundo*, o que de imediato estaria posto em paralelo com a estratégia comunista de instauração de repúblicas socialistas através da liquidação das classes pela ditadura do proletariado e, principalmente, seria o instrumento de unificação e liberdade das nações. (LÊNIN, 1977). A teorização a respeito da unidade europeia e mundial foi desenvolvida de modo ainda mais profundo pelos teóricos comunistas, chegando ao ponto de considerarem a unidade como um momento, que perduraria até o desaparecimento completo dos Estados no âmbito socialista e da luta de classes, inclusive com o desaparecimento do Estado democrático.

A United State of the World (not of Europe alone) is the State form of the unification and freedom of nations which we associate with socialism – until the time when the complete victory of communism brings about the total disappearance of the State, including the democratic (LÊNIN, 1967: 670).

Ainda assim, para a busca de uma saída política para a dominação burguesa sobre as classes trabalhadoras europeias, num outro momento, um ponto de vista da esquerda comunista sobre a unidade europeia foi o de Trotsky, que viu na crise política da Alemanha antes da II Guerra a chave dos problemas europeus, que poderiam se desmembrar numa guerra aberta ou num processo revolucionário para derrubada dos regimes totalitários em ascensão e da burguesia.

Os *Estados Unidos soviéticos da Europa*, tal é a única palavra de ordem justa que oferece uma solução ao espedaçamento da Europa, espedaçamento que ameaça não somente a Alemanha, mas toda a Europa, de uma completa decadência econômica e cultural (TROTSKY, 1979: 57).

A unificação da Europa na perspectiva da luta de classes em benefício das classes trabalhadoras, era concebida como uma palavra de ordem para combater os nacionalismos aderentes

⁴² “Do ponto de vista das condições econômicas do imperialismo, isto é, da exportação de capitais e da partilha do mundo pelas potências coloniais “avançadas” e “civilizadas”, os Estados Unidos da Europa, sob o capitalismo, ou são impossíveis, ou são reaccionários” (LÊNIN, 1977: 351).

ao fascismo, numa luta internacional para unificação das classes trabalhadoras europeias e para retirar as classes trabalhadoras soviéticas da perspectiva do socialismo num só país.

O desenvolvimento da União Soviética serviu como exemplo propagandístico da negatividade para a construção da unidade europeia ideologicamente oposta ao socialismo. A debilidade econômica, a centralização e a crise dos anos oitenta indicavam que a mudança deveria se dar através: das reformas ou pela via revolucionária, a continuidade não era uma opção. O poder centralizado nas oligarquias soviéticas permitiu uma coerção eficaz para esmagar as tentativas de organização revolucionárias, ainda que na Hungria em 1956 e na Romênia em 1989 tenham surgido movimentos radicalizados (WIATR, 1990: 76).

A reforma do socialismo real, preservando tudo que nele constitui embriões do regime socialista, mas eliminando todas as sequelas do stalinismo e do autoritarismo pós-stalinista, é, neste contexto, uma condição inelutável da preservação dos elementos socialistas contidos na formação existente (WIATR, 1990: 77).

Se a reforma era o caminho menos doloroso, era ao mesmo tempo a via de acesso do capitalismo e ao capitalismo. Não se tratava apenas da necessidade de formação de forças organizadas para promover as reformas, mas se tratava sobretudo da relação entre o Estado degenerado e as classes trabalhadoras. Afinal, vários movimentos reformistas surgiram na URSS e nos países da Europa do Leste, mas em todos os casos o reformismo foi moderado e não levou as classes trabalhadoras a colocarem ideias novas e contrárias às ofensivas que vinham de dentro e do exterior.

Buscando introduzir um sistema plural, as reformas dos anos 1980 na URSS estavam em constante diálogo com as mudanças na Europa da CEE; reformas que trouxeram de volta diversos conflitos étnicos, de classes, de sexo. Ainda que as reformas soviéticas tenham começado de cima, as bases sociais já estavam dilaceradas, impossibilitando as classes trabalhadoras de avançarem rumo ao socialismo com um projeto emancipador.

De fato, em todos os casos, tanto o português como o italiano, como nos exemplos históricos de revoluções, após a solidificação dos Estados sob a forma política da democracia, os períodos conturbados e de efervescência social foram estancados, e a via pacífica foi empregada para a manutenção da ordem (TROTSKY, 2007).

A integração europeia que realmente foi operada principalmente com o projeto gradualista dos chamados *funcionalistas*, não tinha e não tem a possibilidade de ser universalista, visto que seu fundamento é a propriedade privada e a criação de uma zona exclusiva num mundo de antagonismos. O antagonismo entre capital e trabalho permanece e a quebra das organizações das

classes trabalhadoras através da ideologia ou também da força física impede a autodeterminação dos povos. O que se coloca como necessidade às classes trabalhadoras e às organizações ainda existentes é pensar em nível mundial as perspectivas estratégicas para a alternativa histórica, pois ainda é viva a perspectiva de orientação do capitalismo para uma revisão, na qual a Europa supostamente possui uma das melhores tradições (NAPOLITANO, 1990: 11).

Nesse sentido temos alguns exemplos históricos do desenvolvimento nacional em alguns países da comunidade europeia, como o exemplo da esquerda francesa nas mudanças da política econômica do país, que do impulso imperial-colonizador ingressou na dinâmica produtiva do mundo capitalista pós-II Guerra, o que deu aos franceses números de crescimento que expressaram um grande aumento da produção e consumo: o Produto Nacional Bruto passou de um índice de 100 em 1938 para 333 em 1970 (ROSS; JANSON, 1996: 35).

O progresso na Quinta República francesa foi contraditório. O crescimento se deu “apesar da burguesia” e não com seu apoio, por ter sido alimentado basicamente através de políticas reformistas do Estado e por ter excluído os setores mais pobres das classes trabalhadoras das principais melhorias, pois os salários não aumentaram, o Estado não modernizou escolas, universidades e instituições, os sindicatos eram e continuaram fracos e as leis do trabalho desreguladas.

O centro de atuação da esquerda estava no governo do general De Gaulle, que “oscilava entre o autoritarismo tecnocrático e o paternalismo arcaico”, seguindo orientações já conhecidas do movimento de esquerda da unidade entre as forças, se associando aos socialistas em frente-única sempre que possível. A estratégia da esquerda comunista do PCF era a transformação socialista da França, a partir dos partidos que controlavam o Estado, isto é, através da conquista do consenso de outros partidos no governo. A pauperização das massas e a continuidade da rigidez estatal vinha desde os anos em que o PCF era abertamente aderente do stalinismo, o que foi crucial para o deterioramento progressivo da esquerda comunista (ROSS; JANSON, 1996).

Os conflitos resultantes do período contraditório de crescimento estouraram em 1968. O PCF e os aliados de esquerda que estavam no governo se viram diante de impasses decisivos, pois as manifestações de estudantes e trabalhadores estavam ocorrendo por fora do raio de atuação dos partidos comunista e socialista, que estavam imersos na luta parlamentar há muito tempo. A tensão que imediatamente foi erroneamente analisada pelo governo e pelos partidos no governo resultou na maior greve da história do capitalismo moderno até aquele momento, que não só desestabilizou e surpreendeu a esquerda e a direita, como também colocou o regime em questionamento a partir das greves e ocupações.

A crise de 1968 revelou como o comunismo francês tinha se distanciado das

forças sociais de oposição, acumuladas sob o governo gaullista. Sua incapacidade de lidar com o movimento estudantil foi o mais espetacular sintoma desse fracasso em se adaptar. Mas seu modo de lidar com os trabalhadores era, à sua maneira, diferente. A CGT adotava uma posição intransigente em relação à modernização, denunciando o capitalismo com incansável militância verbal e promovendo greves onde conseguia. Mas, fiel às linhas baixadas pelo PCF, ela dava a entender aos trabalhadores que uma nova ordem social surgiria de cima, quando a esquerda chegasse ao poder (ROSS; JANSON, 1996: 39).

Citamos dois aspectos resultantes das intensas lutas: diversas reivindicações de trabalhadores e estudantes foram atendidas, e houve mudança política na orientação do Estado. Do primeiro fator resultou ainda o aprofundamento da crise política da esquerda socialista e comunista francesa, o que implicou no segundo aspecto, pois o governo passou a adotar a social-democratização em vigência em outros países europeus, mas dando mais liberdade de ação aos burgueses que buscavam no comércio internacional o ponto de apoio aos lucros. A esquerda comunista francesa não ficou no isolamento e realizou planos em comum com outras forças nacionais e internacionais, como junto do PCI na elaboração do eurocomunismo, uma estratégia de defesa do socialismo europeu em diferenciação ao modelo soviético enquanto alguns PCs europeus ainda estavam nos governos e podiam aproveitar a onda de crescimento do pós-guerra para corroborar e aproveitar das políticas de gradual avanço ao socialismo.

Tem-se também os casos da Suécia e da Dinamarca, dois países com altos níveis da qualidade de vida das classes trabalhadoras no espaço europeu. Embora a Dinamarca viesse aderir à Comunidade Europeia em 1973 e a Suécia em 1995, a presença desses países nas economias e na vida política dos demais países europeus não se manteve apartada durante o processo, ao contrário, a dependência existiu durante todo o período. Na Suécia, as reformas nas leis trabalhistas e nos salários ocorreu por pressões oriundas de várias greves nos anos 1960, a partir do descontentamento com as condições de trabalho do modelo fordista. De um lado, o pleno emprego foi uma política levada pelos governos com a criação de cargos públicos e sustentação dos níveis de salários com referência na natureza do trabalho, por outro, pressionado pelo crescimento do Partido Comunista Sueco (VPK), “as políticas implementadas pelo Partido Social-democrata Sueco favoreceram as grandes empresas voltadas para a exportação e promoveram a concentração de capital” numa maior atuação do controle público sobre a economia (PONTUSSON, 1996: 201-204).

Na Dinamarca, que em 1982 era considerado o melhor país do mundo para se viver, o *welfare* teve uma história longa, que remonta ao século XIX, pois nesse país a burguesia industrial ainda não era expressiva, o que cedeu lugar ao movimento de proprietários de terras que

desenvolveram instituições e ideologia próprias. “O período de formação da classe trabalhadora foi caracterizado pela migração em grande escala de trabalhadores agrários e artesãos rurais para as cidades, em particular Copenhague” (CHRISTIANSEN, 1996: 261).

Com a influência ideológica trazida do campo, as tarefas dos movimentos sindicais e do Partido Social-democrata no decorrer do século XX, foi “transformar uma mentalidade pequeno-burguesa numa consciência de classe trabalhadora” (1996: 261). Contudo, os social-democratas se associaram aos liberais na política, dando aos governos a dualidade de se preocupar com o bem-estar material da classe trabalhadora e manter uma rígida disciplina nas classes trabalhadoras a partir dos sindicatos⁴³.

Já o caso alemão é duplo, mas é relevante na análise aqui observar sinteticamente o aspecto do papel da esquerda na Alemanha ocidental. O trauma ideológico vivido no país se dava sobre a negação do Reich e sobre o temor da invasão soviética (PADGETT; PATERSON, 1996: 143). É nesse patamar que a reconstrução geral do país iniciou, com o caminho mais aberto às ideias de centro em que um dos grupos políticos mais destacados foi a União Democrata Cristã, com o líder Konrad Adenauer chegando a ser Chanceler da República Federal. Primeiramente, a política externa entre Alemanha Ocidental e a França foi estabilizada com um acordo assinado entre Adenauer e De Gaulle. Nos dois países a atuação da CECA foi fundamental para o crescimento industrial, o que foi possível com a colaboração da Alemanha - algo necessário para o crescimento capitalista de todos os outros países da Europa ocidental.

A referência política da esquerda na Alemanha Federal era o Partido Social-democrata, o SPD, um partido que havia defendido o marxismo em sua estratégia e que foi duramente combatente e combatido pelo nazismo. Porém, após a segunda Guerra, o SPD em nada retomou as ideologias anteriores ao se reconstruir, deixando de ser um partido de trabalhadores para ser um partido de caráter progressista e popular, endossando o pluralismo eleitoral da República Federal, angariando militantes de quaisquer composições sociais. Assim, o referencial da esquerda na Alemanha se tornou diferente de qualquer outro país, pois a maior força de oposição ao governo, o SPD, era agora claramente anti-marxista, e o governo de maioria Cristã, do CDU e CSU (PADGETT; PATERSON, 1996: 149).

Nos anos de crescimento expressivo da RFA⁴⁴ foram os partidos de orientação centro-direita que estavam na frente, tendo encontrado pequenos grupos de resistências que foram duramente

⁴³ No fim dos anos 1950, as divisões no Partido Comunista Dinamarquês levariam à formação do Partido Socialista do Povo, com claras tendências eurocomunistas, ainda que a política do eurocomunismo ainda não fosse concebida como tal; mas o anticomunismo na Dinamarca foi decisivo para a pequena expressão ideológica dessas correntes na vida política das classes trabalhadoras, prevalecendo a social-democracia e os sindicatos.

⁴⁴ O crescimento embora possa ser considerado expressivo, deve ser visto a partir do patamar anterior, ou seja, o crescimento sobre as ruínas.

reprimidos.

Na República Federal, contudo, a revolta de gerações do final dos anos 60 foi um processo muito mais intenso que nos países nórdicos, deixando efeitos contraculturais mais profundos; isto porque a Alemanha Ocidental é uma sociedade mais industrializada e mais militarizada, onde questões ecológicas e de segurança pesam mais amplamente – e também, é possível afirmar, as tradições do romantismo cultural estão mais arraigadas (PADGETT; PATERSON, 1996: 150).

É dessa matriz social que emergiu uma importante nova força de oposição, os Verdes, que deram impulso às lutas contrárias ao desenfreado crescimento impulsionado pela burguesia alemã para o país e para os outros integrantes da Comunidade Europeia, forçando os socialdemocratas a se unirem com os cristãos nos anos de crise das décadas de 1970 e 1980. As crises dessas décadas tiveram repercussões em todos os países da Europa. Algumas conexões podem ser encontradas nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho entre os anos 1970 e 1980, momento em que a crise do petróleo e do modelo produtivo do pós-II Guerra deram impulso à escalada neoliberal.

A crise dos anos 1970, crise dos anos de ouro, coincidiu com a crise dos sistemas comunistas e também com os anos de experiências da social-democracia europeia⁴⁵, incidindo sobre a produção capitalista que transformaria o *welfare* reduzindo o consumo das massas, acabando com o pleno emprego - pilares de sustentação do bem-estar social que foram as garantias dos governos social-democratas, indicando, mais uma vez, que o desenvolvimento foi desigual e combinado.

Após a crise, a economia europeia entrou no marasmo, e a tensão política e social voltou com as eleições de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, que tinham interesse em promover uma investida maior contra os direitos básicos das classes trabalhadoras para sanar os déficits públicos e promover reformas que dinamizassem as grandes indústrias e os grandes grupos financeiros para serem os competidores privados da Europa na economia mundial. A dinamização da integração também ocorreu, com o estabelecimento de reuniões mais frequentes do Conselho Europeu, com a adoção do voto direto e universal no alargamento da Assembleia da CECA para Parlamento Europeu, em 1979.

Dois fatores político-jurídicos foram importantes na reconfiguração do capital europeu nos anos 80 e 90, um foi o Ato Único Europeu, de 1986, o outro o Tratado de Maastrich, de 1992. O primeiro havia combinado fatores de política econômica com política externa, o que significava mais um notável passo na conformação de uma *política comum* entre os diversos países, ainda que mesmo estabelecendo o método da maioria qualificada estaria mantida a estrutura oligárquica e burocrática da CEE, isto é, a manutenção da hegemonia das instituições da CEE no controle e

⁴⁵ Foi uma crise que atingiu todos os países, especialmente os pobres (África subsaariana e América Latina (HOBSBAWM, 2003: 410).

gestão dos capitais e das leis que regulavam os capitais, contando com a intervenção do Parlamento Europeu nos assuntos internos dos Estados, como política agrícola, mercado interno, etc. (ACTO ÚNICO EUROPEU, 1987; PAPA, 2006).

Com o segundo o primeiro se modificou e ao mesmo tempo se reforçou: o Tratado de Maastrich que instituiu oficialmente a *Comunidade Europeia*, conhecida *União Europeia*, reconfigurando o poder de modo a tornar mais descentralizado em alguns aspectos e centralizados em outros. Centralizou a política militar a partir de uma *Política Externa e de Segurança Comum*, como também na cooperação jurídica entre os Estados, e na preparação do *Banco Central Europeu* (BCE). Centralizou a partir do caráter supranacional da UE e de suas instituições, mas flexibilizando as instituições descentralizava elementos do poder (MAASTRICH TEATRY, 1992).

As forças políticas que fomentam a criação de uma UE ainda mais centralizada, como os chamados funcionalistas, federalistas, confederalistas, etc., pelas suas diferenças e pelo caráter da CEE-UE não atingiram ainda todos os objetivos políticos. São forças interessadas na promoção de uma unidade política forte, capaz de promover a criação de uma *constituição* para um Estado europeu forte e com proporções gigantescas.

Nesse sentido é atual o debate sobre as teorias do desenvolvimento desigual e combinado como uma possibilidade de leitura do desenvolvimento social e econômico europeu, em conexão com a caracterização do imperialismo como momento do capitalismo. De fato, a edificação de um Estado supranacional com poderes autônomos e sobre todos os outros Estados europeus não é ainda uma realidade concreta, mas as instituições existentes e a composição ideológica destas, junto da composição política-ideológica dos Estados membros da UE indicam o fator imperialista e o caráter autoritário sobre as classes trabalhadoras, o que podem ser verificados com os acordos de adesão, com os momentos de crise e as fórmulas de austeridades.

O violento inserimento e a conseqüente dolorosa absorção do neoliberalismo nos anos 1980 foi um fato que acometeu as classes trabalhadoras dos países da Europa Ocidental – processo que deve ser visto à luz das políticas liberais globais europeias dos anos anteriores.

Em síntese, em diversas partes da Europa ocidental a evolução das políticas de *welfare* não se deram por fora de lutas, certamente longe do elemento revolucionário, da tomada do poder pelas classes trabalhadoras, mas com um forte tom de protesto contra as desigualdades sociais intrínsecas ao capitalismo. Eram e ainda são economias que dependem das inter-relações, das trocas internacionais, e os surtos de crescimento e políticas protecionistas possibilitaram uma vantagem internacional e a sobreposição de diversos monopólios europeus sobre outros, ao passo que os Estados garantiam a paz interna, isto é, o silêncio das classes trabalhadoras com a árdua manutenção da qualidade de vida. Mas a desigualdade interna também foi e é um fator marcante,

com economias dominantes dentro do espaço Comunitário.

A conjuntura que se abriu com a crise do modelo de produção fordista foi a de renovação através da combinação entre uma produção fordista altamente eficiente e a persistência de relações de trabalho artesanais e patriarcais, sendo que a acumulação flexível aparecia como a combinação entre mais-valia absoluta e relativa (HARVEY, 1994).

A Europa da CEE foi um dos principais centros de passagem eficaz do fordismo à acumulação flexível. O movimento terceiro-mundista que desestabilizou os USA e a CEE nos anos 1970, com a política de substituição das importações, não foi forte o suficiente para impor uma derrota estrutural aos países dominantes, mas foi forte o suficiente para impor uma reorganização das condições produtivas nos países de capitalismo avançado. Nesse sentido, o fordismo e o keynesianismo foram rígidos para tentar conter as contradições do capital durante a crise inflacionária, a crise dos mercados imobiliários e a crise com o petróleo. Mas não foi o suficiente. A acumulação flexível se confrontou com a rigidez do fordismo, tendo na CEE uma efetividade através da flexibilidade dos mercados de trabalho com a livre circulação, a flexibilidade dos produtos e também nos padrões de consumo (HARVEY, 1994).

Nesse sentido, a Itália primeiro, e Portugal somente alguns anos depois da adesão, tiveram um desenvolvimento de nichos de mercados produtivos especializados, como é o caso do vinho, da pesca, da produção automobilística e de outros elementos da agricultura mediterrânea, sobretudo em pequena escala, visto que os grandes grupos financeiros estavam e ainda estão organizados na grande produção industrial. Nos dois países foi também marcante a desvalorização da mão-de-obra com a absorção do trabalho feminino: ao mesmo tempo em que aparecia como uma demanda democrática básica, um aspecto da emancipação política das mulheres, era também uma forma de inchar o exército industrial de reserva.

Nesse ínterim, as classes trabalhadoras foram desmanteladas na Europa; mas não desapareceram, embora boa parte da produção industrial tenha sofrido um deslocamento geográfico para outras áreas do planeta; além disso, o desenvolvimento integrado europeu não se deu por fora das relações internacionais, visto que o nível de dependência energética, as exportações e importações, o turismo, etc., são bases da reprodução capitalista na Europa.

A queda no emprego industrial deu relevância ao emprego no setor de serviços, assistência, finanças, seguros, etc. Pequenos negócios tiveram que se associar aos grandes para sobreviver, fortalecendo o capital financeiro que, pelo seu interesse no lucro sem respaldo na produção real, é mais fluído, instável e com maior potencialidade às crises (HARVEY, 1994).

Mesmo com o fim do sistema Bretton Woods, e mesmo com a instabilidade pós-moderna perpassando a vida social produtiva, o Estado continuou a ser importante: a crise que golpeou a

Itália e que ao mesmo tempo estava em Portugal dentro da dinâmica revolucionária atingiu sobretudo setores das classes trabalhadoras, acabando com o *welfare* e produzindo fuga de capitais, o que impeliu os Estados a se tornarem grandes credores e promotores das reformas que reduziram as condições de vida das classes trabalhadoras com as reduções dos gastos públicos. Mas foi além a atuação dos Estados. O Estado italiano estava inserido na dinâmica europeia desde sempre, o português teve mais trabalho, mas os dois realizaram as reformas nas legislações trabalhistas de modo a permitir que o regime de trabalho fosse ainda mais golpeado com a adoção dos subcontratos temporários e parciais.

Thus, the intensification of exploitation of labour in order to secure the continuation of capitalist accumulation is identified as the social purpose visible in the revival of European Integration (BIELER, 2005: 515).

A emergência da Europa reconstruída pode ser entendida como um reforço das relações monopolistas internacionais, quando a CEE passou a atuar como sujeito internacional, UE, além do fato de que significava uma mudança na unipolaridade dos USA, da política hegemônica única; a reconstrução europeia significou temporariamente uma mudança do momento unipolar dos USA (KUPCHAN, 2003: 119).

A transformação da política de tensão da Guerra Fria passou por diferentes momentos, até que nos anos 1980 as conversações entre as duas potências se tornaram mais estreitas, como nos acordos para eliminação de mísseis de médio e curto alcance, como nos encontros de paz de dirigentes que antes ameaçavam o mundo com a ofensiva nuclear, etc. (GORBACHEV-REAGAN, 1987).

Após anos em crise, a perspectiva comum dos USA e URSS de retomada do papel da ONU parecia indicar uma nova perspectiva de desenvolvimento do capitalismo que, na realidade, foi caracterizada pela ofensiva militar em diversas partes, como no Oriente Médio, África e mesmo na Europa. As conversações e as declarações entre USA e URSS estabelecia uma nova fase de diálogo entre as duas superpotências da guerra fria, e preparava o terreno para uma outra nova fase, de tensões e enfrentamentos em outras partes do globo sem a intervenção de uma ou de outra potência.

Decisivamente o papel da ONU não foi o de impor processos de paz, ao contrário, perpassou mais pela mediação dos conflitos. Em 1988, a URSS saía do Afeganistão deixando fortes sequelas; ocorriam conflitos em Angola e Namíbia; o apartheid na África do Sul; em 1990, se deu a segunda Guerra do Golfo, entre Iraque e Kuwait, com a forte atuação da própria ONU através da ativação das resoluções do capítulo VII do Estatuto das Nações Unidas e com presença da NATO; também ocorreram s conflitos entre o Marrocos e o Sahara Ocidental; em 1991 na guerra civil no Camboja; também na Somália e nos Estados da Jugoslávia (ROSTAGNI, 2013).

De fato, o começo dos anos 1990 indicava que, ainda que a Europa avançasse nas perspectivas liberalizantes, a situação mundial era de sérios conflitos armados, de guerras e miséria, o que indicava que a derrota do Estado soviético, degenerado e burocratizado, não significava uma vitória da democracia, mas sim uma vitória de nível mundial das classes dominantes do capitalismo sobre as classes trabalhadoras. E ao contrário da estagnação dos processos históricos, as investidas militares realizadas nas guerras dos anos 1980 e 1990 realocaram os USA na ordem unipolar. No encalço dos USA, seguiu a Europa através dos apoios e cooperação na política externa de guerras.

Duas Expressões da Mesma Estratégia do PCI

Como consequência destas deficiências, o proletariado não consegue pôr-se à frente da insurreição da grande maioria da população e fazê-la desembocar a criação de um Estado operário; ele próprio, pelo contrario, sofre a influência de outras classes sociais que lhe paralisam a ação (GRAMSCI, 1978: 211).

Como partido, o PCI foi vivo, dinâmico, buscava inovar de acordo com as mudanças na realidade, quase que de acordo com as mudanças de ventos. Diante do desafio da modernização, o PCI realizou uma auto-crítica a respeito do stalinismo, o que significava uma crítica sobre as próprias ideias, desde a direção de Togliatti, com isso e com a nova realidade o partido também adentrava num outro *nuovo* momento, ainda que o arcaico persistisse, por exemplo, na continuidade da influência norte-americana em Itália com a declaração de Gerard Ford de que “nenhum comunista como o senhor Berlinguer deve fazer parte do governo de um país da NATO” (DEL ROIO, 1986; AGOSTI, 1999; LIGUORI, 2009).

O jovem dirigente dos comunistas parecia trazer uma nova face à atuação do PCI, uma declaração sua, no XII Congresso feito em Bologna em 1969, é muito expressiva da complexidade que perpassava as constantes transformações do PCI.

Abbiamo detto più volte...che, nella nostra concezione, non è il partito che conquista il potere, ma un blocco di forze sociale e politiche diverse, di cui il partito è parte, e che bisogna procedere già d'ora, passo a passo, alla costruzione di questo blocco storico, affermando nel suo senso l'egemonia della classe operaria. La strategia delle riforme è quindi essenzialmente una strategia delle alleanze, che

in definitiva è stata per sempre e resta il problema centrale di ogni processo rivoluzionario. Ciò che importa allora, ciò che è preminente, è il concepire la lotta per il socialismo come una avanzata non lineare, ma assai complessa, aspra e articolata, dei gruppi sociali progressivi e della loro unità, della società nel suo complesso, e di uno sviluppo conseguente della democrazia (BERLINGUER, apud PCI, 1981: 66).

Mas o quanto foi mantida a centralidade da classe operária na concepção do PCI? Certamente o proletariado italiano sozinho não poderia ir adiante num processo revolucionário, aliás, em nenhum caso a revolução socialista pode ser concebida como um processo levado isoladamente. Todavia, para uma das diferentes concepções de revolução socialista, a definição das alianças políticas de forma tática ou estratégica deve estar em consonância com a estratégia da revolução socialista (TROTSKY, 1979).

Berlinguer foi um dirigente muito atento ao problema da complexidade italiana, que ia desde os particularismos regionais muitas vezes arraigados até o particularismo nacional em oposição a qualquer movimento totalizante. Propor o proletariado como a principal força histórica na luta pelo socialismo seria uma manobra de alto risco para os comunistas do PCI.

Assegurar alianças num país com complexas estratificações sociais e relações sociais baseadas nos compromissos, legais ou não, parecia não apenas corresponder às necessidades de obter o consenso social mas parecia ser realmente o único caminho para o não-isolamento, mais do que a força, visto que um *novo* modelo de socialismo era o instrumento propagandístico do PCI⁴⁶. O preço pago da busca pelas alianças foi o de não apenas aceitar as diferenças alheias, mas também o de reduzir as expectativas no encontro de um programa político comum de reformas entre comunistas, democratas e católicos, ainda que aspectos da tradição fossem mantidos, como o internacionalismo e a iniciativa comum entre os PCs.

O PCI entendia que a necessidade de um rápido desenvolvimento econômico e social só seria possível através da colaboração das diferentes forças, isto é, através do estabelecimento de um *compromisso* entre as principais forças que representavam o povo italiano. Nesse momento, que corresponde à primeira metade dos anos 1970, a análise do PCI era de que: 1) o conjunto dos PCs dos países capitalistas europeus deveriam aprofundar um debate para a conformação de iniciativas unitárias para 2) o estabelecimento de diálogos de convergência com as forças democráticas, progressistas e de esquerda nos diversos países (BERLINGUER, 2013).

O PCI tinha uma concepção tanto nacional como internacional do que fazer. O

⁴⁶ A política realista de Machiavelli que indicava a combinação entre força e consenso como formas de sustentação de governos foi empregada substancialmente pelo PCI na política do Compromisso, ainda que o peso maior tenha sido o do consenso em detrimento da força revolucionária.

Compromisso que teria um caráter histórico foi buscado e concretizado, e a nível europeu o eurocomunismo era a demonstração da terceira via. As duas políticas se confluíram e se sustentaram mutuamente. A seguir tratamos primeiramente da política interna, e depois da externa em conexão com a primeira.

De um modo generalizante a análise de Hobsbawm a respeito da estratégia dos comunistas europeus pode servir para pensar algumas das ações do PCI:

Quanto aos partidos socialistas e movimentos trabalhistas que tanto se destacaram na Europa após a guerra, enquadraram-se prontamente no novo capitalismo reformado, porque para fins práticos não tinham política econômica própria, a não ser os comunistas, cuja política consistia em adquirir poder e depois seguir o modelo da URSS (HOBSBAWM, 1994: 267).

Mas, adquirir poder sim, seguir a URSS não mais. A generalização de Hobsbawm não se encaixa de todo modo no PCI. Uma esquerda e uma direita já tinham surgido no PCI, lideradas por Pietro Ingrao e Giorgio Amendola, respectivamente, e nenhuma das alas do PCI buscava desenvolver uma atividade que se aproximasse dos feitos da URSS, ainda mais que em nível internacional o parentesco com o PC soviético já significasse algo de negativo do ponto de vista das forças capitalistas e das forças progressistas (socialistas, democratas, etc). Nesse momento, Amendola buscava estabelecer alianças com a classe operária e outras forças políticas, sustentando uma reforma estrutural do Estado e a criação de novas formas de controle democrático, de “programação democrática”; Ingrao se mostrava preocupado com o sucesso da nova política de transformação da produção capitalista e, para combatê-la, indicava que só a classe operária unida e independente poderia ser o núcleo de um novo bloco social capaz de combater o reformismo da centro-esquerda, e as lutas de massas seria o terreno onde esse projeto poderia avançar. De modo geral, o PCI buscava um desenvolvimento *coerente* da perspectiva de *construção* do socialismo.

O PCI se transformou tanto como o próprio país⁴⁷. Grande parte da Itália deixou de ser um país estritamente agrícola, passando a ter regiões muito industrializadas e integradas no sistema europeu de Mercado Comum, o qual era visto como uma *Nova Europa*, aspecto que levou o PCI a ter uma concepção de que a integração seria facilitadora do seu projeto socialista, isto é, de superação gradual do capitalismo com a inserção de elementos de socialismo na economia (AGOSTI, 1999: 105). Uma nova moralidade poderia emergir da política de *austeridade*, transformando a sociedade italiana no sentido da justiça, da eficiência e da ordem; assim, a crise seria uma oportunidade de renovação e superação em direção ao futuro – porém, “por si só as crises econômicas não produzem eventos fundamentais. Elas apenas criam circunstâncias

⁴⁷ Importante notar é que durante sua existência, o PCI possuiu onze secretários, todos do sexo masculino, mas entre 1964 até seu fim, em 1991, foram apenas quatro (Longo, Berlinguer, Natta e Occhetto).

favoráveis para propagação de pensamentos. O decisivo é a força (organizada e pré-ordenada)” (MÉSZÁROS, 2008).

A austeridade foi um forte fator na política do PCI, que via na sociedade de consumo italiana um grave problema consequente do capitalismo europeu. Uma nova vida, baseada nas reformas das instituições, na racionalização da economia, na unidade das forças sociais contra os males do capitalismo. Era um problema delicado, era um problema que visava reeducar as massas trabalhadoras e alertá-las para os problemas decorrentes dos excessos capitalistas. A austeridade era entendida pelo PCI como um instrumento de transformação (DEL ROIO, 1986).

O problema da realidade econômica italiana seria promotor de violentos acontecimentos. Manifestações, embates de ruas, assassinatos e repressão policial sustentada pelo governo marcariam diversos movimentos pós 1975. Crescia a conformação de grupos radicais que optavam pela violência, pela ação direta em nome do proletariado, levando mesmo à decretação do estado de sítio.

No XIII Congresso do PCI, em Milano no ano de 1972, se discutia que diante da crise social deveria ser posta uma grande coalizão entre as forças sociais, agrupando operários, camponeses, técnicos, classe média, a grande maioria do povo, ainda que a força de esquerda mais próxima (PSI) estivesse presa ao falido governo de centro-esquerda, sendo que a DC que era guiada por Giulio Andreotti temendo perder espaço para o MSI, havia se deslocado para a direita propondo um governo de centro-direita com o MSI (DEL ROIO, 1986). Diante da deposição do socialista Salvador Allende, em 1973 no Chile, por forças militares de direita com apoio dos USA, a decisão dos comunistas seria mesmo pela necessidade de unir as forças democráticas para fortalecer a luta contra a direita italiana, trazendo para perto de si o centro (DC).

Certeira era a perspectiva de que com o compromisso, o PCI pudesse influenciar nas bases da DC, trazendo-as para esquerda, tal como ocorrera com a cisão no PSI – PSIUP. Para promover a aliança com a DC, o PCI buscava expressar o caráter popular da DC, diferenciando a DC dos partidos burgueses por conta de sua base de trabalhadores e camponeses católicos (embora no Sul, a DC já possuísse envolvimento clientelista com as bases e também se desenvolvessem relações corruptas em diversos níveis) – a disputa ideológica da base da DC era um dos objetivos, pois deveria ser presa a complexidade do objeto, isto é, as contradições internas da DC deveriam ser usadas para mudar a base de trabalhadores que esse partido tinha em favor da política de encontro entre o movimento pelo socialismo e o movimento católico (PCI, 1981: 79).

A capacidade de atrair o eleitorado era essencial para manutenção desses partidos na democracia burguesa, de acordo com a estratégia do PCI de participar de governos mediante: 1) a necessidade de combater a direita, 2) a existência de um projeto de renovação e de unidade das

classes trabalhadoras e de seus representantes contra as ameaças de terrorismo e de hegemonização pelas forças reacionárias organizadas dentro e fora da legalidade.

A visão dos dirigentes era de que a aliança deveria ser feita como um todo: um compromisso para governar o país. Esse acordo era necessário, segundo o PCI, para tranquilizar a sociedade, isolando a direita, criando um “governo de emergência” com os partidos democráticos. A ameaça de terrorismo fascista era real, e diversas demonstrações foram dadas, como o massacre na Piazza Fontana, em Milão. Além disso, nos finais dos anos 70 seriam reveladas ligações entre membros do Estado e financistas fascistas com corrupções e violências, nos quais políticos da DC e membros do vaticano também estavam envolvidos no processo. Foram anos em que a DC encurralava o PSI, que por sua vez, demonstrava fraqueza nas alianças e ao mesmo tempo oportunismo - oportunidade que o PCI soube ocupar: desistiu das aliança com o PSI e aliou com a DC (LIGUORI, 2009; AGOSTI, 1999).

Em suma, a fórmula italiana de governo de centro-esquerda havia se exaurido, forçando as eleições a serem antecipadas, confirmando a força da DC que recuperava votos da direita (permitindo também que os neofascistas conseguissem quase 9% dos votos). O PSI, como nesse momento também seu similar português, desempenhava o papel de pivô político de coalizões dominantes, o que nos países mais ao norte cabia à social-democracia (ANDERSON, 1996). O PCI ficava então com 27%, exigindo sua saída do *imobilismo*. Diante do golpe de Estado no Chile e da evidente participação dos USA⁴⁸, diante da crise social⁴⁹ italiana que perpassava por milhares de atentados, por rumores de golpe, pelos casos de corrupção que começavam a se tornar evidentes, etc., toma realidade a “forte” ideia de Berlinguer (que assumia o lugar de Longo) de realização do *compromisso histórico* entre as forças interessadas na defesa da democracia.

O *compromisso* já estava germinando no PCI desde Togliatti, com a ideia de *nova maioria*. As bases do partido possuíam uma opinião distinta do grupo dirigente que, por sua vez, pensava a aliança com a DC sob todos os elementos.

Nesse momento estaria livre o caminho para Berlinguer, pois Longo preferia a ideia de *bloco histórico* ao invés do compromisso. Nos aspectos gerais seria necessário para tranquilizar a sociedade, isolando a direita, criando um “governo de emergência” com os partidos democráticos; o compromisso histórico era em sua essência a via parlamentar (ABSE, 1996), não uma alternativa de

⁴⁸ Em 1973, a presidência de Salvador Allende é derrubada através de um golpe organizado por forças militares chilenas, com apoio dos EUA, lideradas pela figura de Augusto Pinochet, sendo parte de uma das mais terríveis ditaduras que assolaram a América Latina. Mais referências e maiores perspectivas do PCI sobre o golpe podem ser vistas no livro que trás os depoimentos/entrevistas/relatos de Berlinguer, então secretário geral: *Enrico Berlinguer, La passione non è finita*. Einaudi Editori, Torino: 2013.

⁴⁹ Com o decreto de Nixon a respeito da não reversibilidade do dólar e com a crise do preço do petróleo, a Itália assistiu uma inflação que superava os 25%, a produção que caía 14%, desemprego que aumentava, etc. Fora da Itália a crise aprofundava a miséria nos países subdesenvolvidos.

esquerda, mas sim uma “alternativa democrática” e de pressão sobre o governo DC (BERLINGUER, 2013: 49; DEL ROIO, 1986: 69).

La gravità dei prolemi del paese, le minacce sempre incombenti di avventure reazionarie e la necessità di aprire finalmente alla nazione una sicura via di sviluppo economico, di rinnovamento sociale e di progresso democratico rendono sempre piu urgente e maturo che si giunga a quello che può essere definito il nuovo grande “compromesso storico” tra le forze che raccolgono e rappresentano la grande maggioranza del popolo italiano (BERLINGUER, 2013: 54).

A política não era apenas de grande aliança social, mas também de determinadas relações políticas entre as forças democráticas e populares em busca de alianças políticas entre si. Essa política do compromisso era defensiva, buscando idealmente uma luta coletiva, com intento de gradual superação do capitalismo, com inserimento de elementos socialistas na economia, sem romper com a ordem parlamentar, ao contrário, a política de frente era a manutenção do governo em torno às forças de centro-esquerda, com o PCI seguindo as políticas de alianças de acordo com as necessidades de estabilidade eleitoral na centro-esquerda. A proposta tinha a tática de colocar o PCI no centro da cena política numa sociedade em profunda transformação, numa sociedade em que as massas se transformavam, entre o *welfare* e a insurgência, mas sem que o poder político deixasse de ser sólido, ainda que sua forma-imediata transladasse entre católicos e comunistas; sendo que, os primeiros, tinham, na visão dos segundos, uma base variante e mutável.

A perspectiva era tensionar as bases da DC, o compromisso deveria restaurar o espírito de uma alternativa histórica, que deveria ter sido mantido desde a Svolta di Salerno, segundo a fórmula de Gramsci sobre a hegemonia como um “equilíbrio de compromissos” (PCI, 1981:82). Seria então o *compromisso* um segundo momento da revolução democrática iniciada com Salerno? Para o PCI sim. Afinal, a burguesia italiana já não assegurava mais o desenvolvimento do capitalismo sem aprofundar as desigualdades e as crises e, segundo os princípios da Constituição Republicana, se tratava agora de “un processo che porti progressivamente a uscire dalla logica dei meccanismi del sistema capitalistico e quindi nella piena affermazione della funzione dirigente delle nazionale della classe operaia e delle altre classe lavoratrici” (PCI, 1981: 83). Essa foi a conclusão que o PCI extraiu do seu XIV Congresso, em 1975.

A Democracia como Fim Estratégico

Esse segundo momento da revolução democrática nacional se daria também através da vontade de edificação de uma “società piú aperta e accogliente anche verso i valori cristiani”, o que não significava a aceitação de um Estado cristiano ou de uma sociedade cristiana (BERLINGUER, 2013: 64).

O debate, profundo que foi e que teve repercussão mundial, estava baseado na nova ideia de democracia. *A democracia como valor universal*. Dado que não havia uma identificação direta entre democracia política e dominação burguesa, a renovação democrática aparecia como o conteúdo estratégico da etapa da revolução em andamento, embora os adjetivos da democracia vigente não fossem a base pela qual deveria prosseguir a sociedade. Num retorno e, conseqüentemente, numa nova interpretação das obras de Gramsci, a questão da hegemonia seria então chave, pois era considerado o elemento central do poder de Estado e, portanto, a democracia socialista deveria superar dialeticamente a democracia liberal (COUTINHO, 1979: 35-40).

Mas, para os revolucionários, a democracia não deve ser a via para o socialismo. Ao contrário, a luta pelo socialismo é que pode levar à efetivação de uma verdadeira democracia através e pelos interesses universais das classes trabalhadoras (TROTSKY, 2007). De fato, “A democracia não pode se realizar verdadeiramente no Estado moderno, tampouco na sociedade civil que a ele se contrapõe” (POGREBINSCHI, 2006: 58).

Um arcabouço bem fundamentado foi desenvolvido pelos teóricos de dentro e de fora do PCI servindo como uma leitura da realidade. Uma realidade que, a interpretação do PCI, era constantemente mutável. Permanente seria a democracia como um valor universal em qualquer sistema, como permanece também o espírito anticapitalista mas com uma nova face.

Em 1975, o PCI havia ganhado 5 milhões de eleitores novos, ficando com 32,4% dos votos totais. De fato, resulta positivamente a perspectiva do PCI: nas eleições nacionais de 1976 o partido garantiu os melhores resultados da luta parlamentar, com 33,8% dos votos para o Senado e 34,4% para a Câmara de Deputados. O PCI fazia parte direta do governo, que ainda era liderado pela DC. E na CEE possuía 9 representantes: Giorgio Amendola, Nilde Iotti, Renato Sandri, Silvio Leonardi, Carlo Galluzzi, Andrea Mascagni, Michele Pistillo, Protogene Veronesi, Giuseppe Vitale e os independentes de esquerda, como Altiero Spinelli, Vera Squarcialupi e Aldo Masullo. Quando o PCI colheu os frutos de sua transformação política, que foi também expressão de uma relação com a centro-esquerda italiana, foi rapidamente preso com a crise inflacionária, com o alto débito público e com mais ataques das organizações de direita. O PCI fazia parte do ministério Andreotti, o da “*solidariedade nacional*”, um governo da defesa da legalidade republicana, fazendo a transição da

política de “não confiança nos governos” para a de entrada total nos governos, inclusive a nível europeu.

O grande número de deputados, prefeitos, etc., que o PCI obteve com o crescimento eleitoral deixou à DC a única opção de não excluir o PCI do governo. Era, contudo, um momento em que convinha à DC a aproximação com o PCI e com suas bases, de modo a tornar menos conflituosa as reformas necessárias para dar continuidade ao baixo custo da mão-de-obra ao mesmo tempo em que era necessário aumentar a produtividade; desse modo, o PCI poderia ser o mediador através das direções dos sindicatos. De acordo com Perry Anderson, esse governo de solidariedade nacional tinha a missão de proteger a economia capitalista, e não ser uma defesa contra a ameaça terrorista às instituições (ANDERSON, 1996: 80).

De fato, o crescimento italiano em 1980 foi apenas menor que o japonês. A lira se estabilizou, o balanço de pagamentos também, mas continuava a inflação, o desemprego e o aumento dos preços dos produtos controlados pelo Estado – dificultando a vida das classes trabalhadoras⁵⁰. Certamente a participação dos comunistas nesse governo foi contraditória, com conflitos internos e entre os partidos no governo, mas ao fim foi um governo sustentado também com a contribuição do PCI.

Ao que diz respeito ao debate que vai além da política interna, mas por essa também condicionada, quando os debates sobre a construção de uma unidade europeia perpassaram a Itália⁵¹, o PCI começou a observar de modo diferente a construção da Europa vendo no processo de integração supranacional uma perspectiva de *via* socialista que estava em consonância com os próprios caminhos que o partido vinha construindo, no sentido da democracia parlamentar. “In questo compito un contributo significativo venne dall'evoluzione nella posizione del PCI che accettò pienamente gli obiettivi della costruzione europea e cominciò a inserirse nelle dinamiche comunitarie” (VARSORI, 2004: 162).

A incipiente reorganização capitalista do trabalho já era percebida pelas forças políticas da esquerda, e a proposta coerentemente era de uma saída socialista para os problemas da economia que combinasse as diferentes formas de iniciativas de gestão pública e privada (BERLINGUER, 2013: 72).

As análises do PCI deste período evidenciam a leitura de um novo momento, o início da revolução científica-tecnológica que traria consequências práticas para o mundo do trabalho. As análises também indicavam a necessidade de superação das tensões mundiais e da concorrência

⁵⁰ Por exemplo, em 1982 foi declarado o fim da *scala mobile* de salários, trazendo grandes prejuízos para as classes trabalhadoras que tinham seus rendimentos equiparados com a inflação.

⁵¹ Como visto, em 1957, ocorre a assinatura do Tratado de Roma, em que são criadas a CEE e a Euratom, com vistas a união aduaneira e a produção de energia.

desenfreada entre USA e Japão, sendo que o PCI propunha uma saída pela via da *cooperação* para a crise europeia, de modo a ser um novo sujeito internacional capaz de se colocar na mediação dos conflitos fornecendo seu exemplo de integração pela via pacífica. A tática da esquerda europeia era superar a divisão do movimento operário reforçando e democratizando os organismos comunitários, combatendo as velhas forças reacionárias em todos os níveis, inclusive dentro das instituições do Mercado Comum.

Se pensado em nível internacional, os anos 1970 são um momento em que a Europa se destaca das outras economias e reforça seu papel de “exemplo” mundial, como também dezenas de países saem da condição política de colônias e passam a girar dentro da órbita “democrática” - elementos que eram coerentes com a perspectiva da via progressiva, gradual, de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas rumo ao socialismo. De fato, a *política e potência* não deu espaço à sonhada *solidariedade internacionalista*; os sistemas democráticos e pluralísticos continuaram a ser hegemonzados pelas forças de centro e de direita.

Nesse quadro é que o PCI pensava suas lutas, seus *combates*. Em resumo, e com uma conceituação que por nada é simplista em seu conteúdo é que Berlinguer resume, em 1976, a perspectiva do PCI para a Europa e para a construção do socialismo na Itália: “La via lungo la quale noi vogliamo avanzare è quella di un potente movimento unitario e di massa che si batta per profonda trasformazione sociali nella direzione del socialismo” (BERLINGUER, 2013: 81).

E os comunistas italianos realmente *se bateram, combateram* nas diferentes esferas do poder. O PCI foi o primeiro partido comunista a ter representação no Parlamento Europeu em Estrasburgo. Nos anos 70:

Già all' XI Congresso, nel 1966, il PCI cominciò a guardare com occhio diverso alla costruzione dell'Europa, vedendovi da un lato uno strumento di rottura della contrapposizione tra i due blocchi, e dal l'altro assegnando al processo di integrazione sovranazionale una prospettiva socialista (AGOSTI, 1999: 98).

Uma das contrapartidas foi o fato do próprio PCI passar a compreender que as conquistas de lutas significavam um caminho progressivo ao socialismo, compreensão que: 1) se expressou na ideia da *democracia progressiva*, que cada vez mais se tornou um compromisso institucional do PCI com as outras forças, como o PSI e a Democracia Cristã; 2) não estava coadunada com a transformação das classes trabalhadoras italianas. Uma nova reformulação do conceito de revolução aparece aqui, de modo que já estava superada e excluída qualquer ideia de obtenção de um *salto qualitativo* para o socialismo ou de transformação do país sob a direção das classes trabalhadoras (LUKÁCS, 2003; TROTSKY, 2007).

A ideia de democracia progressiva aproximava o PCI do PCE, pois ambos partidos adotam a

democracia avançada como convencimento estratégico ao socialismo – algo que o PCF também adotaria – e será uma base para uma política de identidade ampla dos comunistas na Europa ocidental (LIGUORI, 2009). Vale notar que o PCE operava profundas reformas em seu interior, como no abandono do *leninismo*, como forma de adequação ao quadro teórico comunista europeu num momento em que estava em jogo a legalidade do PCE no processo de transição democrática negociada entre as forças da ordem na Espanha.

A atuação comunista, nesse momento, está pautada no âmbito da crise internacional que acabou por afetar a Itália, fazendo movimentos de extrema direita atacar as organizações democráticas diante dos problemas de inflação (ABSE, 1996). É uma fase de crise interna, ameaças, cortes sobre os setores mais precarizados. O PCI evitava atravancar a política italiana diante do choque do petróleo de 73, apoiando as políticas de recuperação para conter a inflação. O fim do *welfare* avançava na mesma proporção do distanciamento que os partidos comunistas na Europa fizeram em relação a estratégia da revolução socialista, pois o bem-estar social seria a realização, em partes, do programa por uma democracia plena. A proposta de contornar a crise, primeiramente pela política, começa com o PCI, nos debates internos de possibilidade de uma nova aliança com a DC, depois de 30 anos daquela de Togliatti (LIGUORI, 2009).

O *welfare*, garantido por governos não socialistas ou comunistas, estava ameaçado, e na Itália o PCI realizava uma crítica ao desenvolvimento de uma sociedade do consumo individual e à perspectiva de uma austeridade que visasse o nivelamento por baixo, isto é, a socialização da pobreza.

Una politica di austerità, invece, deve avere come scopo – ed è per questo che essa può, deve essere fatta propria dal movimento operario – quello di instaurare giustizia, efficienza, ordine e, aggingo, una moralità nuova. Concepita in questo modo, una politica di austerità, anche se comporta (e di necessità, per la sua stessa natura) certe rinuncie e certi sacrifici, acquista al tempo stesso significato rinnovatore e diviene, in effetti, un atto liberatorio per grandi masse, soggette a vecchie durezza e a intollerabili emarginazioni, crea nuove solidarietà, e potendo così ricevere consensi crescenti diventa un ampio moto democratico, al servizio di un'opera di trasformazione sociale (BERLINGUER, 2013: 14).

Ainda em 1975, o dirigente Enrico Berlinguer deu continuidade ao processo de mudanças da estratégia socialista que vinha desde Togliatti após a Svolta di Salerno, e assumiu em definitiva que o socialismo italiano era de *novo tipo*⁵², e que as vias que o PCI assumia para o comunismo eram

⁵² “Esse longo caminho para a utopia não significa construir o socialismo a curto prazo, contudo, “é evidente que isto implica sair da lógica do capitalismo, movendo-se na direção de um desenvolvimento econômico, social e política de novo tipo, orientado para o socialismo” (BERLINGUER, op cit, DEL ROIO, 1986: 74)

independentes da URSS, era *eurocomunista*, ao mesmo tempo que indicava a superação do bloco capitalista como algo gradual (DEL ROIO, 1986).

Então, “A via para o socialismo, segundo as ideias eurocomunistas, se daria por meios pacíficos e democráticos”, embora a ocidentalização da estratégia comunista possa ter significado uma submissão às condições existentes em cada país (BRAZ, 2006: 282).

Não apenas isso. O PCI via que a superação da dicotomia USA/URSS poderia ser realizada pela Europa, por uma Europa democrática *orientada* para o socialismo.

No XXV Congresso do PCUS, Berlinguer havia declarado que para o PCI uma sociedade socialista deveria garantir um alto grau de desenvolvimento democrático, liberdades individuais e o pluralismo, numa dura posição diante das décadas de tensões entre ocidente capitalista e oriente soviético, diante da necessidade que tinham os comunistas que estavam por fora da zona soviética de se diferenciarem e de adotarem uma nova concepção de socialismo distinta da propaganda generalizada no ocidente de decadência da sociedade soviética.

La politica della distensione, nella prospettiva della pacifica coesistenza, è prima di tutto la via obbligata per garantire un obiettivo primario, di interesse vitale per tutta l'umanità e per ciascun popolo: evitare la catastrofe della guerra atomica e termonucleare, assicurare la pace mondiale, affermare il principio del negoziato come unico mezzo per risolvere le controversie tra gli Stati (BERLINGER, 2013: 30).

De modo coordenado, em consonância com uma estratégia particular para avançar pacífica e gradualmente ao socialismo, pode-se constatar que o compromisso histórico foi uma fórmula política dentro do projeto eurocomunista, isto é, o correspondente nacional da política internacional que o PCI adotava neste momento em que se difundia a ideia de uma nova Europa; uma política que ficava entre a defesa da paz, justamente necessária, e o discurso assumido pela ONU, inclusive em termos e conceitos. Diante da difícil realidade de dezenas de países do Sul, nos anos 1970 e 80, o PCI cooperou com as instituições internacionais, como a ONU, no combate à fome e aos problemas de emergência que colocavam milhões de pessoas em situações absurdas. Ainda que cooperasse, era clara para o PCI que a situação dos países subdesenvolvidos era um *produto histórico do capitalismo imperialista* e do seu domínio neocolonial (BERLINGUER, 2013: 116).

Outro fator que correlacionava o particular e o geral no processo de particularização da identidade comunista do PCI, é que o projeto eurocomunista também pode ser entendido como uma busca de independência da burocracia do PCI sobre a burocracia stalinista da URSS⁵³. Concebendo que revoluções e contrarrevoluções não se exportavam mais. No Parlamento Europeu Berlinguer

⁵³ Algumas análises, como a de Enver Hoxha estão baseadas numa forte crítica ao revisionismo inaugurado desde Togliatti, que teria levado os PCs aos reformismo, isto é, o eurocomunismo seria um anti-comunismo.

condenava a intervenção da URSS em Afeganistão: “L'intervento in Afeganistan è l'espressione più grave di questa logica: essa ha avuto effetti negativi per la distensione mondiale e la causa della liberazione dei popoli” (BERLINGUER, 2013: 118).

O lançamento do eurocomunismo significou mais uma nova *tática* e o aprofundamento da compreensão de que havia possibilidade *estratégica* de um avanço democrático ao socialismo, com a efetivação plena da democracia; a essência do eurocomunismo estava na ideia de *terceira via*, aparentemente diversa tanto das experiências do leste europeu, como também da social democracia. As respostas que a alternativa eurocomunista procurava dar eram não-ortodoxas, pois dentro da Europa a ideologia comunista estava em processo de expurgação. No meio de uma *sinistra europeia unida*, a confiança do PCI nas instituições hegemônicas pelos países mais desenvolvidos do capitalismo era grande, e a sua atuação previa uma reforma das instituições (FMI e Banco Mundial) em vista de uma possibilidade maior de intervento vinculante e, além disso, mantinha com rigor a perspectiva que vinha desde Togliatti: “Costruire un adeguato quadro normativo e istituzionale internazionale è un'altra condizione indispensabile per sviluppare forme di cooperazione paritarie” (BERLINGUER, 2013: 128).

Foi grande a contribuição do PCI para o *equilíbrio de poder* no “caótico” sistema de interesses de classe nas relações internacionais, a busca de uma estabilidade e da *cooperação* das relações entre os blocos ganhou peso para o lado ocidental, pois a invasão do Afeganistão por parte da URSS fez o PCI defender em coro com outras forças europeias a Aliança Atlântica em oposição ao Pacto de Varsóvia. De fato, a democracia abstrata, no limite liberal-burguesa, era posta e defendida em oposição ao socialismo real.

O PCI não havia implementado a ideia eurocomunista isoladamente, mas sim tinha organizado junto dos Partidos Comunistas de Espanha e França a inauguração desse novo direcionamento das políticas rumo ao socialismo segundo uma estratégia europeia para a construção de um espaço novo. Ainda antes, em fins de 1973, o PCI e o PCF tinham realizado conversações sobre a nova política, entre Enrico Berlinguer e Georges Marchais, na qual ficava ajustada que em primeiro lugar deveria se dar a união do povo, e não da esquerda. Na *Conferência dos Partidos Comunistas da Europa Ocidental*, realizada em janeiro de 1974, se discutia a crise europeia e a necessidade de um “avanço democrático ao socialismo superando as divisões da classe operária”, tarefa que cabia aos PCs da Europa, tarefa que passava pela exigência de uma renovação do papel da Europa no mundo (BERLINGUER, 2013: 73).

Era este o período que em Portugal o PCP estava à frente de uma revolução, sendo que da parte do PCI, logicamente, se dirigia a “solidariedade”, visto que estava aberta a possibilidade de entrada de Portugal no rol de países democráticos da Europa. Berlinguer alertava para o fato de que

ainda faltava “algo a mais” no espaço das transformações em Portugal, como também em Espanha e Grécia, isto é, uma convergência de todas as forças democráticas desses países, eliminando a interferência fascista de toda a Europa, construindo uma Europa nova, com trabalhadores que queiram avançar rumo ao socialismo⁵⁴.

È in questo quadro che l'Europa occidentale può e deve garantire, in forme nuove, il proprio sviluppo economico e ciò richiede la costruzione di nuovi rapporti sia con gli Stati Uniti, sia con l'Urss, e i paesi socialisti, sia con i paesi in via di sviluppo. Decisivo può dunque essere il ruolo mondiale di un'Europa occidentale democratica, indipendente e pacifica, che non sia né antisovietica né antiamericana ma si proponga al contrario di stabilire rapporti di amicizia e di collaborazione con questi e con tutti gli altri paesi (BERLINGUER, 2013: 74).

O campo do eurocomunismo era o espaço nacional, articulando as demandas sociais com a expansão das alianças para ampliação do papel do partido. As reformas e os avanços graduais passaram a ser vistos como momentos do processo revolucionário⁵⁵, de modo que foi uma política que não ficou apenas nas estruturas do Estado, mas também avançou sobre a subjetividade e as relações concretas, ao ser expressão das liberdades individuais e coletivas (BRAZ, 2006).

Mais tarde, em 1977, os PCs envolvidos com o eurocomunismo declaravam que essa era uma política que visava dar exemplo de democracia aos PCs do leste europeu, ao mesmo tempo que alertavam não serem as mesmas as ideias do PCP e as do eurocomunistas⁵⁶. O eurocomunismo também aparecia ao interno da CEE com a proposta de alargamento das instituições segundo uma ideia de democratização dos espaços e de utilização das estruturas supranacionais e intergovernamentais da CEE para promoção da política eurocomunista.

Ainda em política externa, a relação do PCI com a URSS foi de distanciamento constante desde as denúncias dos crimes de Stálin, em 1956, com a intervenção soviética na Tchecoslováquia, em 1968, até a invasão soviética no Afeganistão, em 1980. Uma contradição assimilada pelo partido foi que: ao mesmo tempo que nos espaços europeus o PCI renegava a tradição soviética e sustentava uma *autonomia total* e um alívio de estar na zona equilibrada NATO, ao passo que diante do dirigente soviético Brejnev o PCI saudava a renovação da URSS como uma força para a *causa do socialismo e da paz*, uma força que não pretendia avançar para além dos acordos de Yalta (BERLINGUER, 2013: 77-92).

A fragmentação do movimento comunista foi um dos fatores que já se apresentavam não apenas como uma derrota para alguns partidos, mas era já uma derrota geral do movimento. Embora

⁵⁴ Como será visto mais adiante, a política eurocomunista seria rejeitada pelo PCP, bem como pelos gregos.

⁵⁵ As ideias presentes no Manifesto Comunista de 1848, que por muito tempo foram sínteses da estratégia comunista, são abandonadas. (MARX, 2008).

⁵⁶ Jornal *O País*, de 4 de março de 1977 – disponível no CD25A.

uma parte dirigente do partido tenha se formado na tradição da III Internacional, até mesmo nos períodos mais degenerados do stalinismo, o PCI se limitava nas relações de intercâmbio com a URSS mantendo a linha de “partido novo” lançada desde Togliatti (DEL ROIO, 2005).

A crise do regime soviético colocava os comunistas italianos em crise, que mais tarde seria irreversível. Para sobreviver aos conflitos internacionais que não cabiam de nenhuma parte na ideologia própria que o PCI desenvolveu, a resposta dos comunistas italianos era “manter uma identidade diversa”, nem comparável com os soviéticos e nem com a social-democracia (PONS, 2004: 229). Ademais, como declarou Berlinguer em entrevista de 1976, o socialismo já *não* significava a socialização total dos meios de produção (BERLINGUER, 2013: 91).

Noi vogliamo arrivare a realizzare qui, nell'occidente europeo, un assetto economico, sociale, statale, non piú capitalistico, ma che non ricalchi alcun modello e non ripeta alcuna delle esperienze socialiste sinora realizzate, e che, al tempo stesso, non si riduca a esumare esperimenti di tipo socialdemocratico, i quali si sono limitati alla gestione del capitalismo. Noi siamo per la terza soluzione, la quale è richiesta propria dalla impossibilità di acquietarsi nella situazione mondiale odierna (BERLINGUER, 2013: 107-108).

Mas uma reviravolta acoaria o PCI. Em 78, Aldo Moro, líder da DC, é assassinado, o qual defendia a presença do PCI na cena política nacional. Não apenas a morte é impactante, mas também os últimos anos de governo de colaboração entre os dois maiores partidos italianos são difíceis, especialmente no tema da austeridade que era aplicada pelo governo, que não havia conteúdo propriamente de classe, isto é, de defesa dos direitos das classes trabalhadoras, aparecendo mais como sacrifício aos trabalhadores. A difícil maioria de governo que o PCI tentava promover não havia correspondência direta principalmente com a política da DC e, visto que o PSI era a terceira força, cada vez mais governava sozinha, a não ser pela figura de Aldo Moro, que era o elo entre o PCI e DC; os diversos governos de unidade não conseguiram passar da salvação da economia às reformas socialistas.

Em meio à greves na FIAT, terremotos, escândalos de corrupção, foi em 1980 que o PCI decidiu finalmente abandonar as tentativas de governo com a DC. A ruptura com o centro de poder tinha em vista uma tentativa de recolocar o PCI de modo autônomo em relação ao governo burguês-católico com o apoio dos partidos leigos. Além disso, o próprio PCI teve que se distanciar não apenas pelos problemas das ações diretas e violentas que sofriram diversos militantes de diversos Partidos, mas também pela evidente estrutura de relações clientelistas desenvolvidas [não somente] pela DC, o que mais tarde resultaria num dos maiores processos jurídicos e políticos vividos na Itália. A ruptura com a DC portou o PCI a concretizar sua posição democrática *strictu senso* em detrimento

da parcela *comunista* que lhe cabia.

Vale notar que a DC nos anos 1970, e depois, era um partido composto por grupos de corrupção e violência que desestabilizaram o Estado italiano por longo período e que ainda permanecem clandestinamente organizados. Para realizar a aliança o PCI teve que abstrair a obscuridade pela qual parte da DC se movia. Mas, para participar do governo o PCI precisava de uma coalizção, que no mínimo tivesse uma face democrática, e que na realidade foi democrática-burguesa (ANDERSON, 1996).

No sentido da democracia, que fazia coro em diversos aspectos com a democracia promovida pelo ocidente industrializado, a defesa da paz em oposição à tensão nuclear mundial foi um elemento fundamental da aparência e da ação do PCI a nível internacional. O PCI, como declarou Berlinguer, colocava à frente a luta pela paz e depois a luta de classes: “Clara é, portanto, a nossa luta contra a política e os atos do imperialismo. Mas a luta pela paz não é redutível à luta contra ele. É algo de mais vasto que a luta de classes” (BERLINGUER, op cit, DEL ROIO, 1986: 94).

Era difícil a relação da Itália na integração europeia, visto que era um momento preparativo das economias para a estabilização econômica, dentro do projeto de consolidação do Sistema Monetário Europeu (SME) – que sofria com as oscilações inflacionárias; vale notar que outras diversas reformas foram realizadas nos anos anteriores à crise que novamente se abria no governo, como a reorganização do investimento industrial que foi direcionado ao Sul, a reforma na agricultura, a reforma sanitária.

O Compromisso histórico tomou forma, portanto, como um regime convencional da Democracia Cristã. De clientelismo e deflação. A “solidariedade nacional” eliminou da política parlamentar toda divergência ou oposição substanciais. (...) Como se dizia, a divisão de trabalho era evidente: os democratas-cristãos faziam a história, os comunistas faziam o compromisso (ABSE, 1996: 81).

Se abriu uma densa fase de problemas, embora quantitativamente o PCI tenha aumentado nos anos 70 sua margem de votos e de filiados, absorvendo inclusive os novos setores produtivos, como empregados, técnicos e estudantes. Os limites na manutenção de uma identidade comunista não permitiram o PCI prosseguir sempre na mesma estrada que a DC, que declara a relutância da DC em promover verdadeiramente – e não apenas em papel e leis – as reformas necessárias para o desenvolvimento socialista da Itália, e sua prática cada vez mais autônoma nos governos, mesmo após o grande esforço de mudanças do PCI, que passou da oposição e do abstencionismo⁵⁷ para a participação direta nos governos.

⁵⁷ Segundo LIGUORI (2009: 29), a política de abstenção do PCI havia sido uma catástrofe, sendo um reforço da posição subalterna do PCI com a DC

Os governos na Itália são caracterizados por sua dinâmica, por suas mudanças bruscas e por suas crises costumeiras; DC era dinâmica, e em 1979 a direita interna venceu no Congresso partidário. Ainda nesse ano, o PCI declarava que o compromisso estava válido, indo contra os jovens de esquerda do partido que já tinham perdido confiança nas alianças. Berlinguer argumentava que a estratégia do PCI não podia se submeter a considerações eleitorais, pois isso seria um comportamento social-democrata. Porém, a partir desse ano a patronal conseguiu reverter as conquistas do passado, fazendo demissões, retirando direitos, forçando o aumento da produtividade com elementos de pressão sobre as classes trabalhadoras e através da inserção da robotização. Os ataques terroristas prosseguiram, como na explosão na estação de Bologna, em 1980. Além disso, também os problemas físicos golpearam o país, como no terremoto que sacode parte do Sul. Tudo sem que o então governo DC, junto de PSI, PRI e PSDI, atue efetivamente no auxílio das classes trabalhadoras.

No limite, a tática da *solidariedade* se transforma no PCI, que passa a se mostrar como *alternativa* democrática sem mais compor a maioria no governo já no final do mesmo ano, quando Berlinguer anuncia a saída do PCI, oficializando a crise da “solidariedade nacional” e a falência de mais uma política de alianças dos comunistas. Nas eleições que se desenvolveram mais tarde, o PCI sentiu a falência, passando dos 34,4% aos 30,4%, especialmente fruto do descontentamento da juventude que não via na solidariedade uma saída para a crise italiana.

Mais uma vez a atuação dentro democracia burguesa não se mostrou favorável às políticas de um partido que, mesmo realizando reeleições constantes da realidade e apresentando diversas táticas novas, não abria mão da democracia. O PCI passaria a sua última década ainda buscando inovar e avançar gradualmente rumo ao socialismo.

O socialismo é uma mudança, um desenvolvimento de momentos sociais cada vez mais ricos de valores colectivos. O proletariado realiza a sua ordem, constituindo instituições políticas que garantam a liberdade deste desenvolvimento, que assegurem a permanência do seu poder (GRAMSCI, 1976: 267).

Os debates do PCI em seu XV Congresso seriam novamente a respeito da nexa entre socialismo e democracia, tendo em conta a atualização do debate para a realidade da democracia parlamentar do país e do grau de desenvolvimento das forças produtivas. De fato, novas ideias perpassam o PCI, e diversas abordagens sobre a estratégia e as táticas do partido mudaram, como na concepção de revolução socialista, que tem agora lugar na ideia de “processo di superamento del capitalismo” ou “costruzione del socialismo”, com a atuação conjunta e plural com as diversas correntes e partidos, sempre com o “rispetto delle regole democratiche costituzionali” (PCI, 1981: 90).

O fato é que o proletariado italiano não havia passado nem mesmo pela superação da dominação das instituições burguesas através do Estado e ainda tendia à DC. Depois da crise dos anos 1970, especialmente a partir de 1980 o crescimento econômico italiano diminuiu; alguns dados indicam uma profunda transformação na sociedade italiana, por exemplo, no número de trabalhadores na agricultura que: em 1980 era de 2.791.000, em 1986 era 2.377.000 e, em 1994, seria 1.638.000⁵⁸. Parcialmente o PCI perdeu espaço, a descrença das massas com as políticas de alianças cresceu, e o PSI conseguiu se alçar se tornando o centro da política italiana, fazendo o PCI mudar sua política de isolamento sobre o PSI. O PCI, uma outra vez mas de um outro modo, foi reduzido a uma posição subalterna na esquerda, ainda que possuísse uma grande força *em si*.

No XVI Congresso seria fundamentada e oficializada a *alternativa democrática* como linha programática do Partido. Uma alternativa de longo prazo. Não sem tensões internas. As divisões no PCI se aprofundam com a hegemonia de alguns setores, entre eles o liderado por Berlinguer. De longo prazo era também a perspectiva do PCI a respeito do processo de integração europeia, defendendo a via federalista como forma política das relações entre os Estados.

Porém, foi o PSI que desenvolveu o espírito do individualismo de mercado em consonância com a *modernidade*, com a prosperidade, a robotização nas fábricas. De fato, como analisou Perry Anderson (1996), o PSI de Craxi não possuía pressões vindas das bases, algo que o PCI tinha e que devia responder por ter optado pelo *compromisso* e por não ter sido combativo durante os anos 1970, o que permitiu aos socialistas se tornarem mais um elo importante no complexo de relações entre Estado e as diversas forças políticas (legais e clandestinas).

Ainda que o PCI buscasse manter aspectos dos governos anteriores com uma aliança com o PSI após anos de exclusão, o ressentimento no PSI existia, e essa seria a oportunidade para que o PSI se tornasse o novo parceiro político da DC, que fariam os governos com Bettino Craxi, Giulio Andreotti e Arnaldo Forlani, sob o pacto “CAF” que dava início aos governos da época do *pentapartito* (DC, PSI, PSDI, PRI, PLI) (LIGUORI, 2009). Berlinguer morreu em 1984, e a partir daí discordâncias e desentendimentos entre os dirigentes e a base marcaram os últimos anos do PCI. A liderança entre si também estava dividida sobre os rumos; até que Alessandro Natta, novo secretário, buscou conciliação com o PSI, sem empurrar a DC para a oposição. Também depois da desistência do compromisso histórico, o grupo Manifesto – que havia sido expulso – retorna ao partido, com Ingrao. Estava aberta ainda uma disputa de direção do PCI.

O PSI já havia acabado com o marxismo, e as correntes internas foram centralizadas. A tática do partido era se apoiar no senso comum e nas bases da DC. Por outro lado, o PCI acabou

⁵⁸ Dados da United Nations Conference on Trade and Development sobre a Itália estão isponíveis em: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>

tendo que buscar apoio em setores mais radicais (como a Democrazia Proletaria), e após/com a morte de Berlinguer, obteve um bom eleitorado nas eleições de 1984, o deixando na frente da DC, ainda que não tenha sido o suficiente para que, pelas vias parlamentares, fosse uma oposição ao governos que, tendo o PSI e DC unidos e à frente, desferiram ataques às classes trabalhadoras com apoio da burguesia italiana e europeia.

Entre 1983 e 1987, o PSI ganhava milhões de novos votos, enquanto que progressivamente o PCI caía para a casa dos 20%. Na política europeia, a defesa que o PCI fazia para a democratização da CEE e para o alargamento da representatividade no Parlamento Europeu se tornavam cada vez mais reivindicações sem uma forte base, visto que dentro da Itália a própria política parlamentar dos comunistas estava em decadência. De fato, o cenário de crise dos anos 80 abriu espaço para o PSI ascender com Craxi e para que o PCI mudasse sua política numa ação de autocrítica que passou a dar mais atenção aos novos movimentos, como o ecológico, os jovens e mulheres (DEL ROIO, 1986: 93-99).

Il mondo sta attraversando una crisi, nella quale crescono i pericoli di una guerra nucleare che minaccia la sopravvivenza della umanità. [...]. Grandi in senso sono la fusione e la responsabilità delle due maggiore potenze. La ripresa del dialogo tra Usa e Urss è essenziale, per la pace e ai fini stessi della soluzione del problema del sottosviluppo, parte integrante del rilancio della distensione. [...] L'Europa occidentale, e in particolare la Comunità europea – há una funzione particolare. Essa dipende dal sud del mondo per il 75 per cento dei rifornimenti di materie prime e di risorse energetiche: há quindi piú di altri bisogno di un rapporto positivo con i paesi sottosviluppati (BERLINGUER, 2013: 113-120).

Dotado de uma visão idealista é que o PCI reivindicava uma *cooperação paritária* em nome da *comunidade humana* entre os países capitalistas, os subdesenvolvidos e os socialistas. Ainda que dentro dos espaços da ONU, como na Unesco, na Unicef, o Grupo dos 77⁵⁹ tenha obtido uma significativa mudança na correlação de forças políticas, esta não foi o suficiente para determinar uma mudança nas relações imperialistas fora dos espaços ONU, isto é, em outros espaços determinantes prevaleceu a lógica da política imperialista, ou da política de potência (ROSTAGNI, 2013).

Como uma segunda consideração dos últimos movimentos do PCI, desde o que no primeiro capítulo consideramos como *derrota prática*, indicamos que o resultado das políticas desde o eurocomunismo, o compromisso histórico e a alternativa democrática, vistas como renovação na

⁵⁹ É o nome com o qual ficaram conhecidos os países de independência recente que se colocaram contra a dominação imperialista da Europa e dos USA a partir dos espaços da ONU, conformando, por exemplo, a ideia de Nova Ordem Econômica Mundial, a Nova Ordem Mundial da Informação, etc., assegurando uma contra-ofensiva ao capital mas perdendo espaço em pouco tempo.

continuidade de políticas em mudança desde antes, é a *derrota ideológica* do partido (GRAMSCI, 2004: 132).

Uma segunda derrota, pois desde o isolamento prático o PCI passou à adesão ao espaço da democracia liberal em privilégio de uma terceira via – uma transformação da concepção da revolução socialista, particular, que o levou à atuação dentro das políticas de alianças em busca da manutenção de seu espaço como legítimo representante das classes trabalhadoras italianas, se integrando às forças de centro-esquerda, caracterizando a sua *transformação ideológica* e a confirmação da sua *impossibilidade de reverter a marginalização e o isolamento*, que mais uma vez o acometeu.

O contexto italiano de corrupções, ataques e vitórias do grupo de centro-direita também obrigava os comunistas do PCI a se afastarem do círculo de governo e a atuar na oposição, mas uma oposição que sobrevivia mudando de faces, de conceitos, de ideias. Ainda que a imutabilidade seja uma não-ação de morte para um partido, a *suprassunção* é fundamental para a atividade ideológica comunista. Mas dentro do PCI as forças reformistas eram expressivas.

Nos países da Europa ocidental, o movimento operário e os partidos de esquerda, partindo da defesa dos interesses materiais da classe trabalhadora, esforçaram-se de fato, nas últimas décadas, em traduzir passo a passo os fins e valores do socialismo em objetivos de reforma, de gradual modificação das relações de classe e das tendências “espontâneas” do desenvolvimento capitalista (NAPOLITANO, 1990: 6).

O PCI ainda prosseguiu por mais alguns anos como um partido de grande importância, mas internamente a crise política e ideológica, conseqüente das derrotas prática e ideológica seriam determinantes para sua existência. Na Itália o cenário de ataques diretos contra líderes de diferentes forças políticas também podem ser vistos como uma forte motivação nas mudanças do PCI, que já não podia mais apenas apoiar governos alheios.

Externamente a colaboração com o PCE e o PCF não seria a mesma, muito menos com o PCP, e o afastamento entre os PCs da Europa ocidental também foi marcante nesse momento. Além disso, a crise geral que se propagava com as mudanças no cenário soviético foram significativas para a derrota ideológica da perspectiva socialista em toda parte, visto que a fragmentação e a crise social soviético eram a imagem que se via mundialmente. Mas não se tratava simplesmente da derrota ideológica da perspectiva socialista existente nos anos 1980, significava relativamente a eliminação histórica da perspectiva da revolução socialista. Logicamente, os fatores de desenvolvimento e existência do espaço soviético eram coligados e transpostos para o conjunto das forças comunistas.

PCP: com o Socialismo, pela Democracia

Quando Portugal passou pela alteração de regime vários países europeus já faziam parte do chamado Mercado Comum, ou a CEE. Economicamente, o fim da participação mais direta das colônias na economia portuguesa foi um dos elementos que levaram o país a voltar sua face à Europa, além disso, o momento da queda do regime de Salazar e independência das colônias corresponderam aos anos da grande crise econômica de 1973. Politicamente as condições para a presença de Portugal no âmbito europeu estavam em vias de consolidação, como na implementação das instituições e dos valores democráticos.

Uma mudança política foi fornecida pela Revolução de 1974, ao inicialmente deixar a burguesia sem representação efetiva nos primeiros governos através de seus partidos. Esse vazio em pouco tempo foi preenchido pelo PS através da figura de Mário Soares, o qual se tornou também o articulador dos interesses internacionais em Portugal ainda durante o processo revolucionário. Já em 1975 jornais indicavam que, por exemplo, Mário Soares era um aliado da direita na França⁶⁰. O PS também seria admitido na Internacional Socialista nesse mesmo ano, o que foi decisivo para a promoção nacional e internacional dos interesses reacionários do partido; o PS encontrou apoio nos seus homólogos italiano e sueco, - apoio que o PCP não havia encontrado (MATEUS, 1996: 35).

On the other hand, political revolutions are inevitable in the course of the socialist revolution, which should not be regarded as a single act, but as a period of turbulent political and economic upheavals, the most intense class struggle, civil war, revolutions, and counter-revolutions (LÊNIN, 1976: 668).

Diante da possibilidade de definição do processo revolucionário, a escolha dos partidos foi por evitar a guerra civil, foi uma contra-revolução operada de alto a baixa, mas de diferentes formas, que levaram ao fim das manifestações e às tensões que ameaçavam os governos. A burguesia, através dos seus partidos, retornou e ampliou o Estado na forma democrática, fomentando uma nova experiência de acumulação produtiva e dominação (LOUÇÃ, 1985). Não mais experiências e lutas nas ruas, mas disputas dentro do Palácio de São Bento⁶¹. Os anos posteriores ao 1974 foram bastante conturbados, contando com várias incursões dos diferentes setores da burguesia (industrial, agrária, banqueira) contra a revolução – impondo ao Conselho da Revolução a necessidade de aprofundar as políticas sociais⁶² de um lado, e o estreitamento dos vínculos com os países da Europa Ocidental, por outro.

⁶⁰ Notícia do jornal *Século*, de 30 de maio de 1975 – disponível no CD25A.

⁶¹ Sede da Assembleia da República Portuguesa.

⁶² Por exemplo, a ação desses diferentes setores burgueses em retirar capitais do país e enviar ao exterior colocou a necessidade de nacionalização dos bancos (LOUÇÃ, 1985: 160).

ANDERSON (1966), indica que a situação social no país antes do fim do regime salazarista era de uma população que vivia em condições precárias de alojamentos, saúde, educação, etc. Problemas sociais que estavam dentro da estrutura em que predominavam as políticas de famílias oligárquicas ligadas ao capital estrangeiro⁶³ que realizavam a “exploração brutal” dentro de um regime que utilizava a repressão como meio de manutenção da estabilidade social no seio das más condições. O país contava com a maioria da população produzindo no setor primário (50%), e o restante estava dividido entre o terciário (26%) e a indústria (24%). Além disso, a baixa mecanização e mesmo o clima e condições naturais desfavoráveis para a produção diversificada faziam de Portugal um país subalterno na cadeia produtiva, dependente da importação de uma grande variedade de produtos, com ênfase na dependência energética (ANDERSON, 1966: 8).

Tais condições históricas deveriam ser transformadas antes da inserção dos lusos na CEE. Tendo como um dos principais aspectos a necessidade de se estabelecer um *welfare state*, a contra-revolução deu essa missão à social democracia revestida de PS, PSD, CDS.

Em termos conceituais o PCP foi um partido muito distinto do PCI. Logo que a ditadura caiu, o PCF, o PCI, o PCE, entre vários outros PCs, saudaram a ação revolucionária, muitos dirigentes chegaram a ir para Portugal observar de perto o processo, como Georges Marchais e Enrico Berlinguer. A solidariedade internacionalista se expressou entre os PCs, e divergências também. O PCP conservou seu viés nacional, republicano e desenvolvimentista como guia na correlação de forças pela hegemonia das oposições de esquerda do novo regime – mas quase sempre como minoria (MADEIRA, 2011).

Os anos posteriores às construções da forma política baseada na democracia serviram também para que os dois partidos comunistas (PCI e PCP) tomassem ações direcionadas propriamente para o desenvolvimento do socialismo em âmbito nacional, mas com posições diferentes a respeito das relações internacionais, isto é, a respeito da Comunidade Europeia. Enquanto que o PCP relutava ainda contra a entrada de Portugal na CEE, o PCI já concorria às eleições europeias de 1979 e saudava a adesão lusa em consonância com sua política eurocomunista, referindo-se à adesão portuguesa como um elemento “indispensável para a consolidação da democracia em Portugal”⁶⁴.

De fato, as primeiras etapas de aproximação de Portugal com a CEE se deram já em 1976, quando foram assinados Protocolos, um Financeiro e outro Adicional, alargando as relações econômicas do país luso com a CEE para além do aspecto comercial, passando a ser também

⁶³ O capital estrangeiro a que se refere Perry Anderson é especialmente o britânico, que durante séculos teve em Portugal uma fonte segura de extração de mais-valia.

⁶⁴ Como consta nos jornais do CD25A, são diversas as declarações confirmando a posição dos dirigentes comunistas dos PCs europeus sobre a adesão portuguesa e sobre as mudanças operadas pelo Parlamento da CEE.

financeiro e social (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO, 1985). De fato, Portugal era um país pequeno para sua burguesia financeira, e o fim do colonialismo deveria ser uma oportunidade para o avanço num espaço em construção propício para uma maior acumulação (CARVALHO, 2014).

Mas ainda era incerto o rumo português. O diferencial do processo português era a revolução como processo de instauração da democracia – e não um referendun, como na Itália. O PCP se assegurou nas garantias constitucionais para a continuidade da revolução iniciada em 1974, mas, como visto antes, a estabilização da revolução fez com que o PCP saísse do governo e que os militares mais à esquerda voltassem para os quartéis, o que trouxe diversos resultados, como a entrada do PS, PSD e CSD com suas respectivas orientações social-democratas contrárias aos feitos expressos em forma de Constituição (SECCO, 2004).

Muito além do protagonismo do PS e do PCP, muitos outros partidos, forças e movimentos organizados foram essenciais para o desenvolvimento político do país, tanto é que para continuar sendo uma parte importante da política nacional o PCP teve que se aproximar das condições políticas dos grupos de esquerda que o faziam oposição, como MRPP, MES e PRP/PR (FERREIRA, 1985: 201).

Neste sentido, mesmo fora do governo o PCP acreditava e buscava assegurar que as outras forças agissem dentro do previsto na Constituição, porém, dois anos após a Revolução as classes trabalhadoras já não expressavam as mesmas potencialidades de revoltas e já não possuíam os mesmos organismos de autodeterminação. No VIII Congresso a orientação dos comunistas era estar *com a democracia, para o socialismo*:

O Congresso acentuou que a consolidação da democracia, a melhoria das condições de vida do povo, a solução dos graves problemas económicos e financeiros, a salvaguarda da independência nacional exigiam uma política baseada no integral respeito pelas transformações económicas e sociais realizadas pela revolução (PCP, 1976).

Mas a defesa da revolução passava a ser o objetivo central de carácter ambíguo, pois as forças de centro-direita no governo não ameaçavam a estabilidade da democracia, porém, o tipo de democracia que passava a ser construído não correspondia em conteúdo ao da Constituição, o que evidenciava a fragilidade e os limites da “consolidação da revolução”. A democracia que se transformava caminhava cada vez mais para o distanciamento dos aspectos socialistas, passava a ser uma democracia ao tipo europeu.

E o PS foi uma das lideranças liberais democráticas de Portugal. Nos meios conservadores havia o temor de que tanto o MFA como o PCP quisessem aprofundar os aspectos socialistas da

revolução democrática e instaurar a *ditadura do proletariado* – uma estratégia que estava fora de cogitação pelas duas forças. Já consolidado nas eleições, o PS realizou diversas expedições europeias para firmar acordos para si e também em nível estatal, chegando mesmo a garantir a continuidade de Portugal na NATO, assegurando às forças imperialistas uma mudança pacífica no carácter da revolução (TEIXEIRA, 1995: 815).

O debate aberto no período constitucional a respeito dos rumos de Portugal ocorria dentro de uma ordem institucionalizada, na qual as lutas das classes trabalhadoras já estavam *desagregadas* e canalizadas e não ofereciam riscos ao Estado e à burguesia (FERREIRA, 1985).

Porém, tudo isso não foi produto exclusivo da natureza subdesenvolvida do capitalismo português e da repressão que o poder político-militar exerceu sobre as lutas dos trabalhadores. A Intersindical e o PCP tiveram uma grande influência nessa desagregação. Colmatando a inexperiência do patronato e do poder político-militar instituído para a repressão das greves, o PCP e a Intersindical foram os grandes campeões da sabotagem (...) das greves com carácter espontâneo e radical (FERREIRA, 1985: 190).

Do lado do PCP, a ausência de um projeto comum, a colaboração do PS com setores reacionários e o esquerdismo são algumas das justificativas a respeito dos fatores negativos do processo revolucionário. Todavia, mesmo que as massas não tenham alcançado o poder político, foram capazes de transformar muitos aspectos da sociedade - ainda que o essencial no processo, o poder político, seja determinante para o “curso da política nacional” (PCP, 1988: 14).

Os ataques da época da contra-revolução não se restringiam às alterações macroeconômicas e às estruturais, com a restauração dos monopólios, dos latifúndios e da exploração capitalista, mas eram ataques também desferidos pelos partidos no governo em sentido ideológico contra os comunistas, “silenciando e deformando” as posições do PCP. De fato, diversas reversões ocorreram muito rapidamente logo após as mudanças de governo de 1976, como a redução dos salários, aumento dos preços, fixação de tetos salariais, precarização do emprego, limitações às liberdades sindicais, etc. Novamente o capital financeiro e os monopólios retornaram com conseqüente destruição das empresas em auto-gestão e abertura da economia ao capital privado.

A ofensiva contra a Reforma Agrária para a restauração do latifúndio traduziu-se no acumular de sucessivas ações ilegais e violentas contra os trabalhadores, no roubo às UCP's/Cooperativas e entrega aos agrários de terras, gados, máquinas, instalações e colheitadeiras, na liquidação de dezenas de milhar de postos de trabalho, no bloqueio financeiro e técnico, no desrespeito e afrontamento às decisões judiciais (PCP, 1988:16).

Em 1980, a força de trabalho empregada no setor da produção agrícola em Portugal era de

1.168.000, em 1986 o número era de 970.000, e em 1994 desce ainda mais, para 769.000⁶⁵. Em 1982, os feitos governamentais para a realocação do capitalismo no país passam a ser institucionalizados com a revisão da Constituição durante o “AD”/Mario Soares⁶⁶ e, por exemplo, as organizações de trabalhadores que tinham sido espontâneas, foram institucionalizadas e estavam sob controle do Estado, assim como a perspectiva socialista havia sido formalizada na constituição e que, com a revisão constitucional, passava a não valer mais.

A carga ideológica da constituição foi retirada durante a reforma de 1982, com direção do PSD no governo, e seria ainda mais aprofundado o caráter democrático liberal. Contudo, isso não fez com que o “objetivo de construção do socialismo e do comunismo em Portugal” fosse abandonado pelo PCP: diante dos ataques, o partido opôs uma luta institucional, mas “o isolamento do PCP entre os grandes partidos impediu, no nível das instituições, que se derrotassem completamente no imediato as forças e planos contrarrevolucionários” (CUNHAL, 2013: 42-45).

Além dos protestos das forças de oposição nacionais, o PCP também recebia críticas dos próprios PCs a respeito das lutas que desenvolvia, mas se defendia e rebatia às acusações de instauração de uma nova ditadura indicando nos outros partidos o abandono das posições de classes, a realização de alianças de “conciliação” de classes, o rebaixamento do programa, como fatores que não legitimavam as críticas, pois embora fossem partidos irmãos, europeus, não possuíam competência para a crítica. Nesse sentido fica clara a crítica do PCP:

Tem-se falado muito num “eurocomunismo”, ou “comunismo-europeu”, ou “comunismo oeste-europeu”. O PCP reconhece naturalmente a quaisquer partidos irmãos da Europa ocidental ou de qualquer outra parte do mundo todo o direito de definirem a orientação que entendam ser a melhor para alcançar o socialismo nos seus próprios países. (...). Mas, sendo Portugal também um país da Europa ocidental, o PCP afirma, pelo seu lado, que nem esse tal “comunismo europeu” se adapta à realidade portuguesa, nem se pode pretender, a partir duma concepção idealista, sobrepor esquemas construídos em abstracto à riquíssima experiência e ensinamentos das revoluções já realizadas e ao socialismo tal como existe (CUNHAL, 1976: 469).

Com a perspectiva de entrada do Portugal na CEE, o isolamento do PCP se deu também entre as bases e não apenas na esfera institucional. A leitura desse distanciamento com as amplas bases se dava na interpretação de que haveria uma contradição nas massas que, ao lhes faltar esclarecimento da situação, apoiavam subjetivamente o PS, e objetivamente o PCP; algum sucesso

⁶⁵ Dados disponíveis em: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx>

⁶⁶ Durante esse governo, o Conselho da Revolução foi extinto, foi aprovada a Lei de Defesa Nacional que colocava o país mais próximo à NATO, e foram diminuídos os poderes do Presidente da República em benefício do cargo de Primeiro Ministro – que era escolhido pelo Parlamento, e não pelo voto direto.

teria ocorrido com as tentativas de reversão da situação, sendo que “centenas de milhar daqueles que votaram no PS e PSD exigiram, ao longo de 1984 e 1985, a demissão do governo desses partidos” (CUNHAL, 2013: 63).

Como deliberado em seu VIII Congresso, de 1976, o rumo ao socialismo se dava na via da democracia e realmente o PCP travava as lutas dentro do espaço democrático institucional, pois mesmo existindo um suposto apoio objetivo das massas optava pela via da disputa parlamentar em detrimento e abandono da antiga função de “agitação”, e em privilégio de um partido que promovesse a “informação”.

A palavra “agitação” tem porém um sentido próprio, correcto e exacto, diferente da “informação” e da “propaganda”. A agitação deve ir ao fundo das consciências, despertar e pôr em acção o espírito crítico, desenvolver e orientar no bom caminho a compreensão dos interesses reais, a indignação, as aspirações e objectivos das massas. A agitação visa encontrar meios simples, directos, claros e incisivos de tocar a compreensão e a sensibilidade das massas, de as esclarecer e mobilizar para a luta. Se não usamos a palavra “agitação” em por isso poderemos deixar de desenvolver a actividade que lhe corresponde. Tem de reconhecer-se que o nosso Partido é muito mais forte na *propaganda* e na *informação* que na *agitação* (CUNHAL, 1976, 451).

O PCP ainda mantém aspectos de uma estrutura interna há muito tempo formulada, o que por um lado lhe garantiu a sobrevivência por diversos anos em regimes de perseguição, e que por outro o mantém ainda vinculado à ideia soviética de socialismo. A mudança ocorrida no partido, da crítica profunda ao sistema capitalista, para a crítica informativa pode ser vista como um enquadramento do modo de atuação dos comunistas dentro da perspectiva da democracia em Europa. Adequação que todos os PCs realizaram – cada um ao seu modo, e que nem em todos os casos se deu de modo negativo. No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética a defesa da democracia parlamentar passou a ser objetivo central para a atuação dos PCs, sendo concebida como uma via para o socialismo (SECCO, 2004: 9).

Enquanto o PCP passava pelo processo de revolução, em Espanha, França e Itália os PCs discutiam a formulação de uma nova identidade para os comunistas europeus, resultando na política *eurocomunista*, a qual foi rejeitada pelo PCP desde cedo, como também a ideia de um *partido novo* não foi empregada. Contudo, a atuação parlamentar aparece como um aspecto central da existência do PCP, quando superada a revolução. De fato, o PCP desenvolveu uma atuação *sui generis* em relação aos desígnios do PCUS, passando da aceitação até os anos 1960, para a *via revolucionária* nos anos 1960 e depois voltando ao parlamentarismo (SECCO, 2004).

De fato o partido cresceu desde 1974, passando de 14.593 inscritos nesse ano, para 115 mil

em 1976, 164.713 no ano de 1979, e mais de 200 mil em 1983, durante o X Congresso, enquanto que PS e PSD eram e ainda são partidos muito menores em número de filiados. Permaneceram em seu interior diversos aprendizados da experiência de outros movimentos partidários da esquerda comunista, como o centralismo democrático, a disciplina e estrutura interna partidária, como também o “marxismo-leninismo”, mas não visto como um dogma, e sim como catalisador e fonte de inspiração e enriquecimento da experiência internacional do movimento comunista: “O marxismo-leninismo é, na sua essência, a teoria que permite ao Partido explicar o mundo, os processos de transformação social, os objetivos e os caminhos da libertação dos trabalhadores (CUNHAL, 2013: 224).

A aparente linha política firme mantida congressos após congressos se deu também no combate à política internacional. Os pacotes de contra-reformas feitos pelos governos dos anos 1980 não se deram apenas pela *reestruturação produtiva* do país em vias de um desenvolvimento nacional europeizado, mas ia além ao restituir aos grandes grupos as propriedades nacionalizadas e ao abrir o país aos investimentos externos, significando um primeiro passo à liberalização e afrouxamento das bases socioeconômicas.

Nesse sentido é que pode ser vista a preparação de Portugal para a adesão à CEE, isto é, mediante a realização de esforços internos que indicassem a disposição das forças políticas e dos grandes grupos empresariais em sanar problemas históricos do país, partindo objetivamente dos avanços reais dados com a Revolução em sentido político-cultural em direção à estabilização econômica nacional. Além disso, em 1981, a CEE também se organizava para aceitar Portugal e Espanha, sendo que a aprovação foi de 93% à adesão.

A propaganda, sem agitação, promovida pelo PCP a respeito das preparações de Portugal para a CEE, através de comícios, debates, através do seu mais importante instrumento o *Avante!*, foi plena de batalhas ideológicas que davam um novo significado ao papel da Revolução no país diante da possível entrada na zona aduaneira; os comunistas portugueses do PCP se expressavam também contra os partidos nacionais no governo que promoviam os ajustes legais e práticos, como ademais o PCP foi contra as organizações esquerdistas na defesa e divulgação do marxismo-leninismo num momento em que a maioria dos PCs faziam exatamente o contrário – renegavam a ligação com o marxismo.

Assim, em Portugal, ao que riguarda o PCP, de um lado se promovia a propaganda sobre o socialismo com aspectos soviéticos e, de outro, ao seu contragosto eram introduzidas as iniciais reformas rumo à CEE, e não mais ao socialismo. As forças que introduziam as reformas também promoviam um tipo de propaganda a respeito do socialismo, utilizando a URSS e fatores ligados ao

stalinismo como exemplo pejorativo e prático⁶⁷. Não na visão do PCP, mas ideologicamente o movimento comunista internacional, em grande parte, não reivindicava mais os exemplos soviéticos e, nem mesmo, o marxismo-leninismo como orientação teórica, optando pelas vias nacionais, particulares e autônomas as próprias formas de *avanço* socialista – indicando uma fragmentação em curso no movimento internacional que produziu consequências históricas ainda irresolutas.

Um outro fator contrariaria o PCP: se a independência nacional era uma conquista de Abril, junto dos processos de independência das colônias, agora se fazia o movimento inverso e as tensões produzidas pela presença da NATO e da CEE demonstravam a incapacidade do PCP de combater o imperialismo e avançar rumo ao socialismo segundo seu programa. De fato, a falência dos comunistas no parlamento havia liberado o caminho para os ajustes políticos, “pelo alto”, e econômicos, “por baixo”. Por exemplo, o tipo e o tamanho das empresas estatizadas na revolução eram *incompatíveis* com os modelos CEE, de modo que deveriam ser privatizadas para atenderem às demandas organizacionais e produtivas. Porém,

Nada obriga Portugal a ter as mesmas estruturas socioeconômicas dos outros países da CEE – organização que se caracteriza, no essencial, pela dominação e articulação dos Estados dominados pelo grande capital, dos monopólios e das transnacionais. Nada obriga Portugal a aceitar a posição de Estado subalterno. O povo português tem e deverá sempre ter o pleno direito de decidir do seu próprio destino e de escolher os caminhos que entender mais conformes com seus interesses e aspirações (PCP, 1988: 17).

Se tratava justamente do desenvolvimento desigual e combinado pelo qual passava a sociedade portuguesa pós-Revolução, com absorções rápidas e particulares dos processos que ocorriam ou já tinham ocorrido em outros países da Europa numa sociedade que formalmente e em vários termos práticos tinha traços socialistas. Para o governos do PS e PSD tratava-se de um processo de adequação *obrigatório* em que seriam considerados os interesses de todas as classes de acordo com os novos objetivos.

O *Secretariado para a Integração Europeia* havia acertado a readaptação das empresas de cereais e dos bancos no prazo de cinco anos⁶⁸, havia acordado segundo o *Tratado de Roma* (de 1957) uma pauta aduaneira comum: eliminando as barreiras comerciais entre Portugal e a Comunidade, e rendendo a Portugal a necessidade de adaptação (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO,

⁶⁷ “O anti-sovietismo manifesta-se, não só na propaganda, mas na política externa, que agora, com a formação do governo PS, visa entravar o desenvolvimento efetivo das relações com os países socialistas (os maiores amigos da Revolução Portuguesa) e volta-se para as alianças com o imperialismo dentro de conceitos próximos dos da guerra fria. Quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros diz que “a defesa da nossa fronteira terrestre começa na fronteira com a Alemanha Oriental” fala em termos de guerra fria pouco conformes com os acordos de Helsinque” (Cunhal, 1976: 460)

⁶⁸ Noticiavam as adaptações os jornais: *A Capital*, *O Popular*, *1º de Janeir*; *JN*, no ano de 1981 – disponível no CD25A.

1985).

Ainda que alterasse estrategicamente seus planos de defesa e desenvolvimento dos elementos socialistas em Portugal, a velocidade das inovações produtivas e do processo de integração impunha aos comunistas debates constantes, tanto é que, em, 1983 foi realizado o X Congresso do PCP, o qual retomou a defesa das conquistas de Abril como elemento central para a defesa da independência nacional frente à CEE. O desenvolvimento combinado também ocorria no PCP. Mantinha-se uma disciplina interna. Mas vários aspectos do PCP passaram por mudanças: no IX Congresso, em 1979, se passou da concepção “*com a democracia, pelo socialismo*” para a ideia “*com Portugal, pela democracia*” (PCP, 1988).

Notável, uma outra vez, é que o debate internacional a respeito da democracia não deixou de influir sobre a política lusa. A *democracia como valor universal* em tempos de guerra fria não poderia deixar de estar presente no programa das organizações políticas das classes trabalhadoras, afinal, econômica e politicamente a democracia era propagandeada como a face positiva dos países capitalistas, contrários ao regime soviético, como a forma mais progressista de desenvolvimento social, pacífico, industrializado e que gerava bem estar às classes trabalhadoras.

A Fragilidade da Democracia na Integração

“Com Portugal, pela democracia” aparecia como uma ideia de defesa do país contra o processo de centralização e concentração de capitais, contra o avanço da ideologia e das práticas liberais, contra a desvantagem competitiva de Portugal, de modo que, a inserção portuguesa na CEE evidentemente colocava o pequeno país de modo subalterno diante de grandes mercados. O fato é que as classes trabalhadoras passaram a sofrer com o agravamento da exploração do trabalho dentro da coexistência pacífica, na qual a luta que o PCP travava era ideologicamente desfavorável e em desvantagem internacional, pois era uma defesa de uma democracia particular, oriunda de uma revolução, e distante em conteúdo da realidade dos outros países e dos outros PCs ocidentais.

Os problemas econômicos que a CEE trazia não eram evidentes a ponto de ser um projeto imediatamente refutável pelas classes trabalhadoras; de fato, eram postos problemas essenciais para todas as classes e para todas as organizações políticas das classes, na medida em que atingia as bases econômicas da revolução (de autogoverno e de administração centralizada por um Estado em vias de social-democratização), como atingia os setores de classe média e a pequena produção, ao

liberalizar mercados e fronteiras para todos (os grandes) capitais.

A edificação da CEE foi uma forma do capitalismo avançar na Europa contra o modelo de socialismo que já estava em crise, e em Portugal o processo de adesão que foi intensificado nos anos iniciais da década de 1980⁶⁹, foi especialmente negociado pelos grandes grupos, isto é, pela “família de famílias” que tinham e ainda tem sua representação nos partidos que asseguraram a ordem democrática liberal em prejuízo da estratégia socialista, dos quais alguns eram e são o PS, o PSD, CDS, UEDS e ASDI. Ainda que durante a revolução todos estes partidos tenham adotado aspectos de socialismo, principalmente de modo volátil, superada a conjuntura histórica da revolução a adesão às estratégias da direita liberal europeia foi promovida por eles.

Entre 1981 e 1984 foram realizadas as principais adequações, e esse tempo não foi o suficiente, nem para Portugal e nem para Espanha, que só puderam aderir formalmente depois do previsto, que era 1984. Certamente a consolidação do regime democrático no âmbito do liberalismo, e não no “rumo ao socialismo”, foi elemento crucial para que as nacionalizações, as produções coletivas, os aumentos salariais, a reforma agrária, a construção de casas populares, enfim, para que a racionalização econômica e social fosse desmantelada, direcionando o país para a Europa da zona de livre comércio.

Na tratativa interna a *fragmentação* no mundo do trabalho contribuiu para a adesão, pois as duas principais centrais sindicais do país estavam divididas: enquanto que a CGTP seguia contrária, a UGT participou ativamente para a realização dos acordos. Com os sindicatos aliados, a burguesia portuguesa conseguiu dinamizar a concorrência interna, de modo a diluir a pequena produção nos grandes grupos. A diferenciação nas centrais sindicais ocorria do mesmo modo como com os partidos hegemônicos: PS e PSD tinham a UGT como aliada, ao passo que a CGTP contava com apoio do PCP (COSTA, 2004).

“Não, ao mercado comum!” foi a bandeira levantada pelo PCP no parlamento português no ano de 1985, declarando que as relações estabelecidas com a CEE não privilegiavam a igualdade e o respeito pelos portugueses. O problema da adesão se aprofundou em 1985, meses e dias antes da oficialização: o governo do PS dirigia os acordos de adesão sem consenso dos partidos. Tanto é que, quando da aprovação no parlamento, o PCP declarava desconhecer o texto integral da adesão que o PS havia elaborado. Se declarava a submissão que o PS colocava para Portugal, por exemplo, na cedência de espaço e de normas na área da pesca segundo os padrões espanhóis. O então deputado pelo PCP, Carlos Brito, acenava para o fato de que era necessária a demissão de Mário Soares, a

⁶⁹ A CEE realizava vários acordos externos para fortalecer as trocas comerciais. Foram feitos acordos com os países asiáticos, USA, e em 1982 a CEE realizou um acordo de cooperação com o Brasil. Em janeiro de 1981, o governo ditatorial de João Figueiredo, do Brasil, também saudava a entrada de Portugal, considerando Lisboa como uma ponte de acesso dos interesses brasileiros na CEE.

dissolução da Assembleia e a convocação de novas eleições, dada a gravidade do problema que a adesão em curso colocava ao país⁷⁰.

Para o PCP, o governo tratava as negociações em segredo, ferindo os interesses nacionais e privilegiando Bruxelas. De fato, a adesão implicou o nivelamento dos preços dos produtos europeus em Portugal, implicou a normalização dos produtos produzidos, intervenção na quantidade de produtos, agravando a dependência portuguesa. Em 31 de março de 1985, a República Portuguesa e o Reino da Espanha foram admitidos nas Comunidades Europeias, atendendo às condições previstas a priori e se comprometendo com as mudanças futuras. As alterações foram profundas na esfera produtiva de Portugal, como nas trocas comerciais, na exportação do vinho e azeite, nos peixes, tomates, nas relações bancárias, nos produtos agrícolas, mercados petrolíferos, indústrias siderúrgicas, preços em geral (ACTOS DE ADESÃO, 1985).

Durante a votação, o PCP foi o único partido a ser contra. O PSD ainda insistia para o fato de que a entrada na CEE significava a rejeição do projeto de sociedade comunista que defendia o PCP, e que era necessário a adequação dos comunistas portugueses aos novos rumos do país. O PS saudava a aprovação – era a realização do programa da social democracia europeia, da qual o PS era a ala direita (SECCO, 2004).

Disse o então Primeiro Ministro de Portugal:

Obrigado, pela força das circunstâncias, a reestruturar o seu sistema de vida em termos políticos e económicos, houve hesitações, tergiversações e desvios; mas um grande projecto nacional logo se impôs e tem merecido, desde então, amplo consenso popular: a integração europeia. Porquê? Para fazer de Portugal um país economicamente moderno, socialmente justo e politicamente democrático - em termos e segundo padrões europeus ocidentais (SOARES, 1985).

Posteriormente foi possível verificar os imediatos efeitos da adesão. Em 1986, por exemplo, a produção de diversos produtos agrícolas parou, como a de tomates; caiu a atividade da pesca; o trabalho foi flexibilizado, tal como ocorria sob os governos de Margaret Thatcher e de Helmut Kohl, além de Ronald Reagan; Portugal teve que inicialmente contribuir muito mais do que receber com a CEE; *agressividade* e *competitividade* foram conceitos dos governos portugueses durante a adesão. Na visão do PCP, que passou a fazer parte da comissão portuguesa de adesão à CEE:

A tal “modernização” significa a transformação da economia portuguesa numa economia cada vez mais dependente, subalterna, uma economia de mão-de-obra exposta à pilhagem internacional, uma economia em que as orientações principais seriam ditadas não pelos Portugueses; mas pelas multinacionais da CEE

⁷⁰ Os discursos completos proferidos na Assembleia da República se encontraram transcritos em: <http://demo.cratice.org/sesoes/1985/04/12/>.

(BRITO, 1985).

Por outro lado, a visão dos que eram dirigentes do processo de adesão era de que Portugal passaria a fazer parte do que existia de mais avançado na Europa. Nas palavras do deputado do PSD, Bento Gonçalves, na Assembleia da República Portuguesa:

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia representa, sobretudo, uma opção de sociedade clara e inequívoca, tendo como base fundamental a democracia e a liberdade. Opta-se, claramente, por aderir a um bloco de países que praticam um modelo de sociedade de homens livres. Assim, o povo português rejeita categoricamente o modelo de sociedade comunista, nomeadamente aquele que é defendido pelos actuais dirigentes comunistas portugueses. Esperemos que o PCP possa evoluir na sua concepção de sociedade de modo a aproximar-se dos principais partidos comunistas europeus (Gonçalves, 1985).

A adesão já era um fato consumado e aparentemente irreversível. Diferentemente do PCI que havia elaborado uma terceira via e celebrava a entrada de Portugal na CEE como uma boa influência no mediterrâneo, embora o PCP seguisse ainda linhas diretivas da União Soviética, cada vez mais o bloco do Leste se apresentava em crise e em proximidade com o mundo Ocidental, deixando os próprios Partidos Comunistas dos países capitalistas em situações desfavoráveis em seus países ao não se destacarem da URSS.

Internamente não se dava apenas o livre desenvolvimento das políticas do PS e PSD a respeito da integração. Em 1986, durante seu XI Congresso, o PCP chegou a conclusão que, diante do risco de vitória de um governo de direita, seria necessário o apoio ao PS, à Mario Soares, se colocando como uma força indispensável à democracia portuguesa. Contudo, o processo iniciado de relações com a CEE prosseguia e de modo ainda mais aprofundado agora que Portugal fazia parte do espaço comunitário das concorrências e monopólios, agora que já estava em vigor o imposto sobre valor acrescentado, o IVA.

Portugal passava a fazer parte dos países que viviam a ordem globalizada. Os setores de pescas, agrícola, indústria, serviços e de trabalho, ainda que de acordo com a especificidades portuguesa, foram adequados à política comum⁷¹ a partir das tratativas em Estrasburgo, o que foi aprofundado com o *Acto Único Europeu* de 1986 (HYMAN, 2002).

A livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas estava condicionada à tentativa de estabilidade dos regimes políticos e econômicos, como também às políticas nacionais e supranacionais comuns⁷², salvaguardando particularidades culturais de cada país, mas combinando

⁷¹ Como consta no TRATADO DE ADESÃO (1985: 468).

⁷² Indicaremos apenas como “supranacionais”, mas é preciso lembrar que há ainda um amplo debate sobre o caráter das políticas europeias serem federalistas ou supranacionais.

as economias em um bloco. Um fator social que passou por grandes transformações foi o regime de trabalho, que teve seus estatutos alterados como modo de preparação do país para a entrada na zona de livre comércio e de livre circulação de pessoas. Isso ocorreu pois, nas palavras de Mira Amaral, Ministro do Trabalho e Segurança Social:

As empresas europeias beneficiam de uma legislação que lhes possibilitam uma agressividade e uma competitividade que a nossa legislação laboral não permite às empresas portuguesas. Assim, estas encontram-se desprotegidas face às suas competidoras europeias (AMARAL, 1986).

Contraditoriamente, a flexibilização do trabalho ocorreu com alguma resistência por parte de setores ligados às classes trabalhadoras, embora as organizações com base de trabalhadores estivessem já no contexto de *crise do movimento operário*, que com certa relatividade via nas propostas do governo que preparava a adesão uma política de aumentar o desemprego e entregar às mãos do patronato a livre decisão para demissões (FREDERICO, 1994).

Disse o deputado António Mota, do PCP:

O Partido Comunista Português não considera a legislação do trabalho como algo de sagrado e imutável. Estará sempre disponível, para, no quadro da Constituição da República e no respeito inalienável da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, adaptar as leis do trabalho à realidade e às necessidades do desenvolvimento económico, do progresso e da justiça social (PORTUGAL, 1986).

O AUE, que entrou em vigor em 1987, visava consolidar o mercado interno e impulsionava a união dos países da Comunidade Económica Europeia com a entrada de Grécia, Espanha e Portugal, levando em conta especialmente a necessidade de reorganização da Alemanha dividida em dois regimes (SOARES, 2009). Ademais, reorganizava e flexibilizava as instituições intergovernamentais e supranacionais⁷³ para que em 1992 fosse pleno o mercado interno. O AUE teria preparado o terreno para a integração da zona euro, pois havia uma busca pela independência política, económica e militar, isto é, a hegemonia do espaço europeu, após décadas de dependência europeia com os USA na política externa.

Por um lado, o PCP realizou diversas ações para defender as conquistas de Abril, inclusive realizando reformas programáticas e atualizações táticas em seu programa, e também para avançar nas reformas de carácter socialista. Por outro, a ofensiva burguesa cumpriu uma papel de maior relevo e com maiores efeitos; como consta no balanço que o PCP realizou em seu congresso de 1988: os salários foram desvalorizados ao longo das tratativas com a CEE, os contratos coletivos

⁷³ A intergovernabilidade e a supranacionalidade ainda são impasses no âmbito da UE, pois não se sabe o quanto as autonomias nacionais podem sofrer com a existência de poderes muito elevados. O AUE pode ser conferido em: <http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties_singleact_pt.htm> acesso em 03/03/2014.

foram limitados, o trabalho foi ainda mais *precarizado*, os serviços públicos foram deteriorados e privatizados para oferecer aos *privados* a oportunidade de criar e dominar o mercado português. As empresas estatizadas foram postas ao serviço da restauração monopolista, etc. (PCP, 1988).

A partir daí a política comunista passou por uma grande transformação. No XII Congresso, em 1988, a nova posição adotada foi por defender uma *Democracia Avançada no Limiar do Século XXI*, num Portugal que não era o mesmo do período pós-Revolução dos Cravos e também não aquele já integrado na UE. O mesmo lema da *democracia avançada* era já uma bandeira do PCF uma década antes, como indicava Georges Marchais durante a sua visita a Portugal em 1974⁷⁴.

Portanto, a entrada de Portugal na Comunidade Europeia foi possível com a reversão do carácter da revolução, que mudou de um viés socialista para o democrático liberal (VARELA, 2011).

Assim, a estratégia do PCP, na prática e na teoria, estaria solapada pelo estancamento da revolução no que se via como a “fase democrática”⁷⁵.

Apesar de se ter instaurado um regime democrático – o mais democrático da Europa capitalista -, o fato de que não se procedeu na escala necessária à democratização do Estado e não se edificou um Estado democrático, o fato de que a revolução não libertou Portugal do imperialismo, os golpes dados nas nacionalizações, na reforma agrária e outras conquistas da revolução impediram que fosse assegurado “o desenvolvimento democrático e independente da sociedade portuguesa” (CUNHAL, 2013: 41).

Era essa a posição que o PCP adotava desde nove anos antes da Revolução de 1974 e que manteve até a década de 1980. Mas o desenvolvimento independente de Portugal não era o objetivo das outras forças políticas que, por sua vez, realizaram as investidas para colocar o país no cenário europeu. Assim, o PCP teve que se adequar à continuidade da democracia liberal e, para isso, formulou um programa político intitulado “*Portugal: uma democracia avançada no limiar do século XXI*”, garantindo assim um diálogo plural e democrático com diversas classes sociais e adquirindo aspectos reformistas em seu interior.

Nem tanto ao Leste nem tanto ao Oeste. Portugal acabou se integrando ao meio geográfico, a UE. Parece se tratar de uma integração em processo permanente, que possuiu um começo estritamente relacionado com os problemas apresentados pela decadência do Império português, e uma continuidade relacionada ao *desenvolvimento desigual e combinado* das economias do Mercado Comum. A integração se deu e se dá como um processo tanto de absorção de economias numa zona de livre comércio, ou seja, de liberalização e internacionalização, e também como uma

⁷⁴ Visita noticiada no jornal *A República*, em 10 de dezembro de 1974 - disponível no CD25A.

⁷⁵ Em diversos escritos de Álvaro Cunhal pode ser verificada a estratégia da consolidação da democracia em Portugal, vista como etapa necessária como via ao socialismo (Cunhal, 1976; 2013). O PCP não conseguiu levar adiante o processo revolucionário, e ainda hoje a etapa democrática prevalece no país.

contenção das particularidades, isto é, *negação* dos interesses das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, há um relativo esforço de resguardar o espaço da política e da cultura, traduzindo as integrações como um processo de adequação das economias em primeiro lugar, e das instituições políticas, democráticas em seguida. A particularidade assume sua importância nessa relação entre os aspectos da União e o da nação.

Portanto, no processo de adesão os elementos de democracia liberal se aprofundaram junto da dinâmica produtiva que havia se espreado em outros países da Europa ocidental, e politicamente a margem de atuação do PCP se tornava cada vez menor, com alianças que não o colocava novamente nos governos, prosseguindo com o isolamento que vinha desde a contra-revolução, demonstrando, portanto, que o PCP não tinha condições de reverter o isolamento e a marginalização. A transformação ideológica, ainda que atrelada a um referencial teórico estável, indicava que o PCP realizava leituras das mudanças de contextos e propunha políticas novas, que em geral eram de combate à democracia liberal e de defesa das conquistas do 25 de Abril, porém sem sucesso.

O PCP atuou, e ainda atua, nos espaços da Comunidade Europeia, posterior União Europeia, como parte do grupo de esquerda; mas diante de sua estratégia de democracia avançada apoiada no marxismo-leninismo, e do isolamento política nacional, podemos caracterizar o insistente processo de combate ao imperialismo, ao mesmo tempo em dissenso com a orientação comunista europeia como uma *segunda derrota* do PCI, também *ideológica*, dada a impossibilidade que o Partido teve de sair da política institucional limitada que lhe coube, tendo que operar transformações programáticas, táticas, para manter sua função política nos governos e no Estado.

CAPÍTULO 3

A Esquerda Comunista Diante do Abismo: Saltar ou Resistir?

Tratar da evolução histórica do PCI e do PCP no que tange às políticas de integração europeia requer que as devidas particularidades sejam preservadas, de modo a respeitar o conteúdo político de cada partido, embora a totalidade da política dos comunistas não possa ser descartada. O período de adesão da Itália às Comunidades Europeias é muito anterior ao de Portugal, as condições internas e externas da entrada de cada um também são muito particulares. Do ponto de vista da esquerda, a comunista, tratar de sua atuação e de sua teoria é um ato árduo. Primeiro, como disse GRAMSCI, a história das classes trabalhadoras é fragmentada. Segundo, o espaço da esquerda é categoricamente reduzido e renegado.

No que tange aos partidos, é categórico que os partidos podem e devem transformar suas posições de acordo com a realidade, isto é, um partido deve ser elemento vivo e ativo. Nesse sentido pode-se avistar a contribuição involuntária - até certo ponto - da ação partidária à teoria política em geral, afinal a política teórica que foi elaborada e a própria práxis política serviram tanto como teorias e inovações, sobretudo transformações da realidade social para a emancipação das classes trabalhadoras, quando vitoriosas em suas lutas ou, do ponto de vista negativo da luta de classes, da continuidade da contradição entre o capital e o trabalho.

Ressaltamos o mérito dos dois PCS em terem sido uma das principais forças de resistência contra os fascistas, durante décadas; foram partidos vivos na organização das lutas das classes trabalhadoras. Não podemos deixar de reconhecer que foram partidos vitais nas conquistas de melhorias nas condições de vida das classes trabalhadoras; foram em muitos casos a única esperança, e souberam atender às preces. Foram partidos que enfrentaram abertamente as oposições, deram lições de democracia em suas ações combativas nas ruas e no Estado.

Falência das Alternativas e Derrota Geral

Tal como diluíra a noção de hegemonia de Gramsci tão só no seu momento consensual, fixando a essencialmente na sociedade civil, também sob Togliatti o PCI reduziu o seu conceito de estratégia política a uma guerra de posição apenas, à aquisição lenta de influência na sociedade civil, como se nenhuma guerra de manobra – emboscada, carga súbita, rapidamente desviar o ataque para todo o terreno, apanhar de surpresa inimigos de classe ou o estado – fosse já necessária no Ocidente (ANDERSON, 2010: 9).

Quando a guerra fria terminou, foi a União Europeia que emergiu como novidade, mas também foi novidade na Itália a morte do modelo republicano vindo desde o pós-guerra. Morreram dois partidos adversários e que se condicionaram ao longo da chamada primeira república. Morreu uma organização nascida das lutas operárias, um partido vivo, dinâmico, de massas, o PCI. Tanto o PCI como a DC foram dois partidos fundamentais na história recente da Itália e não é possível tomar apenas um em consideração, mas é preciso sobretudo ter em conta as diferenças e a autonomia entre essas duas forças de massas (PISTILLO, 2003).

Era notável que o processo de integração europeia estava sendo conduzido pelas forças capitalistas e que tal processo vinculava profundamente a Itália, especialmente o Norte. Diferindo até mesmo do PCF e mesmo dos socialistas franceses, o PCI entendia que era preciso impulsionar esse processo, que era preciso empurrar a Itália *verso* a Europa e que esse desafio deveria ser democrático e renovador. Seria um passo largo no desenvolvimento da *revolução burguesa* na Itália (BERLINGUER, 2013: 108).

Na condução das transformações, porém, estariam PSI e DC principalmente. No início dos anos 1980 já era evidente que a função dos partidos na Itália não era representar senão o próprio interesse, eram máquinas de poder e de clientelismo, um sistema de relações no qual um ponto essencial do PCI foi o distanciamento que conseguiu manter. Mas foi também nos anos 1980 que o processo de adequação dos comunistas italianos à democracia liberal ocorreu de modo mais acelerado, ao ponto que diante da crise moral que perpassava o país, Berlinguer se colocava como defensor dos interesses políticos e econômicos da “*borghesia produtiva*”, quando esses são legítimos, isto é, interesses que não fossem de tutela e de transferência de clientela nas relações entre Estado, governo e partidos (BERLINGUER, 2013: 141).

A *situação moral* dos partidos políticos dominantes na Itália (especialmente a DC) nessa década era o principal motivo, segundo o PCI, da decadência social. Mas, como visto

anteriormente, o PCI carregava derrotas seguidas de derrotas em suas políticas de alianças estratégicas e táticas e buscava sustentá-las através das transformações dos princípios comunistas que ainda havia. Tanto foi que, em 1984, nas eleições para o Parlamento Europeu, o PCI obteve mais de 33% dos votos, ultrapassando até mesmo a DC que fica com uma margem um pouco menor, sendo o “primeiro partido da Europa ocidental” (DEL ROIO, 1986: 105; LIGUORI, 2009: 50).

Vale notar que os resultados eleitorais que sustentavam o PCI como um dos principais partidos da Itália e como o principal partido comunista da Europa [em termos de representatividade] não significavam por nada uma derrota para as classes trabalhadoras. De fato não eram. O PCI, que em suas fileiras teve milhares de militantes que lutaram incansavelmente, era ainda visto por parte das classes trabalhadoras como uma alternativa a nível europeu, não apenas italiano. Ainda que não fosse a única, por exemplo, a *Democrazia Proletaria* era uma força séria na esquerda.

O PCI tinha ainda muita força. Ainda exercia muita influência, principalmente *cultural*, impulsionou o espírito progressista, a ideia de consenso. Aliás, o consenso foi perseguido desde sempre pelo PCI. No âmbito da cultura e do mundo do trabalho, os comunistas buscaram a aceitação pelas massas de que o PCI poderia ser o partido no governo com a tarefa de desenvolver as reformas socialistas, ascendendo de forma pacífica ao Estado.

Na primeira metade dos anos 1980 muitas coisas deixaram o PCI. Mas o que veio preencher as lacunas? Nos anos 1960, 1970 e nos 1980, o PCI não conseguiu ir para além do previsto e, portanto, não conseguiu ser uma contraposição à fragmentação ocasionada pelo desenvolvimento das economias neoliberais do *mercado comum*.

O cenário internacional conspirava contra os PCs, como o ataque do governo da China na Praça da Paz Celestial; diante desse evento, o PCI foi atacado pelo PSI. Craxi, uma figura forte e ainda com legitimidade política nesse momento da realidade italiana, pressionava os comunistas a se tornarem uma força menor e dependente e, com o esfriamento das lutas na Itália, com as derrotas anteriores, o PCI se encontrava na defensiva. Uma nova política, ou a continuidade de qualquer outro elemento existente, eram imprescindíveis para expressar uma reação não apenas formal. E o PCI passou a fazer coro com a Internacional Socialista, que tinha como dirigente o alemão Willy Brandt, a respeito da situação internacional:

In sintonia con le posizioni di Brandt, presidente dell'Internazionale Socialista, il segretario del PCI considera ora centrale il contrasto tra il nord e il sud del pianeta, il divario tra i paesi avanzati e quelle arretrati, l'impoverimento del terzo mondo (BARBAGALLO, 2004: 113).

O cenário era amplo. O fim dos anos 80 e o início dos 90 marca o fim da chamada Primeira

República, marca o fim da política do pós-guerra. Escândalos financeiros degradavam muitos políticos e a elite empresarial da Itália, consagrando enormes esquemas de corrupção e violências – é o momento da crise do velho regime. Crise que se aprofundava por fatores externos também, como a entrada da Itália no Sistema Monetário Europeu (SME), o qual requeria do Estado italiano grandes esforços para manutenção da inflação e dos balanços públicos, que na Itália significaram a desvalorização da *lira* em 50%, somado às privatizações e adequações para o equilíbrio econômico. Diante da catastrófica situação, sem muito sucesso o PCI buscou inserir elementos de socialismo na Itália, desde tempos, com o eurocomunismo e as alianças nacionais (BARBAGALLO, 2004).

O enriquecimento pessoal estava atrelado ao envolvimento de todos os partidos do governo; o *pentapartito* que dura de 1980 até 1992 (DC, PSI, PSDI, PRI, PLI) (VARSORI, 2004).

O parasitismo no Estado era notável ao ponto da dívida pública chegar a ser 109% do PNB na época do Tratado de Maastrich. A instabilidade monetária na Itália era vista pelas autoridades da Europa, e soluções eram cobradas, como a redução da dívida pública como preceito para a convergência da moeda única, o Euro. Mas a implementação de um programa que mudasse para menos de 30% do PNB a dívida pública, seria uma revolução no Estado italiano. A possibilidade de mais acúmulo para alguns setores da burguesia italiana na zona euro dependia do fim das relações clientelistas.

O abandono das políticas que vinham com a direção de Berlinguer se deu com a adoção da agenda da direita, que buscava um ar de modernidade a partir da aceitação do primado da empresa e do mercado, segundo LIGUORI (2009). Não apenas o PCI se redesenhava, como visto, os outros partidos também perambulavam entre o centro, a direita e tangenciavam a esquerda. O PSI já não era socialista e sim um partido da ordem. A DC era a estrutura da ordem, uma ordem cada vez mais obscura, indefinida ideologicamente justamente pelo seu caráter burguês sobreposto aos elementos de democracia e cristianismo. A decadência da DC e a passagem do PCI à oposição foram o convite ao PSI assumir a frente. Entre 1983 e 1987, a Itália conseguiu superar os números da economia britânica e se tornou a terceira maior economia da Europa, justamente a época em que o PSI tinha Craxi na liderança e a presidência do país era de Alessandro Pertini. A Itália também retomava missões externas, como intervenção no Líbano (1982-1983), com declarações sobre Yasser Arafat na Organização para a Libertação da Palestina, como nas relações econômicas com a Líbia, e com operações de *peacekeeping* em diversas partes do mundo (VARSORI, 2004: 168).

As eleições europeias de 1984 foram um choque emotivo para o PCI. O “efeito Berlinguer” foi considerável na colocação dos comunistas como a força mais votada, e o partido pode combater com mais força os concorrentes DC e PSI na linha da alternativa democrática. Como discutido em várias edições do L'Unità de junho de 1984, na França, Bélgica, Inglaterra, os resultados dessas

eleições europeias demonstravam um estancamento dos partidos dominantes nos governos e a busca de uma alternativa, uma alternativa que o PCI [se] via como sendo de esquerda, de *sinistra*, uma sinistra democrática europeia, *frutuosa e serena*, para dar resposta à necessidade de paz, de reforma institucional, de criação de empregos em consonância com uma reforma monetária, de promoção de uma Itália progressista.

Ainda antes da apuração final, o PCI já sabia do resultado significativo que havia conquistado.

Partido	Votos %
PCI	33,1
DC	33,1
PSI	11,2
MSI	6,5
PRI	6,1

Tabela 2 – Eleições Europeia de 1984.

Fonte: Giornale L'Unità 18/06/1984.

Os resultados oficiais foram ainda melhores e deixaram o PCI à frente da DC, sobretudo á frente do pentapartito. O PCI tinha saído dos 29% das duas últimas eleições europeias e havia chegado aos 33,3%. Dias depois um novo secretário seria escolhido. Alessandro Natta assumiria a direção do PCI com o discurso sobre o legado de Berlinguer e sobre a Europa como uma escolha da classe operária como superação dos blocos, e assume para o PCI a tarefa da construção de uma Comunidade Europeia política e econômica ao mesmo tempo que conduzia o partido para uma outra identidade (LIGUORI, 2009: 38).

Contudo, o bom resultado do PCI não significou uma profunda transformação na relação do partido com as classes trabalhadoras e entre a Itália e a CEE. O partido Bolchevique, antes da revolução de outubro: “having obtained a majority in the Soviets of workers and soldiers Deputies of both capitals, can must take the state power into their own hands” (LÊNIN, 1967: 362).

O interesse principal dos militantes do partido Bolchevique era a participação e construção dos soviets como o principal instrumento organizativo para uma verdadeira transformação do país. De fato, o problema da participação nas eleições burguesas foi sempre debatido dentro da tradição do marxista e comunista, e em muitos casos a participação nas eleições para o Estado dentro da democracia parlamentar era vista como uma oportunidade para a *propaganda* do programa dos comunistas. “We must not be deceived bu the election figures; elections prove nothing. Compare the elections to the city council of Petrograd and Moscow with the elections to the soviets”

(LÊNIN, 1967: 362).

Mas o PCI era já um partido com compromissos eleitorais sólidos e, diferentemente dos bolcheviques, viam na conquista da maioria parlamentar a oportunidade para promover mudanças na Itália. Ao invés de um reforço ideológico, no PCI ocorria a necessidade de adoção de ações políticas mais pragmáticas (LIGUORI, 2009). No XVII Congresso do PCI de 1986 evidente era a estagnação teórica e um desvio nas políticas tomadas desde Berlinguer. A crise aberta com a volatilidade do eleitorado italiano levaram os dirigentes do PCI a organizarem uma campanha para eleições europeias que destacasse o PCI de qualquer perspectiva comunista mundial e o destacasse da partidocracia italiana. Disse Ingrao durante o Congresso:

La domanda «chi governerà l'innovazione» chiama in causa sfere del processo produttivo, che il compromesso dello Stato sociale aveva lasciato ampiamente nelle mani della grande impresa. E invece noi siamo chiamati al compito di costruire un potere pubblico, che non abbia il vizio dell'iperstatalismo e sappia però realizzare una connessione originale tra l'innovazione tecnologica nella azienda e la proiezione nel territorio; riesca a coordinare cultura, scuola, servizi, competenze e rapporti col mercato; risorse materiali ed ambiente. (...) Le Tesi parlano di noi come parte integrante della sinistra europea. Io sono pienamente d'accordo. Ma è improprio e riduttivo ragionare sulla sinistra europea senza partire dal rinnovamento che sta creando canali complessi di contatto con forme politiche nuove: ambientaliste, pacifiste, femministe, giovanili. (INGRAO, 1986)⁷⁶.

Já não se apresentava no horizonte do PCI uma verdadeira renovação em via ao socialismo. Eram tentativas de transformar a forma de um mesmo conteúdo, agora como busca de aspectos básicos comuns e programáticos como forma de cooperar através de princípios estabelecidos *a priori* e que não desse margem para desentendimentos. Nesse mesmo Congresso o PCI, com Alessandro Natta, retornaria à discussão que datava dos tempos de Gramsci sobre a aproximação com o PSI. Mas os tempos eram outros, e não apenas o socialismo era *andato via* no PSI como o oportunismo havia estacionado em seu lugar. A proposta de *reconciliação das duas grandes correntes* que um dia tinham representado as classes trabalhadoras, hoje não passava de mais uma tentativa de concretizar a estratégia de participação no governo.

Demonstrativo é o fato do PCI já entender em suas resoluções congressuais que a diferenciação que se fazia no momento em relação à DC não era uma tentativa de oposição, mas sim um “aspecto da normalidade democrática” (PCI, 1986)⁷⁷. Vai além. Nos parece que comportava

⁷⁶ O discurso-intervento de Ingrao está disponível no site: <http://www.pietroingrao.it/vitapolitica/congressopietro/131-ingraointerventi.html>

⁷⁷ Parte das resoluções congressuais estão publicadas em L'Unità, que se encontram disponíveis em diversas bibliotecas na Itália, na Fondazione Antonio Gramsci em Roma, como no site: <http://archivio.unita.it/>

não apenas uma elaborada leitura da realidade adornada de elementos de socialismo, como também transfigurava uma passagem sutil à um democratismo distante da luta de classes. Não apenas no partido. Os sindicatos já estavam vencidos por não terem dado respostas às transformações no mundo do trabalho e por terem sido protagonistas de diversas derrotas (o caso da FIAT é o mais emblemático, quando após diversas semanas de greve o sindicato aceita a demissão de milhares de trabalhadores para além das previstas antes da greve).

As classes trabalhadoras também se transformaram na Itália. Foram várias derrotas: após duras batalhas em ruas e de obstrucionismo no parlamento⁷⁸ foi aprovado o fim da *scala mobile*, despedimentos de militantes, mulheres e jovens nas fábricas, aparelhamento dos sindicatos, etc. A canseira das gerações mais experimentadas com suas organizações foi transmitida à juventude que desde cedo se recusou a passar por experiências parecidas.

O modelo atomizado na firma capitalista estava combinado com a universalização do mercado, num contexto de generalização das organizações monopolistas e de mudanças na estrutura do Estado. Com uma produção maior e mais diversificada, o mercado foi adequado correspondentemente, e a difusão do crédito e do consequente endividamento foi difundido como a democratização do mercado (BRAVERMAN, 1981).

Foi nesse amplo cenário que se desenvolveu mais uma tentativa do PCI de responder às mudanças da realidade social e às mudanças na correlação de forças políticas, buscando atender às demandas aparentemente novas, às demandas democráticas básicas. Ainda que dentro do partido não fosse uma questão de consenso e que, aliás, fosse considerada por parte como uma “perda de tempo”, o debate sobre as lutas feministas ganharam algum espaço, o debate sobre energia forçadamente apareceu, bem como a questão ambiental, os sindicatos foram pensados como organismos para a defesa da democracia e do consenso (PCI, 1986).

Na gigantesca teorização comunista, Marx já havia tratado do assunto e havia estabelecido uma diferenciação entre emancipação política e emancipação humana. No PCI, a estratégia que se apresentava a partir da segunda metade dos 1980 estava circunscrita aos limites da emancipação política, louvável pela adoção dos interesses democráticos que golpeiam as classes trabalhadoras principalmente, mas de todo modo uma adoção tardia.

O novo percurso se viu emancipado do centralismo democrático, bem como de qualquer fundamento orgânico com a tradição revolucionária. Foi resultado de uma transformação que veio desde o pós-Guerra, durou algumas décadas e teve uma aceleração nos últimos anos, por exemplo, na formação de um novo Comitê Central, na saudação do papel de Gorbachev na URSS.

⁷⁸ As lutas contra o decreto feito pelo governo que impedia a *scala mobile* não se deram apenas no parlamento, fora do controle do PCI tinham lutas nas ruas.

Do Congresso de 1986, como consta no L'Unità, por exemplo, na edição de 13 de abril, uma outra nova elaboração sobre as lutas políticas deu impulso ao PCI: a ideia de uma *governo de programa* foi concebida em conexão e como reforço da linha política da *alternativa democrática*. Uma ideia que visava não o combate aos partidos burgueses e à toda conhecida corrupção que perpassava as estruturas dos partidos e do Estado, mas uma política que buscava a criação de novas alianças para um movimento reformador que pudesse se tornar maioria no governo, o que seria uma *eventualidade da normalidade democrática* (PCI, 1986).

A maioria de governo também era uma tática do PCI fora da Itália. É conhecida a amizade entre o PCI e o SPD alemão, entre Berlinguer e Willy Brandt (CASTELLINA, 2004). Os comunistas foram capazes de realizar alianças táticas e estratégicas eficazes ao longo de suas histórias, foram capazes de delimitar junto de outras forças e perspectivas o campo da luta de classes, o campo da direita e da esquerda. Direita e esquerda que em tantos casos minimizaram as diferenças e maximizaram as semelhanças em busca de um consenso integrativo, que serviu em todos os casos às sobrevidas do capitalismo, como também serviu em muitos outros casos à contenção da barbárie capitalista. O marxismo, como ideologia, como método, como espírito de combate, nasceu numa Europa em que as classes dominantes estavam unidas em torno do *Congresso de Viena*, e as classes trabalhadoras pereciam na miséria, como descreveu Friedrich Engels a respeito das condições de vida da classe trabalhadora na Inglaterra.

Muitas experiências de transformação social de esquerda foram tentadas na Europa, o marxismo se provou uma vertente muito forte dentro das várias tentativas, como na França, na Espanha, na Itália, Portugal, etc. Com a revolução aprofundada pelos bolcheviques o marxismo teve seu deslocamento ao oriente e reforçou o combate na Europa, como ocorreu na Alemanha. De fato, era uma ideologia, eram partidos, intelectuais, que realmente tinham perigo a oferecer à sociedade capitalista. Desde sempre foi combatido, e a vida dos principais militantes da esquerda comunista é exemplo disso; mas ainda nos anos de Guerra Fria parecia ser uma ameaça às classes dominantes.

O PCI, como comunista, vivia a contradição de ser um partido de massas, um partido no governo, um partido que visava o socialismo, mas que também tinha outros interesses que eram, em muitos casos, tangentes aos interesses de outras forças adversárias. A construção de uma união política na Europa era um desses interesses. Mas não era a pensada *União da Europa Socialista*, e sim a união de mercados nos quais reina[va]m as grandes empresas, as grandes corporações.

O *Ato Único Europeu* foi um passo a mais dado na integração, no mesmo ano de 1986, quando a ordem internacional que envolvia não apenas o Parlamento europeu, como ONU, Nato e outros organismos indicava uma transformação temporária da correlação de forças, na qual uma maior presença dos países subdesenvolvidos nos espaços de debates levou à cogitação de uma *nova*

ordem econômica mundial, por fora de FMI, Banca Mundial e que colocava em contraposição a liderança mundial dos USA e o seguidismo europeu. Em Estrasburgo, no Parlamento europeu, o PCI apresentava simpatia com esse “movimento”, que na época correspondia às demandas do chamado G77 (Grupo dos 77 países subdesenvolvidos dentro dos espaços da ONU).

Como publicado no L'Unità de 13 de fevereiro de 1986, a incongruente atuação do PCI, por exemplo, se dava na defesa da suspensão do débito de alguns dos países pobres com a Itália e no redimensionamento do débito de outros, como os da América Latina numa clara defesa dos interesses dos países em débito, mas ao mesmo tempo na defesa dos interesses “nacionais” dos países europeus. Débil era também a situação da Itália, pois diante da hegemonia alemã, e também francesa, o país se beneficiava da integração mesmo com um poder de negociação limitado (VARSORI, 2004).

Nesse momento era Giulio Andreotti, DC, que era o Ministro degli Esteri e um dos articuladores do Estado italiano na integração, o Ato Único foi um acordo que preparava a Integração europeia, reformava as instituições para essa integração, e preparava a generalização do mercado interno. Era o primeiro passo já no âmbito de uma União Europeia, ainda que o nome fosse dado apenas alguns anos mais tarde. O novo tratado colocava fim ao procedimento de voto por unanimidade no Conselho de Ministros, facilitando a conformação das divisões entre os países e dando a possibilidade aberta do estabelecimento das diferenças de poder no que dizia respeito às decisões para a transformação do Mercado Comum para o Mercado Único.

A integração europeia pode ser vista como um processo desempenhado pelas e para as elites europeias, sobretudo pela elite econômica, a burguesia, vista como “Owners and managers of large corporations and the leaders of agrarian and business interests groups have been most influential” (GIOIELLO, 2008: 40).

Estava dada a pré-organização para a União Europeia, política, monetária, econômica. Além disso, organizava a burocracia de modo mais pragmático, ao instituir a ideia de um fundo para desenvolvimento de regiões. De fato o PCI conseguia se colocar a nível europeu, por exemplo, quando do bombardeamento que os USA promoveram contra a Líbia e da rejeição pelo Parlamento europeu das ações norte-americanas e a conformação de um bloco de esquerda no Parlamento europeu deram ainda mais voz para o principal partido comunista do ocidente e um dos principais partidos da Itália. Contudo, uma voz que se auto silenciava.

Em 1986, com o novo passo dado na definição da integração europeia, e o PCI buscou se adaptar às novidades elaborando uma concepção de alternativa democrática a nível europeu. Um partido unido, uma força da esquerda europeia, um *moderno partido reformador* que não poderia mais se limitar às escolhas de campo, tradicionais em tempos de guerra-fria, uma Europa unida era

a base para as mudanças de um novo PCI, novo nos ideais, no programa, nos conceitos, nas ações. No L'Unità de 10 de abril de 1986, sobre a abertura do Congresso, consta:

Nessuno dei grandi quesiti che il partito aveva posto a se stesso e che al partito erano stati rivolti in buona fede dal suo esterno, è stato eluso: la identità del partito, la sua collocazione internazionale, i caratteri, gli obiettivi, i protagonisti sociali e politici della strategia dell'alternativa democratica. (...) Il PCI è, dunque, un partito di programma e di lotta, retto da un regime interno di libertà e tendente all'unità (la quale non è un bisogno di parte, ma un bene per i lavoratori, la democrazia, la nazione), contrario al centralismo sia stalinista che plebiscitario. Esso non compie altra scelta di campo che non sia quella delle forze riformatrici, pacifiche e di progresso quale parte integrante della sinistra europea; e non riconosce per sé altra "diversità" che quella di credere in un mondo in cui non sia fatale che prevalga sempre il più forte, l'-avere-sull'-essere (PCI, 1986).

As novas políticas foram baseadas no abandono teórico da centralidade do trabalho e dos trabalhadores e na tomada do trinômio democracia-liberdade-direitos em sentido amplo: a renovação do PCI ocorreu em compasso com a necessidade de renovação do Estado italiano. Renovação que ainda não havia chegado ao debate público, não havia ainda chegado aos Congressos dos partidos, mas que *prima o poi* chegaria, dado caráter clientelista das relações edificadas na Itália e da incapacidade dos outros partidos em se renovarem e saírem do pântano de relações e estratégia de governar o capitalismo na Itália. O chegar de uma maior integração europeia cabia bem nas reformas internas do PCI, funcionou como um incentivo interno com uma perspectiva futura.

A continuidade das lideranças no PCI não se daria por longo tempo; a liderança de Natta dura pouco, devido os fracassos do partido nas eleições de 1988, assumindo Achille Occhetto. A situação nesse momento ou era se tornar submisso ao PSI ou se ver isolado na esquerda. Occhetto propõe o chamado *corso nuovo*, em que a unidade se manteria no partido em busca de manter um espaço no cenário eleitoral, mas considerando agora outras questões, como as ecológicas, de gênero, assinalando positivamente às reformas de Gorbachev, abandonando o centralismo democrático, etc. Tais ideias, oriundas de Ingrao, foram aceitas pela esquerda. Parecia um novo começo.

Com Natta o PCI buscou alianças de uma forma nova, na Europa, especialmente com a socialdemocracia nos temas da defesa europeia e também da paz, dos direitos, do progresso.

A sua limitada e datada ação era de continuidade e adequamento à realidade. Todavia, o sucessor de Natta, Achille Occhetto, representava uma mudança do contexto para a velha geração oriunda do stalinismo italiano, e se pôs a definir um novo projeto de partido, identificando como

única saída uma ruptura com o sistema de associativismo, invocando um sistema de independência da DC. Buscava substituir a identidade comunista, que estava já num processo de mudança. Claramente não era uma escolha que portasse o PCI à esquerda, que resgatasse algum dos laços perdidos com a teoria e a prática revolucionárias de décadas passadas. Occhetto simbolizava sim uma modernização que emergia do PCI, mas uma modernidade que não se pretendia mais revolucionária.

A separação definitiva com o movimento comunista internacional viria com a aceitação do pleno mercado, na revisão dos postulados classistas, na adesão à esquerda europeia, no suporte à transição para a definitiva economia de mercado na URSS através da *perestroika*, na emancipação do partido dos resíduos leninistas. Em consonância com o despertar dos novos movimentos sociais, o ecologismo, o feminismo, a não violência, os comunistas italianos assumem novos discursos, que de fundo representam uma bem sucedida tentativa de evasão do campo teórico comunista – ainda que não fosse por nada necessária do ponto de vista revolucionário.

Diversas correntes internas ganharam expressão e tinham que se posicionar sobre as mudanças. Não era simplesmente um partido unitário tal como propagandeado, tinham adeptos de Magri, Berlinguer, Ingrao, D'Alema, Napolitano, como os antigos e mais tradicionais que ainda permaneciam coerentes com as ideias de Togliatti, ou ainda de Gramsci. Continuava a disputa pela direção política e cultural no partido. Nas divisões internas as posições de Armando Cossutta ganharam destaque ainda que o grupo hegemônico continuasse a ser o dirigente.

A Volta para a Casa e o Processo de Morte

Em entrevista no ano de 1978, Berlinguer dizia que o interesse dos observadores/adversários do PCI era ouvir do próprio PCI que esse não era um partido legítimo na Itália e que, portanto, foi um erro ter nascido, que a socialdemocracia seria a única forma de progresso social e, então, a solução seria *desmanchar o partido e voltar para a casa* (BERLINGER, 2013: 102).

Diversamente de algumas visões, não nos parece que a escolha dos comunistas do PCI de voltar pra casa tenha sido repentina. Por exemplo, em outubro de 1987 se discutia que havia a necessidade de estabelecer uma descontinuidade nas políticas do PCI de modo a superar algumas tradições do partido, mas ainda o deixando no âmbito da esquerda.

No mesmo ano de 1987, o PCI comemorava sua convergência com alguns partidos da

esquerda europeia, vindo nas alianças com o SDP alemão, com o trabalhismo inglês, com os socialistas espanhóis e franceses, a possibilidade mais tranquila para a realização da comunidade política europeia. A ação do PCI para a integração foi contundente, foi realmente ativa para a realização de um referendun para aprovação da ideia de Comunidade Europeia, ou seja, para o aprofundamento dos aspectos políticos da Comunidade Econômica. Ainda mais, o PCI estabelecia diálogos com o partido promotor da integração europeia em Portugal, o PS de Mário Soares⁷⁹, visto que o PCP via a integração como um risco à soberania nacional.

Outros exemplos da política de continuidade do PCI já foram vistos, mas vale observar ainda que a política interna do partido não permanecia *em si*, reverberava nas ações estratégicas e táticas externas também e que demonstrava, portanto, que o partido já fazia uma viagem em que deixava pedaços da bagagem em cada parada com a finalidade de chegar sem o peso do passado ao destino. Nos parece que a chamada globalização, a modernização neoliberal e a integração da Europa, eram demais para parte dos próprios comunistas que, então, preferiram se transformar.

A Itália possui uma particularidade própria nos limites da luta da esquerda comunista no pós-guerra. Sua história registra movimentos vindo de baixo muito fortes e governos tão conservadores e de longa duração, numa combinação entre insurgência social e imobilidade política (ABSE, 1996). O declínio do PCI deve ser remetido ao seu histórico pós-guerra, especialmente no momento de ataques às organizações de trabalhadores, em especial, a partir da década de 80, quando a Europa passa a viver uma profunda reorganização do trabalho, das instituições, da cultura, alterando as bases de um *welfare* que não chega a ser pleno e estrutural, mas setorial e com morte certa, mas que estava em consonância com a rebaixamento dos programas dos partidos comunistas em programas mínimos de caráter democrático e reformista, ao mesmo tempo que a ideia da revolução e do socialismo se afastava sempre mais, e até mesmo se distanciava do “marxismo leninismo”, ou stalinismo. Justamente nesse momento é que os governos de USA e Reino Unido promoviam ataques às classes trabalhadoras para reorganizar as políticas econômicas do capitalismo.

Mas a realidade da Itália desse momento não era a mesma dos USA ou do Reino Unido, ao contrário, uma rede de relações clientelares complexa e muito antiga parecia ter chegado a um limite aceitável para os próprios políticos e, então, explodem inúmeros casos de esquemas de corrupções entre os partidos, empresas e Estado, como relatou o PCI no editorial do L'Unità de 23 de dezembro de 1988 intitulado “Mafia e Corruzione. In pericolo è la democrazia”⁸⁰.

Buscando se diferenciar do que havia de pior nos partidos dominantes da política italiana, o

⁷⁹ Que era o Presidente da república, eleito com apoio do PCP.

⁸⁰ Interessante notar é que na mesma época o PCI saudava a esquerda brasileira, nas figuras do PT e do PDT, a respeito do abandono do sindicalismo de barricadas para a adoção do desafio democrático.

PCI via nesse momento que a tática correta era a *garantia dos direitos sociais dos cidadãos*, como forma de assegurar a normalidade democrática em meio aos tumultos do pentapartito. Era essa uma das vias para o momento do *riformismo forte*, porém não apenas o momento de investida na já antiga tática de um reformismo nas instituições, mas um reformismo forte no próprio PCI, disse o então secretário do partido, Acchille Occhetto.

Como partido vivo, o PCI sempre sofreu os riscos de ter a linha reformista como a mais forte dentro de si, mas, ao contrário, “era preciso um partido que fosse parte da classe, e não sua abstração, e que agisse em todas as determinações sociais e políticas em oposição radical ao aparato do Estado burguês” (DEL ROIO, 2005: 91).

Ainda não parecia ser suficiente o processo de reformas. Nas eleições nacionais de 1988 o PCI perdeu posições e o PSI cresceu, a queda foi vista então como um problema de renovação. Após o Congresso de 1989, o redesenhado partido se lançou à política internacional chamada de *eurosinistra* e também aos círculos progressistas dos EUA aprofundando as políticas europeias lançadas em 1986 (LIGUORI, 2009).

Era esse um momento em que as burguesias e o governo dos USA retomavam suas atividades imperialistas mais características: as guerras. O desenvolvimento tecnológico militar portou os USA e a NATO à *supremacia* nos conflitos, num momento em que o Estado russo se retirava da guerra fria para a reorganização das forças políticas internas. Sem que uma escalada atômica estivesse prevista, dada as dinâmicas e proporções dos conflitos, os sucessos dos USA e das coalizões nos conflitos garantiram os interesses das burguesias e dos Estados europeus e americanos em zonas muito instáveis e com complexidades que não podia ser silenciadas com as derrotas em guerras.

Continuamente o bloco soviético transitava para uma profunda transformação, caracterizadas sobretudo pelas derrotas ideológicas fundadas em elementos concretos, como a superioridade da qualidade de vida das classes trabalhadoras nos regimes capitalistas. Assim, no quadro da *guerra de posições*, a desintegração soviética pode ser entendida como uma forma de revolução passiva, na qual o bloco soviético foi solapado pelo neoliberalismo (SIMON, 2010).

Ma oggi che l'Unione Sovietica non esiste più, non c'è più nessun tipo di equilibrio. Oggi c'è una supremazia americana multidimensionale senza precedenti in tutta la storia dell'umanità e attende soltanto che venga perseguita una strategia globale di massimizzazione del potere per diventare pienamente efficiente per gli Stati Uniti e oppressiva in modo intollerabile per tutti gli altri (LUTTWAK, 2015: 371).

À falência da URSS correspondia um momento também de retomada das instituições criadas

e sustentadas pelos USA, como a ONU, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, que eram instrumentos de sustentação da política externa dos USA e também da CEE-UE. Mas, para além da hegemonia política e econômica, o *sucesso* das diversas estratégias militares não significou pleno sucesso das ofensivas em diversas áreas, como Afeganistão e Iraque, ao contrário, implicaram no desenvolvimento de conflitos posteriores que demonstram o *insucesso* do sucesso (LUTTWAK, 2015: 81).

A força europeia se projetava de modo mais veemente no fim dos anos 1980, especialmente pela intensificação dos conflitos e pela preparação para as diversas guerras que vieram a ocorrer. A concorrência capitalista não tinha ainda fomentado a criação de movimentos revolucionários fortes, mas havia criado uma mobilização permanente para a guerra, e a NATO era o organismo para isso. De fato, a situação de parte significativa da humanidade era de miséria extrema e conflitos armados.

O cenário internacional indicava também as mudanças internas que o regime soviético e a ideologia comunista sofria e o PCI foi passível de profundas alterações revisionistas que, diante do contraditório e necessário elo entre o *revolucionário* e o *democrático*, prevaleceu o aspecto democrático (LIGUORI, 2009). A crise do regime soviético colocou os comunistas italiano em crise irreversível. As sucessivas tentativas dos comunistas italianos de “manter uma identidade diversa”, nem comparável com os soviéticos e nem com a social-democracia não deixaram apenas o partido no isolamento (PONS, 2004), mas o transformaram completamente, em alguns momentos de forma lenta e gradual, em outros de forma rápida. No fim das contas, o PCI saiu do isolamento ideológico ao se misturar com a coletividade política governamental da Itália.

Occhetto parecia conseguir responder ao seu modo, e ao modo de uma ampla base que o sustentava, às necessidades de renovação, de aproximação com a modernidade, com a integração, com a globalização que, ao fim, chegaria também ao leste europeu com a restauração do capitalismo na URSS. Occhetto assumiu a liderança dos comunistas do PCI em 1988 sem que outro candidato tenha se apresentado ao cargo, e logo no primeiro Congresso sob sua direção levou a proposta de, finalmente, dar uma nova *forma* ao novo *conteúdo* do Partido⁸¹. O contexto era favorável ao sepultamento das ideias de uma sociedade comunista.

À decadência europeia dos anos 1970 e 1980, o tempo de desenvolvimento do neoliberalismo em detrimento do *welfare*, se somou a do bloco soviético que começou a desmoronar a partir dos conflitos em várias das Repúblicas socialistas decorrentes da estagnação, da centralização e do avanço ideológico das forças do capital (HOBSBAWM, 2003).

As sucessivas reformas promovidas por Gorbachev não visavam uma radical guinada em

⁸¹ Na Tchecoslováquia já estava em andamento um debate sobre a continuidade e a reforma do Partido, o PCC, que após 1992 foi extinto também pela força da lei, além da força dos atos.

direção ao socialismo, com destruição da burocracia, com recriação dos soviets, etc., mas sim a reestruturação das Repúblicas para a restauração capitalista, fator que facilitava e apressava o caminho para a integração dos países da Europa ocidental, num primeiro momento, e para futura anexação dos países do Leste sob a forma da democracia-liberal em oposição ao tipo de regime com *Estados operários deformados* em vigência há décadas (RANDAZZO, 2013; TROTSKY, 2007).

Nesse sentido é que a Comunidade Europeia voltou os olhos para aqueles que futuramente poderiam vir a fazer parte do bloco imperialista após o fim da URSS fomentando ainda mais as desigualdades internas e a divisão social do trabalho, restaurando a miséria com a cooperação direta da burocracia soviética (HARVEY, 1994).

Thought 'nel political thinking', Gorbachev argued, Soviet foreign policy should be 'de-ideologised': socialism and capitalism should no longer be viewed as two, mutually hostile, camps but as interdependent systems requiring cooperation to overcome the problems facing the planet. 'New political thinking', undoubtedly influenced by the human rights and democratization discourses emerging in the West in parallel with neoliberal economic thought, had incalculable ramifications for Soviet international and domestic relations (SIMON, 2010: 437).

O contexto de colapso da União Soviética marcou os sucessivos Congressos e realinhamentos internos do PCI. As tantas mudanças que vinham desde décadas pareciam então confluírem para algo novo, era a passagem em termos de *quantidade* para a *qualidade*. No Congresso de 1990, o reformismo era a linha dominante no partido, na qual se expressava a alternativa de governo, ao invés da transformação sistêmica, o abandono do centralismo pelo pluralismo. A leitura política do contexto foi expressada por Occhetto, o qual via o significado da globalização como:

Spazi inediti al processo di emancipazione dei popoli” e “la prospettive di una cooperazione tra diversi stati, fino a delineare vere e proprie forme di governo mondiale (OCCHETO, *op cit.* LIGUROI, 2009: 151).

Era uma época que se encerrava, era o fim de um *breve século* (HOBBSAWM). Embora seja essa a perspectiva que não demonstra uma visão socialista do secretariado do partido, outras posições internas existiam, como as que propunham um retorno às origens, mas também aquelas que clamavam o abandono do centralismo democrático e viam a alternativa de governo no lugar da ideia de alternativa de sistema social. Internamente diversas correntes de pensamento se expressavam forçando as mudanças tanto à direita do partido como também à esquerda. Todavia na tradição comunista do PCI não existia conexão entre as lutas democráticas e a centralidade da classe

operária e da estratégia socialista, na visão de Occhetto a continuidade se dava apenas pelo ato de coragem de assumir a mudança.

Mas numa realidade em que é o capital que predomina, coragem é sustentar um programa revolucionário à esquerda. Às derrotas práticas e ideológicas do PCI, vistas anteriormente, se somaram outras de caráter político. Nesse sentido, a mudança de direção política foi fundamental, pois a vida do partido adquiriu uma mudança *essencial*, passando a ser um partido comunista que primeiro coexistia com as diferenças ideológicas, em nível nacional, com a DC e PSI, posteriormente passou a ser o partido que propagandeava uma ordem que nem em *aparência* tinha uma predisposição de *vir a ser* socialista.

Colapso ou queda? A degradação das condições de vida na Alemanha oriental era um forte fator que levava as diferentes classes, sob liderança espiritual dos USA a buscar a reunificação e à equiparação das condições de vida capitalista. Além de ser propagandeada como um elemento essencial para a segurança europeia, a reunificação correspondeu também à uma síntese identitária entre os alemães de Berlim. O fim da hegemonia soviética num centro europeu deu espaço ao neoliberalismo e ao fortalecimento da RFA sobre a Alemanha Oriental, sobre o espaço europeu e mundial, o que não agradou imediatamente às burguesias francesa e inglesa. Diferente era a posição de George Bush, que via a presença da Alemanha na NATO como um aporte decisivo; também a liderança de Helmut Kohl previa um país dominante dentro e fora da CEE (DAEHNHARDT, 2009).

A reunificação, simbolicamente expressa na derrubada do Muro, permitiu que o capitalismo avançasse rumo ao leste, impondo uma decisiva derrota ideológica e política aos regimes de estados operários deformados que duraram por décadas. Não apenas o PCI passava por uma mudança política, ideológica e prática, muitos outros PCs e também partidos de outras ideologias no Leste viviam a transformação impulsionada pela derrocada do burocratismo soviético. Por isso existem análises que apontam para um vazio de poder durante um curto período em diversos países do leste, o que durou até o surgimento de instituições e partidos capitalistas capazes de governar com a face voltada para os países europeus (DIMITROV, 2009).

Mas os países da chamada *terceira onda democrática* ainda mantiveram pontos de contato com a Rússia; a dependência histórica não podia ser desmantelada em pouco tempo. O processo de transformação na Hungria, por exemplo, ocorreu como uma transição negociada entre as elites da casta burocráticas e a burguesia ascendente, baseada em contratos entre líderes comunistas e os partidos de oposição, sendo que o campo anti-comunista prevaleceu no inaugurado sistema parlamentar. Na Polônia, a transição foi marcada por acordos constitucionais entre o sindicato *Solidarnosc* e o Partido Comunista, após uma série de conflitos que fizeram a burocracia comunista

perder legitimidade, possibilitando a formação da Pequena Constituição de 1992. Resultando daí o sistema semi-presidencialista. Em 1990, o líder do Solidarnosc, Lech Walesa liderou o governo abrindo espaço para a posterior ascensão dos partidos burgueses polacos. Também em Tchecoslováquia e Bulgária a transição se deu com acordos entre os PCs reformados e as novas forças pró-democracia (DIMITROV, 2009).

O socialismo real, ficando no meio do caminho, fracassou como experiência. Não realizou nem a transição e nem a ruptura. O resultado da existência de dois blocos econômicos, políticos e ideológicos foi a ocorrência de filas para aquisição de alimentos básicos, o surgimento de uma *economia paralela*, a desmoralização das classes trabalhadoras que já não podiam mais se revoltar contra a estrutura de poder “oficial”. Somada à já existente, a queda do muro de Berlim foi exemplar: a imundice retornou com muita força. O socialismo real foi o aniquilamento das classes trabalhadoras e a consagração do Estado (FREDERICO, 1994).

Os comunistas do PCI também viam no Estado a passagem para o socialismo, mas o consenso buscado historicamente não significava e não significou a ascensão das classes trabalhadoras ao poder, num duplo poder em oposição ao Estado burguês. O Congresso de 1989 é o que apresenta uma síntese histórica das transformações do PCI, a conhecida *svolta della bolognina*, que podiam ser vistas então como uma degeneração do partido por um lado, e a construção de uma nova proposta de inserimento na sociedade italiana (MARCHETTI, 2004).

Além do Estado ter prevalecido, ainda que mínimo, foram as grandes corporações que passaram a ter uma existência fundamental na sociedade capitalista. A lógica *imperialista* elaborada por Lênin por nada perdeu valor, ao contrário, o neoliberalismo validou e reforçou a edificação de impérios. Entre 1974 e 1984, o número de grandes empresas privadas caiu na Itália, ao mesmo tempo em que cresce o das pequenas, seguindo a lógica de sobrevivência do *mais forte*. Cresceu, sobretudo, o poder do *capital financeiro*, pressionando para a abertura de capitais, pelas privatizações, e pela desregulamentação do mundo do trabalho com a quebra da hegemonia da fábrica e com a perda relativa da importância da pequena burguesia (GRAMSCI, 2004; DEL ROIO, 1999: 146).

A via Italiana ao Capitalismo

Essa forma de crescimento das grandes empresas era a *via italiana ao capitalismo*, a via das grandes empresas familiares tanto ao Norte como no Mezzogiorno. Mas em todos os casos a participação do Estado foi fundamental, tanto nas estatizações e nas privatizações, como na operação de gestões mistas para sustentar empresas em dificuldades (VASAPOLLO, 1997).

A necessidade de readaptação à realidade italiana decorria, além das transformações no mundo soviético, da decadência que o partido tinha *em si*. Posteriormente à morte de Berlinguer e à eleição europeia emotiva, o PCI não conseguiu sustentar uma avanço e, fator essencial, a estratégia sustentada há décadas já não tinha mais valor. Ainda com prestígio, mas numa fase de declínio (LIGUORI 2009).

A decadência dos partidos da ordem colocavam ao PCI e aos partidos políticos interessados no poder a necessidade de se reinventar.; já não era mais cabível aos comunistas italianos se associarem à DC, ao PSI e a concordarem com governos que tinham em suas bases o clientelismo, a máfia, a corrupção, o que Gramsci caracterizava como a *plutocracia* na Itália, isto é, um grupo no poder que buscava combinar novas formas econômicas com uma anacrônica estrutura política-social (GRAMSCI, 1975).

La mafia possedeva una secolare sperienza sia criminale che di governo del territorio e di infiltrazione nelle istituzioni politiche. Aveva dettenuto di fato il monopolio della violenza; aveva ammazzato oltre ai propri nemici, anche sindaci che la contrastavano, i sindacalisti e i dirigenti del movimento contadino, per mantenere inalterato il potere dei proprietari terreri. Aveva venduto ad una vasta clientela la propria capacità di proteggere i traffici illeciti, di risolvere i conflitti, sempre imponendosi con la forza (VIOLA, 2000: 375).

Ainda em 1989, o PCI era um partido com um significativo número de militantes inscritos, um número em queda há anos numa sociedade em que a industrialização e a fragmentação do trabalho eram elementos generalizados. O sistema político italiano havia sido ocupado pelos partidos no poder, um sistema que foi colocado a serviço dos partidos e que tiveram suas principais figuras envolvidas em escândalos criminosos, como foram os casos de Andreotti e Craxi (VIOLA, 2000). Mas, com a crescente hegemonia alemã, era necessária a transformação do Estado italiano para a continuidade da integração, rumo à UE, com mudanças técnicas, estruturais e, sobretudo, políticas. O PCI era então um partido com uma longa história, a qual não era reivindicada nem mesmo pelo próprio PCI, que estava ideologicamente derrotado, numericamente em decadência.

Ano	Número militantes
1956	2035353
1966	1575935
1974	1657825
1976	1814262
1986	1551576
1989	1421230
1990	1264790
1991	989708

Tabela 3: número de militantes inscritos no PCI após a II Guerra.

Fonte: www.cattaneo.org/archivi/adele/iscritti.xls

No congresso, o XVIII, é que finalmente as propostas de sair definitiva e claramente do espaço comunista são postas. Para muitos militantes a iniciativa de mudar o nome do partido aparecia como uma surpresa; talvez surpresa dado o distanciamento entre o grupo dirigente e as bases, ou também por uma ausência de autocrítica que colocasse em termos teóricos o que era o PCI. Em todo caso, nem a transição à uma nova forma foi repentina.

Menos de 24 horas depois da queda do Muro de Berlim, [Occhetto] aproveitou o momento de emoção para anunciar num discurso em Bolognina que pretendia mudar o nome do partido. (...). Fora de seu círculo mais próximo, a súbita iniciativa de Occhetto pegou todos de surpresa, até mesmo na liderança do PCI (ANDERSON, 1996: 94).

Posteriormente ao Congresso do PCI ocorreram as eleições para o Parlamento europeu, e os resultados do PCI novamente expressavam a crise. Primeiramente pelo fato de não haver mais a unidade entre o PCI e o PCF, visto que o PCF resolve assumir com mais força a oposição à integração europeia, o que era o oposto da posição dos comunistas italianos; segundo, dos quase que tradicionais 41 postos que o PCI mantinha no Parlamento com o grupo Comunista (dos quais 27 eram do PCI nas eleições de 1984), passou a ter 28 no âmbito do grupo Sinistra Unitaria Europea (dos quais 22 eram do PCI nas eleições de 1989).

Fator imprescindível para a vida de um partido comunista, é a sua conexão com as classes trabalhadoras, é a relação com as massas. Em seu último discurso, Berlinguer deixou como tarefa a necessidade dos comunistas visitarem *casa por casa*. O distanciamento entre o grupo dirigente e a classe é algo que permite ao partido cometer não apenas erros de análises, mas erros práticos, erros táticos que implicam na falência estratégica. Dizia Lênin que a fraqueza de um movimento reside “na falta de consciência e de espírito de iniciativa dos dirigentes revolucionários” (LÊNIN, 1902:

15).

Na mesma discussão que Lênin fez no *Que Fazer?* estava incluída a questão das diferentes ideologias presentes no movimento de trabalhadores, como a católica, a burguesa e também a *social democrata* (comunista), e a necessidade de uma luta implacável que a perspectiva comunista deveria travar contra as outras para poder obter e conservar sua supremacia, mas a abstenção à luta implacável contra a DC e o PSI foi justamente o que fez o PCI em nome de um consenso nacional.

Nos debates anteriores ao Congresso de 1990 as diferenças já tinham se formado, Cossutta alertava que a mudança no PCI seria uma perda de consenso com aqueles que desejavam a continuidade do nome e dos aspectos comunistas, mas Occhetto e Natta declaravam que não havia oposição dentro do PCI. Mesmo as partes que não aceitavam diretamente a mudança oficial do PCI estavam abertas às discussões políticas, sendo que dirigentes, como o líder do PCI no Parlamento europeu Gianni Cervetti, via que realizar as mudanças sob pressão poderia ser algo prejudicial e que escondesse objetivos outros. Outros dirigentes, como na declaração de Gianfranco Borghini, viam que a forma e o conteúdo já não se correspondiam no PCI.

As mudanças ocorriam também a respeito da perspectiva internacional, e era prevista a entrada do PCI na Internacional Socialista para a conformação de um único grupo da esquerda reformista no Parlamento Europeu. Na mesma linha de mudança estava também o POUP, o Partido comunista polaco, com a proposta de passar a ser socialista. Outros fatores contribuía para a decadência do nome *comunista*, como a violenta ação do Estado chinês contra os protestos em Pequim e muitas outras cidades. Conseqüentemente, era comum a ideia de continuidade das lutas democráticas, inclusive com expansão à um nível internacional num momento em que os regimes soviéticos iam à falência.

Craxi surpreende e realiza a mudança de nome também no PSI, que passa a ser *Unità Socialista*. A mudança no PSI também foi contestada pelo grupo dirigente, e era caracterizada por ser uma tentativa de reverter a imagem que o partido adquiriu no decorrer de anos de casos de corrupção e envolvimento com diversas mafias do país e do exterior. De fato, diversas mudanças estavam ocorrendo e a transformação na URSS era um dos catalisadores, sendo vista até mesmo como o fator essencial para a conformação do PCI ao reformismo (VIOLA, 2000).

Contudo, não é correto dizer que o PCI ficou entre dois Estados, isto é, entre a URSS e entre o governo DC como elo dos USA. Desde o pós-Guerra a escolha do PCI foi apoiar a DC, criticamente, e manter sempre crítica a independência e diferenciação com a URSS. A escolha estratégica - não tática - do PCI foi a defesa da democracia no Estado italiano e na sociedade europeia, entendida como forma de desenvolvimento político-social italiano rumo ao socialismo ainda que com períodos de crises políticas, mas não conseguiu “desagregar as fileiras do inimigo de

classe sem com isso abdicar da própria autonomia” (DEL ROIO, 2005: 124).

Pela surpresa do giro à direita proposta pela direção do partido comunista, um outro congresso foi convocado em 1990. Nesse congresso de Bologna, tinham diferentes vertentes opostas entre si a respeito do *que fazer*. Os *cosuttiani*, parte dos *berlinguiani*, os *ingraiani*, e os aderentes do II Manifesto eram contrários às propostas de mudanças do PCI, mas a outra parte dos *berlinguiani* e os *miglioristi* viam as reformas como necessárias (MARCHETTI, 2004).

Discutiu Gramsci a respeito do Congresso da CGL em 1921:

Estes homens não vivem mais para a luta de classes, não sentem mais as mesmas paixões, os mesmos desejos, as mesmas esperanças vividas pelas massas: entre eles e as massas se criou um abismo insuperável. O único contato entre eles e as massas é o registro das contribuições e o fichamentos dos filiados (GRAMSCI, 2004: 41).

Mas o abandono da luta pelo socialismo que parte dos militantes do PCI realizaram não se deve diretamente, e apenas, ao processo de degeneração da URSS. Ainda que a falência do símbolo da luta bolchevique contribuisse para a festa capitalista, o papel das forças internas do PCI foi também essencial e um fator a mais na derrocada da perspectiva socialista em todo o mundo.

O PCI também já havia tomado como sua a luta pela constituição da União Europeia, o que não estava em desenvolvimento desde uma perspectiva socialista, mas sim existia espaços para reformas locais, regionais, na Europa e, conseqüentemente, no sistema clientelista italiano, como também trazia a possibilidade de reformas sociais. Eram diversas as perspectivas de construção da unidade europeia, a federalista, os confederalistas, os funcionalistas, todas elas privilegiando a fortificação dos Estados e a formação de um poder político relativamente centralizado, ainda distinguam a respeito do processo de formação entre si.

Os problemas dos balanços de pagamentos, da financeirização, inflação, enfim, a programação econômica assumiram inclusive as diretrizes dos partidos, como o comunista, o qual contribuiu com a consolidação do AUE que completou a liberdade de capitais em consonância com as reformas neoliberais em andamento em diversos países, e depois contribuiu também com o TUE e a consolidação da posição germânica sobre as obrigações das pequenas economias da UE a respeito das adequações das legislações segundo o Tratado e segundo o estatuto do sistema europeu de bancos centrais (GIOIELLO, 2013: 13).

Desse modo, a atividade dos comunistas do PCI no espaço do Parlamento Europeu era uma das prioridades e uma das táticas fundamentais para a estratégia de reformas e de alianças políticas. O PCI havia se tornado, ao longo das décadas, um partido político em sentido estrito, ao invés de aprofundar o caráter de organizador das classes trabalhadoras e debatedor da questão meridional

italiana. Portanto, em nível nacional e internacional as bandeiras de luta do PCI foram mudando em direção à aceitação do capitalismo como sistema e da democracia como sua forma. Contudo, ainda era um partido comunista ainda que “Il comunismo italiano faceva fronte alla crisi finale del comunismo mondiale” (AGOSTI, 1999: 125).

Os comunistas italianos tinham seguido seu próprio caminho: o do enraizamento na democracia e na nação e, portanto, um caminho de tipo reformista, certamente não diferente daquele das maiores social-democracias europeias (TORTORELLA, 1998: 43).

Gramsci, nos anos iniciais do PCI, invocava os militantes para a construção de um programa nacional, que visasse a eliminação do antagonismo entre o norte e o sul, que eliminasse a burguesia, mas que também fosse um partido solidário à luta revolucionária internacional (GRAMSCI, 1975). O PCI que atuou na Itália dos anos de grande crescimento econômico e de globalização construiu um programa nacional, contribuiu com causas internacionais, tudo no contexto da estratégia democrática e nacional, mas sem considerar a possibilidade de *saltos revolucionários*; se manteve fiel à Constituição italiana que ajudou a construir nos tempos de Togliatti (TORTORELLA, 1998).

O *intelectual* coletivo europeu passou a ser o Banco Central, uma instituição com poderes supranacionais e com capacidade de submeter instituições e Estados diante da necessidade dos grandes grupos de terem estabilidade econômica dentro da UE, concentrando a poupança e a colocando à disposição das grandes indústrias, agindo verdadeiramente como um poder acima dos Estados e das necessidades das classes trabalhadoras. Os comunistas e o centro-esquerda de diversos países já tinham convergido para esse sistema desde os anos 1980, aderindo ao que era o espírito de *europeização* liberal (GIOIELLO, 2013).

A derrota de Gorbachev na URSS empurrou uma parte do mundo à desordem da passagem de um mundo ao outro, à restauração burguesa (MAIELLO, 2011). O contexto empurrava os setores reformistas do PCI à confiar nas ações militares da ONU diante dos ataques de Sadam Hussein ao Kuwait, à esperar uma ordem multipolar com a crise e o fim da perestroika. A ONU não conseguiu ser tão imponente quanto os interesses dos USA e da NATO na Guerra do Golfo, como também a ordem que emergiu foi dotada da hegemonia dos USA.

O XX e último Congresso do PCI ocorre em 1991, mesmo ano de assinatura do Tratado Único Europeu (TUE), num cenário de mudanças da política italiana, como a reforma eleitoral e por um questionamento sobre o “*che fare*” do destino do PCI. O fator essencial deste último congresso, realizado em Rimini, foi a dissolução do PCI e a formação do PDS (*Partito Democratico della Sinistra*). O novo partido estaria em consonância com as mudanças de tempos, estaria aberto ao diálogo da globalização, longe do centralismo, prevaleceria em seu interno o autonomismo e o

poder das lideranças.

Prendendo le mosse dalla caduta del muro di Berlino, egli proponeva al Pci di sciogliersi e di dare vita alla costituente di una nuova formazione politica che si sarebbe collocata nell'Internazionale Socialista (VACCA, 1997: 195).

A perspectiva era de derrota e de uma nova oportunidade para a esquerda, a nível mundial. O projeto que tinha nascido com a revolução bolchevique havia chegado praticamente ao fim, e levado consigo diversas forças políticas, voluntaria e involuntariamente. Ainda que a discussão sobre a renovação buscasse estar dentro das mudanças mundiais, a contribuição fundamental foi, por um lado, a admissão de que o papel político do PCI não tinha espaço na realidade italiana e, por outro, o sepultamento formal da ideia comunista no nascimento do PDS - nos dois casos as derrotas *prática e ideológica* se reforçaram.

Primeiro nasceu o PDS, e depois o seu programa foi pensado sem as delimitações ideológicas de um partido comunistas. O foco passou a ser a elaboração de propostas de governo – finalmente muitos daqueles que estavam no PCI podiam agora enveredar diretamente para o campo da *pequena política* envolta no governo num Estado que, pelas suas relações históricas, era corrupto, degenerado.

De fato, como debatia Giuseppe VACCA (1997), no PCI a *via italiana ao socialismo* não teve continuidade, não chegou longe. Justamente por ter privilegiado a via de governo em oposição à perspectiva de impulsionar lutas pela construção de um Estado baseado nas classes trabalhadoras. A desintegração dos blocos, o fim do bipolarismo, eram vistos como possibilidades de renovação mundial; do mesmo modo, desde fins dos anos 1980, o PCI já não podia mais ser considerado um partido comunista, era um partido interessado na democracia e na justiça (VACCA, 1997).

O setor atacado às ideias comunistas não aderiu ao PDS. Um novo movimento nasce nesse mesmo congresso; com quase cem membros, a RC (*Rifondazione Comunista*) foi uma outra parte, uma *cisão*, do desmembramento do PCI. No I Congresso do Partido da Rifondazione Comunista, ainda em dezembro de 1991, as correntes organizadas foram admitidas no partido, foram eleitas as direções. A RC perdura ainda hoje como um pequeno partido na Itália.

O ano de 1992 foi marcado pela concretização do projeto de União Europeia, e na Itália isso significou o exaurimento da legitimidade das antigas forças políticas, que se reciclaram e apareceram com novas faces (CRAVERI, 2004).

O Tratado de Maastrich, de 1992, ou o Tratado da União Europeia (TUE), assentou as bases da ideia de comunidade europeia, de segurança comum e de cooperação judicial⁸² num momento em que ocorriam diversos conflitos armados e que a Europa buscava dar respostas de conjunto segundo

⁸² O TUE com suas origens, objetivos, estrutura, etc., na visão da própria UE pode ser visto em: <http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties_maastricht_pt.htm> acesso em 04/05/2014.

seus interesses. O Tratado tinha estabelecido a criação de uma Política Externa de Segurança Comum, promovendo uma *identidade* europeia com a reativação de uma antiga estrutura militar, a União da Europa Ocidental, como o braço armado europeu em aliança com a NATO. A configuração burocrática da UE foi reorganizada em Maastrich, com a adoção da Comissão Europeia, do Conselho Europeu, do Parlamento Europeu e do Tribunal de Justiça da UE como os principais organismos do seu funcionamento.

Para os países membros da CEE, Maastrich significou também um brusco e último reajuste para a integração monetária: forçadamente os Estados teriam pouco tempo para a adequação do déficit público segundo os parâmetros “europeus”, o que na prática foi o fim dos subsídios e do *welfare* em geral segundo os critérios de eficiência e eficácia.

O colapso do regime soviético foi um outro fator que estimulou a CEE a firmar uma posição internacional, a buscar colocar a ideia de uma Europa geográfica para os países do espaço soviético, e após a reunificação da Alemanha com preponderância da RFA se iniciava uma tentativa de união no campo político entre os centrais, com a Alemanha assumindo claramente a hegemonia desse processo (TELO, 1999; CHACON, 1993).

Diferente dos comunistas da RC, o PDS já estava totalmente voltado para a atividade eleitoral, essa era a preocupação central dos democráticos de esquerda, era a estratégia de governo para desenvolvimento das táticas democráticas pela via parlamentar. Todavia, os resultados eleitorais entre 1992 e 1994 foram inferiores aos anteriores, demonstrando o fracasso da transformação planejada do ponto de vista dos próprios objetivos políticos, consagrando inclusive a decadência de toda a esquerda, não apenas a comunista⁸³.

Logo nas primeiras decisões dentro do PDS, Occhetto, que havia planejado as mudanças, não conseguiu votos o suficiente para estar na liderança do novo partido, causando grande confusão e desmoralização interna. A esquerda italiana se dividiu, sendo que o PDS ficara com 16,1% dos votos, o PSI com 13,6% e o RC com 5,6%, nas eleições de 1992. Em 1992, começa a chamada Segunda República.

Ano/Partido	RC	PDS
1992	117511	769944
1993	120911	690414
1994	113495	698287

Tabela 4: Resultados eleitorais da RC e PDS entre 1992 e 1994.

Fonte: <http://elezionistorico.interno.it/>

⁸³ Enquanto o PCI tinha mais de 1,4 milhão de membros, o PDS, em 1991 contou com pouco mais de 400 mil.

Nas eleições europeias de 1994, o PDS conseguiu 16 postos para o Parlamento, enquanto que a RC obteve 5, um a menos que a direita italiana na Lega Nord. Internamente, o quadripartito era a nova forma de poder: democratas-cristãos, socialistas, social-democratas e os liberais. Após as eleições, um dos principais organizadores da dissolução do PCI e criação do PDS se demite, Occhetto dá lugar à Massimo D'Alema na secretaria. Ainda pelos meses sucessivos, diversos militantes do PDS decidem deixar o novo partido e passam às fileiras do RC.

O fim da I República também se deu pela caça aos antigos políticos corruptos, na chamada reforma eleitoral e moral nos casos da *tangentopoli*, o que implicou no envolvimento de pelo menos um terço dos parlamentares em suspeitas de relações mafiosas. Foi um momento em que “as investigações foram seletivas, refletindo uma mistura de ideais elevados e interesses vis” num “acerto de contas dentro da velha ordem” (ANDERSON, 1996: 99). A I República também acaba a partir da reforma eleitoral, na qual deixava de existir a representação proporcional e passava a valer a de maioria.

Agora que a guerra fria havia terminado, o USA não tinha mais o mesmo interesse na DC, e as novas forças neoliberais puderam assumir o poder. A DC, principalmente, foi o partido que mais decaiu, que pagou pelas décadas de clientelismo. O MSI no sul e a Lega no norte foram os partidos que mais cresceram, dobraram de tamanho. Também nasce nesse momento uma outra força de direita, a Forza Itália. O PDS, vale dizer, teve uma limitada existência: deixou de existir em 1998, quando confluíram diversas correntes reformistas, socialdemocratas e comunistas, para a criação da DS (Democratici di Sinistra).

A realidade política com o PCI e sem o PCI não continuou por nada a ser a mesma. As consequências da dissolução do PCI se fazem sentir até hoje. A derrota, antes, o *suicídio*, significou a falência completa da estratégia de revolução democrática dos comunistas; uma democracia escolhida, desenvolvida e posta a serviço das classes dominantes italiana e europeias com a CEE. A renúncia à luta consagrou, fortaleceu e transformou em outro nível as derrotas *prática e ideológica*. Por um lado se já não era mais um partido comunista e admitir isso contribuiu para um esclarecimento do que realmente passava a ser o PCI, por outro lado a escolha da maioria reformista pela *desagregação do grupo político* foi a *derrota política*⁸⁴, como resultado das táticas e da estratégia organizadas no PCI por décadas.

“Un imenso patrimonio politico, storico, umano andò cosi perso” (LIGUORI, 2009: 36).

⁸⁴ GRAMSCI (1978) *Escritos Políticos*.

Anti-democracia Europeia em Portugal

A perda do espaço de *hegemonia* por parte das forças que impulsionaram a revolução se deu de diferentes formas, desde os problemas econômicos causados pelo fim do colonialismo, como pela volta ao espaço europeu. Podemos ter um olhar de que a construção da Europa integrada possuía objetivos claros e imediatos, especialmente econômicos, por parte dos grupos políticos dominantes dos países dominantes, pois o livre comércio, o uso da mão-de-obra externa e a liberdade do capital foram as bases fundantes da união, isto é, a racionalidade capitalista pressupôs na Europa a submissão do pormenor às leis, e a totalidade se tornou contingente (LUKÁCS, 2008).

Os primeiros passos dados foram no sentido da criação de uma estrutura econômica liberal, e a reforma constitucional de 1982 foi um dos primeiros passos para reverter política e juridicamente a revolução dos Cravos, estabelecendo sobretudo a *reificação da consciência* (LUKÁCS, 2003).

Na Constituição da República Portuguesa, que data de 1976, constava que:

A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras (PORTUGAL, 1976: 17).

Com as reformas de 1982, o *Conselho da Revolução* deixou de existir e os aspectos ideológicos a respeito do socialismo foram retirados, permitindo a regulamentação da flexibilização econômica e a criação de uma Tribunal Constitucional. Um país em vias de desenvolvimento ao socialismo não interessava à CEE, que ia e vai na outra direção; o PCP mesmo se mantendo contrário à integração, não conseguiu ir além da luta pela defesa das conquistas de Abril, as quais foram sem dúvida fruto das lutas e pressões das classes trabalhadoras sobre o Estado. Sem as lutas abertas, sem a auto-organização, o Estado foi o sujeito que passou a atacar as classes trabalhadoras, e os comunistas viviam na defensiva internacional.

Nos anos 70, com a Revolução dos Cravos, Portugal passou por uma crise própria de consciência em relação, por um lado, à sua função atlântica e, por outro, em relação ao Leste Europeu. A própria expressão “Europa do Leste” era cada vez mais tomada pejorativamente em Portugal e alhures. Especialmente (no caso luso) depois da derrota do setor radical da revolução e, no caso europeu em geral, a partir da invasão do Afeganistão () e das contestações internas na “Europa Comunista”, como a Carta 77, na antiga Checoslováquia, e o movimento sindical

“Solidariedade” na Polônia. É nesse contexto que se reabilitou a expressão “Europa Central” (SECCO, 2004: 193).

Economicamente a dependência se mantinha e se aprofundava em relação aos Centrais. E, 1983, o PCP insistia durante o seu X Congresso na possibilidade de *continuar Abril*, isto é, assegurar a continuidade da reforma agrária, assegurar as nacionalizações e o desenvolvimento econômico rumo ao socialismo. Para isso, o PCP insistia na demissão do governo do PS/PSD, e na necessidade dos comunistas participarem do governo para a continuidade de *Abril*.

Nesse mesmo ano o PCP conseguiu bom desempenho nas eleições legislativas, aparecendo junto da *Aliança Povo Unido* como a terceira força do país. A presidência da República portuguesa estava ainda envolta com um setor militar que ajudou a promover a contra-revolução, especialmente os eventos de novembro de 1975. António Ramalho Eanes, permaneceu no cargo até 1986, quando o PS se consagrou com o apoio do PCP para quebrar a continuidade de sucesso da direita no país e a possibilidade de Freitas do Amaral, do CDS, assumir a direção. Foi uma viragem na política dos comunistas, pois as pressões eleitorais empurraram o partido a decidir por ter que viver num governo de direita que possivelmente avançaria profundamente na reversão das conquistas e abril, ou assumir a difícil tarefa política de conchamar militantes e simpatizantes do partido a escolherem o *mau menor*. Mário Soares não se reivindicava adepto do marxismo, e seu partido não era a expressão da caminhada portuguesa rumo ao socialismo, ao contrário, era um partido envolvido com grandes burgueses internacionais empenhados em investir em Portugal, um partido que com as classes trabalhadoras era social-democrata.

O PCP, em poucos dias, reorganizou sua política e retirou sua candidatura para favorecer o PS contra a direita numa *aliança* apenas eleitoral, ainda que os comunistas do PCP indicassem que o voto em Mário Soares não significasse um apoio à sua política. Os debates jornalísticos, nas rádios e os televisivos, que antes eram repletos de ataques de ambas partes, tinham agora um PCP calado para que o PS avançasse.

Nem mesmo a CIA, o SPD alemão e outros partidos europeus estavam convencidos, em 1985, da possibilidade de vitória do PS, tanto é que obtiveram pouco financiamento externo. Mas os poucos foram o suficiente para que, combinado com o arranjo de forças internos, Mário Soares chegasse como líder do governo, ainda que por pouca vantagem e assumisse com o país dividido. Daí em diante a participação do PS nos interesses europeus se dava de modo direto, ainda mais pelo fato que no PS estavam os militantes mais empenhados na adesão e dentro do partido passava a operar com mais intensamento os grupos interessados em fortificar o PS a partir da criação de estruturas de apoio político que iam para além do partido, como a criação de jornais impressos, canais de televisão, com apoio do capital internacional (MATEUS, 1996: 281).

A situação do PS, assim como de outros partidos que não eram e massas tal como era o PCP, era difícil e incerta. Mas ao mesmo tempo, a política inter-classista do PS permitiu um sucesso estratégico aos socialistas. A ascensão do PS significou o desenvolvimento das políticas do PS, e não as políticas baseadas nas necessidades das classes trabalhadoras e muito menos do programa do PCP. O PCP em sua estratégia democrática obteve mais uma vitória ao apoiar o PS, o qual, por sua vez, permaneceu por dez anos à frente da política portuguesa, conduzindo a integração e promovendo as reformas de austeridade econômica dentro de sua estratégia.

Na tradição cultural portuguesa, a influência histórica britânica e francesa eram predominantes no país dentro das estruturas do Estado e em diversos aspectos da vida social, mas as mudanças na correlação de forças entre os países capitalistas fez com que no pós-Guerra a presença dos USA passasse a ser também relevante (MACHADO, 2009: 34). De fato, não só em Portugal, mas na Europa capitalista, a presença dos USA foi fundamental no combate ideológico às perspectivas socialistas e comunistas, de modo que os socialistas se tornaram social democratas e os comunistas já não tinham mais a perspectiva revolucionária no horizonte, e o mundo reificado aparecia como o único mundo possível (LUKÁCS, 2008).

A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social e um tipo de Estado. O Estado é o liberal, no sentido do individualismo econômico que chefa com meios próprios ao regime da concentração e do monopólio (GRAMSCI, 1975: 388).

A ideologia, portanto, tem um papel decisivo na configuração social, que na Europa consolidou a luta de classes com vantagem para as classes dominantes históricas do capitalismo ao conseguirem realizar de modo profundo a fragmentação das classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, sustentar uma interação como conjuntos integrados de classes. Desse modo, a luta pela hegemonia perpassa necessariamente pela questão da unidade para o enfrentamento (MÉSZÁROS, 2004).

A terceira onda democratizante, iniciada justamente com a revolução em Portugal, absorveu o pluralismo europeu e teve na busca de uma *ética* abstrata o mote de convivência entre as forças políticas do pós-25 de Abril (HUNTINGTON, 1994). Com isso, a hegemonia recaiu com a burguesia portuguesa e a europeia, visto que a questão da unidade pendeu para a unidade liberal burguesa, para a manutenção da propriedade privada, com o apelo à mobilidade social como uma convergência de classe, porém num contexto de relações internacionais intensas, interligadas e interdependentes, com deslocamentos produtivos temporais e espaciais.

Num sistema político que era apenas formalmente democrático, e anti-democrático de conteúdo, o PCP não era o partido das classes dominantes. O PS, vitorioso nas eleições de 1986, já

era reconhecido como o partido articulador dos interesses portugueses internacionalmente, tendo o papel e a responsabilidade de fomentar a liberalização das relações econômicas lusas e o de trazer para dentro do país a estrutura econômica da CEE (MATEUS, 1996: 265). E foi justamente o que o PS fez, o que lhe permitiu o trunfo de ser o partido responsável pelo desenvolvimento de Portugal no capitalismo europeu em oposição à alternativa revolucionária.

O PCP, por sua origem e por sua ideologia, manteve e ainda mantém um dos mais altos índices de militantes inscritos e ativos dos partidos de Portugal. Porém, em termos eleitorais não há uma correspondência entre número de eleitores e o de militantes: o PCP não conseguiu realizar grandes campanhas ideológicas ao longo de sua história, pelo fato de que por não ser um partido *catch-all* o seu eleitorado é mais ou menos fixo e o mais coerente.

Nas eleições legislativas, o PCP teve um movimento decrescente na participação no Parlamento; dos 230 deputados portugueses, o PCP obteve:

Ano	Deputados	Porcentagem (%)
1976	40	14,3
1985	35	15,4
1987	29	15,4
1991	15	8,8
1995	13	8,5

Tabela 5: Deputados do PCP nas eleições legislativas

Fonte: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/resultadosseleitorais.aspx>

Em várias das eleições a tática das alianças foi o que auxiliou o PCP a não sofrer uma queda ainda maior. A flexibilidade e a indefinição ideológica dos outros partidos, somado com os financiamentos que permitiram campanhas de massas, desfavoreceram a estratégia dos comunistas que, entre 1975 e 1983, não conseguiram reagir à perda de eleitores para o PS e para o abstencionismo (JALALI, 2003: 558). O eleitorado português, diante das posições mais distantes de um centro do PCP pela esquerda e do CDS pela direita, optou por se expressar mais centrista. O PS, por sua vez, fez o movimento contrário do PCP, passando a ter cada vez mais peso eleitoral⁸⁵.

A transformação do subordinado em grupo dominante requer a organização de classe e o espírito combativo, isto é, a combinação entre os elementos objetivos e subjetivos, que em Portugal dos anos 1990 se encontravam cada vez mais distantes e estacionados ao nível de classe *contingente*. As eleições podem ser vistas como um elemento mediativo das relações entre a organização e as classes trabalhadoras, e demonstram o histórico de dominação burguesa lusa após

⁸⁵ Em 1985, o PS contava 57 deputados eleitos, e em 1995: 112.

uma revolução.

É importante notar que dentro do contexto da Guerra Fria o bloco soviético também se encontrava em crise e em processo de profundas reformas, restaurando aspectos do capitalismo em seus territórios e, conseqüentemente, contribuindo para a falência ideológica dos comunistas. Desse modo, o papel que cumpriram as forças reacionárias e pró-CEE em Portugal foi fundamental; não eliminando a responsabilidade dos comunistas, é preciso considerar que a derrota da revolução e a entrada na CEE de modo subordinado estava num quadro de correlações de forças no qual o peso da burguesia externa e interna e dos partidos da reação foram decisivos.

A década de 80 marcou a vitória do imperialismo sobre seus oponentes, permitindo que o capitalismo ingressasse numa outra fase. O socialismo estatal, articulado em torno da URSS esfarelou-se, os movimentos de libertação nacional (e o nacionalismo implícito) esgotaram-se, e o movimento operário com suas instituições (sindicato e partido) encontraram-se numa crise sem precedentes (DEL ROIO, 1999: 154).

Nos anos 1980, especialmente com a entrada em vigor do *Acto Único Europeu* (AUE), em 1986, o PCP passou a ser um partido ainda mais reduzido na cena política europeia. Com o estabelecimento de um programa e um cronograma de integração monetária aprofundada, com a moeda única, o desenvolvimento das reformas para a sustentação da integração foram intensificados, de modo que a esquerda comunista não pôde reagir diante da queda geral das estruturas do regime soviético e da derrocada ideológica que sofria a ideologia comunista.

A passagem histórica que marcava o fim do breve século se dava pela restauração capitalista, o que significava uma mudança da correlação de forças mundial e favor do capitalismo, implicando uma dura derrota à perspectiva revolucionária. Na URSS, antes da desintegração, a perestroika funcionava como uma passagem à economia de mercado, a qual dividiu o PCUS e promoveu o nascimento de diversas correntes e *plataformas* que mais tarde dariam origem à diversos PCs (SEGRILLO, 2003).

Em meados dos anos 80, num erro analítico, o PCP saudava a perestroika como um passo no processo de construção do socialismo renovado, com instauração de liberdades fundamentais, transparência. Poucos anos mais tarde, em comunicado sobre a situação na União Soviética, o PCP viu como necessária a superação do modelo de socialismo que havia nos países soviéticos, pois do histórico poder popular tinha surgido uma centralização do poder político, de modo cada vez mais distante dos interesses das classes trabalhadoras, com *graves limitações da democracia* e aumento da ação repressiva do Estado, aspectos que não iam de encontro às propostas da perestroika.

Enquanto as forças internas de Portugal se organizavam no frio pós-revolucionário, estavam

em andamento as negociações entre USA, NATO, CEE e URSS a respeito das armas nucleares, e diante de suas características geoestratégicas, Portugal não tinha poder o suficiente e não poderia permanecer fora das discussões ou assumir uma posição contrária à da CEE e, assim, assumir as consequências de um isolamento europeu em termos econômicos, políticos e sobretudo militar. Com muito esforço Portugal passou a fazer parte dos países capitalistas desenvolvidos, que tinham a militarização como um objetivo claro desde sempre. Desde as primeiras tentativas de desenvolvimento de uma *Comunidade Europeia de Defesa*, até a aceitação da NATO como o sistema de defesa liderado pelos USA.

E no âmbito da NATO o PS agiu ativamente, inclusive promovendo reuniões e propondo políticas decisivas para os membros europeus do Tratado Atlântico com a conformação da estratégia de diversos Partidos Socialistas – o que mais tarde veio a ser o *Partido Socialista Europeu*, composto pelo PS e pelo PSI, por exemplo (MATEUS, 1996: 258).

Com o ascenso do PS no domínio nacional, o PCP tinha desenvolvido sua influência sobre o MDP, o Movimento Democrático Português, que durou da revolução até a entrada de Portugal na CEE, quando o PCP passou então a realizar outras alianças para sobreviver e se adequar às novas forças políticas, como com os *Verdes*. Na reforma de seu programa político, de 1988, foi feito um balanço sobre as várias modificações que o País sofreu após as reversões das conquistas do 25 de Abril, entre elas a “ofensiva contra os direitos dos trabalhadores”, “ofensivas contra as nacionalizações e outros setores não capitalistas”, “contra a reforma agrária”, e prepondera que:

A integração de Portugal na CEE, contra a qual o PCP justamente lutou, é globalmente prejudicial aos interesses nacionais e criou novos obstáculos e novos condicionamentos a uma política conforme com o regime democrático criado pela Revolução de Abril e inscrito na Constituição da República (PCP, 1988: 17).

Se o processo contra-revolucionário havia adiado a possibilidade de construção de uma *nova sociedade democrática*, tornar o funcionamento da CEE em benefício do *povo português* foi a oportunidade que o PCP conseguiu ver a partir da inevitabilidade da integração para avançar em seu programa, isto é, “utilizar a favor de Portugal todos os meios e possibilidades abertas por políticas comunitárias” (PCP, 1988: 18). Desse modo, não abrindo mão o caráter marxista-leninista em sua estratégia, o PCP passou a atuar criticamente dentro dos espaços da CEE, buscando promover políticas que desenvolvessem as regiões mais vulneráveis de Portugal, principalmente a agricultura e a pesca (MACHADO, 2009).

Uma dura tarefa, pois a CEE significou explicitamente a derrota de um ponto estratégico defendido pelo PCP: a ruptura da *soberania nacional*. Mesmo assim, o PCP prosseguiu isolado na luta contra a CEE e, principalmente, contra a NATO diante de um momento em que se

intensificavam os conflitos internacionais em diversas partes do mundo. Inclusive na área soviética, onde o enriquecimento de uma casta burocrática, o atraso econômico e a dominação russa fomentavam conflitos em diversas das repúblicas soviéticas, coadunando a crise do sistema soviético com as contradições étnicas e nacionalistas (SIMON, 2010).

Il processo di integrazione europea è stato da subito visto dal PCP come processo di formazione di un polo imperialista dentro il quale i capitali stranieri delle economie più competitive avrebbero assorbito gran parte della specializzazione produttiva, del sistema produttivo ed economico delle economie meno competitive, generando gravi problemi nell'affermazione della sovranità nazionale, non intesa come irrigidimento nazionalista ma come condizione per garantire una maggiore sovranità popolare ed una economia nazionale volta al soddisfacimento dei bisogni dei cittadini (TOMASSONI, 2015: 1).

A hegemonia de alguns dos países da CEE era e ainda continua sendo um ponto crítico da integração, sendo que as maiores potências da zona euro conseguem dirigir os processos de integração que, em Portugal, afetando as classes trabalhadoras com a promoção do neoliberalismo na Europa. Desse modo, o PCP sugere que a integração não seja ignorada ao ser um fator que proporciona o desenvolvimento português, mas que então seja modificada a política interna do governo, respeitando a *identidade* e os *interesses* do país (PCP, 1988).

Com o PS à frente, o PCP se viu isolado por um outro motivo. No início da revolução a maioria dos países do Leste europeu saudavam o ato histórico que havia derrubado a ditadura em Portugal, mas nos anos 1980 a força dos países do Leste se esgotou e o apoio internacional que o PCP tinha passou a exercer uma força em sentido oposto. Ainda em 1988, durante o XII Congresso, o PCP restabeleceu seus objetivos políticos tendo na democracia *participativa* a chave inovativa, aprofundando aspectos do reformismo em seu programa. O estabelecimento de um Estado democrático participado e de uma economia mista foram umas das fórmulas políticas encontradas para atender às necessidades de adequação da estratégia do PCP ainda dentro da perspectiva reformista de construção do socialismo (PCP, 1988: 25).

Essa perspectiva do PCP para o final dos anos 1980 fazia coro com as transformações rápidas que estavam em andamento na URSS, numa tentativa de restauração capitalista com manutenção do poder com a mesma burocracia, mas renovada. Mas ainda que tenha uma similitude, o programa de desenvolvimento na URSS, com a glasnost e a perestroika, indicavam a falência do regime em diversas das repúblicas soviéticas, nas quais surgiam novas forças com maior autonomia em relação e contra o poder central de um Pcus cada vez mais fragmentado e também rumo à desintegração (SIMON, 2010).

Assim, no XII Congresso o PCP adequou sua política para a utilização do Estado e da CEE em favor do desenvolvimento tecnológico, produtivo, social, o que geraria no partido uma discussão sobre sua identidade comunista, afinal, o PCP passou a se integrar ao âmbito e ao léxico comunitário, como podemos verificar a partir do significado da democracia avançada para o PCP:

A democracia avançada que o PCP propõe e preconiza tem como objetivo alargar crescentemente o alcance e o exercício das liberdades individuais e coletivas, e a garantia efectiva dos direitos dos cidadãos (PCP, 1988: 25).

O quadro político português se tornava ainda mais próximo ao europeu com a reforma constitucional de 1989, a qual, após a primeira reforma que retirou o conteúdo ideológico da constituição, tornou o sistema econômico ainda mais aberto, e acabando com a irreversibilidade das nacionalizações, abrindo espaço para as privatizações que ocorreram para a adequação do capital português às estruturas da CEE.

Quando da entrada na CEE, a agricultura, a silvicultura e a pesca correspondiam por 9,4% da economia portuguesa, passaram a ser 3,9% vinte anos após a adesão; a indústria transformadora que era 25% passou a ter o peso de 18,2% (COMISSÃO EUROPEIA, 2006). Ainda que a integração tenha forçado a destruição da agricultura e das pequenas áreas produtivas, a conversão da economia portuguesa para a média europeia ocorreu com o desenvolvimento das forças produtivas e com a melhoria das condições de vida de diversos setores das classes trabalhadoras, mas sobretudo se deu pelo fortalecimento dos antigos monopólios e pelo aparecimento de outros, com uma taxa média anual de investimentos a partir de capitais estrangeiros de 10,5 % (SOUZA, 2000).

Exemplo da importância da presença da CEE na política portuguesa foi a eleição europeia de 1989. O PCP, em aliança com os Verdes conformando o CDU, a Coligação Democrática Unitária, foi a terceira força, contando com 3 deputados para o Parlamento Europeu. Não alterou sua média anterior com o conteúdo adaptado ao novo cenário de mudanças mundiais; não renegou o marxismo-leninismo como inspiração ideológica, e não abrindo mão de sua tarefa de defender os interesses nacionais, o PCP teve que realizar uma difícil adaptação teórica de modo a sustentar sua coesão entre a perspectiva revolucionária e a perspectiva progressista, resultando na compreensão de que o PCP era *Um partido para o Nosso Tempo*.

A democratização da CEE seria então um aspecto a mais da luta pela revolução democrática nacional do PCP, o que, conseqüentemente, passa pela libertação do país dos monopólios e na promoção de uma política de cooperação e paz. Isto é, a democracia *avançada* pressupõe a rejeição à NATO e à política neoliberal burguesa da CEE. Depois de já estar dentro da CEE, a atuação do PCP passou a ser outra em Portugal. Nas mãos do PS, a integração europeia era um trunfo.

A Carta da integração na Comunidade Europeia e a promessa de estender para os portugueses um padrão de vida semelhante ao dos europeus que uma parte significativa da população conhecia pela importância econômica dos emigrantes na frágil economia do país era seu trunfo mais importante (ARCARY, 2004: 85).

Durante toda sua atuação dentro da CEE, os comunistas portugueses não deixaram de realizar as críticas ao imperialismo europeu e às arbitrariedades da CEE a partir dos intervencionismos nos diferentes países. Ainda é uma posição que permanece – o PCP ainda realiza o combate à comissão da *Troika*, à *Comissão Europeia*, ao *Parlamento Europeu* e ao *Banco Central Europeu* (TOMASSONI, 2015).

Mas a participação contributiva do PCP às políticas da CEE fez com que, em 1990, o partido tivesse que reafirmar seu caráter comunista diante das *incompreensões* de sua atuação diante do cenário mutável dos anos 1990. A entrada e a consolidação portuguesa na CEE significou a consolidação da democracia, mas não de qualquer democracia (SOUZA, 2000). A consolidação do regime capitalista em Portugal ocorreu de modo desigual e combinado: combinou os aspectos políticos da CEE e depois da UE, e foi desigual ao manter o país como uma zona subordinada e dependente. As importações com a CEE passaram de 44,9% para 77%, em vinte anos após a entrada na CEE, bem como a exportação passou de 57% para 80% (COMISSÃO EUROPEIA, 2006).

A consolidação da democracia, uma categoria analítica da forma política de um Estado, defendida abstratamente por vários autores, não pode ser vista apenas como a sucessão de eleições nas quais diversos partidos podem se suceder no executivo do país; a conformação supranacional da CEE com a hegemonia de alguns poucos países é evidenciador do caráter anti-democrático que rege as relações europeias.

O nexos entre os aspectos políticos, sociais, econômicos na democracia é que podem indicar de um modo mais profundo o seu caráter, para além da designação abstrata. Os fatores anti-democráticos vão além da destruição da agricultura e da pequena produção. A ofensiva ideológica na CEE e na posterior UE foi e é um dos fatores que evidenciam a liberdade apenas para as ideologias circundantes à ordem. O PCP se colocava contrário às adequações produtivas e aos modos de gestão da produção, mas dentro da perspectiva de luta do PCP, a crítica no parlamento não foi suficiente para que, além disso, Portugal não continuasse a ser um país dependente da importação de energia, com pouco desenvolvimento tecnológico e com baixa qualificação das classes trabalhadoras, as privatizações, a redução dos gastos públicos com saúde, esporte e educação, assumindo com Grécia e Espanha os postos mais subordinados diante dos países dominantes da Europa (SOUZA, 2000).

Como um projeto que beneficiaria em primeiro lugar grupos das classes dominantes, a

entrada de Portugal na CEE só poderia ter ocorrido com o apoio político de partidos interessados na absorção desigual das relações econômicas da CEE. O fato é que ainda que a economia seja a base do modo de produção capitalista, outras esferas se encontram em mútua relação, o que implica na capacidade de influência que tem a *política*. A escolha portuguesa, sobretudo, foi política, na qual o fim do ultracolonialismo impulsionou a burguesia portuguesa e seus partidos a se envolverem com as economias europeias, de modo que asseguraram um desenvolvimento com duras condições às classes trabalhadoras – principalmente após a fusão das moedas no *euro*.

O momento de passagem da CEE à UE é chave para um novo momento da ordem internacional. Alguns dos acontecimentos são de grande porte: a retomada das guerras imperialistas, os conflitos étnicos na Europa, o fim da URSS, a restauração capitalista no Leste, a globalização como fenômeno social, entre outros. A UE apareceu como uma ideia nova, como um avanço aparentemente comunitário e consensual entre seus membros, uma demonstração de progresso. E o *progresso* foi justamente a chave propagandística promovida pelo PS, de modo a sustentar ainda por mais diversos anos a direção do país sob seu domínio (SOARES, 2005).

Portugal ainda não oferece possibilidades de uma clara distinção a respeito do seu caráter econômico e político mundial, passando das ações imperialistas à condição de país subalterno. Contudo, a UE com participação portuguesa foi uma ideia forte que conseguiu atingir as classes trabalhadoras e a possibilitar o avanço do euro e das ideias que trazia consigo: a sociedade plural, a tolerância, a descentralização. Nesse sentido, Mario Soares considera que:

O 25 de Abril constituiu uma ruptura, um corte cerce na velha tradição, visto que trazia como bandeira: a restauração das liberdades, o anti-colonialismo e uma clara preocupação social. Mas o seu percurso democrático foi perturbado pela rápida ascensão do PCP, que veio provocar uma clivagem inesperada, no campo da esquerda, entre socialistas e comunistas, fundamentalmente em razão da liberdade versus totalitarismo e quanto à via violenta, não gradualista, para a realização de reformas sociais, através das ocupações arbitrarias de terras ao sul do Tejo e das nacionalizações, saídas do 11 de Março, que quase destruíram o tecido empresarial e comprometeram gravemente o desenvolvimento do País (SOARES, 2005: 2).

Ao optar pelo apoio ao PS, não tinha como desconsiderar o programa do PS. Um programa de apoio aos grandes grupos financeiros portugueses, de uma sociedade justa e meritocrática ao invés de uma sociedade sem classes. Em nome de um equilíbrio entre a esquerda, o PCP e o PS se uniram apenas nas eleições, e a ascensão do PS foi a abertura de porta para a direita, para os partidos que aprofundariam o neoliberalismo em Portugal e celebrariam a derrota das políticas soviéticas e o ascenso europeu. Foram poucas as vezes que o PS e o PCP tiveram políticas em

comum (SECCO, 2004).

Mas não era apenas o PS, outros partidos também estavam interessados na chegada dos investimentos externos, como o PSD, a segunda maior força eleitoral do país, um partido social-democrata que foi outro promotor do liberalismo e da economia de mercado lusa. No processo de integração foi decisivo também a intensão do CDS/PP na promoção das reformas de austeridade, um partido amplo e burguês (MACHADO, 1999: 44-47).

O PS agiu tanto com apoio do PCP, mas sobretudo contou com a direita interessada na CEE, especialmente o PSD e o CDS, visto que o PCP sempre foi contrário à adesão. Para o PS, o silêncio do PCP também foi a concessão à realização do programa socialista de desenvolvimento e de bem-estar de todas as classes, processo no qual os problemas causados pelo *mercado comum* não são pontuais.

Portugal é membro, de pleno direito, há vinte anos, da Comunidade que, em 1992, com o Tratado de Maastricht, se tornou uma União livre não só de Estados mas também de Povos – salto importante! - dando assim um passo mais no caminho de uma unidade política de tipo federal (SOARES, 2005: 1).

O Desmanche comunista na Restauração burguesa

O desenvolvimento social com melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras ocorreu dentro da CEE, em todos os países. Aprofundar a unidade seria então prosseguir numa estrada de sucesso para todas as classes? Mas a democratização do capitalismo é inviável. Ao mesmo tempo em que o crescimento europeu ocorreu com a UE, a política imperialista também expandiu-se em várias partes do globo – o que é importante para ressignificar a presença da UE no mundo globalizado, em oposição às visões que tomam a UE *em si*. Realmente, foi um período de grandes transformações da forma política de dominação do capital: a UE como um conjunto de Estados pluri-nacionais apareceu como uma conformação geoespacial delimitada e privilegiada da acumulação de capitais (DEL ROIO, 1999).

A dominação imperialista, que vai para além da europeia, em diversas áreas do mundo acarretou a miséria das classes trabalhadoras e a extração de mais-valia relativa em níveis internacionais, possibilitada pela revolução técnico-científica e de gestão e pela destruição das organizações das classes trabalhadoras. Nesse sentido é que pode ser vista a atuação do PCP no

isolamento, um partido que conseguiu e ainda consegue manter viva sua política marxista-leninista desde os tempos stalinistas no espaço da democracia neoliberal, mas com a condição subalterna e a um nível que não oferece perigo à expansão imperialista. Num quadro em que a UE impôs uma interdependência econômica às classes trabalhadoras, a busca pela *independência econômica* de Portugal sem o apoio das classes trabalhadoras de outros países é um problema para a estratégia da revolução *democrática nacional* e ainda mais para a revolução socialista (PCP, 1988: 47).

O mercado mundial foi chave para a criação da União Europeia, para a unidade política do mercado comum já consolidado e definido. Mas a economia capitalista, anárquica por natureza, possui limites, inclusive limites políticos.

Of course, temporary agreements are possible between capitalists and between States. In this sense a Unit State of Europe is possible as an agreement between the European capitalists...but to what end? (LÊNIN, 1967: 670).

Como debateu a militante e teórica do movimento comunista Rosa Luxemburgo, as reformas esbarram nos interesses dos capitais e a luta política por reformas não necessariamente significa a elevação das classes trabalhadoras ao poder. Nesse sentido, é importante notar o caráter do Estado português e das instituições europeias, isto é, seu caráter de classe, pois as reformas produzidas no âmbito das adesões foram reformas de classe do capital sobre o processo de produção do capital (LUXEMBURGO, 1999: 46).

A derrota dos comunistas em cada país e a derrota ideológica e política do movimento comunistas internacional com a derrocada da URSS contribuiu para o alargamento da esfera de ação dos Estados, afinal o desenvolvimento capitalista modificou essencialmente o Estado. A extensão da democracia, como debateu Luxemburgo a respeito do desenvolvimento da luta reformista levada pelo movimento comunista internacional, não era meio de realização do socialismo – elemento que esteve presente nos partidos comunistas analisados – mas era uma forma de modificação da natureza do Estado.

Sem dúvida, serve o parlamentarismo, por sua forma, a exprimir na organização do Estado os interesses do conjunto da sociedade, Mas, por outro lado, é a sociedade capitalista o que o parlamentarismo exprime aqui, isto é, uma sociedade e que predominam os interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 1999: 56).

Dada a impossibilidade de tomada do poder, o que o PCP via na integração era a possibilidade de melhorias da situação material das classes trabalhadoras. Mas, as lutas por reformas podem levar as classes trabalhadoras à decepção se não é levada adiante a socialização do conhecimento e da consciência do proletariado como classe, pois não há uma relação direta e

absoluta entre o desenvolvimento capitalista e a democracia, afinal, o capitalismo pode existir dentro de limites políticos diferentes da democracia. Mas a forma política democrática dependia de fatores internos e externos, pois a dominação de classe não se desenvolvia na comunidade europeia através de direitos adquiridos pelas burguesias, mas diretamente nas relações econômicas.

Na UE a democracia não era e ainda não é um elemento supérfluo, ao contrário, a forma política democrática encontrou terreno propício no desenvolvimento do capitalismo europeu, levando as diversas classes a terem representação no parlamento, nos nacionais e no europeu, inclusive através da participação dos comunistas. A democracia, no terreno da luta de classes, é indispensável às classes trabalhadoras e às suas organizações, como demonstra a história do PCP e de outros partidos comunistas, pelo fato de ser uma forma política que permite às classes trabalhadoras desenvolverem suas lutas e chegarem à consciência de seus interesses de classe e *tarefas históricas* (LUXEMBURGO, 1999: 101).

A correlação de forças dentro da UE é favorável aos grandes grupos, inclusive os políticos, e a ação política de conjunto da UE foi forte o suficiente na competição capitalista internacional para possibilitar a estabilidade e a preponderância do euro e para a manutenção da melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras europeias no espectro de liberdades democráticas. Diante da impossibilidade de formular novas políticas e novas práticas organizativas no mundo do trabalho, o PCP sofreu e ainda sofre a derrota geral da perspectiva da revolução socialista.

Tais são as consequências dos processos contra-revolucionários, de desmantelamento dos regimes socialistas existentes naqueles países e restauração do capitalismo, processos impulsionados e enquadrados por uma autêntica cavalgada da União Europeia e da NATO para Leste, feita de modo articulado, em que o expansionismo alemão e as pretensões de hegemonia planetária dos EUA se evidenciam de modo inquietante (PCP, 2000).

O patriotismo de esquerda ainda é uma bandeira de luta do PCP, um mote para a saída da zona euro e para o combate ao imperialismo, ainda que cada vez mais passassem a existir posições controversas dentro do Partido. Mas as bandeiras do PCP estariam ultrapassadas, em dissenso com o tempo? A falência da URSS não significou a falência da ideologia e do programa da revolução socialista, mas o fato é que a *restauração burguesa* no leste europeu e na Rússia significaram o desmantelamento completo das organizações das classes trabalhadoras e impuseram uma derrota às estratégias de revolução que os PCs adotavam. A reunificação da Alemanha sob o domínio da RFA foi um exemplo da trajetória de unificação da Europa sob a égide democrática. “A divisão e a concorrência eram o segredo desse ritmo anormal; o individualismo e a democracia eram a sua pedra de toque. A questão alemã estava, em termos das relações internacionais, no centro de todo

problema” (TELO, 1999: 77).

Diante da incapacidade de uma inovação revolucionária na estratégia comunistas, a social democracia pôde realizar seu programa de modo mais profundo.

Entretanto, como referi, em 1992, cumprido o desafio de Jacques Delors e criadas as bases do Mercado Único Europeu, a CEE transformou-se em União Europeia, dando um enorme passo no seu aprofundamento político, em parte para responder ao colapso internacional do universo comunista (SOARES, 2007: 5).

As classes trabalhadoras certamente podem conseguir melhorias das condições de vida através das lutas que ainda desenvolvem na área da UE. Mas a resposta dada pelos partidos, governos e Estados da UE foi a da integração desigual e combinada das classes trabalhadoras na esfera do livre mercado que, pela sua lógica, é uma expressão das novas formas de acumulação, uma resposta à crise capitalista que perdurava desde os anos 1970.

Os sindicatos e os partidos do movimento operário mostraram-se perplexos diante dessa vertigem de mudança, antes de tudo por terem definido seu terreno de luta dentro dos contornos do Estado nacional e, no limite, da liberal-democracia. Com isso, no momento em que o capital em crise deu o arranque para sua desterritorialização e mundialização, o movimento operário viu-se atado aos alicerces originais (DEL ROIO, 2002: 44).

Ainda que imersa num quadro rígido da ideologia neoliberal, as classes trabalhadoras europeias não estão livres, isto é, não estão emancipadas do trabalho. Para as organizações comunistas, a unidade das classes trabalhadoras era o problema na era da globalização, e ainda permanece. Em 1992, o PCP realizou seu XIV Congresso para debater os problemas postos com a transformação no mundo do trabalho, após a eclosão do espaço soviético e da restauração burguesa, e pela manutenção da direita envolta no PSD. O impacto do fim da URSS foi grande no PCP, mas mesmo tendo sido um partido seguidor da URSS, o PCP não abriu mão do seu veio nacional (MADEIRA, 2011).

Sem o respaldo ideológico da URSS, os valores comunistas precisavam de uma nova formulação, que acabou sendo a da *democracia avançada*. A inovação também se deu com a mudança de direção, ao assumir Carlos Carvalhas como secretário geral após décadas de ocupação do cargo por Álvaro Cunhal. O *pluralismo* pode ser uma das características dos países da UE, e que em Portugal encontrou agentes essenciais para a proliferação de diferentes forças diversas em comunhão, como os grandes grupos burgueses, o PS, a igreja católica e setores militares. Mas, a base da contra-revolução não foi apenas essa, contou também com a *indiferenciação* das classes trabalhadoras, fruto da revolução (ARCARY, 2004).

A integração e a proposta de uma democracia avançada se conjugaram num momento em que o neoliberalismo já era uma força organizativa do modo de produção capitalista consolidada em alguns países centrais, e Portugal passaria por mais esse momento através de um desenvolvimento desigual e combinado: com estabilidade política e fragmentação da produção, com crises e generalização da miséria. A dificuldade para o PCP foi ter que viver num regime relativamente estável após a entrada na CEE, na qual, lutar contra sendo minoria não era expressão de uma vontade das classes trabalhadoras. O *fetichismo* da democratização social provocado pela inserção no espaço em que havia a dominação das classes dirigentes da Alemanha, Bélgica, entre outros, era ainda mais favorável aos PCs europeus do que a situação dos países soviéticos e dos outros com regime intitulados comunistas.

A contra ofensiva ideológica em fins dos anos 1990 foi fundamental para a restauração burguesa no Leste, mas também contou com uma forte intervenção externa em Portugal para que o mais importante processo revolucionário dos últimos tempos fosse completamente destruído. “O que a revolução fez em 18 meses, a contra-revolução precisou de 18 anos para desmontar” (ARCARY, 2004: 92).

A oportunidade de demonstrar um novo projeto político revolucionário, que realmente melhorasse as condições de vida das classes trabalhadoras e expurgasse o capital financeiro do país não tinha nada em comum com a aceitação da estabilidade democrática, que favoreceu essencialmente os partidos da ordem, e em segundo plano favoreceu as classes trabalhadoras com as melhorias das condições de vida após décadas de descompasso com as classes trabalhadoras de outros países europeus com o custo da destruição das organizações operárias e com a fragmentação no mundo do trabalho (COSTA, 2004; DEL ROIO, 2002).

Se nas eleições internas o PCP teve uma queda na representação parlamentar, no espaço do Parlamento Europeu sua presença se deu através de alianças e com uma representação muito pequena:

Ano	Deputados	Porcentagem
1987	3	11,5
1989	4	14,4
1994	3	11,1

Tabela 6: Eurodeputados do PCP

Fonte: http://eleicoes.cne.pt/sel_eleicoes.cfm?m=raster

Como outros partidos, o PCP permaneceu na oposição sobre a UE, atuando em seus

organismos como uma força contra hegemônica. Atua ainda como oposição numa área de união econômica e de desunião política, segundo os próprios objetivos da UE. Ainda mantém em seu programa a dissolução da NATO e a oposição à militarização da UE. O Partido Comunista Português a nível nacional é uma força relativamente expressiva ao ser uma *alternativa* pela esquerda, e a nível europeu, após a *Unificação Europeia* não atuou no isolamento completo: passou a compor a chamada *Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde* (PCP, 2012).

Não apenas Portugal e Espanha passavam à ordem dos blocos, como também a esfacelamento do bloco soviético serviu de impulso à construção de uma União Europeia de livre comércio, livre fluxo de trabalhadores, mas ainda com uma política organizada a partir dos “Centrais”. Após o fim da URSS, se assistiu um grande fluxo não só de capitais, mas também de famílias e de trabalhadores rumarem à Europa globalizada.

A resposta dada pela prática é muito clara: a social-democracia, confirmando o seu papel histórico, rendeu-se ao neoliberalismo, defende abertamente os interesses do grande capital, alterna nos governos com os partidos confessadamente de direita na realização de uma mesma política de direita, tem constituído na prática um pilar fundamental do imperialismo (PCP, 2000).

O PCP, ainda que com uma *inabalável unidade*, realizou transformações programáticas de acordo com a pressão dos tempos da globalização, sem que isso lhe desse os resultados buscados. Ainda que desde as derrotas prática e ideológica o PCP tenha assumido um papel secundário na política em Portugal, não foi um partido que sofreu a derrota política tal como o PCI e outros. Décadas de inserimentos dos partidos comunistas europeus na dinâmica eleitoral indicam que a perspectiva da democratização do regime capitalista é inviável. A derrota do PCP diante da integração europeia vem da elaboração de um programa de beneficiamento e desenvolvimento de Portugal a partir de um inserimento maior do país, de uma integração maior da economia, com atenção para o desenvolvimento dos setores produtivos e da economia privatizada, um aspecto contraditório da sua luta e da sua tradição ortodoxa.

Contudo, o PCP toma como irreversível a integração europeia, mesmo diante das diversas crises vividas antes e depois da criação da *zona euro* e com as diversas possibilidades de *desintegração*. Depois de um desenvolvimento relativamente avançado das estruturas da UE, permanece ainda o interesse econômico como o motivo central da unificação (APPELDOONRN, 2003).

Existiam e ainda existem diversas correntes políticas que fomentavam de diferentes modos a construção da unidade política europeia, cada uma delas com suas particularidades e com aspectos que buscam a democratização do espaço europeu, como a neofuncionalista, a intergovernamental, a

federalista, etc., mas as contradições da CEE são fundamentais para que, retomando a perspectiva revolucionária, seja posta uma outra vez e num outro patamar, a consigna de uma *união socialista dos Estados*, o que pode ocorrer pela via revolucionária.

O problema que permanece é o da organização da força, pois permanece a tarefa histórica das classes trabalhadoras de transformarem a realidade diante de momentos decisivos, como são circunstâncias geradas pelas crises.

Se constitui num grande equívoco imaginar-se o fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias e, com isso, imaginar que estariam criadas as condições para o *reino da liberdade* é, entretanto, imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências (ANTUNES, 2001: 37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo era compreender principalmente a política dos partidos comunistas da Itália e de Portugal sobre o processo de formação da União Europeia. Mas a ideia de União Europeia não era o foco principal dos dois PCs, toda ação que os PCs desenvolveram em relação ao processo foram ações concomitantes com as políticas, táticas e estratégias, internas. Diversas vezes os problemas que o processo de integração colocava aos países fazia com que as atenções dos PCs, e de todos os partidos, fossem redirecionadas. Não seria possível investigar a política dos PCs a respeito da UE por fora da dinâmica interna de cada país. Foi ainda necessário ter em conta a dinâmica e a complexidade das relações internacionais.

1) O PCI, antes de qualquer discussão sobre a integração europeia, se encontrava dentro de um país sob ocupação nazista e norte-americana, e com as classes trabalhadoras do norte tomando o poder. A guerra civil e o aprofundamento do caos eram iminentes. A reunificação do país e a escolha por uma saída pacífica não foram decisões tomadas apenas pela direção do PCI: desde Yalta e Potsdam as áreas de influências estavam combinadas.

Mas a democratização da Itália fazia parte da estratégia do PCI, e a escolha italiana pela democracia pode ser vista como um passo na caminhada estratégica dos comunistas. Para a unidade europeia como um todo, a escolha pela democracia com o suporte dos USA foi o primeiro fator para que, depois, com o Plano Marshall, a integração econômica se desenvolvesse sob os moldes liberais.

Uma primeira derrota os comunistas italianos sofreram com a solidificação do sistema democrático por fora da fomentação das organizações autônomas das classes trabalhadoras. Dentro da legalidade, o PCI atuava nos governos de unidade nacional, mas como minoria, ainda que representasse a maioria das classes trabalhadoras italianas e fosse o maior partido comunista do ocidente. Mas a derrota do PCI, uma derrota *prática*, foi além: o PCI desde a democratização da Itália adotou uma estratégia própria de via ao socialismo, independentemente da URSS e de outros PCs, o que lhe rendeu o *isolamento* nacional e internacional e a sua substituição no governo pela oposição, pela DC e o PSI.

Se o PCI já tinha escolhido um caminho próprio para seguir na via particular, italiana, ao socialismo, com o avanço do exército vermelho nos países do Leste e a política anti-comunista perpetrada pelos USA em todo o mundo, passou então a combater publicamente as políticas anti-democráticas soviéticas; nesse sentido, a constituição da Comunidade Econômica Europeia foi aceita pelo PCI já nos anos 1960, como fator de promoção da cooperação internacional e da

manutenção da democracia. De fato, a Itália teve um papel ativo na organização das instituições e organizações europeias, como a CECA, a CEE, Euratom.

Uma diferenciação, a preservação da particularidade italiana, foi a busca que o PCI teve como tarefa durante toda a segunda metade do século XX. E a política da alternativa democrática foi uma particularidade do PCI, que passou a realizar alianças amplas com as principais forças políticas do país. Mas o estabelecimento de alianças plurais, com as forças que iam dos católicos aos comunistas, fomentou as correntes internas do PCI opostas às alianças indiferenciadas. O rápido crescimento italiano, o *welfare state* promovido pelos Estados em toda a Europa comunitária, foram fatores que fizeram o PCI buscar a participação nos governos e a defender maior democratização da política liberal.

Por ter sido um partido forte, ainda que sem condições de ser uma maioria absoluta de governo, os outros partidos tiveram que suportar a presença do PCI e também a considerar a sua colaboração no Parlamento. Com a estratégia do desenvolvimento consequente da democracia, o PCI realizou durante anos a política do compromisso histórico, um compromisso com as forças interessadas em reorganizar o desenvolvimento italiano, através da elevação da consciência social com instrumentos de austeridade, alertando para os problemas do crescimento capitalista. A aceitação do compromisso pelas outras forças rendeu ao PCI a participação na maioria, e se aprofundou o caráter estritamente democrático do partido.

Como um partido da ordem, o PCI possuía os seus representantes na CEE, e mais tarde adentrou também no Parlamento Europeu. A democracia progressiva era expressão de uma sutil mudança estratégica, que passou a ter nas profundas transformações sociais a chave concreta da via italiana ao socialismo. De fato, as mudanças que a CEE impunha no âmbito econômico foram significativas na Itália, e em todos os países da integração, mas era um desenvolvimento desigual e combinado das economias europeias segundo parâmetros gerais.

O pacifismo e a coexistência de diferentes regimes, a superação gradual do capitalismo, foram aspectos da política eurocomunista, elaborada e empregada pelo PCI e por outros PCs ocidentais. Através das ideias eurocomunistas, o PCI passou a defender o alargamento e a democratização da CEE no contexto de correlação de forças com os outros partidos dentro da política de colaborações, o que não retirava a rivalidade e a possibilidade de tomada de posições que colocassem o PCI novamente fora da participação direta nos governos. Governos que cada vez mais assumiam aspectos da política imperialista, desde a militarização com a NATO até a prática da violência para privilégio dos grandes grupos financeiros.

A política de alianças propostas pelos comunistas não conseguiu ser a ponte para as transformações via ao socialismo, ao contrário, foi um momento em que a crise mundial afetou a

Itália e que portou ainda mais problemas decorrentes da democracia liberal burguesa da CEE. Contudo, dentro do PCI se aprofundou a compreensão sobre o nexos entre democracia e socialismo, como o socialismo sendo a expressão de uma democracia avançada que, na práxis política, passou a significar um maior respeito pelas regras constitucionais democráticas, isto é, por uma atuação dentro da legalidade, não combativa, o que custou a aceitação do PSI como uma nova força ascendente no cenário europeu.

As divisões internas cresciam no PCI e, diferentemente, na CEE avançava a integração com a incorporação de novos países e com a criação de novas regras, legislações e prazos de adaptações numa maior hegemonização das forças social-democratas. Falida a política de alianças e realizadas as transformações programáticas, o PCI dialogava com outros PCs que também passavam por transformações, mas internamente já não tinha condições de reverter o isolamento político, e se acometeu com a derrota *ideológica*, que assinalou o distanciamento real com a perspectiva revolucionária e com o comunismo. Distante da perspectiva da revolução, as mudanças no PCI lhe renderam resultados eleitorais no Parlamento Europeu, o que não significou a elevação do nível de organização das classes trabalhadoras italianas e europeias.

O espaço da esquerda se tornou pequeno e, dentro da esquerda, a fragmentação foi aspecto marcante. Mas na Itália, tanto a esquerda como a direita foram forçadas a repensarem suas estratégias, o que as levou a redefinir também suas aparências, para além dos conteúdos. O processo de integração europeia avançou muito nos anos 1980, no qual já participavam os PCs italiano e também o português, e as mudanças no mundo do trabalho indicavam a necessidade de novas táticas para a estratégia da revolução socialista, ou ainda, a aceitação da derrota da luta comunista. O PCI viveu uma década intensa. Buscou a aproximação com movimentos externos na CEE; mudou de direção diversas vezes; mudou de objetivos mais ainda. O funcionamento voltado para a via parlamentar não foi um aspecto de derrota, desde o ponto de vista eleitoral, pois o PCI conseguiu diversas vezes ascender aos governos e tinha uma grande representação no Parlamento Europeu.

Por nada o anunciado fim da história do PCI significou o fim da perspectiva de transformação social e da emancipação humana. Esse é um aspecto altamente contraditório e polêmico. Por hora, fios de continuidade existem entre as perspectivas revolucionárias históricas e movimentos que buscam a superação das relações reificadas. Mas o impacto do neoliberalismo nos países ocidentais e da restauração capitalista no leste dizimou as organizações de esquerda. Outras novas organizações surgiram.

A realidade da União Europeia, depois do Ato Único Europeu, a realidade do mercado livre, eram catalisadores para as forças internas do PCI interessadas em sepultar os últimos aspectos comunistas do Partido e darem partida à um novo projeto. Se reforçou a política de alternativa

democrática.

Contudo, no quadro das reformas neoliberais, a república italiana se transformava em consonância com o projeto europeu, e a velha organização do poder se esfacelava. O oriente soviético também anunciava mudanças, pelo alto e pelo baixo. O PCI se declarou então ser um moderno partido aderente ao reformismo da esquerda europeia, abrindo um novo curso em sua política, o qual culminou em crise. Uma crise interna e também externa, a crise geral do movimento comunista internacional.

A crise do movimento comunista não foi uma crise restrita, circundante apenas às forças comunistas. Era uma crise que perpassava pelas organizações das classes trabalhadoras, que expressava décadas de abstenção às lutas em benefício da estabilidade democrática. Os Estados operários degenerados da URSS caíram, a burocracia soviética prosseguiu em diversos governos de modo negociado e reciclado, mas na Itália os comunistas operaram um salto qualitativo mesmo sem chegar perto da possibilidade de transformação do país sob a direção das classes trabalhadoras.

Um novo momento era previsto: a CEE passou a ser União Europeia, a URSS desapareceu, os USA puderam avançar hegemonicamente. As transformações da época da globalização foram vistas como a oportunidade para que, em conformidade com a crise mundial, a forma e o conteúdo comunista do PCI fossem sepultados. A guerra de posição empregada pelos comunistas desde Yalta e Potsdam havia chegado ao fim, com a crise dos comunistas.

Dentro da CEE o PCI poderia ter atuado como um partido comunista, realizando críticas e denúncias, em diversos momentos foi, mas prevaleceu a adaptação. A partir das decisões de Maastrich e dentro da UE seu desempenho foi outro, assumiu inteiramente a forma democrática da Europa, a democracia liberal burguesa. Muitos dos militantes comunistas não aceitaram, prosseguiram de outro modo a luta italiana pelo socialismo, uma luta que no espaço da UE não há possibilidade de ser unicamente nacional.

A morte do PCI e o nascimento do PDS demonstra o nascimento de algo que já existia dentro do PCI antes. Resultado de diversas décadas de emprego da estratégia de alianças democráticas que privilegiavam os governos, e não a organização das classes trabalhadoras, de defesa da democracia em oposição às formas auto-organizativas. Foi uma terceira derrota, dessa vez, *política*. A esquerda comunista que continuou a história dos comunistas na Itália não tinha a mesma força e nem a mesma estrutura do PCI. Para todo o movimento e para a luta pela emancipação humana foi uma dura derrota. Mais dura foi a longa colaboração do PCI com as forças da ordem e no abandono da perspectiva revolucionária – para muitos, uma qualitativa transformação, mas a favor da negatividade da política, que a nível internacional aparece como UE.

2) A relação antagônica entre o PCP e a CEE-UE foi mais intensa, pelo menor espaço de

tempo de inserção de Portugal na órbita da integração. Com a estratégia da revolução democrática nacional o PCP emergiu como uma importante força política das classes trabalhadoras portuguesas na Revolução dos Cravos. Revolução que contou com o Movimento dos Capitães, que contou com a trágica situação internacional na qual estava Portugal: o ultracolonialismo sob o último dos governos fascistas.

A revolução abriu o espaço para uma profunda transformação democrática do país. E isso ocorreu. A derrubada da ditadura, as reformas sociais, a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, a implementação da democracia política. A liberdade de expressão foi tamanha que, no processo revolucionário, as classes trabalhadoras impeliavam os sucessivos governos provisórios do MFA e do PCP a executarem mais reformas sociais de caráter socialista. As necessidades das classes trabalhadoras portuguesas também eram muitas, eram classes trabalhadoras que há décadas viviam entre a política colonialista e a dependência de um país imperialista em declínio.

Concluída a derrubada do poder ditatorial e introduzida a democracia, a primeira conquista estratégica do PCP havia sido cumprida. Com conflitos se passou ao momento da institucionalidade democrática, no qual as eleições, a promulgação da constituição e a normalidade foram superiores às manifestações e à efervescência revolucionárias. Passou-se do processo revolucionário ao processo democrático. Mas a crise iniciada com as guerras coloniais e aprofundada com o fim do ultracolonialismo incitou às relações de dependência com a CEE.

Os provisórios governos já tinham outras forças incluídas, além do PCP e MFA, o PS, o PSD, entre outras. O respeito à ordem internacional, que vinha desde Yalta, também foi mantido e garantido com apoio dos comunistas portugueses. Afinal, Portugal era um país europeu, geoestrategicamente fundamental para os interesses imperialistas. Respeitando também a ordem interna, o PCP sentia que o movimento operário violava a legalidade ao insistir com greves, ocupações e marchas. A desintegração da unidade governamental seria então resultado do cansaço da revolução e da pressão das novas forças para a entrada de Portugal num novo cenário, àquele europeu.

O MFA saiu de cena, o PS entrou como a principal força interna e de conexão com o externo. O PCP, por sua vez, não tinha o apoio de outros PCs no mesmo nível que tinha o PS das forças socialdemocratas europeias. Com o estancamento da revolução, o PCP sofreu também a primeira derrota *prática*, se tornando uma força secundária nos governos, inviabilizando a continuidade de sua estratégia da revolução democrática como etapa ao socialismo e presenciando as forças adversárias assumirem o governo. O PCP também perdeu o apoio das massas. As eleições assumiram um papel central na correlação de forças políticas dentro da normalidade institucional. E foi através da normalidade que ocorreu a implementação das reformas liberalizantes em Portugal,

muito pouco tempo depois de efetivadas reformas de caráter socialista a partir da revolução.

O PS conseguiu rapidamente estar comprometido com o projeto europeu. O PCP desde sempre refutou. A unidade entre o PS e o PCP quase não ocorreu, foram partidos adversários e com projetos de desenvolvimento do país muito diversos. As ligações externas do PS e do PCP também eram concorrentes entre si. Enquanto o PCP se amparava na política soviética, o PS tinha nos USA e na CEE seu apoio. Tendo o controle dos governos, com participação de outras forças reacionárias, a relação de Portugal com a CEE principiou com a absorção desigual e combinada dos padrões europeus. A democracia burguesa foi um resultado rápido, um primeiro passo na adequação portuguesa segundo moldes europeus. A continuidade da participação na NATO também garantiu as terras lusas dentro do campo ocidental.

No funcionamento da democracia liberal, a busca comunista foi pela edificação de um *welfare*, tal como nos outros países europeus, possibilitando a incorporação de melhorias nas condições de vida das classes trabalhadoras. A dialética de recusa da participação na CEE e ao mesmo tempo o aproveitamento dos benefícios mínimos que eram oferecidos impelia o PCP a atuar em defesa das conquistas da revolução, de modo que a liberalização da economia portuguesa não trouxesse danos extremos e levasse as classes trabalhadoras à miséria – como era a realidade de muitos países que já tinham implantado os modelos liberais e também, incipientemente, os neoliberais.

A opção da democracia era uma realidade com a qual os comunistas tinham que lidar. Forte foi o retorno do capital financeiro, das privatizações, das reformas constitucionais. Para o PCP, o eurocomunismo não era uma saída factível para a realidade portuguesa. Realmente o ponto de partida do PCP para a democracia liberal era diferente do que teve o PCI. A reversão das conquistas da revolução custaram muito e ocorreram com transformações no PCP que, ainda que mantendo o marxismo-leninismo como expressão ideológica sua, aderiu à perspectiva da via pacífica ao socialismo, o que explica em partes sua atuação no Parlamento da CEE. Assim, estar com Portugal pela democracia passou a ser a bandeira de luta do PCP. A democracia como valor universal, como aspecto central da estratégia socialista acometeu todas as organizações que, em muitos casos, significou o abandono da perspectiva da revolução socialista e o emprego da democracia como via de acesso à sociedade socialista – estratégia que há décadas teve comprovada sua inviabilidade.

A fragmentação no mundo do trabalho, decorrente do período de adequações à integração, também foi outro problema para os comunistas portugueses, para todas as organizações revolucionárias. A adesão operada pelos partidos da maioria nos governos trazia a competitividade empresarial para o seio das classes trabalhadoras, e foi ainda mais intensa, pois à adesão portuguesa, junto da espanhola, seguiu o Ato Único Europeu, que criava as expectativas vinculantes para a UE.

A precarização do trabalho foi aprofundada com as relações com a CEE. As instituições intergovernamentais e supranacionais agiram para isso em Portugal. O PCP buscou resistir, mas deslocado das bases trabalhadoras não podia mais oferecer uma ofensiva decisiva, tal como pôde durante o processo revolucionário. De fato, o terreno da democracia liberal inviabilizou a continuidade da estratégia socialista portuguesa. Que também já não aparecia mais como tal, e sim como uma luta pela democracia avançada. Difícil foi também a manutenção da identidade comunista diante da crise internacional pela qual passava o movimento de esquerda. O PCP sofreu então o que caracterizamos como a segunda derrota, a *ideológica*, ao realizar transformações programáticas e estar impossibilitado de reverter o isolamento na política nacional.

O processo de reificação da consciência foi operado pelas forças que estancaram a revolução e colocaram o país nos trilhos da CEE, forças que dominaram e ainda perduram na realidade lusa. O espaço eleitoral se tornou insólito para o PCP, a dinâmica europeia também. Mas foram realidades assimiladas pelo partido, que passou a atuar dentro da CEE de modo crítico, como no Parlamento Europeu, um espaço que para o PCP fere a soberania nacional portuguesa. De fato fere. O desenvolvimento desigual e combinado de Portugal na CEE implicou uma integração sofredora, que ainda hoje traz problemas às classes trabalhadoras lusas.

O PCP, criticamente, iniciou sua atuação tentando o respeito à identidade e aos interesses nacionais, mas que, do ponto de vista das forças produtivas capitalistas, eram interesses das classes dominantes portuguesas e europeias em Portugal. A luta se tornava ainda mais difícil pela relação do PCP com a URSS. As últimas reformas operadas na URSS foram saudadas como uma inovação na via ao socialismo na União Soviética, mas a crise terminal do sistema soviético também acometeu o PCP que, sofrendo os efeitos da forte contra-revolução, a nível nacional e internacional se deslocou para novas alianças políticas. A crise do movimento comunista internacional e a persistência de uma identidade marxista-leninista foram tentadas com a ideia de que o PCP era um partido adequado para aquele tempo.

Em nenhum momento a participação de Portugal na UE foi ameaçada pelo PCP. Claramente foi refutada, mas a condição subalterna do Partido no cenário nacional, a estratégia da revolução em etapas e a falta de um novo projeto revolucionário são problemas da esquerda em geral na luta pela emancipação humana. Em Portugal os acordos de *austeridade* estabelecidos entre a UE/FMI/BCE com o PS/PSD/CDS em busca de ajustes financeiros levaram as classes trabalhadoras à crise e à submissão aos interesses do grande capital imperialista europeu.

Décadas de atuação já indicam que, embora se apresente como uma alternativa pela esquerda e não tenha sofrido uma derrota política, tal como o PCI, com a mesma estratégia o PCP não pode avançar pela via revolucionária rumo ao socialismo, continuará possivelmente na

defensiva dentro da atual correlação de forças.

3) A União Europeia é uma união econômica, política, hegemônica por alguns Estados, e a sua desintegração pode decorrer da ascensão de uma perspectiva de união socialista na Europa, justamente pelo caráter internacional da economia europeia, de modo que devem ser as classes trabalhadoras a realizarem verdadeiras transformações democráticas, colocando em questão um elemento fundamental de toda democracia liberal: o fim da propriedade privada dos meios de produção (MARX, 1996; TROTSKY, 2007).

É interessante na história do PCI e do PCP que, o primeiro foi o maior partido comunista do ocidente durante sua existência, e o segundo foi o principal partido durante o processo revolucionário, o que indica a força dos comunistas na Itália e Portugal. Em tempos distintos em cada país, as ideias comunistas tiveram receptividade nas classes trabalhadoras, não foram projetos falidos desde sempre, mas foram derrotados ou apenas estacionaram na fase democrática sem passarem para as medidas socialistas. As derrotas sofridas fazem parte do conjunto da crise do movimento comunista, não foram isoladas.

Embora o espaço comunitário europeu seja neoliberal e que a forma da economia capitalista é anárquica, esse não é um fator que impede a associação direta e temporal entre os Estados, e suas instituições, com os maiores grupos econômicos. Ao contrário, entendemos que “A república democrática é a melhor crosta possível do capitalismo”, isto é, mesmo que essa forma política seja fundamental para as experiências políticas do proletariado, numa “monarquia como numa república democrática, o Estado continua a ser Estado”, e “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (LÊNIN, 2007: 25-31-88-94).

A zona euro, que inicialmente era um projeto de contenção das forças alemãs, passou a ser hegemônica pela Alemanha e ainda contém um projeto de criação de um Estado supranacional imperialista com relações colonizadoras no seu interior. A confirmação da soberania das instituições europeias e da perda da autonomia nacional se deu com a crise de 2008, na qual os países da zona mediterrânea sofreram duras restrições de direitos e duros cortes sociais que afetaram diretamente as classes trabalhadoras, sem que houvesse uma resposta efetiva das organizações das classes trabalhadoras.

O avanço da crise capitalista e sua difusão por diversos países, é uma motivação para as classes trabalhadoras se organizarem para a transformação que passa pela negação das ações imperialistas da NATO, pelo desmonte da indústria bélica europeia, que tenha como estratégia a emancipação humana, que é o aspecto profundo da democracia. A UE não se constituiu um espaço de paz e cooperação. As crises políticas abertas com outras áreas do mundo, as guerras que cooperou e coopera, o apoio dos Estados às oligarquias financeiras, estão acima da política de

direitos humanos propagandeada dentro e fora de seu espaço, e tão cara aos problemas mundiais. As históricas crises migratórias são exemplo do caráter anti-democrático e imperialista dos Estados membros, por exemplo.

Ainda que a UE tenha um espaço de hegemonia forte e consolidado através da dominação histórica, esse poder tem limites. A hegemonia mundial ainda assentada no domínio dos USA é um problema para o imperialismo europeu, que luta para encontrar novos mercados e expandir seu capital. A expansão capitalista na era globalizada ocorreu com muita violência, as guerras foram várias e a organização industrial das guerras é um fato importante na asseguuração de uma *ordem* imperialista sem a possibilidade da revolução socialista. A falência dos regimes soviéticos, nos quais as classes trabalhadoras não puderam levar adiante as tarefas revolucionárias para a transição socialista, teve na figura da CEE/UE a portadora da restauração burguesa, o que contribuiu para a derrota da esquerda comunista.

Pouco antes da Comuna de Paris, de 1871, Marx alertava para o erro que poderia ser o proletariado pegar em armas diante da derrota visível que poderia sofrer, chamando-a de *loucura desesperada*. No entanto, a revolução veio e Marx não só apoiou como também participou, discutiu pormenores das questões técnicas da revolução e contribuiu para construir uma organização capaz de levar a revolução adiante. Escreveu que “Aconteça o que acontecer, o atual levante em Paris, mesmo se for esmagado pelos lobos, porcos e cães sujos da velha sociedade, é o feito mais glorioso de nosso Partido desde a insurreição de junho...” (MARX, 1997: 173).

Sobre isso, Lênin percebeu que a luta de massas desesperada, mesmo que por uma causa perdida, é “necessária em benefício da educação ulterior dessas massas e de seu treinamento para a próxima luta” (LÊNIN *op cit* MARX, 1997: 174).

Permanecem as lições do PCI e do PCP, dois partidos que desempenharam papéis fundamentais em momentos históricos decisivos para suas classes trabalhadoras. O eurocomunismo, a perspectiva da revolução democrática nacional, e outras, foram estratégias adotadas que apresentaram seus limites e incongruências. A auto-organização das classes trabalhadoras sob uma nova estratégia é a tarefa que permanece para os comunistas de todos os países da Europa, que deve ser precedida pela construção de novas organizações. A superação das formas materiais de reprodução da sociedade capitalista deve ser o objetivo, isto é, a superação da democracia como forma política de organização da luta de classes.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, D. *Da Federação Maximalista à Fundação do PCP*. O Militante, n.302, set/out, Lisboa: 2009.
- ABREU, M. *Inflação e política monetária em Portugal antes da adopção do Euro*. Boletim Económico, Banco de Portugal, 2005
- ABSE, T. Itália, *Uma Nova Agenda*. in *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ACTOS DE ADESÃO. *Tratado de Adesão do Reino da Espanha e da República Portuguesa à Comunidade Económica Europeia*. Jornal das Comunidades Europeias, 1985.
- ACTO ÚNICO EUROPEU. Jornal das Comunidades Europeias, 1987.
- AGOSTI, A. *Storia del PCI*. Roma: Editori Laterza, 1999.
- _____. *Balanço dos Comunismos Europeus*. in: *Corações Vermelhos*. Org. MAZZEO, A. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- ALMADA E SANTOS, AURORA. - *A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960*. Revista de Relações Internacionais. n.30. Lisboa, 2011.
- ALLUM, P. *La DC al Nord e al Sud. Due modelli di partiti clientelari*. Rivista Meridiana, Itália: 1997. disponível em: <<http://www.rivistameridiana.it/files/Allum,-La-Dc-al-Nord-e-al-Sud.pdf>>. Acesso em: 21/09/2014.
- AMARAL, M. *Atas da Assembleia da República Portuguesa*. Lisboa, 1986. Disponível em: <http://demo.cratica.org/sessoes/>. Acesso em 12/06/2015.
- ANDERSON, P. *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. *Uma Esquerda Invertebrada. A Herança Desperdiçada da Itália*. Revista Vírus, junho, 2010.
- _____. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Trotsky's Interpretation of Stalinism*. New Left Review. I/139. May-June. London: 1983.
- ANTUNES, E. M. *As Forças Armadas e o MFA: de 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de*

1975. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.15,16,17. Portugal, 1985.
- ANTUNES, M, L. *A Assembleia da Republica e a consolidação da democracia em Portugal*. *Revista Análise Social*, vol. XXIV, Portugal: 1988.
- ANTUNES, R. *Trabalho e precarização numa ordem neoliberal*. In: FRIGOTTO, G. & GENTILI, P.(orgs.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.
- APPELDOONRN, B. *Theories of European Integration – A Critique*. In: CAFRUNY, A. *Ruined Fortress?*.Oxford: Rowman and Littlefield, 2003.
- ARCARY, V. *Quando o Futuro era Agora. Trinta Anos da Revolução Portuguesa*. *Revista Outubro*, n.11. São Paulo, 2004.
- BARBAGALLO, F. *Mezzogiorno e Questione Meridionale*. Guida Editori, Napoli: 1980.
- _____. *Il PCI di Berlinguer nella Crisi Italiana e Mondiale*. In: *Gli Anni Ottanta Come Storia*. Soveria Mannelli (Catanzaro): Rubbettino, 2004.
- BERLINGUER, E. *La Passione Non È Finita*. Editori Einaudi: Torino, 2013.
- _____. *A questão comunista*. Lisboa: Edições Setenta, 1976.
- _____. *Do compromisso histórico ao eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- BIELER, A. *Class Struggle over the EU model of capitalism: Neo-gramscian perspectives and the analysis of European Integration*. *Critical Review of International Social And Political Philosophy*. vol.8. n.4: 2005.
- BLACKBURN, R (org.). *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Zahar, Rio de Janeiro: 1981.
- BRAZ, M. *Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX*. Tese de Doutorado: Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BRITO, C. *Atas da Assembleia da República Portuguesa*. Lisboa, 1985. Disponível em: <http://demo.cratica.org/sessoes/>.
- BRUNEAU, T. C. *As Dimensões Internacionais da Revolução Portuguesa*. *Revista Análise Social*.

vol XVIII, Portugal: 1982.

- CAAPORASO, J. *The European Union: dilemmas of regional integration*. Boulder, Colorado: Westview Press, 2000.
- CAMERON, R. *História económica do mundo*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000.
- CARVALHO, L. P. M. *O Movimento dos Capitães, o MFA e o 25 de Abril: do marcelismo à queda do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa: 2009.
- CARVALHO, O. S. *Porque a Revolução dos Cravos Deixou de ser Socialista?* Entrevista. In: Rampinelli, J.: entrevista com Otelo Saraiva de Carvalho. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116194>.
- CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- CARRILLO, S. *Eurocomunismo y Estado*. Madri: Editorial Crítica, 1977.
- CASTELLINA, L. *Terza via e specificità nel Pci*. Rivista Critica Marxista, n. 4. Roma, 2004.
- CECA TEATRY. *Tratatto Istitutivo della Comunità Europea del Carbone e dell'Acciaio*. 1951 Disponível em: <http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_it.htm>acesso em: 13/05/2014.
- CERVERA, R. C. *La Conferencia Europea de Partidos Comunistas y Obreros*. Revista de Instituciones Europeas, ISSN 0210-0924, Vol. 3, Nº 2, 1976.
- CHACON, V. *A Unificação da Europa*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.
- CLAUDIN, F. *A Crise do Movimento Comunista. O Apogeu do Stalinismo*. São Paulo: Global Editora, 1986.
- _____. *Eurocomunismo y socialismo*. México: Siglo XXI Editores, 1977.
- CLAUSEWITZ, C. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- COMISSAO EUROPEIA. *Portugal na Europa em Números. 20 Anos de Adesão à União Europeia*. Fevereiro, 2006.
- COSTA, H. A. *A UGT e a CGTP Perante a Integração Europeia: A Confirmação de um Sindicalismo Dual*. Seminário Internacional Trade Union Attitudes towards European Integration. Oxford, 2004.

- COUTINHO, C. N. *L'epoca neoliberale: rivoluzione passiva o controriforma?*. Rivista Critica Marxista (Itália). Num 2, 2007.
- _____. *A Democracia como Valor Universal*. Rio de Janeiro: Encontros com a Civilização Brasileira, 1979.
- COVAS, A. *A revisão do Tratado da União Europeia*. São Paulo: Editora Celta, 1996.
- CRAVERI, P. *Dopo "L'Unità Nazionale" la Crisi del Sistema dei Partiti*. In: *Gli Anni Ottanta Come Storia*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2004.
- CUNHA, A. *O Tratado de Maastricht: A Europa e Portugal em Mudança*. Portugal: Revista Debater a Europa, num 6, 2012.
- CUNHAL, A. *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*. Lisboa: Edições Avante!, 1994.
- _____. *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*. Edições A Opinião, Porto: 1974.
- _____. *O Partido com paredes de vidro*. Lisboa: Avante!, 1985.
- _____. *O Partido com paredes de vidro*. Expressão Popular, São Paulo: 2013
- DAEHNHARDT, P. *O Fim da Guerra Fria e a Unificação Alemã*. Num 23. Tinta da China Edições. Lisboa, 2009.
- DE GASPERI, A. *L'Adesione dell'Italia Alla NATO: Discorso di Alcide De Gasperi Alla Camera dei Deputati*. Roma, 1949. Disponível em: http://www.storiadc.it/doc/1949_cnato_degasperi.html. Acesso em: 18/06/2015.
- DEL ROIO, J. L. *Enrico Berlinguer e a Evolução Política do PCI*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- DEL ROIO, M. *O Império Universal e seus Antípodas*. São Paulo: Editora Ícone, 1998.
- _____. *O movimento socialista do século XXI: a experiência italiana da refundação comunista*. In: Galvão, A. (Org.). *Marxismo e socialismo do século XXI*. São Paulo: Xamã, 2005, v. , p. 71-86.
- _____. *O Estado e a Globalização*. Estudos de Sociologia. São Paulo, v. 6, p. 143-148, 1999.
- _____. *Política Operária: Há Futuro?* Revista Outubro, n.7. 2002.

- DIMITROV, V. *Transições Políticas na Europa Central e de Leste: dimensões interna e externa*. Revista de Relações Internacionais. nº 23. Lisboa: Tinta da China Edições, 2009.
- ENGELS, F. *Contribuição À História da Liga dos Comunistas*. São Paulo: Edições Sociais, 1976.
- FERREIRA, J.M.C. *O Enquadramento Político e Institucional das Lutas Operárias Urbanas Após o 25 de Abril de 1974*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.15-16-17, Portugal, 1985.
- FOCARELLI, C.; CONFORTI, B. *Le Nazione Unite*. Cedam, Padova: 2010.
- FRANÇA, E. D. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FREDERICO, C. *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- FREIRE, M. R. *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*. Edições Almedina, Coimbra: 2011.
- GIOIELLO, V. *Contraddizioni del Processo D'Integrazione Europea*. Rivista Antonio Gramsci Oggi. Itália: Dicembre, 2013.
- GOMES, M. *Quando a Revolução de Abril atropelou Itália: a suspensão do Partido da Democracia Cristã e as repercussões no XIV Congresso do Partido Comunista Italiano*. Imprensa da Universidade Coimbra, Revista Estudos do Século XX. Num10, 2010.
- GONÇALVES, B. *Atas da Assembleia da República Portuguesa*. Lisboa, 1985. Disponível em: <http://demo.cratica.org/sessoes/>.
- GONÇALVES, V. *Entrevista al general Vasco Gonçalves, líder histórico de la Revolución de los Claveles de Portugal*. Texto completo em: http://www.lahaine.org/entrevista_al_general_vasco_goncalves_li. Publicado em: 2004.
- GRAMSCI, A. *Quaderni Del Carcere*. Giuli Einaudi Editore, Torino: 1975.
- _____. *Cuadernos de la Cárcel*. Edición Crítica de Valentino Gerratana. tomo III. Ediciones Era, México-Avena: 1984.
- _____. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Escritos Políticos*. vol IV. Universidade Livre, Lisboa: 1978.
- _____. *Il Vaticano e L'Italia*. Editori Riuniti, Roma, 1974.
- _____. *El Estado y el Socialismo*. Disponível em: <https://mega.co.nz/#F!59EXAQAT!>

feOzuNzAyfvOJN4CNM0PpQ> acesso em 10/02/2015.

- GUALTIERI, R(org.). *Il Pci nell'Italia repubblicana 1943-1991*. Roma, Carocci, 2001.
- GUERRA, A. *Comunismi e comunisti. Dalle «svolte» di Togliatti e Stalin del 1944 al crollo del comunismo democratico*. Dedalo: Italia, 2005.
- GUIDENS, A. *Para uma Terceira Via*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- HAAS, E. *International Integration: The European and the Universal Process*. International Organization, vol.15 no 3: 1961. p.366-392.
- HALLER, M. *European Integration as an Elite Process*. London: Routledge, 2008.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- HERNANDEZ, M .C.; BUGIATO, C. *Marxismo, Poulantzas e suas contribuições para o campo de Relações Internacionais*. Revista de Estudos Internacionais, 2011.
- HERZ, M., HOFFMANN, A. R. *Organizações Internacionais: Histórias e Práticas*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
- HYMAN, R. *Europeização ou Erosão das Relações Laborais?* Revista Crítica de Ciências Sociais. n.62. Coimbra, 2002.
- HOBBSBAWN, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HOXHA, E. *Eurocomunismo é anti-comunismo*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1983.
- HUNTINGTON, S. *A Terceira Onda. Democratização no final do século XX*. Editora Ática: São Paulo, 1994.
- JALALI, C. *A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras*. Revista Análise Social, vol. XXXVIII (167). Portugal, 2003.
- KANT, I. *Per la Pace Perpetua*. Roma: Editori Riuniti, 1985.
- KOSIC, K. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- KUPCHAN, C.A. *The end of the American Era*. New York: Vintage Books, 2003.
- LÊNIN, V. *Selected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1967.
- _____. *O Imperialismo – Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

- _____. *Imperialismo: fase superior do Capitalismo*. Centelha, Coimbra: 1974.
- _____. *Sobre a Palavra de Ordem dos Estados Unidos da Europa*. Lisboa: Edições Avante, 1977.
- _____. *O Estado e a Revolução*. Edições Avante, Lisboa: 2009.
- _____. *Que Fazer?* 1902, disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>
- LIGUORI, G. *La Morte del PCI*. Roma: Manifestolibri, 2009.
- LINZ, R. *Una Interpretación de los regímenes autoritários*. Revista de Sociología: Madrid, 1978.
- LISI, M. *Integração Europeia e Partidos Políticos: a Lição que vem de Varsóvia*. Lisboa: Revista de Relações Internacionais, num 32. dezembro 2011.
- LOUÇÃ, F. *A Vertigem Insurrecional: teoria e política do PCP na viragem de agosto de 1975*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 15, 16, 17. Coimbra, 1985.
- LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo: Editora Cortez, 1992.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Socialismo e Democratização*. Editora da UFRJ, Rio de Janeiro: 2008.
- LUTTWAK, E. N. *Strategia. La Logica della Guerra e della Pace*. Milano: BestBur, 2015.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MAASTRICH TREATY. *Provisions Amending the Treaty Establishing the European Economic Community With a View to Establishing the European Community*. Maastrich, 1992.
- MACHADO, A. M. *O Binómio “Esquerda/Direita” no Portugal pós-25 de Abril*. Revista Lusófona de Ciência Política, n.9. Edições Universitárias Lusófonas, 2009.
- MADEIRA, J. M. M. *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- MFA. *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas*. Junta de Salvação Nacional. Centro de Documentação 25 de Abril – CD25A. Portugal, 1974.
- _____. *Decisão da Assembleia do Movimento das Forças Armadas*. Centro de Documentação 25 de Abril, 1975. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol17>>. Acesso em: 12/05/2014.

- MAGALHÃES, J. C. *Portugal e a integração europeia*. in Revista Estratégia, num 4, Inverno. Lisboa, 1988.
- MAIA, R. I. F. *União Europeia Desigual e Combinada*. Revista Aurora, v.8 n.2. Marília, 2015.
- MAIELLO, M.; ALBAMONTE, E. *Nos Limites da Restauração Burguesa*. Revista Estratégia Internacional Brasil, n.5. São Paulo, 2011.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- MARCHETTI, A. *Evoluzione Politica Italiana: dal PCI al PD*. 2004. Disponível em: <http://www.homolaicus.com/politica/fonti/pc-pd.pdf>
- MARX, K. *O Capital*. vol.1. Col. Os Economistas. Civilização Brasileira, São Paulo: 1996.
- _____. *A Ideologia Alemã*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2007.
- _____. *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*. In Obras Escolhidas. III Tomos. Edições Avante, Lisboa: 2008.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.
- _____. *Revolução e Contra Revolução na Alemanha*. in Obras Escolhidas. III Tomos. Edições Avante, Lisboa: 2008.
- _____. *Para a Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *Guerra Civil na França*. in Obras Escolhidas. III Tomos. Edições Avante, Lisboa: 2008.
- _____. *O 18 Brumário*. Paz e Terra, São Paulo: 1997.
- _____. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. Editora Boitempo, São Paulo: 2005.
- MARX, K. ENGLLES, F. *Manifesto do Partido Comunista*. in Obras Escolhidas. III Tomos. Edições Avante, Lisboa: 2008.
- MARSHAL-L PLAN. *The Marshall Plan Sppech by George Mashall*. Cambridge, Massachussetts: June, 1947.
- MATEUS, R. *Contos Proibidos: Memórias de um PS Desconhecido*. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1996.
- MEDHRURST, K. *The Nem Mediterranean Democracies: Regime Transition In Spain, Greece and Portugal*. London: Frank Cass, 1984.

- MELOGRANI, P. *Storia Politica Della Grande Guerra*. Oscar Mondadori, Milano: 2014.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. Boitempo: São Paulo, 2002.
- _____. *O poder da ideologia*. Boitempo: São Paulo, 2004.
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO. *Nota. Secretariado para a Integração Europeia*. Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra, 1985.
- MIRANDA, D.A. *Conflitos e Cooperação na construção de uma agenda sindical supranacional Europeia*. Dissertação de mestrado. IUPERJ. Rio de Janeiro, 2003.
- NAPOLITANO, G. *O Partido Comunista Italiano, o socialismo e a democracia*. São Paulo: Editora Lech, 1979.
- _____. *O Socialismo do Futuro*. Revista Lua Nova, n.22. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea: São Paulo, 1990.
- OLIVEIRA, Z.C. *Os 63 dias que abalaram o Estado Novo - Incursão histórica à crise terminal do regime*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: 2012.
- OLIC, N. B. *A Desintegração do Leste: URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- PAPA, E. *Storia dell'Unificazione Europea*. Bompiani, Milano: 2006.
- PAVESE, C. B. *A União Econômica e Monetária e a Dinâmica da Integração Europeia*. Dissertação de Mestrado. UNESP campus de Marília. São Paulo, 2007.
- PCI. *Le Grandi Scelte del PCI: Sessanta Anni Nella Storia*. Fratelli Spada, Roma: 1981.
- _____. *L'Unità*. Organo del Partito Comunista Italiano.1986. Disponível em: <<http://archivio.unita.it/>>.
- PCP. *Proposta de Programa do Comitê Central para o XII Congresso do PCP. Portugal: Uma democracia Avançada no Limiar do Século XXI*. Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra: 1988.
- _____. *Programa e Estatutos*. Partido Comunista Português. Lisboa: Edições Avante, 2012.
- _____. *Resolução Política do XVI Congresso*. Partido Comunista Português. Lisboa, Edições

Avante: 2000.

PECEQUILO, C. S. *A Política Externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PEREIRA, J. P. *Contribuição Para a História do Partido Comunista Português na I República (1921- 1926)*. Revista Análise Social, vol XVII. Portugal, 1981. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224000428R7cCN0wh5Nx94ZE8.pdf>>. Acesso em: 20/01/2014.

PISTILLO, M. *Doppia Lealtà o Appartenenza: La Storia del PCI 1947-1991*. Laboratorio Culturale, Rivista Critica Marxista, n6. Roma, 2003.

PITA, A. P. *O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.40, Portugal: 1994.

POGREBINSCH, T. *Jovem Marx, Nova Teoria Política*. vol.49. n03. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

PONS, S. *Il Socialismo Europeo, la Sinistra Italiana e la Crisi del Comunismo*. Rubbentino, 2004.

_____. *Império, estado e ideologia na URSS stalinista*. Revista Lua Nova: São Paulo, 2008

PORTUGAL, *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa, 1976.

_____. *Atas da Assembleia da República Portuguesa*. Lisboa, 1985. Disponível em: <http://demo.cratica.org/sessoes/>

_____. *Atas da Assembleia da República Portuguesa*. Lisboa, 1986. Disponível em: <http://demo.cratica.org/sessoes/>

RANDAZZO, F. *Russia. Momenti di Storia Nazionale XIX-XX secolo*. Roma: Nuova Cultura, 2013.

REZENDE, C. C. *Suicídio Revolucionário: A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*. Cultura Acadêmica, São Paulo: 2010.

SADER, E. (org.) *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SECCO, L. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.

_____. *Dois Revolucionários e um poeta*. São Paulo: Margem Esquerda, 2005.

_____. *Trinta Anos da Revolução dos Cravos*. Revista Adusp. Outubro. São Paulo, 2004

SEGRILLO, A. *Herdeiros de Lênin: a historia dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética*.

- Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2003.
- SERRANO, C. S. *Espanã em la Transición a la Democracia y la Integración Europea*. In A Construção da Europa. Lisboa, Edições Colibri: 1999.
- SIMON, R. *Passive revolution, perestroika, and the emergence of the new Russia*. Capital and Class: 2010, 34: 429.
- SPRIANO, P. *Storia del Partito Comunista Italiano*. Einaudi Editori, Torino: 1975.
- SOÁRES, M. *Direita e Esquerda*. Textos Mário Soares. Arquivo e Biblioteca Fundação Mário Soares, 2005.
- _____. *Sim à Constituição Europeia*. Textos Mário Soares. Arquivo e Biblioteca Fundação Mário Soares. Lisboa, 2005.
- _____. *Ser europeu hoje; caminho para a identidade entre o passado e o futuro*. Textos Mário Soares. Arquivo e Biblioteca Fundação Mário Soares, 2007.
- SOARES, A. G. *O Tratado de Roma: a “reliquia” da construção europeia*. Working Paper, n39. Lisboa, 2009.
- SOUZA, F. *Portugal e a União Europeia*. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000.
- TAVARES, R. *Por que é a Europa uma Região Pacífica? Um novo quadro de análise*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 71, p.97-112, junho, 2005.
- TEIXEIRA, N. S. *Portugal e a NATO: 1949 – 1989*. Revista Análise Social. vol XXX. Portugal, 1995.
- TELO, A. J. *A Questão Alemã e a Unidade Europeia*. in A construção Europeia. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- _____. *Portugal, a guerra e os novos rumos da Europa*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.
- THORTENSEN, V. *Comunidade Europeia: a construção de uma potência econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- TOGLIATTI, P. *Opere.1935-1944*. Editori Riuniti-Istituto Gramsci, Roma: 1979.

- _____. *Parliament and the Struggle for Socialism*. Marxism Today, 1977, pp 284-7. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/togliatti/1956/togliatti-parliament.htm>>. Acesso: 28/11/2014.
- _____. *Salvare la Pace*. L'Unità. Organo del Partito Comunista Italiano. 1949.
- TOMASSONI, F. *Il Partito Comunista Portoghese e l'Europa*. Marx.21.it. Publicado em: 25/09/2015, disponível em: <http://www.marx21.it/comunisti-oggi/in-europa/25552-il-partito-comunista-portoghese-e-leuropa.html>.
- TORTORELLA, A. *Appunti sulla fine del Pci*. Rivista Critica Marxista (Itália). num 2, 1998.
- _____. *La sinistra europea e il nuovo ordine mondiale*. Rivista Critica Marxista (Itália). num 5, 2001.
- TRENTIN, B. *Autunno Caldo, Il Secondo Biennio Rosso (1968-1969)*. Entrevista di Guido Liguori. Editori Riuniti, 1999
- TROTSKY, L. *Programa de Transição*. Ed Sundermann, São Paulo: 2008.
- _____. *Revolução e Contra-revolução na Alemanha*. São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1979.
- _____. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *A História da Revolução Russa*. São Paulo, Editora Sundermann: 1977.
- USA. *US History*. Department of State. Bureau os International Information Programs. 2011.
- VACCA, G. *Vent'anni dopo: la sinistra fra mutamenti e revisioni*. Torino: Einaudi Editori, 1997.
- VASAPOLLO, L. *Sviluppo Capitalistico e modelli d'impresa*. Rivista Altra Europa, n.8. 1997.
- VARELA, R. *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.
- _____. *O Partido Comunista Português, as Nacionalizações, o controlo operário e a batalha de produção*. Revista Em Debate, Florianópolis, n.6, 2011.
- _____. *Greves, Relações Laborais e Direitos Sociais*. Revista Em Pauta: Rio de Janeiro. n.31. vol.11, 2013.
- _____. *Um, dois, três MFA... "O Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos – do prestígio à crise*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63, 2012.

- VAZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. Expressão Popular Editora. São Paulo: 2007.
- VARSORI, A. *L'italia e l'integrazione europea: l'occasione perduta?* In: *Gli Anni Ottanta Come Storia*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2004.
- VELEDA, V.T. *A Espanha sob o regime franquista: do isolamento à aceitação internacional*. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2010.
- VINCI, A. *La CGIL e la Integrazione Europea dopo i Trattati di Roma*. Dissertação Mestrado. Università Degli Studi di Firenze, Facoltà di Scienze Politiche, 2002. Disponível em: <<http://www.tosc.cgil.it/ftp/centrodocumentazione/files/mastercgildoc.pdf>> acesso em: 20/08/2014.
- VIEZZI, R. *Le Prospettive della CEE*. *Rivista Critica Marxista*. n6, ano 18. Roma, 1980.
- VIOLA, P. *Storia Moderna e Contemporanea*. Il Novecento. Torino: Einaudi, 2000.
- WASSERMAN, G. *Sinistra europea e "iformismo forte"*. *Rivista Critica Marxista* (Itália). Num 5, 2000.
- WIATR, J. J. *Europa do Leste – Reforma ou Queda do Sistema*. *Revista Lua Nova*, n.22. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea: São Paulo, 1990.
- XAVIER, A. P. *Portugal e a Integração Económica Europeia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1970.
- YALTA DECLARATION. *Conference of Crimea*. Yalta: february, 1945.
- ZHDANOV, A. *Pela Paz, a Democracia e a Independência dos Povos*. *Revista Problemas*. 1947. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/05/index.htm>. Acesso em: 17/11/2014.